



Plano de Desenvolvimento Social

para o Crescimento Inclusivo do Concelho de Guimarães

2022|2026



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES



Ficha Técnica

Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Guimarães – 2022-2026

- Supervisão:

Vereadora - Paula Oliveira

Chefe do Departamento Intervenção Social – Alexandra Cunha

Chefe da Divisão para a Coesão e Desenvolvimento
Social – Mécia Vieira

- Organização:

Núcleo Executivo

Gabinete da Rede Social

- Colaboração:

Parceiros da Rede Social

- Consultoria:

António Batista

Aprovado em reunião do Conselho Local de Ação Social
abril de 2023

Atualizado em reunião do Conselho Local de Ação Social
março de 2025

Rede Social de Guimarães

Nota Introdutória

Guimarães tem assumido, de forma comprometida e empenhada, um grande investimento com vista a uma maior coesão social do território, através da diluição das suas fragilidades, ao aumento das suas potencialidades e à concretização do Bem Comum.

Guimarães tem-no feito consistentemente: os últimos anos foram pautados por um forte crescimento e amadurecimento da sua Rede Social; a articulação com os agentes estratégicos locais ganhou dimensão e propriedade; foi notório o investimento em inúmeras práticas inovadoras de intervenção, bem como ganhou robustez e maturidade o processo de observação da sua realidade social.

Alavancado pela aprendizagem que decorreu da implementação do anterior Plano de Desenvolvimento Social, nasce o novo Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo do Concelho de Guimarães 2022-2026. É um Plano que nasce num contexto de profundas alterações da conjuntura global, social e económica, e que emerge de um cenário de pandemia e de conflito armado. Foi trabalhado com base em alterações significativas na edificação e no alcance da intervenção social do Município, por via da assunção das novas competências na área, e da implementação, no concelho, do Modelo da Ação Social Integrada de Guimarães.

Para Guimarães, concretiza-se, nesta envolvência, a oportunidade de fazer mais e melhor. A oportunidade de revitalizar e de reconstruir.

Vinculados que estamos aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, afirmamos, com a apresentação deste documento, a nossa ambição de concorrer para as várias dimensões do desenvolvimento sustentável, na convicção de que um crescimento efetivo só é possível pela persecução da justiça e da paz, e pela aposta contínua num elo efetivo e transversal entre os domínios social, económico e ambiental.

Construímos as nossas linhas orientadoras para os próximos cinco anos, com o enfoque na transparência da administração em todos os setores, tendo em vista eliminar todas as formas de discriminação, robustecer parcerias com as organizações e instituições que representam a nossa sociedade civil, e garantir, às pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade e de exclusão, mecanismos efetivos de participação, na defesa dos seus direitos, da equidade, dignidade e igualdade de oportunidades.

Este novo Plano de Desenvolvimento Social assume-se como um instrumento estratégico, que integra objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento local, definidos de forma conjunta e concertada com os parceiros da Rede Social de Guimarães. Persegue a diminuição da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas encerra também em si a necessária indução de mudança, a elevação da intervenção a patamares superiores e a projeção de uma efetiva melhoria das condições de vida das populações. Para tal, recorre à animação dos agentes territoriais, a uma gestão eficaz de recursos e a um planeamento integrado e participado, baseado numa abordagem criteriosa a todas as dimensões dos problemas.

Porque o fazemos? Porque a coesão do território de Guimarães e o bem-estar dos mais vulneráveis é, e sempre foi, um compromisso de cada um de nós, logo, um compromisso coletivo.

Domingos Bragança
Presidente da Câmara Municipal e do Conselho Local de Ação Social de
Guimarães

Sumário Executivo

O Plano de Desenvolvimento Social – 2022-2026 doravante designado por PDS, define as opções estratégicas do município nas áreas prioritárias de intervenção social. Cria um quadro de referência para o conjunto dos parceiros da Rede Social de Guimarães apoiando e direcionando as instituições para as áreas de ação validadas institucionalmente e fundamentadas com base na cartografia dos recursos ao nível do concelho, com enfoque complementar nos micros territórios das CSIF-Comissões Sociais Interfreguesias.

A sua função principal é a de alavancar a capacidade de ação da rede no seu todo, reforçando a dinâmica e iniciativa das propostas e projetos, com base na identificação das necessidades e diagnóstico das potencialidades do território.

A abordagem metodológica participativa e co-criativa da Rede Social de Guimarães, permitiu o envolvimento ativo das instituições do concelho e a projeção, no documento, das suas propostas, projetos e expectativas. O PDS pretende ser, simultaneamente, um recurso de informação atualizada com o suporte estatístico, dados atualizados e em permanente atualização, que se deseja facilitador das propostas e projetos a implementar no território.

O PDS disponibiliza uma leitura atualizada dos principais indicadores de contexto que determinará as modalidades de ação e intervenção nos próximos anos da vigência do documento.

A demografia é a constante estratégica estrutural determinante do concelho de Guimarães. O concelho apresenta, tal como o AVE, a região Norte e a globalidade do país, uma aceleração do envelhecimento demográfico com a rápida inversão da pirâmide etária. De um concelho jovem e demograficamente dinâmico, Guimarães evolui para um concelho envelhecido com um peso crescente da população sénior e idosa. Para além desta tendência para o envelhecimento da população verifica-se uma forte redução da população sobretudo nas freguesias mais periféricas e ruralizadas. A população tende a

concentrar-se nos núcleos mais urbanos, no que coincide com as tendências globais do território português. Mas mesmo este movimento não assegura a sustentabilidade demográfica por não ter escala suficiente para manter o equilíbrio demográfico necessário.

O forte aumento da migração (e dos refugiados) no concelho de Guimarães manifesta-se já como tendência demográfica consolidada permitindo atenuar a redução do saldo natural da natalidade.

Estes fenómenos alertam para a necessidade de concentração da intervenção na promoção da natalidade, da integração dos migrantes e refugiados e na promoção da natalidade com políticas sociais locais, projetos ou ações que reforcem a atratividade de Guimarães para a fixação de residência e constituição de família.

É estratégico e prioritário reforçar a atratividade demográfica existente e perspetivar a projeção de políticas de desenvolvimento social que fixem e atraiam a população jovem que, certamente, produzirão resultados no médio prazo.

O aumento da escolarização e qualificação da população residente em Guimarães é outra das tendências dominantes que projetam o futuro do desenvolvimento social no concelho. Verifica-se estatisticamente uma alteração estrutural positiva no nível de escolaridade na população, certamente fruto do investimento continuado neste domínio que abre expectativas otimistas para a fixação de um tecido económico mais qualificado e gerador de valor social acrescentado graças ao aumento do capital social do município.

Outra alteração estrutural relevante para o desenvolvimento social do concelho é a situação de pleno emprego, com forte escassez de mão-de-obra, mas que assenta num modelo de empregabilidade baseado na precariedade laboral e nos baixos salários. Este modelo de contratação de mão-de-obra deixa de ser

sustentável quando a força de trabalho deixa de ser excedentária e de estar disponível. A aposta na qualificação e escolarização deverá constituir um eixo estratégico continuado apostando numa estrutura produtiva baseada na especialização e qualificação da produção.

A organização das problemáticas sociais por área temática e aglutinadora permite uma observação global e sintética da situação do concelho em termos sociais.

A designada **Área do Risco** que inclui as problemáticas das Crianças e Jovens em Situação de Privação e em Risco, a Violência Doméstica e a Emergência Social, caracteriza-se pela multiplicidade de respostas ao nível do concelho vocacionadas para as múltiplas dimensões do risco. No PDS são sobretudo equacionadas as questões da prevenção e da atuação sobre os fatores de contenção nos grupos alvo envolvidos nestas problemáticas. São especialmente relevantes as questões de articulação e de proximidade dos serviços, com a necessidade identificada de definir protocolos e circuitos de atuação mais ágeis e integrados de modo a responder de forma eficaz à emergência, ao risco e ao perigo. Foram também identificadas lacunas de intervenção e oportunidades de inovação como a intervenção sobre os agressores ou a utilização de plataformas de comunicação mais imediatas e eficientes na interação das instituições face às necessidades.

Na **Área da Vulnerabilidade Social** que inclui as problemáticas dos Seniores e Pessoas idosas, das Pessoas com Deficiência e dos Migrantes e Refugiados, constata-se, igualmente, a existência no município de uma abrangente rede de respostas e serviços. Foram equacionadas necessidades de resposta orientadas para as novas problemáticas emergentes: a importância e relevância social dos seniores e da sua inclusão ativa na vida social a todos os níveis (sociopolítico, institucional e económico); dos migrantes e refugiados que se deslocam para as freguesias da periferia e apresentam necessidades específicas na sua integração; na área da deficiência com a empregabilidade

como grande aspiração sua e das suas famílias. Em todos estes domínios apresentam-se propostas de intervenção e projetos potenciadores do seu contributo para o desenvolvimento do concelho, com modalidades de inclusão assentes no empreendedorismo e qualificação das suas competências de inclusão.

A ***Área da Pobreza e Exclusão Social*** que inclui a problemática social das Dependências, Saúde Mental, Disfuncionalidade e Desestruturação Individual e Familiar e Pessoas Sem-abrigo, apresenta um quadro global de necessidade de respostas especializadas e mais profissionalizadas, com equipamentos e equipas técnicas vocacionadas que realizem simultaneamente um trabalho de estabilização (mental, emocional, clínico, terapêutico) e de inclusão com a construção de respostas mais eficazes na definição de projetos de vida viáveis e operativos no contexto social onde estes grupos se inserem.

Por fim, a ***Área da Exclusão Estrutural***, onde estão incluídas problemáticas sociais do Desemprego, Jovens NEET (não estudam, nem trabalham), Desemprego de Longa Duração e Habitação, destaca-se a situação crítica na Habitação com a necessidade de inovação na oferta de modo a minimizar o impacto social estrutural negativo da atual situação.

Assistimos à transição social da situação do desemprego para a precariedade e a insegurança laboral embora ainda persistam bolsas significativas de pessoas em situação de desemprego de longa duração (DLD). As propostas disponibilizadas no PDS, refletem a necessidade de reforço das qualificações como forma de alteração do equilíbrio contratual no emprego e da inovação nas estratégias para com os DLD (Desempregados de Longa Duração) com projetos de inclusão baseados numa lógica de capacitação e valorização das suas competências profissionais exercidas em modalidades inovadoras do mercado de emprego.

A organização da Rede Social ao nível das CSIF transporta para o PDS uma outra dimensão de análise das problemáticas sociais no concelho. No documento, as CSIF estão autonomamente integradas como reconhecimento da sua realidade própria e do diagnóstico de proximidade específico que realizaram. As problemáticas identificadas refletem, localmente, o concelho no seu todo. A intervenção de proximidade e a dinâmica de cooperação e colaboração local acrescenta, também, ao PDS a virtualidade que lhes é própria da intervenção comunitária e em micro rede.

Os projetos e a intervenção estruturante nos territórios das CSIF com ações integradas promotoras da capacidade criativa e inovadora de cada freguesia (e das respetivas instituições), são identificadas como ponto forte e diferenciador do concelho de Guimarães. O funcionamento em “rede territorial” com cobertura integral do concelho, com base na distribuição das CSIF pelas freguesias do concelho, define a arquitetura da intervenção do PDS em que projetos piloto adaptados às especificidades e dinâmica local poderão ser transpostos e disseminados à escala concelhia.

O concelho de Guimarães tem a seu favor, para equacionar a inovação necessária na área social, o fator estrutural da cultura de trabalho em rede e a participação como método de cooperação e colaboração. A rede de parcerias é um ativo essencial a favor da construção de uma estratégia inclusiva mobilizadora do território.

A coordenação e integração do dispositivo institucional na área social de Guimarães numa lógica de governação partilhada na Rede Social, constitui um fator determinante na implementação da estratégia inclusiva do concelho.



Nota Metodológica

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Guimarães 2022-2026 (PDS) retoma o essencial da metodologia utilizada no anterior documento. Atualiza os seus conteúdos, acrescentando e alargando em profundidade a análise dos territórios que constituem o concelho. Simultaneamente, reformula a estrutura de organização temática e lógica das problemáticas sociais que abrange na sua análise e visão prospetiva de intervenção.

Pretende, igualmente, inovar na construção de um documento em atualização permanente, tendo sido criadas tabelas atualizáveis a integrar em suportes informáticos disponibilizados pelo município. Os campos estatísticos, correspondentes às tabelas criadas para inserir os contributos dos parceiros, serão alvo de atualização e enriquecimento através da informação entretanto disponibilizada e das alterações na intervenção que a dinâmica das instituições irá criando de acordo com as suas próprias iniciativas institucionais, tal como nos projetos que serão apoiados e ou financiados.

A metodologia utilizada, na sequência da prática participativa que define a identidade da Rede Social de Guimarães, baseou-se no planeamento participativo com o envolvimento direto e ativo de todas as instituições parceiras. As referidas entidades parceiras foram convocadas a participar e fizeram-no de modo ativo, responsável e entusiasta, nos Workshops participativos temáticos criados para o efeito. Foram realizados Workshops para cada uma das áreas temáticas correspondentes às problemáticas consideradas prioritárias pela Rede Social, mediante proposta apresentada e validada pelo CLAS de Guimarães, dos quais foram realizados 13 Workshops, tendo sido, igualmente, realizados 11 Workshops participativos em cada uma das CSIF.

Dos desafios lançados aos parceiros e que obtiveram a sua adesão, constavam um percurso de participação em várias etapas: foram identificadas as problemáticas sociais juntamente com a caracterização dos recursos, dos

principais dados estatísticos e as respetivas propostas de intervenção, consideradas prioritárias em cada uma das temáticas/problemáticas.

A estrutura temática do Plano de Desenvolvimento Social de Guimarães 2022-2026, pretendeu sistematizar a multiplicidade e pluralidade temática das problemáticas sociais envolvidas em grandes eixos lógicos de acordo com a sua proximidade e identidade comum.

As temáticas foram organizadas de acordo com o perfil comum das problemáticas sociais analisadas, de modo a fazê-las corresponder a tipologias de intervenção específicas. Estas tipologias de intervenção decorrem de um quadro metodológico específico e do seu comum enquadramento institucional de suporte.

Esta organização das problemáticas em perfis temáticos pretende tornar possível a visão do concelho numa leitura global e logicamente organizada em quatro áreas temáticas multi problemáticas:

1) Área do Risco

Inclui problemáticas organizadas a partir de indicadores de risco ou perigo eminente que exigem uma resposta imediata remediativa, com instituições e serviços que possibilitam essa tipologia de intervenção. Em complementaridade deverão ser equacionadas estratégias preventivas atuantes sobre os fatores de risco ou perigo identificados.

A área do risco é definida a partir do contexto de risco ou perigo social em que se manifestam, não correspondendo a características particulares dos grupos ou indivíduos.

Na área do Risco estão incluídas as seguintes problemáticas sociais: Crianças e Jovens em Situação de Privação e em Risco; Violência Doméstica e Emergência Social.

2) Área da Vulnerabilidade Social

Inclui problemáticas decorrentes de circunstâncias de vida pessoais ou sociais específicas (ou fatores característicos individuais ou de grupo) que num contexto social em que não existem recursos específicos ou respostas especializadas de apoio se encontram em situação de vulnerabilidade. Esta vulnerabilidade perante o contexto social em que se encontram poderá ser minimizada com a intervenção social direcionada às suas necessidades específicas.

Na área da Vulnerabilidade Social estão incluídas as seguintes problemáticas sociais: Seniores e Pessoas Idosas; Pessoas com Deficiência e Migrantes e Refugiados.

3) Área da Pobreza e Exclusão Social

Inclui problemáticas sociais de exclusão social severa em situação de grande fragilidade e desestruturação pessoal ou familiar. Nesta categoria integram-se situações de carência material, ou outra, em que indivíduos ou grupos se encontram numa situação de rutura com os vínculos sociais humanos e socioeconómicos.

Na área da Pobreza e Exclusão Social estão incluídas as seguintes problemáticas sociais: Sem-Abrigo; Saúde Mental; Dependências; Disfuncionalidade e Desestruturação Individual e Familiar.

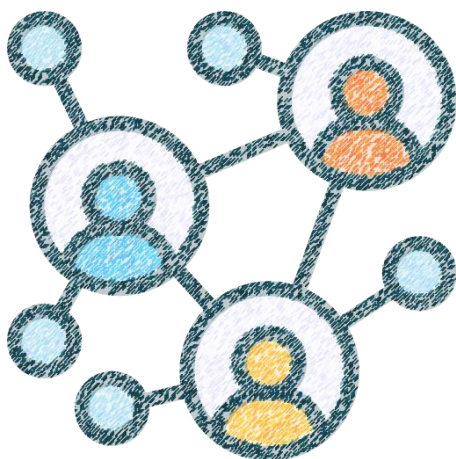
4) Área da Exclusão Estrutural

Inclui problemáticas sociais em que pessoas ou grupos sociais se encontram numa situação de desvantagem perante as possibilidades e oportunidades de inclusão. Determinadas características internas decorrentes do desajuste de competências, perspetivas pessoais e sociais ou de percursos de vida de afastamento dos mecanismos de inserção ou de características externas como perda de rendimentos ou de possibilidade de acesso a recursos básicos e estruturais para a inclusão (como a habitação) colocam-nas em situação de não inclusão social.

Na área da Exclusão Estrutural estão incluídas as seguintes problemáticas sociais: Desemprego e Habitação.

Metodologia não participativa

Na elaboração do PDS foram, igualmente, utilizadas a metodologia da análise documental, focalizada, sobretudo, na sistematização de dados estatísticos do território concelhio e informação relativa aos serviços e respostas sociais. A organização da informação serviu de suporte e contextualização da análise crítica efetuada pelos parceiros institucionais da Rede Social na definição de problemas e necessidades, tal como para a perspetivação da intervenção futura.



Organização Digital

Para preparar a transição digital do PDS e da informação disponibilizada foram concebidos suportes de atualização da informação e a sua disponibilização em suportes informáticos de modo a facilitar o acesso à informação e conteúdos do PDS, a sua alimentação e atualização e o respeito pelos princípios ambientais da desmaterialização dos documentos.

Índice Geral

Ordem		Título	Página
01		Nota Introdutória	04
02		Sumário Executivo	06
03		Nota Metodológica	11
04		Índice Geral	15
05		Índice de Tabelas	16
06		Índice de Gráficos	17
06		Siglas e Acrónimos	20
07		Visão Estratégica	22
08		Caracterização Estatística / Dinâmicas do Território	32
		Crianças e Jovens em Situação de Privação e em Risco	67
09	Risco	Violência Doméstica	84
		Emergência Social	91
		Seniores e Pessoas Idosas	99
10	Vulnerabilidade Social	Pessoas com Deficiência	111
		Migrantes e Refugiados	123
		Sem-Abrigo	135
		Dependências	144
11	Pobreza e Exclusão Social	Saúde Mental	152
		Disfuncionalidade e Desestruturação Individual e Familiar	158
12	Exclusão Estrutural	Desemprego	169
		Habitação	183
13		Modelo de Governação	193
14		Avaliação	198
15		Referências Documentais	203
16		Lista de Participantes	206

Índice de Tabelas

Tabela 1. Comparação dos Grupos Etários Portugal Ave Guimarães	37
Tabela 2. Tabela Geral de Indicadores: Dinâmica Demográfica.....	40
Tabela 3. Tabela Geral de Indicadores - Economia e Emprego	44
Tabela 4. Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de atividade económica	45
Tabela 5. Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de qualificação	45
Tabela 6. Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo	46
Tabela 7. Tabela Geral de Indicadores - Segurança e Proteção	49
Tabela 8. Crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais em Guimarães por Categoria de crime.....	49
Tabela 9. Crimes registados pelas polícias por mil habitantes	50
Tabela 10. Tabela Geral de Indicadores - Saúde	54
Tabela 11. Percentagem de utentes com médico de família atribuído, por município ..	54
Tabela 12. Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰)	54
Tabela 13. Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (‰)	55
Tabela 14. Tabela Geral de Indicadores - Proteção Social.....	58
Tabela 15. Tabela Geral de Indicadores - População Migrante	61
Tabela 16. Tabela Geral de Indicadores - Mercado de Trabalho	64
Tabela 17. Tabela Geral de Indicadores - Habitação	66
Tabela 18. Identificação de problemas de ação - Área de Risco - Crianças e Jovens em Situações de Privação e em Risco.....	79
Tabela 19. Mapeamento de Recursos existentes - Área de Risco - Crianças e Jovens em Situação de Privação de Risco.....	81
Tabela 20. Mapeamento de Projetos existentes - Área de Risco - Crianças e Jovens em Situação de Privação e em Risco	82
Tabela 21. Identificação de problemas e propostas de ação - Área de Risco - Violência Doméstica.....	90
Tabela 22. Mapeamento de Recursos existentes - Área de Risco - Violência Doméstica	91
Tabela 23. Mapeamento dos Projetos existentes - Área de Risco - Violência Doméstica	92
Tabela 24. Identificação de problemas e propostas de ação - Área de Risco - Emergência Social.....	98

Tabela 25. Mapeamento de Recursos existentes - Área de Risco - Emergência Social	99
Tabela 26. Mapeamento dos Projetos existentes - Área de Risco - Emergência Social	100
Tabela 27. Identificação de problemas e propostas de ação - Área da Vulnerabilidades Social - Seniores e Pessoas Idosas	107
Tabela 28. Mapeamento de Recursos existentes - Área da Vulnerabilidades Social - Seniores e Pessoas Idosas.....	109
Tabela 29. Mapeamento de Projetos existentes - Área da Vulnerabilidades Social - Seniores e Pessoas Idosas.....	112
Tabela 30. Identificação de problemas e propostas de ação - Área da Vulnerabilidade Social - Pessoas com Deficiência	120
Tabela 31. Mapeamento de Recursos existentes - Área da Vulnerabilidade Social - Pessoas com Deficiência	122
Tabela 32. Mapeamento de Projetos existentes - Área da Vulnerabilidade Social - Pessoas com Deficiência.....	124
Tabela 33. Identificação de problemas e propostas de ação - Área da Vulnerabilidade Social: Migrantes e Refugiados	132
Tabela 34. Mapeamento de Recursos existentes - Área da Vulnerabilidade Social: Migrantes e Refugiados	134
Tabela 35. Mapeamento de Projetos - Área da Vulnerabilidade Social: Migrantes e Refugiados	135
Tabela 36. Identificação de problemas e propostas de ação - Área da Pobreza e Exclusão Social: Sem-Abrigo.....	142
Tabela 37. Mapeamento de Recursos existentes - Área da Pobreza e Exclusão Social: Sem-Abrigo.....	143
Tabela 38. Mapeamento de Projetos existentes - Área da Pobreza e Exclusão Social: Sem-Abrigo.....	144
Tabela 39. Identificação de problemas e propostas de ação - Área da Pobreza e Exclusão Social: Dependências.....	150
Tabela 40. Mapeamento de Recursos existentes - Área de Pobreza e Exclusão Social - Dependências.....	151
Tabela 41. Mapeamento de Projetos existentes - Área de Pobreza e Exclusão Social - Dependências.....	152
Tabela 42. Identificação de problemas e propostas de ação - Área da Pobreza e Exclusão Social - Saúde Mental.....	156
Tabela 43. Mapeamento de Recursos existentes - Área da Pobreza e Exclusão Social -	

Saúde Mental.....	157
Tabela 44. Mapeamento de Projetos existentes - Área da Pobreza e Exclusão Social - Saúde Mental.....	158
Tabela 45. Identificação de problemas e propostas de ação - Área da Pobreza e Exclusão Social - Disfuncionalidades e Desestruturação Individual e Familiar.....	165
Tabela 46. Mapeamento de Recursos existentes - Área da Pobreza e Exclusão Social - Disfuncionalidades e Desestruturação Individual e Familiar.....	166
Tabela 47. Mapeamento de Projetos existentes - Área da Pobreza e Exclusão Social - Disfuncionalidades e Desestruturação Individual e Familiar.....	168
Tabela 48. Identificação de problemas e propostas de ação - Área da Exclusão Social - Desemprego	180
Tabela 49. Mapeamento de Recursos existentes- Área da Exclusão Social - Desemprego	182
Tabela 50. Mapeamento de Projetos existentes - Área da Exclusão Estrutural - Desemprego	183
Tabela 51. Identificação de problemas e propostas de ação - Área da Exclusão Estrutural - Habitação	191
Tabela 52. Mapeamento de Recursos existentes - Área da Exclusão Estrutural - Habitação	192
Tabela 53. Mapeamento de Projetos existentes - Área da Exclusão Estrutural - Habitação	193

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Comparação Demográfica Portugal NUT Ave Guimarães.....	34
Gráfico 2. Pirâmide Etária em Guimarães em 2023	35
Gráfico 3. Variação Demográfica em Guimarães entre 2021 e 2023.....	36
Gráfico 4. Taxa de Criminalidade em 2021 e 2023 Portugal Ave Guimarães	47
Gráfico 5. Evolução do Crime Violência Doméstica em Guimarães	48
Gráfico 6. Habitantes por Médico em Guimarães entre 2021 e 2023	51
Gráfico 7. Habitantes por Farmacêutico em Guimarães entre 2021 e 2023	52
Gráfico 8. Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (‰)	53
Gráfico 9. Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰).....	53
Gráfico 10. Variação do número de pensionistas da Segurança Social.....	56
Gráfico 11. Variação das Pensões da Segurança Social	57
Gráfico 12. Variação da população residente com estatuto legal de residente em % da população residente	59
Gráfico 13. Desempregados inscritos e desempregados à procura de novo emprego	62

Siglas e Acrónimos

ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
ACM	Alto Comissariado para as Migrações
ADCL	Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais
ADDHG	Associação Defesa dos Direitos Humanos de Guimarães
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
APSI	Associação de Psicologia da Universidade do Minho
ATL	Atividades de Tempos Livres
BLV	Banco Local de Voluntariado
CACI	Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão
CAFAP	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
CAO	Centros de Atividades Ocupacionais
CASFIG	Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EM. Unipessoal, Lda.
CATL	Centro de Atividades Tempos Livres
CAVI	Centro de Apoio à Vida Independente
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CLAIM	Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
CLAS	Conselho Local de Ação Social
CP	Comboios de Portugal
CPCJ	Comissões de Proteção de Crianças e Jovens
CRFP	Centro de Reabilitação e Formação Profissional - CERCIGUI
CRI	Centro de Respostas de Integradas
CRTIC	Centro de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação
CSIF	Comissões Sociais Interfreguesias
DCDS	Divisão para a Coesão e Desenvolvimento Social do Município de Guimarães
DGERT	Direção-Geral do Emprego e das Relações no Trabalho
DLD	Desempregado de Longa Duração
ECATD	Estudo sobre o consumo de álcool, tabaco, drogas e outros

	comportamentos aditivos e dependências - Portugal Continental
EIVL	Equipas para a Igualdade na Vida Local
EMI	Espaço Municipal para a Igualdade – DCDS – Município de Guimarães
EPAV	Equipas de Proximidade de Apoio às Vítimas
ERPI	Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas
GASMAVE	Grupo de Apoio Social na Margem do Ave
GNR	Guarda Nacional Republicana
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPG	Inquérito nacional ao consumo de substâncias psicoativas na população geral
INS	Inquérito Nacional de Saúde - INS
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ISCSPUL	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero e Intersexo
LNES	Linha Nacional de Emergência Social
MAI	Ministério da Administração Interna
NEET	Não estuda, não trabalha, nem frequenta formação profissional.
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OMS	Organização Mundial de Saúde
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PSP	Polícia de Segurança Pública
RAHRA	Reducing Alcohol Related Harm – Standardised European Alcohol Survey
RRMD	Redução de Riscos e Minimização de Danos
SAAS	Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social
SAD	Serviços de Apoio Domiciliário
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
UNAGUI	Universidade do Autodidata da Terceira Idade de Guimarães
VAR	Variação

Visão Estratégica

Perspetivar o desenvolvimento social do concelho de Guimarães implica o alinhamento estratégico prévio com os parâmetros globais em que se insere e nos quais compete por recursos e oportunidades.

A Estratégia Inclusiva preconizada no PDS integra-se nas orientações para a ação e captação de recursos que sustentem e apoiem o desenvolvimento social do município: alinhamento estratégico com os instrumentos de política pública ao nível europeu e nacional (Estratégia 2030 e PRR-Plano de Recuperação e Resiliência); com a orientação estratégica nos eixos internos da dinâmica social e institucional do concelho e com as grandes linhas de orientação estratégica integradora do concelho.

A dinâmica de intervenção e inovação social proposta no PDS, enquadra-se e está alinhada na Estratégia Portugal 2030 aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro.

A Estratégia Portugal 2030 está estruturada em quatro agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030.

O Portugal 2030 é implementado através de programas de âmbito temático – Demografia, Qualificações e Inclusão, Inovação e Transição Digital, Ação Climática e Sustentabilidade e Mar e cinco Regionais, correspondentes às NUTS II do Continente onde se enquadra a região Norte. A estes acrescem os Programas de Cooperação Territorial Europeia em que Portugal participa.

O PDS orienta-se fundamentalmente para o “Programa das Qualificações e Inclusão” procurando estabelecer a relação direta com as linhas de apoio e financiamento que irá implementar.

Neste Programa insere-se a “Agenda 1 - As Pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade” que constitui uma agenda de Desenvolvimento Social, proposta pelo Portugal 2030 e que integra muitas das temáticas desenvolvidas no âmbito da elaboração do PDS, nomeadamente:

1. Sustentabilidade demográfica
2. Promoção da inclusão e luta contra a exclusão
3. Resiliência do sistema de saúde
4. Garantia de habitação condigna e acessível
5. Combate às desigualdades e à discriminação

As temáticas propostas na agenda 1 estão presentes no PDS e estão em plena sintonia com o diagnóstico e priorização das problemáticas sociais que constituem a base operativa do PDS.

A linha de financiamento dedicada à agenda 1, a OP4 Europa + social - Demografia, Qualificações e Inclusão que será financiada pelo FSE dará cumprimento quase integral a este objetivo prioritário.

Este programa de financiamento contará com financiamento para a intervenção alargada nos domínios das Políticas Ativas de Emprego, da Educação e Formação Profissional e Superior, da Inclusão Social e da Igualdade e Não Discriminação. Abrange as regiões menos desenvolvidas do Continente, em que se inclui a região Norte, à exceção do apoio aos mais carenciados, em que são, também, apoiadas as regiões da Área Metropolitana de Lisboa e Algarve.

O financiamento à intervenção social, estruturada na estratégia 2030 é complementar com o atual programa estratégico em vigor designado de Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Este Plano integra uma visão estratégica de desenvolvimento do País e dos seus recursos e ativos mobilizadores e competitivos para atingir o patamar de Desenvolvimento Social preconizado no PDS.

As prioridades do PRR já anunciadas e em plena implementação são um recurso convergente com a estratégia 2030, com o qual o PDS se procurou alinhar estrategicamente de modo a possibilitar o acesso aos recursos financeiros indispensáveis para a intervenção preconizada, potenciando o financiamento aos projetos e ações do conjunto de instituições parceiras da Rede Social de Guimarães.

Para além da articulação com a estratégia externa e macro territorial na qual o concelho de Guimarães se enquadra, o PDS procurou estruturar a sua Visão estratégica num conjunto de eixos estratégicos internos. Estes Eixos Estratégicos constituem a marca diferenciadora e competitiva do concelho demonstrativos do seu potencial e dinâmica específica que poderão determinar o sucesso da lógica de ação e desenvolvimento social constitutiva do PDS.

Princípios

A **coesão socioterritorial e a territorialização da intervenção**, enquanto princípios organizadores do PDS, pretendem corresponder à característica diferenciadora do concelho de Guimarães se encontrar coberto por Comissões Sociais Interfreguesias. Estas microestruturas de decisão e ação local, representam a resposta social de proximidade baseada na dinâmica de parceria do território.

As CSIF potenciam as necessárias respostas de proximidade e à medida das especificidades do território, mas, simultaneamente, as intervenções deverão ter escala suficiente para produzir o impacto social desejado na globalidade do concelho pelo que são necessárias estratégias transversais à escala do concelho e supramunicipais.

A integração e proximidade da intervenção constituem ferramentas essenciais para corrigir assimetrias (centro periferia) no desenvolvimento do concelho e no acesso a recursos e respostas sociais.

Estes são princípios organizadores da ação coletiva no município, que privilegiam o **planeamento orientado para impactos sociais** transformador dos fatores de contexto geradores dos problemas sociais, colmatando necessidades e, simultaneamente, produzindo mudança social.

Estratégia Inclusiva de Guimarães

A coerência da intervenção e a sintonia de princípios e perspetivas de ação entre todos os parceiros da Rede Social constitui uma ferramenta preciosa na concretização das propostas do PDS e da coesão da identidade da Rede Social.

Neste sentido é proposta uma ideia transversal e integradora que possibilite a criação de uma identidade comum enquanto interventores na área social do concelho, integrados institucionalmente na rede.

Visão

A Visão proposta para o concelho de Guimarães pretende o posicionamento comum dos parceiros institucionais e técnicos no sentido de criar um território diferenciado na sua capacidade de gerar inclusão e bem-estar social para todos, propondo, como Visão Estratégica:

Guimarães – Concelho Ativador de Oportunidades para a Inclusão

Isto é, criar um território de práticas de inclusão apoiadas em modelos técnicos de intervenção geradores de oportunidades e transformação social demonstrada e testada no tecido social e institucional local onde a inclusão ativa decorre da concretização da plena cidadania, justiça social e dignidade humana, e de um desenho inclusivo das políticas sociais do concelho, na procura de inovação e concertação em soluções e propostas de ação geradoras de impacto.

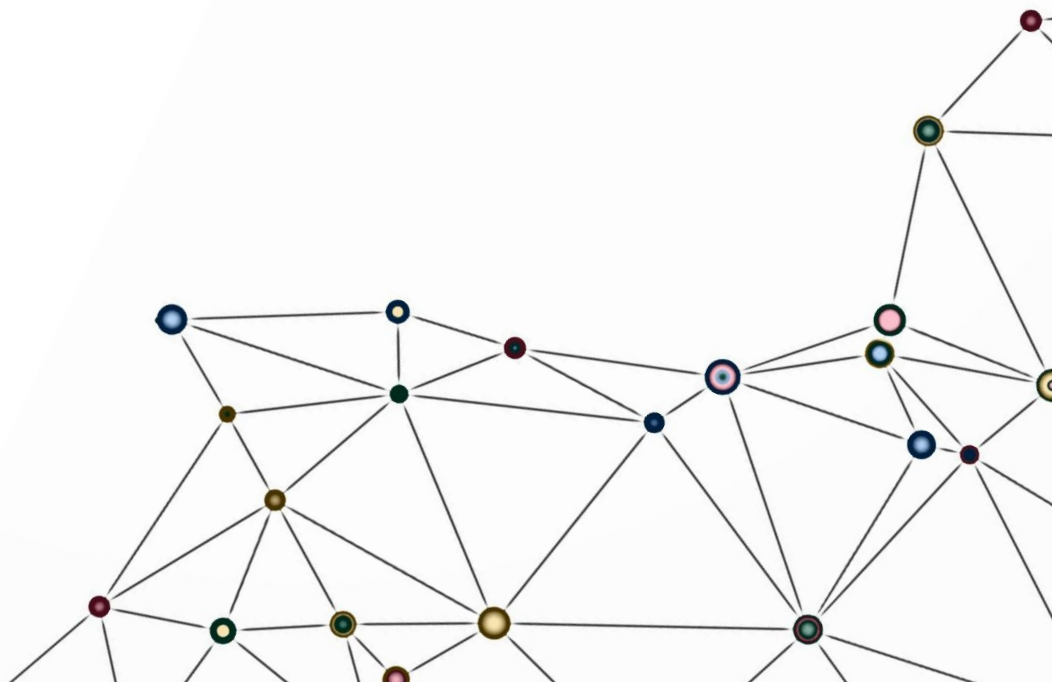
Linhas de Intervenção

As linhas de intervenção propostas para a concretização da Visão que concretizam a estratégia inclusiva de Guimarães serão as seguintes:

- **Rede ativa de coesão social** – Integração e articulação de recursos para a intervenção inclusiva em situações de especial vulnerabilidade;
- **Soluções e políticas à medida das especificidades e necessidades sociais identificadas;**
- **Proximidade da comunidade aos recursos num território coeso sem assimetrias e desigualdades de acesso;**
- **Qualificação e Escolarização** – Intervenção promotora de recursos e igualdade de oportunidades nos suportes sociofamiliares e pessoais para a qualificação;
- **Empregabilidade estabilizada** – estratégia unificadora e sistematização de recursos / ação focada na empregabilidade crescentemente estável, qualificada e segura.

No plano estratégico, o desenvolvimento social é entendido como um processo de capacitação do território para a resposta atempada e adequada aos problemas sociais identificados, inovação na formulação de soluções ao nível micro - comunitário e macro, ao nível das políticas municipais, iniciativa empresarial ou empreendedora para a criação de oportunidades de inclusão para grupos em situação vulnerável.

O processo de capacitação do território é expresso em fatores dinâmicos promotores das mudanças induzidas no território, como consequência das políticas e medidas sociais preconizadas.



Indicadores

Este processo de capacitação baseia-se em indicadores dinâmicos com o objetivo de tornar mensuráveis as mudanças verificadas nos fatores de contexto social, como demonstração da capacidade de criação de valor nos domínios em que as temáticas sociais se enquadram.

Os indicadores propostos para que possam refletir a dinâmica social do concelho e o contributo das estratégias definidas no PDS, são os seguintes:

1. Atratividade demográfica

A dinâmica demográfica é um indicador chave da monitorização da competitividade em termos de atração de população, normalmente associada ao nível de desenvolvimento social do território. A sua capacidade diferenciadora manifesta-se no nível de atração demográfica, na fixação da população jovem, com projeto de fixação e residência no concelho constituindo família e no equilíbrio da respetiva pirâmide etária.

Indicador – Saldo natural do concelho

2. Infraestruturação do território em Respostas Sociais adequadas às problemáticas sociais identificadas no PDS

O grau de infraestruturação do território em respostas sociais que respondam às problemáticas sociais diagnosticadas reflete a capacidade de resolução das políticas sociais locais;

Indicador – Taxa de cobertura concelhia das respostas e equipamentos sociais alocadas às problemáticas sociais identificadas no PDS.

3. Nível de progressão geracional da escolarização

A escolarização (e a qualificação global do território) é determinante para a diferenciação do concelho no contexto territorial da CIM do Ave e na manifestação da mudança para um modelo de desenvolvimento baseado no conhecimento e nas competências críticas para a promoção da inclusão.

Este indicador a utilizar deverá, igualmente, permitir a verificação da dinâmica e ritmo do progresso da escolarização (e da qualificação) na população

Indicador – “Capital Humano” do concelho – Nível médio de escolarização por grupo etário.

4. Dinâmica da criação de emprego e autoemprego sustentável (sem precariedade)

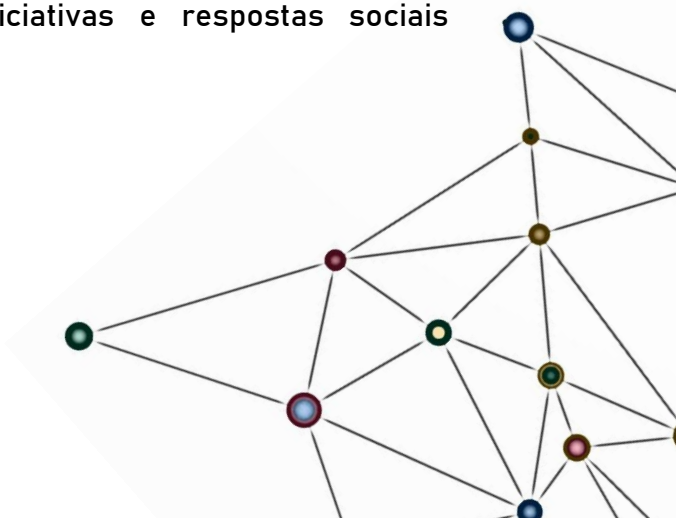
Na perspetiva do desenvolvimento social interessa perceber a capacidade endógena de resposta aos ciclos económicos através da dinâmica da criação de emprego em condições de estabilidade, progressividade e segurança laboral integrando esta dinâmica de empregabilidade na dinâmica do tecido produtivo.

Indicador – Taxa líquida de criação de emprego sem termo; autoemprego qualificado.

5. Capacidade de Inovação nos serviços e respostas sociais de base comunitária

A capacidade de inovação dos serviços e respostas à escala da comunidade é um dos indicadores da capacitação e dinamização dos microterritórios (CSIF) na promoção do desenvolvimento local e social. A mensurabilidade deste indicador exige a produção de informação específica sobre as iniciativas, projetos e programas locais de ação criados à sua escala com os seus objetivos e as suas próprias estratégias de intervenção. O mapeamento da inovação à escala local deverá ser um dos objetivos da governação do PDS.

Indicador – Taxa de projetos, ações, iniciativas e respostas sociais consideradas inovadoras nas CSIF.



6. Resposta inovadora ao risco e emergência social

O objetivo deste indicador é a identificação da capacidade institucional de sinalização e identificação da problemática do risco e emergência social e a formulação de propostas e projetos inovadores que respondam a essas problemáticas.

O PDS deverá focalizar o seu impacto na coesão social criando condições de estabilidade e dignidade nas situações de risco e emergência.

Indicador – Taxa de cobertura do concelho com projetos e ações consideradas inovadoras na resposta ao risco, vulnerabilidade social severa e emergência social.

7. Nível de integração de projetos em rede

A integração em rede das respostas, projetos e instituições é determinante no desenvolvimento social do território. A capacidade de articulação das instituições e equipas técnicas é um indicador, por excelência, da eficiência do dispositivo de resposta social do concelho.

Indicador – Índice de resposta em rede às problemáticas sociais identificadas no PDS.

Estratégias Transversais – Responsabilidade Social Corporativa

O concelho de Guimarães caracteriza-se pelo elevado índice de atividade económica com forte relevância para o setor secundário e a presença de intensa e diversificada atividade industrial, a par do setor de serviços em expansão e do setor primário, ainda com relativa expressão. Em rápido crescimento económico nos últimos anos o concelho de Guimarães apresenta uma forte densidade empresarial distribuída pelo território de modo homogéneo, nos principais núcleos urbanos e peri urbanos.

A relação deste tecido empresarial com a comunidade envolvente é crescentemente considerada um ativo estratégico pelas empresas. A aceitação da implantação empresarial pela comunidade envolvente e a valorização das empresas como fonte de desenvolvimento local é, por estas, valorizada como um fator de sustentabilidade e de valorização do investimento associado à atividade económica.

A comunidade é reconhecida por um número crescente de empresas, como um *stakeholder* relevante, pelo que o bem-estar e desenvolvimento social e humano resultante da sua atividade no território constituem uma evidência do retorno do investimento e valor acrescentado contabilizado pelas empresas.

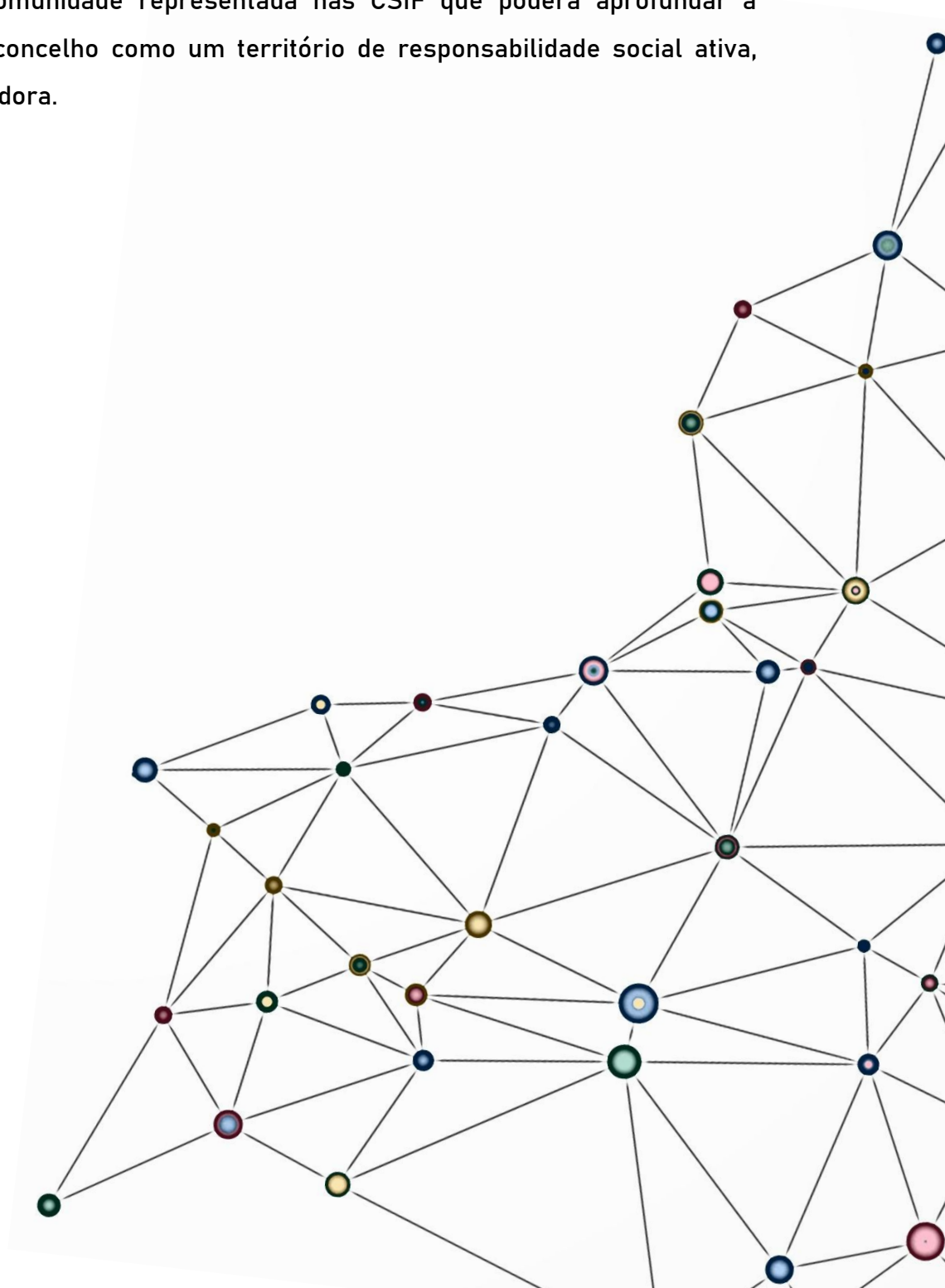
O estabelecimento desta interação entre empresas e comunidade constitui um desafio para ambas as partes. A operacionalização da responsabilidade social corporativa em Guimarães deverá ter em conta a possibilidade do envolvimento das empresas em projetos com impacto na comunidade que tenham o seu foco em necessidades sociais reais. O apoio e contributo direto das empresas na resolução dos problemas identificados na comunidade garante que os recursos mobilizados nos projetos resultam em benefícios tangíveis para a comunidade no seu todo e mais especificamente das pessoas e famílias com necessidades sociais, humanas e pessoais.

A mediação dos atores locais na identificação das necessidades da comunidade e o envolvimento institucional do tecido empresarial local é um fator chave na implementação da estratégia de responsabilidade corporativa.

O envolvimento dos atores públicos e privados nesta estratégia deverá apoiar-se nas estruturas locais de proximidade da Rede Social, as Comissões Sociais InterFreguesia (CSIF) que agrupam os diferentes parceiros no seu fórum participativo e deliberativo representativo da comunidade. Das CSIF poderá emanar o diagnóstico de necessidades locais e os projetos de ação na resolução dos problemas identificados.

A aproximação das empresas a estas estruturas facilitará, às empresas, o suporte adequado para a formulação da sua política de responsabilidade social face à informação, validação comunitária e enquadramento institucional para a sua implementação em apoios a projetos ou noutras modalidades consideradas com impacto na comunidade.

A responsabilidade social corporativa das empresas de Guimarães constitui uma estratégia transversal prioritária no PDS através da articulação entre empresas e comunidade representada nas CSIF que poderá aprofundar a identidade do concelho como um território de responsabilidade social ativa, criativa e inovadora.



Caracterização Estatística / Dinâmicas do território



Fonte: Câmara Municipal de Guimarães



Dinâmica demográfica

A dinâmica demográfica do concelho de Guimarães é caracterizada por tendências que estão alinhadas com o conjunto do território regional e nacional, mas com especificidades que definem um retrato estatístico particular. O aumento da população residente é uma constante nacional e regional à qual Guimarães está menos exposta: o aumento da população (0,19%) é marginal se compararmos com a do território nacional (2,1%) e da NUT do Ave (0,8%). (Gráfico 1).

Comparação Demográfica - 2021 e 2023

Fonte: INE/Pordata

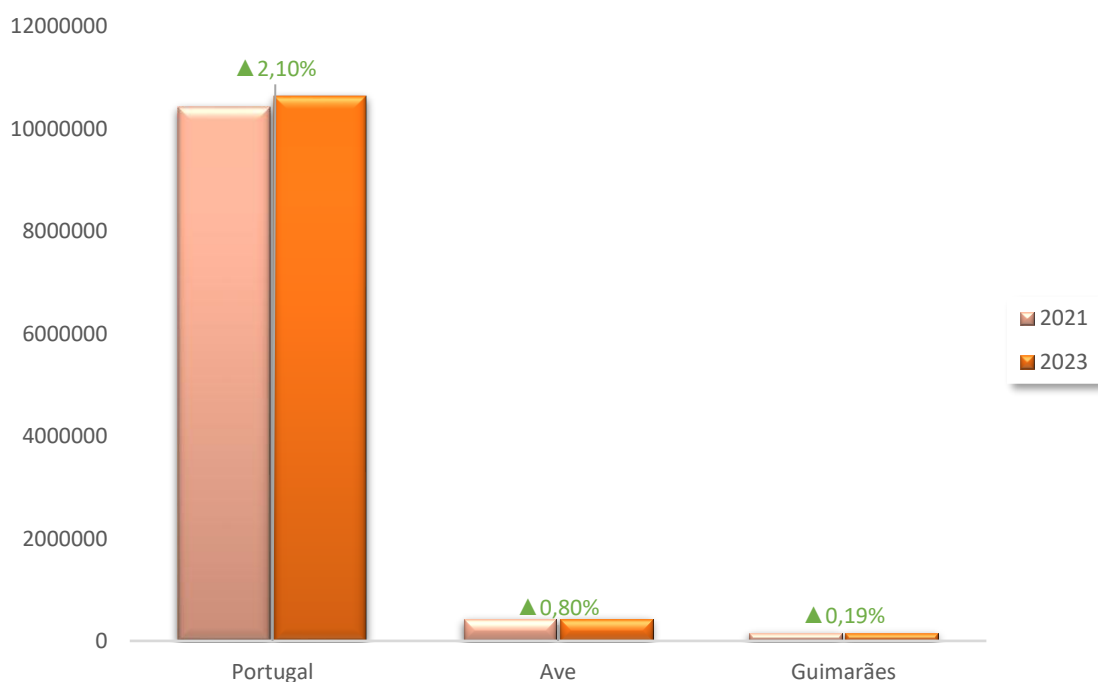


Gráfico 1. Comparação Demográfica Portugal | NUT Ave | Guimarães

A relativa estabilidade demográfica do concelho coexiste com profundas mudanças no padrão de distribuição da população pelos grandes grupos etários. Neste domínio o concelho de Guimarães está em contraciclo com o território

nacional. A diminuição da população no grupo etário dos 0-14 anos apresenta um valor acentuado (6,84%), contrastando com o aumento a nível nacional (1,74%) embora a tendência de diminuição permaneça no Ave sendo relativamente inferior (5,02%). No grupo etário dos 15-24 anos verifica-se a mesma tendência de diminuição em Guimarães (9,19%) e no Ave (7,20%) tendo permanecido um aumento a nível nacional (1,62%). (Tabela 1)

Estes dados demonstram a acentuada diminuição na base da pirâmide etária com o correspondente aumento exponencial no topo, ou seja, do grupo etário das pessoas com 65 ou mais anos. O aumento verificado em Guimarães, neste grupo etário (36,57%) é bastante superior à da média nacional (20,78%) e do Ave (33,42%). (Gráfico 2 e 3).

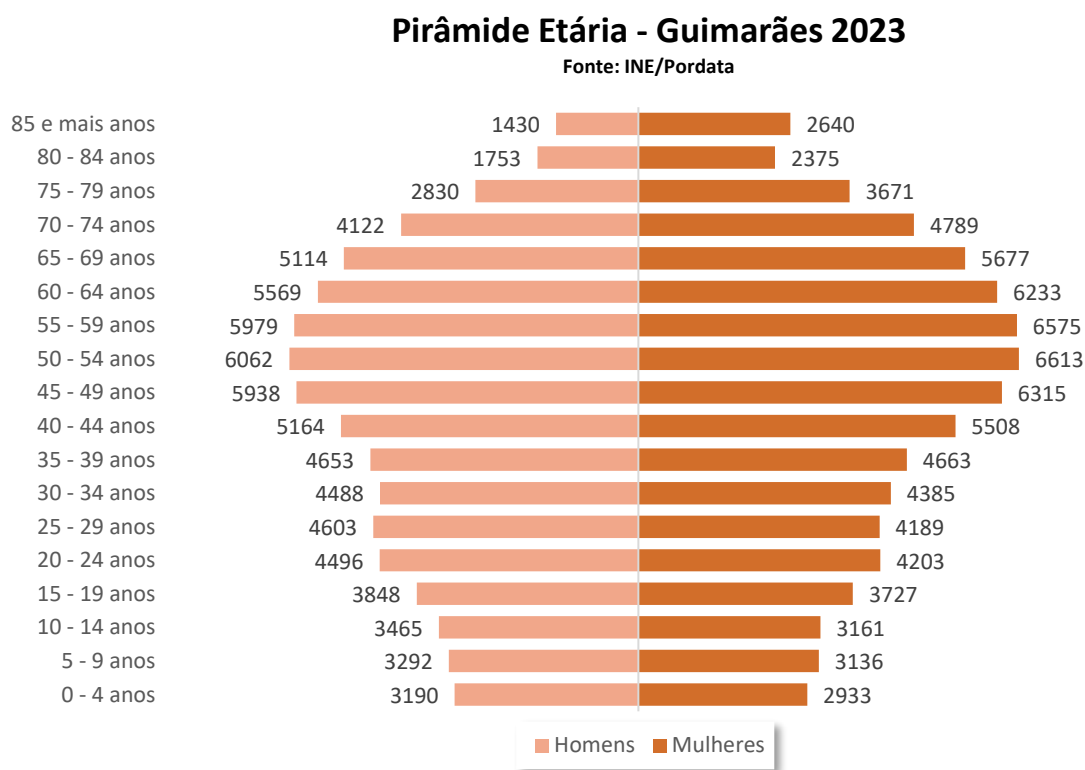


Gráfico 2. Pirâmide Etária em Guimarães em 2023

Variação Demográfica - Guimarães entre 2021 e 2023

Fonte: INE/Pordata

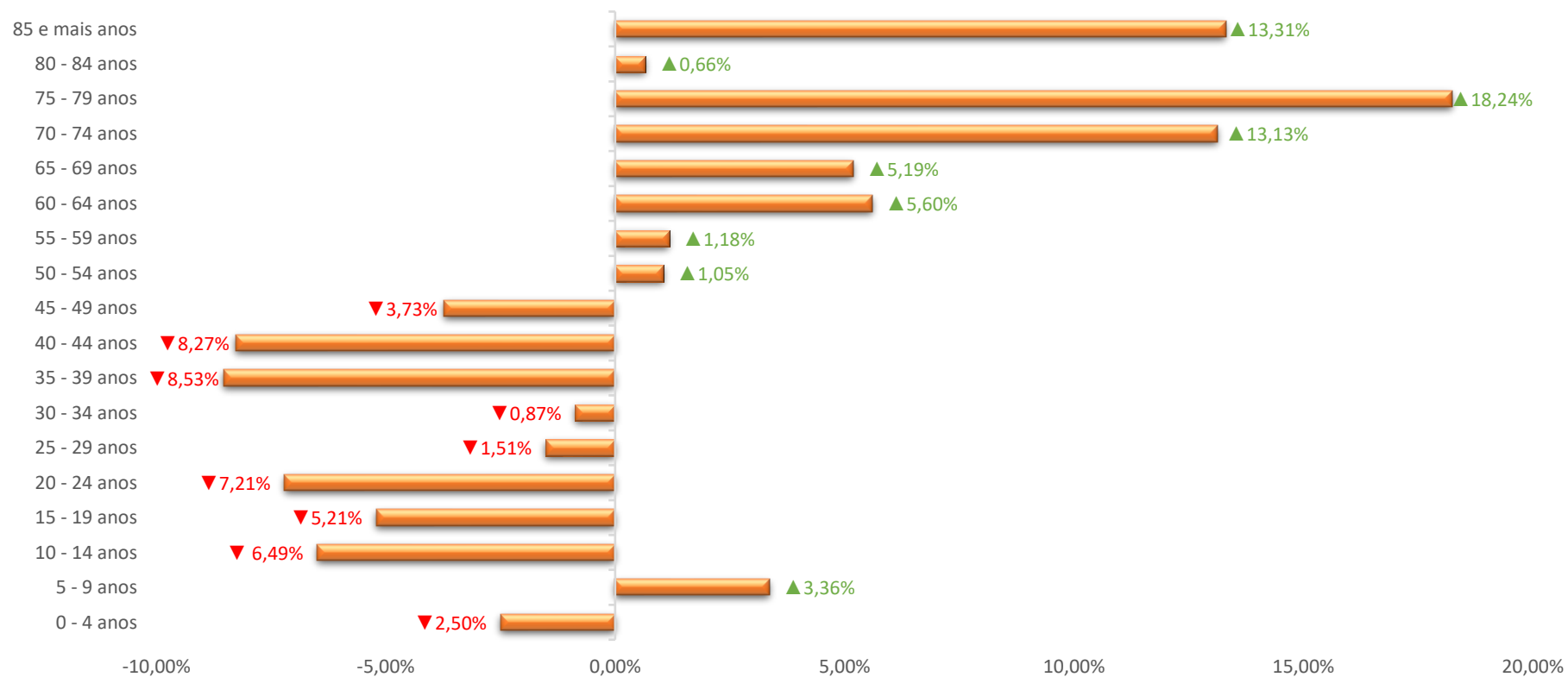


Gráfico 3. Variação Demográfica em Guimarães entre 2021 e 2023

Tabela 1. Comparação dos Grupos Etários Portugal | Ave | Guimarães

Faixa Etária	Portugal		Var	Ave		Var	Guimarães		Var
	2021	2023		2021	2023		2021	2023	
0 - 4 anos	426992	429772	0,65%	16636	16173	-2,78%	6395	6123	-4,25%
5 - 9 anos	433175	448180	3,46%	16398	16893	3,02%	6206	6428	3,58%
10 - 14 anos	497656	485816	-2,38%	19181	18172	-5,26%	7061	6626	-6,16%
15 - 19 anos	528895	528106	-0,15%	21587	20665	-4,27%	7860	7575	-3,63%
20 - 24 anos	560746	570651	1,77%	24415	23700	-2,93%	9212	8699	-5,57%
25 - 29 anos	544830	570426	4,70%	23314	23934	2,66%	8792	8792	0,00%
30 - 34 anos	564506	595831	5,55%	23130	23717	2,54%	8822	8873	0,58%
35 - 39 anos	634615	625728	-1,40%	25748	24618	-4,39%	9771	9316	-4,66%
40 - 44 anos	743569	725913	-2,37%	30081	28701	-4,59%	11330	10672	-5,81%
45 - 49 anos	807123	820461	1,65%	33467	33069	-1,19%	12533	12253	-2,23%
50 - 54 anos	753851	782582	3,81%	32993	33357	1,10%	12597	12675	0,62%
55 - 59 anos	746862	754885	1,07%	32946	33312	1,11%	12441	12554	0,91%
60 - 64 anos	716653	736800	2,81%	30392	31276	2,91%	11356	11802	3,93%
65 - 69 anos	658158	685297	4,12%	27614	29098	5,37%	10373	10791	4,03%
70 - 74 anos	603512	619143	2,59%	22344	23944	7,16%	8208	8911	8,56%
75 - 79 anos	478962	516919	7,92%	16021	18194	13,56%	5726	6501	13,53%
80 - 84 anos	358685	363850	1,44%	11652	11623	-0,25%	4081	4128	1,15%
85 e mais anos	362327	379366	4,70%	11172	12018	7,57%	3724	4070	9,29%
Fonte: INE/Pordata									

A leitura estatística destes dados deverá ser ponderada tendo em conta que, a região do Ave e o concelho de Guimarães integraram, mais tardiamente que o país na sua globalidade, a tendência de alargamento do topo da pirâmide etária.

A região do Ave e Guimarães em particular, mantiveram-se uma região comparativamente jovem tendo sofrido, sobretudo no período de 2021 e 2023, o expressivo choque demográfico a que assistimos. Atualmente este processo decorre a uma velocidade acelerada pelo que no curto prazo é previsível que o concelho esteja equiparado às médias nacionais e regionais.

Como seria expectável a partir da verificação destes dados, a variação do índice de envelhecimento (10,74%) quase que duplica a média nacional (2,79%) e está próxima da do Ave (9,59%) onde decorre um processo semelhante. Ainda assim o índice de envelhecimento (179,40%) é inferior à média nacional (188,10%) e do Ave (185,20%), pelo que o concelho de Guimarães continua a apresentar uma estrutura etária mais jovem que o país e o Ave. A mesma tendência de persistência de uma dinâmica populacional mais jovem verifica-se no índice de dependência total, onde Guimarães apresenta valores comparativos mais favoráveis.

A explicar esta dinâmica populacional está a acentuada redução do saldo populacional (-147,97%) muito inferior à média nacional (-728,79%), embora bastante inferior à do Ave (-254,30%). No indicador, saldo natural, esta tendência de contração é positiva (73,98%), sendo o contrário da tendência do país (-27,92%) e superior à do Ave (13,88%). O saldo migratório diminui acentuadamente (-203,46%, acentuando a tendência de diminuição da população.

A taxa de natalidade aumentou (2,74%) com valores inferiores ao do país (5,19%) e do Ave (4,23%) tendo sido significativo o valor deste aumento na taxa de fecundidade (7,60%) que é inferior à do país (7,82%) e do Ave (9,40%). Ainda assim, o concelho apresenta uma taxa de fecundidade ligeiramente inferior à média nacional e significativamente inferior à do Ave. Em contrapartida o concelho de Guimarães teve um aumento da taxa de mortalidade (9,88%) o que

a nível nacional teve a tendência contrária, tendo esta diminuído entre os dois anos (-6,67%), a média do Ave, assim como Guimarães, sofreu um aumento (15,79%). Em termos agregados, a taxa de mortalidade em Guimarães é superior à média do país e do Ave.

O índice de longevidade aumenta (1,43%), sendo superior à Ave (0,68%). Mas como fator positivo, o concelho continua com um índice de longevidade superior à média nacional (0,61%). (Tabela 2)

Em termos globais verificamos que o concelho de Guimarães mantém uma dinâmica demográfica relativamente jovem, mas paralelamente assistimos a um expressivo envelhecimento populacional com o acentuar do desequilíbrio da pirâmide etária – forte contração na base onde se situam os grupos etários mais jovens e o expressivo alargamento do topo com os grupos mais envelhecidos.

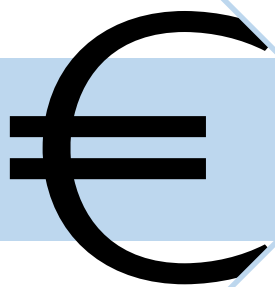
Ainda assim, Guimarães é um concelho comparativamente mais jovem e menos envelhecido que o restante país pelo que mantém ativa a vantagem comparativa da dinâmica demográfica que resiste ao “inverno demográfico” e abre possibilidades ao reequilíbrio demográfico, fator estratégico para o desenvolvimento social.



Tabela 2. Tabela Geral de Indicadores: Dinâmica Demográfica

Indicadores	Portugal		Var	Ave		Var	Guimarães		Var
	2021	2023		2021	2023		2021	2023	
Densidade Populacional (N.º/ km²)	112,2	115,4	2,85%	287,8	291,1	1,15%	648,7	650,6	0,29%
Famílias clássicas: total	4149096	-		153479	-		57737	-	
Índice de dependência total %	57,0%	58,50%	2,63%	49,50%	52,90%	6,87%	48,10%	51,90%	7,90%
Índice de envelhecimento	183,0%	188,10%	2,79%	169%	185,20%	9,59%	162%	179,40%	10,74%
Índice de longevidade	48,80%	49,10%	0,61%	43,80%	44,10%	0,68%	42,10%	42,70%	1,43%
Nados Vivos: total	79582	85699	7,69%	2952	3122	5,76%	1147	1175	2,44%
População Residente (0-14 anos)	1331396	1363768	2,43%	51830	51238	-1,14%	19587	19177	-2,09%
População Residente (15-24 anos)	1088333	1098757	0,96%	46769	44365	-5,14%	17410	16274	-6,52%
População Residente (25-64 anos)	5500951	5612626	2,03%	233211	231984	-0,53%	88523	86937	-1,79%
População Residente (65 anos e +)	2424122	2564575	5,79%	86721	94877	9,40%	31329	34401	9,81%
População Residente: M	5423632	5556158	2,44%	216665	217 673	0,47%	81339	80 793	-0,67%
População Residente: H	4921170	5083568	3,30%	201866	204 791	1,45%	76749	75 996	-0,98%
População Residente: total	10344802	10639726	2,85%	418531	422464	0,94%	158088	156789	-0,82%
Saldo Populacional: migratório	25642	155 701	507,21%	-613	2 858	-566,23%	-492	509	-203,46%
Saldo Populacional: natural	-45220	-32 596	-27,92%	-713	-812	13,88%	-123	-214	73,98%
Saldo Populacional: total	-19578	123 105	-728,79%	-1326	2 046	-254,30%	-615	295	-147,97%
Taxa Bruta de Mortalidade	12,0%	11,2%	-6,67%	8,8%	9,3%	5,68%	8,1%	8,9%	9,88%
Taxa Bruta de Natalidade	7,70%	8%	5,19%	7,10%	7,40%	4,23%	7,30%	7,50%	2,74%
Taxa de fecundidade ‰	35,8	38,6	7,82%	31,9	34,9	9,40%	32,9	35,4	7,60%

Fonte: INE/Pordata



Economia e Emprego

O concelho de Guimarães vive um ciclo de crescimento e expansão socio económica evidenciada na melhoria global dos indicadores disponíveis. O volume dos ativos empregados (pessoal ao serviço nas empresas) aumentou significativamente (12,6%) embora um pouco menos que a nível nacional (14%) e no Ave (13%). Este dado reflete um forte dinamismo económico com o incremento da atividade empresarial. A análise por sexo demonstra a quase paridade no crescimento do emprego (11,2% homens, 9,5% mulheres) confirmando a já tradicional importância da força de trabalho feminina e o necessário reflexo desta situação na necessidade de alargamento dos equipamentos e respostas sociais para a infância.

O volume de população desempregada em Guimarães, sofreu uma acentuada quebra (-60,5%), valor muito elevado e superior à média nacional (-42,5%) e ao Ave (-57%). A variação intercensitária do desemprego atinge um pico estatístico e significa uma redução histórica do desemprego no concelho verificando, atualmente, uma situação próxima do pleno emprego.

Confirmando o ciclo expansivo da atividade económica em Guimarães verificamos que a população empregada total cresceu 4,73%, muito acima da média nacional (1,50%) embora um pouco abaixo da média do Ave (5,63%). Este dado é contrastante com o desequilíbrio demográfico refletido na forte diminuição relativa do número de indivíduos em idade ativa por idoso (-34%).

Podemos concluir que embora a força de trabalho da população ativa tenha crescido significativamente, o seu crescimento é inferior em termos relativos ao crescimento da população idosa. Esta é, provavelmente, a ameaça mais

significativa, no curto - médio prazo, ao crescimento da dinâmica económica do concelho.

As consequências deste desequilíbrio na estrutura demográfica serão visíveis na carência ou inexistência de mão-de-obra para as empresas do concelho, situação que começa a dar os primeiros sinais. O reflexo deste desequilíbrio, caso não seja corrigido, terá consequências na perda de competitividade na estrutura empresarial do concelho, pela dificuldade de contratação de jovens com competências laborais atualizadas.

A dimensão social redistributiva da economia no concelho de Guimarães, também apresenta uma significativa melhoria com ganhos remuneratórios e de igualdade social.

A “Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem” que demonstra a capacidade de nivelção do diferencial salarial apresenta melhorias com a diminuição de 2,2%, valor inferior à média nacional (4,5%) mas superior ao do Ave (1,8%). O “Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem” que afere o rendimento real dos trabalhadores, cresceu fortemente apresentando um valor de 19,1%, bastante superior à média nacional (11,3%) e ao do Ave (17,7%).

Embora com dados estatísticos não censitários, disponíveis até 2019, podemos confirmar esta tendência de crescimento remuneratório em todos os setores de atividade económica: evidente recuperação e aproximação à média nacional na agricultura e indústria com um crescimento acima da média nacional.

No setor da construção, o concelho de Guimarães supera já a média nacional. O pior desempenho verifica-se no setor dos serviços, que embora apresente crescimento real, ainda se situa abaixo da média nacional, mas já superior à média do Ave.

Se analisarmos a remuneração por nível de qualificação verificamos que o concelho se encontra abaixo da média nacional em todas as categorias e com valores inferiores também em relação à remuneração média do Ave (com exceção da remuneração dos trabalhadores não qualificados). Este facto traduz a necessidade de prosseguir no esforço de qualificação e valorização profissional para atenuar as assimetrias face ao país e à NUT do Ave.

Esta variação positiva na remuneração média do trabalho confirma os ganhos de poder de compra, indicadores claros da melhoria das condições de vida e bem-estar social no concelho de Guimarães. A desigualdade, enquanto conceito amplo de medição das condições de acesso ao bem-estar social baseado no Coeficiente de Gini (com valores de 2019), apresenta em Guimarães (36,5%) um valor inferior à média nacional (41,7%) embora ligeiramente superior ao do Ave (36,3%). Este valor confirma o concelho como um território bem posicionado em termos de igualdade social.

A igualdade socioeconómica entre homens e mulheres no concelho de Guimarães, apresenta melhorias significativas. De acordo com os dados disponíveis em 2019 em relação à “Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem por sexo”, verificamos que a variação no crescimento das remunerações para as mulheres aumentou em Guimarães (21,99%) acima da média nacional (13,94%) e do Ave (18,84%). No mesmo período, a variação na remuneração feminina é superior à verificada nos homens (13,04%). Este dado confirma a redução da desigualdade remuneratória entre sexos aproximando o concelho de Guimarães das metas de igualdade de oportunidades entre sexos.

Tabela 3. Tabela Geral de Indicadores – Economia e Emprego

Indicadores	Portugal				VAR	Ave				VAR	Guimarães				VAR
	2011	2019	2020	2021		2011	2019	2020	2021		2011	2019	2020	2021	
Número de indivíduos em idade ativa por idoso	3,5	-	-	2,7	-22,90%	4,7	-	-	3,2	-31,90%	5,2	-	-	3,4	-34,60%
Pessoal ao serviço nas empresas: total	3631747	-	4140136	-	14,00%	146554	-	165597	-	13,00%	60891	-	68542	-	12,60%
Pessoal do sexo masculino ao serviço nas empresas: total	1525423	1718250	-	-	12,60%	67531	75246	-	-	11,40%	28380	31568	-	-	11,20%
Pessoal do sexo feminino ao serviço nas empresas: total	1271349	1512709	-	-	19,00%	57632	63662	-	-	10,50%	24489	26804	-	-	9,50%
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional: total	605134	-	-	347959	-42,50%	32723	-	-	14062	-57,00%	13536	-	-	5344	-60,50%
População Empregada: total	4361187	-	-	4426461	1,50%	178953	-	-	189020	5,60%	69615	-	-	72907	4,70%
Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem €	-420 €	-401 €	-	-	-4,50%	-226 €	-230 €	-	-	1,80%	-224 €	-229 €	-	-	2,20%
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total €	1 084 €	1 206 €	-	-	11,30%	836 €	984 €	-	-	17,70%	816 €	972 €	-	-	19,10%
Coefficiente de Gini	-	41,70%	-	-	-	-	36,30%	-	-	-	-	36,50%	-	-	-
Poder de compra per capita	100	100	-	-	-	79,41	85,34	-	-	7,50%	85,78	91,3	-	-	6,40%

Fonte: INE/Pordata

Tabela 4. Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sector de atividade económica

Território	Total		Sectores de atividade económica									
			Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca		Indústria, construção, energia e água		Indústrias transformadoras		Construção		Serviços	
Ano	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Portugal	905,1	1001,5	708,3	820,9	839,2	948	830,6	962,8	796,5	851,7	943	1030,9
Ave	710,5	830,5	556,4	664,2	676,8	826,6	666,8	821,6	711,8	838	768,1	838,9
Guimarães	709,3	829,3	546,9	647,9	666,4	813,9	655,2	800,7	699,7	862,5	790,9	856,6
Fonte: INE/Pordata												

Tabela 5. Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de qualificação

Território	Total	Níveis de qualificação							
		Quadros superiores	Quadros médios	Encarregados, contramestres e chefes de equipa	Profissionais altamente qualificados	Profissionais qualificados	Profissionais semiqualeificados	Profissionais não qualificados	Praticantes e aprendizes
Ano	2019								
Portugal	1001,5	2097	1481,5	1397,1	1161,1	809,4	698,2	647,4	655,7
Ave	830,5	1773,2	1354,5	1196	1033,8	740,3	664,8	630,3	635
Guimarães	829,3	1800,2	1303,1	1178,9	998,3	739	657,6	633,8	634,5
Fonte: INE/Pordata									

Tabela 6. Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo

Território	Total		Variação	Sexo					
				Masculino		Variação	Feminino		Variação
Ano	2011	2019	2011	2019	2011		2019		
Portugal	905,1	1001,5	10,65%	984,2	1069,3	8,65%	807,5	920,1	13,94%
Ave	710,5	830,5	16,89%	762	878,2	15,25%	650,9	773,5	18,84%
Guimarães	709,3	829,3	16,92%	760,6	859,8	13,04%	649,5	792,3	21,99%
Fonte: INE/Pordata									



Segurança e Proteção

O clima de segurança e proteção dos cidadãos no município de Guimarães, no que se refere à criminalidade registada de acordo com as definições legais em vigor, melhorou consideravelmente. A variação negativa em Guimarães, verificada através do aumento da taxa de criminalidade, coloca este valor em (10,29%), variação muito mais acentuada em relação ao Ave (4,52%) inferior comparativamente é média nacional (20,27%). (Gráfico 4)

Comparação da Taxa de Criminalidade - 2021 e 2023

Fonte: INE/Pordata

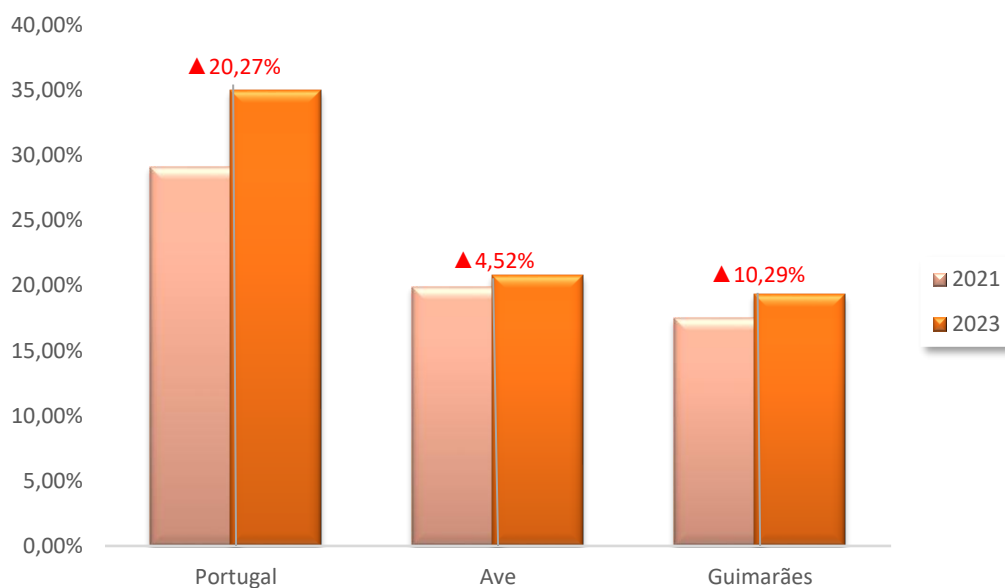


Gráfico 4. Taxa de Criminalidade em 2021 e 2023 Portugal | Ave | Guimarães

Desagregando esta informação pela análise comparativa da tipologia de crimes, verificamos que existe um acentuado aumento em todas as tipologias de crime com a exceção do crime de furto de veículo e em veículo motorizado e dos crimes contra o Estado e contra animais de companhia que não sofreram nenhuma variação.

A violência doméstica é um crime em crescimento e representa um forte desafio para a intervenção no contexto de crime, nas condições sociais e psicopatológicas onde se enquadra e nos agentes agressores e promotores criminais. A violência doméstica é, também, um crime que reflete indiretamente a degradação das condições sociais e de saúde mental de uma franja da população cada vez mais numerosa. Este crime é sinalizador do mal-estar social a vários níveis e a sua expressão é igualmente sinalizada pelos técnicos que realizam intervenção social no município.

Em Guimarães, a violência doméstica tem evoluído de forma preocupante nos últimos anos. Entre 2011 e 2023, o número de casos registados aumentou cerca de 17,63%, o que indica que, apesar dos esforços para combater este crime, a violência doméstica continua a ser um problema significativo no concelho. (Gráfico 5)

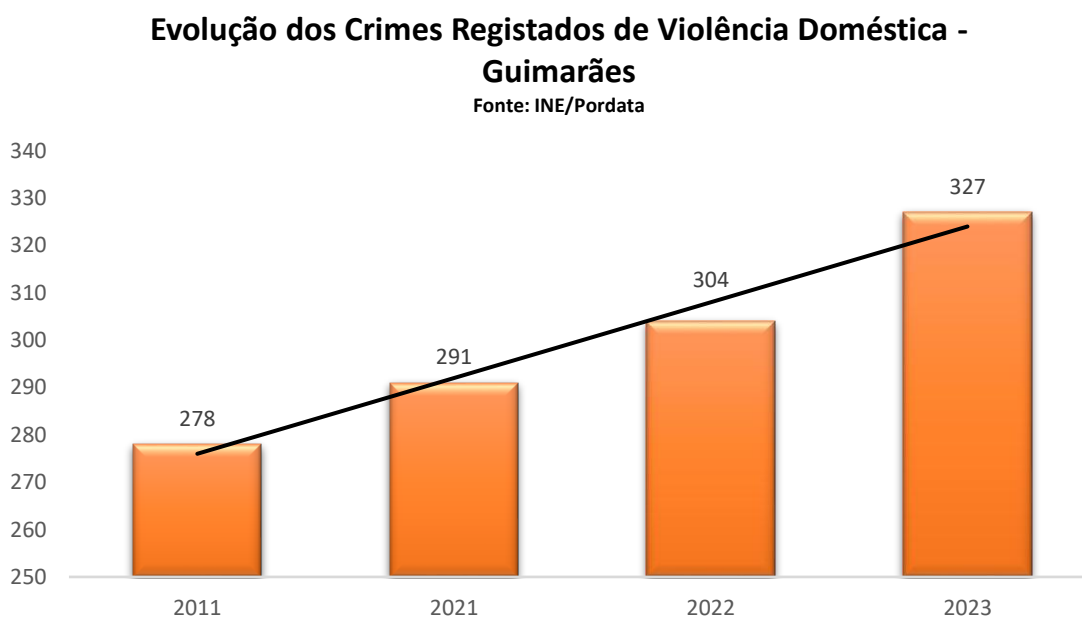


Gráfico 5. Evolução do Crime Violência Doméstica em Guimarães

Tabela 7. Tabela Geral de Indicadores – Segurança e Proteção

Indicadores	Portugal		VAR	Ave		VAR	Guimarães		VAR
	2021	2023		2021	2023		2021	2023	
Taxa de Criminalidade	29,10%	35%	20,27%	19,90%	20,80%	4,52%	17,50%	19,30%	10,29%

Fonte: INE/Pordata

Tabela 8. Crimes registados (N.º) pelas autoridades policiais em Guimarães por Categoria de crime

Categoria de crime / Total	Ano		Var
	2021	2023	
Crimes contra as pessoas	855	982	14,85%
Crimes contra a integridade física	551	656	19,06%
Ofensa à integridade física voluntária simples	213	274	28,64%
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	291	327	12,37%
Crimes contra o património	1329	1371	3,16%
Roubo por esticção e na via pública	36	47	30,56%
Furto de veículo e em veículo motorizado	258	253	-1,94%
Crimes contra a vida em sociedade	328	408	24,39%
Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/l	156	228	46,15%
Crimes contra o Estado	43	43	0,00%
Crimes contra animais de companhia	16	16	0,00%
Crimes previstos em legislação avulsa	160	208	30,00%
Condução sem habilitação legal	81	115	41,98%

Fonte: INE/Pordata

Tabela 9. Crimes registados pelas polícias por mil habitantes

Território	Total		Categoria de crime							
			Violência doméstica contra cônjuge ou análogos		Furto em veículo motorizado		Furto em residência		Furto em edifício comercial ou industrial	
Anos	2021	2023	2021	2023	2021	2023	2021	2023	2021	2023
Portugal	301394	371995	22524	26041	22350	20180	8420	8237	5875	5583
Ave	8331	8780	763	828	425	418	275	245	224	185
Guimarães	2731	3032	291	327	157	152	89	65	89	63

Fonte: INE/Pordata



Saúde

A acessibilidade social aos cuidados de saúde encontra-se numa situação de duplo movimento: por um lado, em crescimento e alargamento e, por outro, de retração nalgumas componentes.

A cobertura de habitantes por médico piorou significativamente no período entre 2021 e 2023. A variação foi negativa passando de 228,4 habitantes por médico em 2021 para 209,3 habitantes por médico em 2023. (Gráfico 6)

Comparação Habitantes por Médico - 2021 vs. 2023

Fonte: INE/Pordata

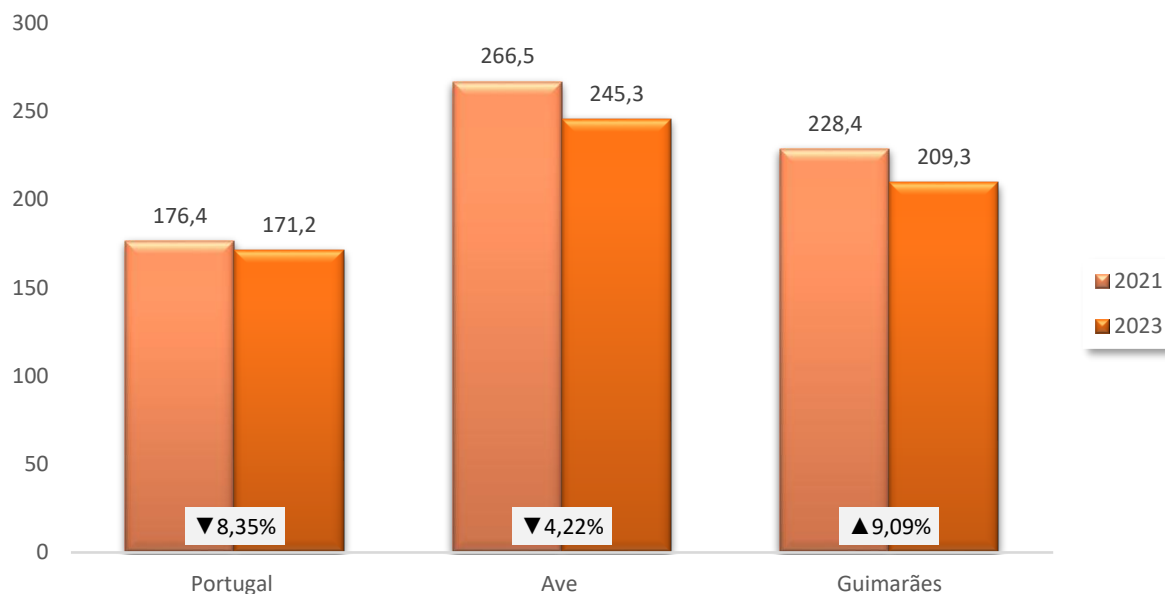


Gráfico 6. Habitantes por Médico em Guimarães entre 2021 e 2023

Esta tendência negativa verificou-se, também, no rácio de 843 de habitantes por farmacêutico em 2023, contra 880,1 em 2021, piorando, igualmente, no país e no Ave. (Gráfico 7)

Comparação Habitantes por Farmacêutico - 2021 vs. 2023

Fonte: INE/Pordata

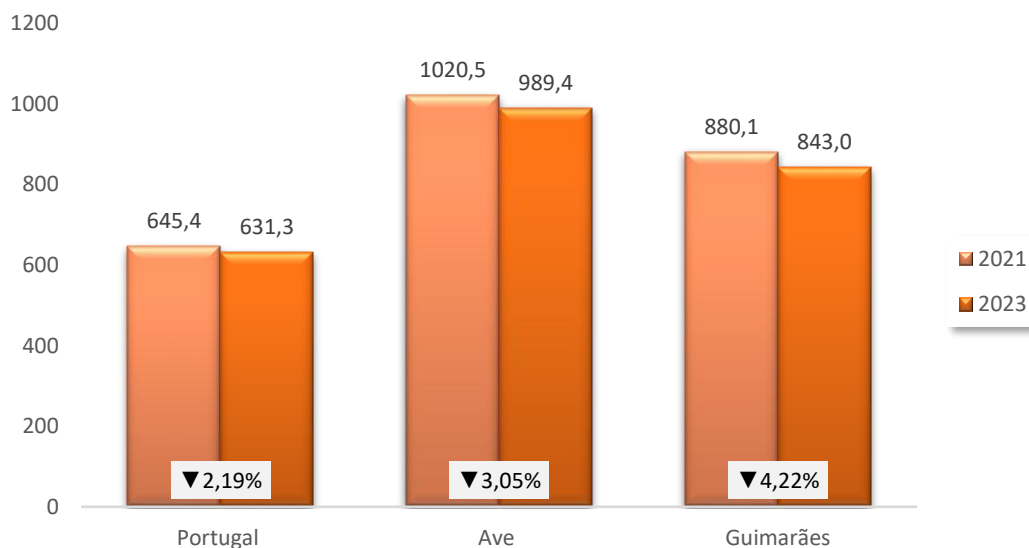


Gráfico 7. Habitantes por Farmacêutico em Guimarães entre 2021 e 2023

Na acessibilidade aos cuidados de saúde é especialmente relevante a disponibilidade de médico de família. Verifica-se que no intervalo de informação disponível (2019/2020), no município de Guimarães a cobertura da população por médico de família reduziu-se em 3,10%, passando de 99,6% de para 97,7%, no total da população. Este dado é socialmente relevante e contraria o esforço de tornar universal o acesso aos cuidados de saúde.

A análise dos indicadores de saúde, considerados pela Organização Mundial de Saúde, um referencial essencial da dimensão social da saúde, permite concluir que o município de Guimarães apresenta em 2022 resultados positivos abaixo da média nacional na taxa quinquenal de mortalidade infantil (1,80%) com um aumento de 20,00% e no valor da taxa quinquenal de mortalidade neonatal (1,30%) igualmente com piora de 18,18% em relação a 2017. (Gráfico 9 e 10)

Os indicadores de saúde são globalmente positivos no município de Guimarães, mas dada a escassez e falta de atualização dos dados serão necessários estudos específicos de caracterização da situação.

Taxa Quinquenal de Mortalidade Infantil (‰)

Fonte: INE/Pordata

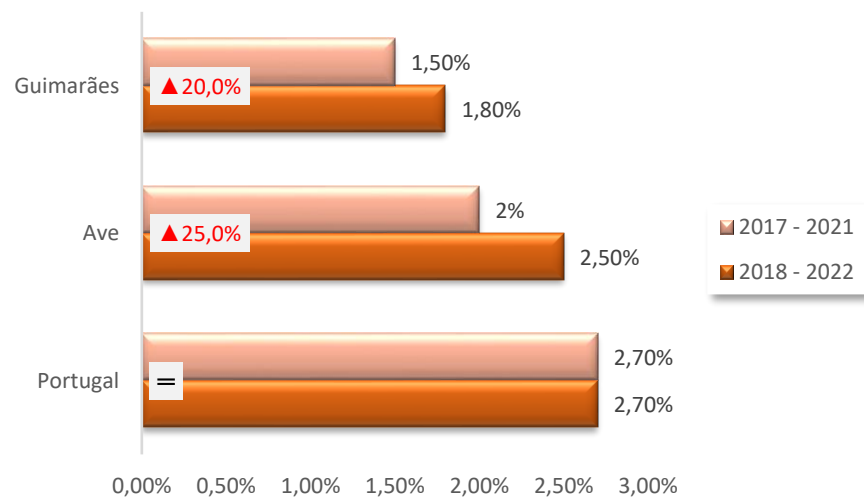


Gráfico 9. Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰)

Taxa Quinquenal de Mortalidade Neonatal (‰)

Fonte: INE/Pordata

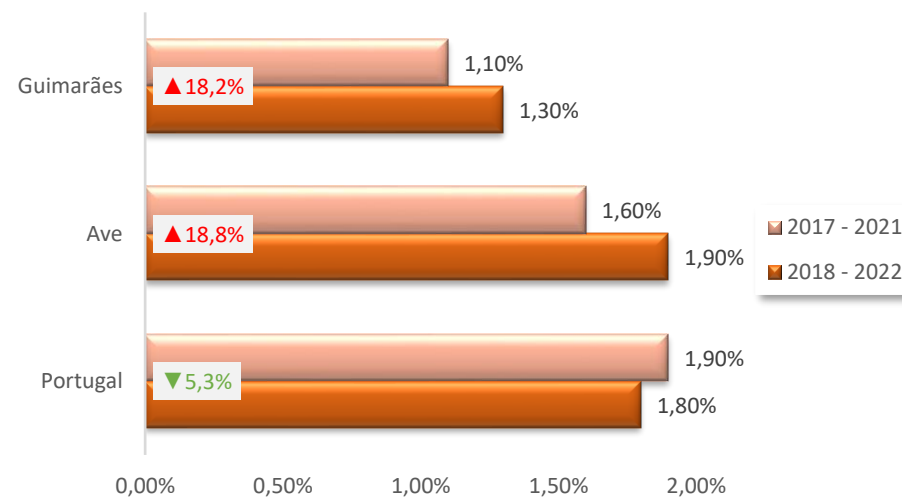


Gráfico 8. Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (‰)

Tabela 10. Tabela Geral de Indicadores – Saúde

Indicadores	Portugal		VAR	Ave		VAR	Guimarães		VAR
	2021	2023		2021	2023		2021	2023	
Habitantes por médico	176,4	171,2	-2,92%	266,5	245,3	-7,94%	228,4	209,3	-8,35%
Habitantes por farmacêutico	645,4	631,3	-2,19%	1020,5	989,3770492	-3,05%	880,1	842,9516129	-4,22%
Médicos/as por 1000 habitantes	5,7	5,8	1,75%	3,8	4,1	7,89%	4,4	4,8	9,09%

Fonte: INE/Pordata

Tabela 11. Percentagem de utentes com médico de família atribuído, por município

Guimarães	Número de utentes inscritos	Número de utentes inscritos com médico de família atribuído	Percentagem de utentes com médico de família	Var
2019	162066	161515	99,66%	-3,10%
2020	161921	158199	97,70%	

Fonte: INE/Pordata

Tabela 12. Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰)

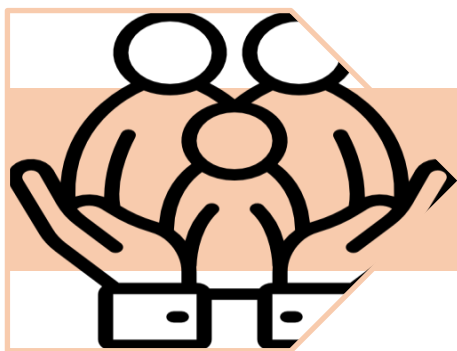
Período	2018 - 2022	2017 - 2021	Var
Território	‰		
Portugal	1,8	1,9	5,56%
Ave	1,9	1,6	-15,79%
Guimarães	1,3	1,1	-15,38%

Fonte: INE/Pordata

Tabela 13. Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (‰)

Período	2018 - 2022	2017 - 2021	Var
Território	‰	‰	
Portugal	2,7	2,7	0,00%
Ave	2,5	2	-20,00%
Guimarães	1,8	1,5	-16,67%

Fonte: INE/Pordata



Proteção Social

A alteração das variáveis demográficas e socioeconómicas refletem-se diretamente no sistema de proteção social com oscilações significativas na distribuição dos beneficiários e no peso relativo das medidas de apoio social. Com o enfoque do período 2021 a 2023, no município de Guimarães verifica-se um aumento de pensionistas (2,98%), valor muito superior ao nacional (0,86%) e ao do Ave (2,72%). (Gráfico 10)

Variação do número Pensionistas da Segurança Social

(em %)

Fonte: INE/Pordata

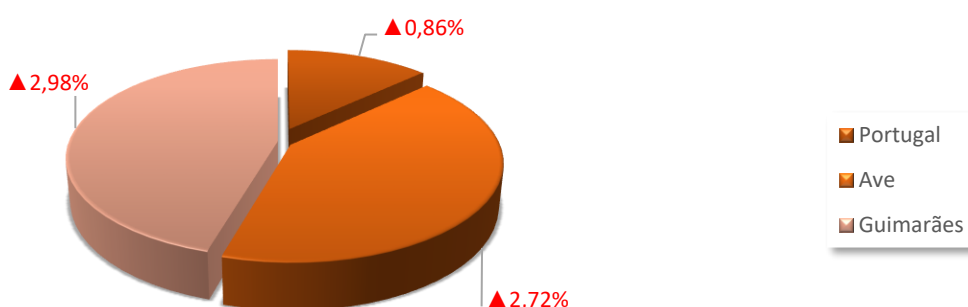


Gráfico 10. Variação do número de pensionistas da Segurança Social

Em correlação, este aumento é igualmente significativo no volume monetário das pensões (13,05%) e do valor médio das pensões. Este dado é extremamente relevante para a dinâmica social do município já que os pensionistas em situação de pobreza representam um grupo social especialmente vulnerável. No município de Guimarães o valor médio das pensões aumentou 9,78% no período de 2021 a 2023, valor inferior ao aumento a nível nacional (10,38%) mas superior ao do Ave (9,65%). (Gráfico 11)

Esta variação significa simultaneamente o aumento do valor das prestações em si e a chegada à idade de pensionistas com uma carreira contributiva melhor remunerada. Ainda assim, o valor médio anual das pensões no concelho de Guimarães é de 6 208€, o que traduz um valor mensal muito abaixo do salário mínimo.

Variação das Pensões da Segurança Social (em %)

Fonte: INE/Pordata

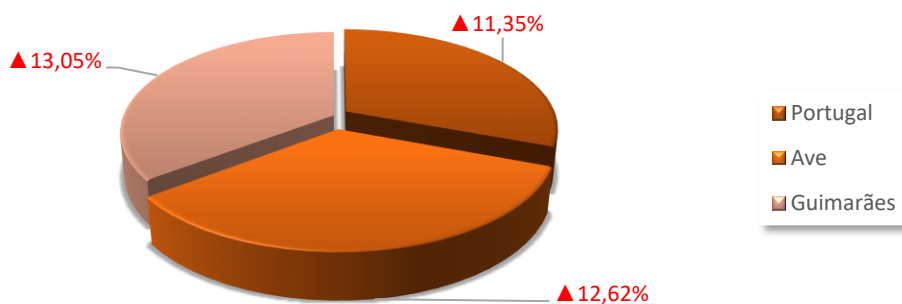


Gráfico 11. Variação das Pensões da Segurança Social

A análise dos beneficiários de diversos subsídios em Guimarães entre 2021 e 2023 revela variações significativas que refletem tanto tendências nacionais quanto locais.

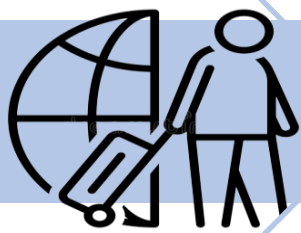
O número de beneficiários do abono de família aumentou em 1,75%, sendo inferior ao aumento a nível nacional (3,18%) e do Ave (2,37%). Já o rendimento social de inserção teve uma redução de 0,23%, uma queda bem mais moderada do que a observada a nível nacional (-8,15%) e do Ave (5,31%). Em contraste, o número de beneficiários do subsídio de desemprego subiu de forma acentuada, com um aumento de 145,67%, o que sugere dificuldades no acesso ao emprego. O subsídio por doença registou uma diminuição significativa de 27,65%, acompanhando a tendência nacional (26,11%) e do Ave (27,30%). Por fim, o subsídio social de desemprego teve um aumento de 16,22%.

Tabela 14. Tabela Geral de Indicadores – Proteção Social

Indicadores	Portugal		Var	Ave		Var	Guimarães		Var
	2021	2023		2021	2023		2021	2023	
Pensionistas da segurança social (N.º)	3021730	3047637	0,86%	127401	130866	2,72%	47903	49329	2,98%
Pensões da segurança social (€) ¹	17660994€	19664849€	11,35%	677171€	762626€	12,62%	270880€	306229€	13,05%
Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º) / Anual	5845€	6452€	10,38%	5315€	5828€	9,65%	5655€	6208€	9,78%
Beneficiários do abono de família para crianças e jovens da segurança social: total	792048	817200	3,18%	32264	33028	2,37%	11885	12093	1,75%
Beneficiários do rendimento social de inserção da segurança social: total	262206	240841	-8,15%	4536	4295	-5,31%	1281	1278	-0,23%
Beneficiários do subsídio de desemprego da segurança social: total	145736	346058	137,46%	7100	16946	138,68%	2989	7343	145,67%
Beneficiários do subsídio por doença da segurança social: total e por sexo	1106719	817806	-26,11%	58087	42232	-27,30%	22075	15972	-27,65%
Beneficiários do subsídio social de desemprego da segurança social no total de beneficiários ativos	6621	9258	39,83%	113	-	-	37	43	16,22%

Fonte: INE/Pordata

¹ Prestação pecuniária mensal de atribuição continuada nas eventualidades: morte (pensão de sobrevivência), invalidez, doença profissional e velhice.



População Migrante

O concelho de Guimarães é um destino com crescente capacidade atrativa da população migrante. Em termos percentuais a população estrangeira com estatuto legal de residente em relação à percentagem da população residente cresceu 105,45%, valor bastante superior à média nacional (46,49%) e do Ave (93,39%). (Gráfico 12)

Variação da População estrangeira com estatuto legal de residente (em %)

Fonte: INE/Pordata

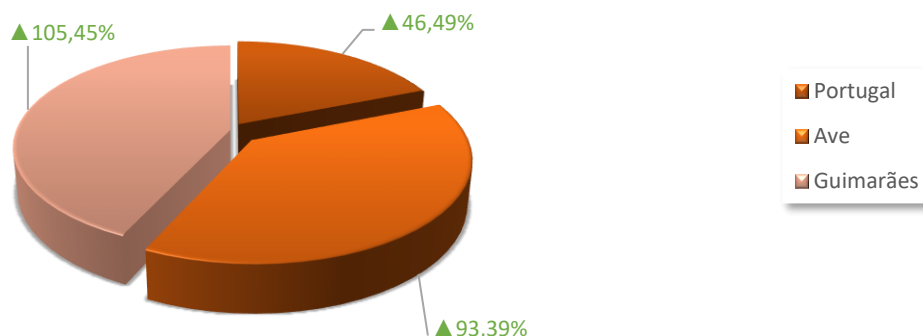


Gráfico 12. Variação da população residente com estatuto legal de residente em % da população residente

Em 2023, 3,49% da população residente no município de Guimarães é de origem estrangeira. O total da população estrangeira com estatuto legal em 2021 era de 5 476 o que corresponde a um crescimento percentual de 103,87%, no período entre 2021 e 2023.

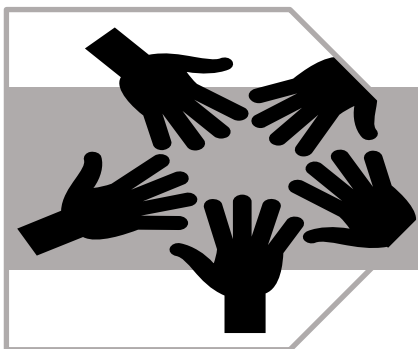
Este movimento de fixação de residentes reflete-se na natalidade que em termos gerais aumentou 2,44% no município e entre a população migrante aumentou 290,24%, valor médio inferior ao do país e do Ave. Possivelmente o fluxo de migrantes captado pelo município traduz-se, nesta fase, em migrantes mais jovens ainda em processo de constituição de família ou de isolados.

O processo de integração da população migrante acelerou o número de casamentos mistos (cônjuge português e estrangeiro) verificando-se um aumento percentual de 84,62%, em conjunto com o registado no país e no Ave em que estes valores também aumentaram.

Tabela 15. Tabela Geral de Indicadores – População Migrante

Indicadores	Portugal		Var	Ave		Var	Guimarães		Var
	2021	2023		2021	2023		2021	2023	
População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente: total	6,70%	9,81%	46,49%	1,60%	3,09%	93,39%	1,70%	3,49%	105,45%
População estrangeira com estatuto legal de residente: total	698536	1044238	49,49%	6803	13072	92,15%	2686	5476	103,87%
Nados-vivos de mães residentes: total	79582	85699	7,69%	2952	3122	5,76%	1147	1175	2,44%
Nados-vivos de mães residentes: estrangeira	10808	25034	131,62%	117	429	266,67%	41	160	290,24%
Casamentos: um cônjuge português e outro estrangeiro	3749	5409	44,28%	63	114	80,95%	26	48	84,62%

Fonte: INE/Pordata



Mercado do Trabalho

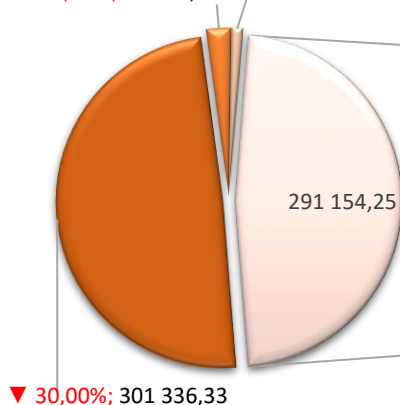
O agravamento dos indicadores do mercado de trabalho no município de Guimarães está, certamente, relacionado com a desaceleração da atividade económica. O reflexo desta conjuntura desfavorável manifesta-se no aumento do número de desempregados em Guimarães (1,35%), enquanto em Portugal o desemprego diminuiu 30% e no Ave a queda foi de 51,87%. Essas variações evidenciam as disparidades na evolução do desemprego a nível local, nacional e regional. Ainda assim, em 2023 existiam em Guimarães 6 247,9 desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional. Destes, 5 807,2 estavam à procura de novo emprego, ou seja, em transição profissional o que reflete também elevadas expectativas de melhoria profissional, tal como uma situação de eventual precariedade laboral. (Gráfico 13)

Variação dos Desempregados Inscritos

(em percentagem e número absoluto)

Fonte: IEFP

▼ 51,87%; 14 443,09 ▲ 1,35%; 6 247,92



Número de Desempregados Inscritos à procura de novo emprego

Fonte: IEFP



Portugal
Ave
Guimarães

Gráfico 13. Desempregados inscritos e desempregados à procura de novo emprego

Em 2023, a taxa de desemprego (desempregados inscritos no IEFP) em Guimarães é de 6,05%, registando um aumento de 4,37%. Em Portugal, a taxa de desemprego diminuiu 23,90%, enquanto na região do Ave a diminuição foi de 8,31%.

Verifica-se também um aumento significativo no tempo de inscrição (23,79%) para períodos inferiores a 1 ano, enquanto o número de inscritos com mais de um ano de inscrição diminuiu em 20%. Nesse contexto, o desemprego jovem registou uma subida acentuada, com o indicador de desempregados à procura do primeiro emprego a aumentar 19,57%. Este valor é consideravelmente superior à diminuição média nacional (-12,90%) e à do distrito do Ave (-1,94%).

A empregabilidade no município de Guimarães caracteriza-se por uma situação de proximidade ao pleno emprego, com uma clara capacidade económica para absorver os jovens no mercado de trabalho, renovando continuamente as oportunidades de emprego. No entanto, persiste um grupo significativo de desempregados, que, apesar de estarmos num contexto extremamente favorável à sua entrada no mercado de trabalho, não conseguem aceder a essas oportunidades e continuam em situação de desemprego. Esta realidade é refletida no aumento expressivo do número de desempregados à procura do primeiro emprego, que supera a média nacional e a do distrito do Ave, evidenciando uma lacuna no acesso ao mercado de trabalho, mesmo em um cenário economicamente positivo.

Tabela 16. Tabela Geral de Indicadores – Mercado de Trabalho

Indicadores	Portugal		Var	Ave		Var	Guimarães		Var
	2021	2023		2021	2023		2021	2023	
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total	386230,0	301336,3	-30,00%	30010,5	14443,09091	-51,87%	6164,7	6247,9	1,35%
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional à procura de novo emprego (média anual): total	352636,8	272076,9	-22,85%	14588,3	13270,2	-9,04%	5796,1	5807,2	0,19%
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%)	5,90%	4,49%	-23,90%	5,70%	5,23%	-8,31%	5,80%	6,05%	4,37%
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tempo de inscrição - menos 1 ano	212165,0	183279,2	-13,61%	7954,5	8726,7	9,71%	3019,0	3737,3	23,79%
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por tempo de inscrição - 1 ano ou mais	174065,0	116573,3	-33,03%	7862,7	5732,5	-27,09%	3145,7	2516,5	-20,00%
Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): à procura do 1º emprego	33593,0	29259,41667	-12,90%	1228,8	1205,0	-1,94%	368,6	440,8	19,57%

Fonte: IEFP



Habitação

No período intercensitário, cresceu em Guimarães o número de edifícios (3,0%), de alojamentos (4,7%) e de alojamentos familiares clássicos de residência habitual (7,6%). Este crescimento percentual foi bastante mais significativo que o verificado a nível nacional e aproximado ao do Ave. A expansão do parque habitacional verificada no município foi, no entanto, contrariada pela contração do número médio de indivíduos por alojamento familiar clássico que diminuiu 4,2%, neste período. A fragmentação familiar e um número crescente de famílias unipessoais poderá estar na origem da diminuição do número médio de indivíduos por alojamento.

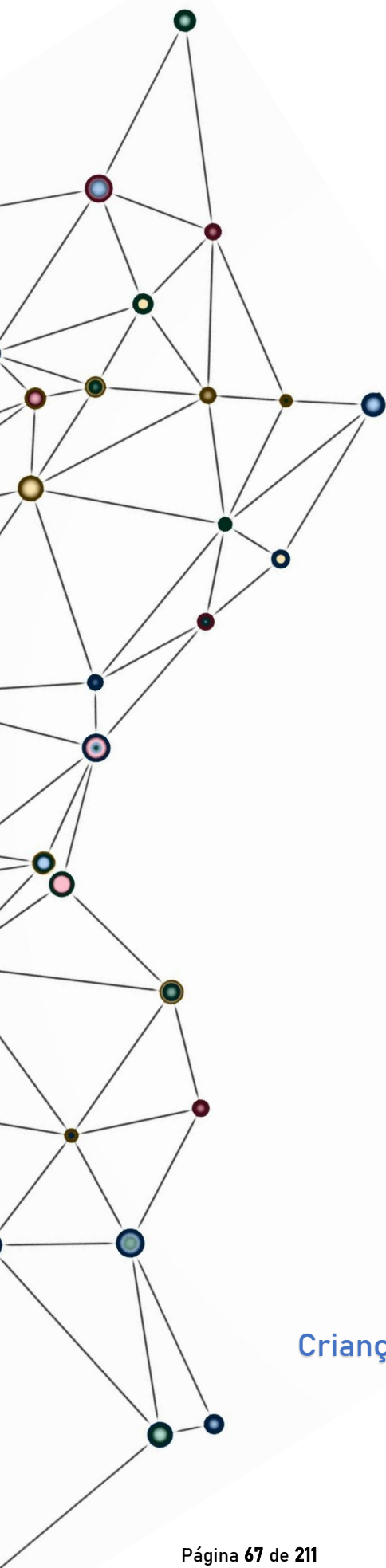
O valor mediano de avaliação bancária em euros por m², aumentou significativamente passando de 682 euros para 948 euros, um aumento de 39%. Este indicador reflete a situação de dificuldade de acesso à habitação para famílias com rendimento médio ou baixo. Como consequência o volume de crédito a clientes/famílias no município de Guimarães diminuiu acentuadamente (-17,1%), diminuição mais expressiva do que a média nacional (-15,1%).

O ciclo económico expansivo não se verificou na disponibilidade de fogos de habitação, situação indiretamente traduzida no aumento dos custos da habitação.

Tabela 17. Tabela Geral de Indicadores - Habitação

Indicadores	Portugal		Var	Ave		Var	Guimarães		Var
	2011	2021		2011	2021		2011	2021	
Edifícios (N.º)	3544389	3573416	0,8%	138142	142897	3,4%	43911	45223	3,0%
Alojamentos (N.º)	5878756	5981482	1,7%	190141	198786	4,5%	66 770	69 913	4,7%
Alojamentos familiares clássicos de residência habitual (N.º)	3 991 112	4 142 581	3,8%	143 995	153 389	6,5%	53 656	57 724	7,6%
Número médio de indivíduos por alojamento familiar clássico	1,8	1,7	-5,6%	2,2	2,1	-4,5%	2,4	2,3	-4,2%
Valor mediano de avaliação bancária (€/ m²)	865 €	1 231 €	42,3%	675 €	922 €	36,6%	682 €	948 €	39,0%
Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€)	*_	6,04 €	*	*_	3,84 €	*	*_	4,06 €	*
Crédito concedido a clientes por bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo: habitação (milhares)	103 485 514 €	87 823 909,00 €	-15,1%	_*	3 009 966,00 €	*	1 007 734 €	834 970,00 €	-17,1%

Fonte: INE/Pordata



1

Área do Risco:

Crianças e Jovens em Situação de Privação e em Risco
Violência Doméstica
Emergência Social

Crianças e Jovens em Situação de Privação e em Risco

Enquadramento

Portugal ratificou em 2020, a Convenção sobre os Direitos da Criança, que reconhece a universalidade dos direitos das crianças e jovens, bem como o compromisso de promover a sua implementação e de respeitar, proteger e garantir estes direitos a todas as crianças e jovens e em 2012, aprovou a Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração e os Abusos Sexuais.

Em 2025 foi aprovada em Conselho de Ministros (n.º 34/2025), a Estratégia Única dos Direitos das Crianças e Jovens 2025-2035 que se encontra vertida em dois planos de ação com horizontes temporais de 2025-2030 e 2031-2035, e que assenta em oito prioridades: 1) *Desenvolvimento integral e bem-estar de todas as crianças e jovens* – apoio ao período pré-natal, acesso a serviços essenciais, promoção da saúde e educação de qualidade, ambientes saudáveis e habitação digna, saúde mental com intervenção terapêutica e a criação de espaços integrados de apoio à criança e família; 2) *Direito a crescer em ambiente familiar* – suporta o exercício da parentalidade e a preservação dos laços familiares, inclui a promoção do acolhimento familiar, a reconfiguração e qualificação do acolhimento residencial, e o desenvolvimento de respostas para a autonomia dos jovens; 3) *Cidadania ativa das crianças e jovens como investimento para uma sociedade democrática* – valoriza o exercício da cidadania no sistema educativo, promove a cultura de informação, audição e participação, além de apostar no desenvolvimento de metodologias que transmitam valores de cidadania e humanos, capacitando-os a serem agentes de mudança; 4) *Política de tolerância zero à pobreza e exclusão social das crianças e jovens* – integrar o Plano de Ação Nacional da Garantia para a Infância 2022-2030 e articular com a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030. Foca-se na garantia de equidade no acesso a serviços essenciais, reforço da ação social escolar, proteção social das famílias monoparentais e alargadas, e apoio social local, especialmente em situações de emergência;

5) *Sociedade inclusiva para todas as crianças e jovens* - foca-se no desenvolvimento de programas específicos para grupos vulneráveis, promovendo políticas de acessibilidade universal, inclui o reforço de programas de promoção da língua portuguesa, o fortalecimento do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) e o combate à falta de qualificações em Portugal; 6) *Cultura de não violência* - criar ambientes seguros de socialização e assegurar intervenção especializada para crianças e jovens vítimas de violência, inclui a formação de agentes educativos sobre violência, prevenção da delinquência e políticas de educação para jovens em processo tutelar educativo, focando nos seus direitos e deveres, reforça a articulação entre o Sistema de Promoção e Proteção e o Sistema Tutelar Educativo, e implementa o modelo *Barnahus* na violência contra crianças, especialmente na recolha de informações e apoio às vítimas; 7) *Segurança na Era digital* - promovendo a literacia digital de crianças e jovens e incentivando o uso responsável das tecnologias. Visa assegurar a utilização responsável da inteligência artificial e promover o acesso a serviços públicos digitais para crianças e jovens e 8) *Conhecimento científico e formação* - criar mecanismos para monitorizar e avaliar a implementação da Estratégia, promove a produção de conhecimento e organização de dados sobre a situação das crianças e jovens, investindo no desenvolvimento de competências dos profissionais para uma relação empática. Inclui também a criação de uma plataforma digital para recolher, consultar e monitorizar a implementação da EUDCJ.

Também o município, em 2016, através da assinatura do Protocolo de Cooperação entre o Comité Português para a UNICEF e a Câmara Municipal de Guimarães, formalizou a adesão ao Programa Cidade Amiga das Crianças com a finalidade de construir localmente uma política integradora de defesa dos direitos dos mais jovens, e de colocar o interesse superior das crianças dos 0 aos 18 anos no centro da agenda política local, reconhecendo e assegurando as suas competências e promovendo a sua participação ativa e inclusão.

Na sequência deste compromisso foi elaborado um Plano de Ação que se organiza em torno de seis eixos temáticos: 1) Participação Cívica e Política; 2) Bem-Estar Social; 3) Território e Ambiente; 4) Relações Interpessoais; 5) Cultura, Lazer e Desporto; e 6) Educação. As ações previstas em cada um destes eixos e levadas a cabo pelas instituições e serviços que integram a Rede Social, procuram corporizar os direitos das crianças e jovens, designadamente, os direitos participativos das crianças; os direitos de provisão das crianças e uma ação coletiva contra todas as formas de discriminação; o direito a usufruírem dos espaços públicos e de um ambiente saudável e equilibrado; o direito à família e à proteção, com enfoque na promoção e valorização de relações afetivas e seguras; o direito à cultura e ao lazer e o direito a uma educação e práticas inclusivas.

A importância e a focalização que tem vindo a ser dada à objetivação dos direitos das crianças pelo município e pela Rede Social, tem vindo a ser sustentada pelo reforço do apoio do conhecimento científico, através do projeto sediado no concelho, ProChild CoLab que desenvolve uma estratégia nacional no combate à pobreza e à exclusão social na infância enquadrada numa abordagem científica transdisciplinar, diversificada e integrada para promover o bem-estar e os direitos das crianças. O concelho dispõe de uma rede solidária de apoio à infância na área das crianças e jovens e na área das crianças e jovens em perigo, que se constitui num apoio ao desenvolvimento pessoal e social das crianças e à sua rede familiar, proporcionando um ambiente seguro e estimulante. Esta rede é constituída por 42 creches com uma capacidade instalada para 2613 crianças; 85 pré-escolares com uma capacidade instalada para 4677 crianças e 19 Centros de Atividades de Tempos Livres ATL com capacidade instalada para 1535 crianças. Esta rede, sobretudo ao nível da creche e centros de atividade de tempos livres tem-se revelado insuficiente, necessitando com urgência de ser alargada de forma a responder à procura por parte de muitos progenitores que não conseguem aceder a uma resposta de creche para os seus filhos e a uma resposta qualificada e atrativa de ocupação de tempos livres.

No âmbito das crianças e jovens em perigo, apresenta as respostas de Centro de Acolhimento Temporário, Lar de Infância e Juventude e Apartamento de Autonomização.

Dispõe, igualmente, de uma rede escolar que abrange o pré-escolar até ao ensino superior, complementada por um conjunto alargado de recursos que desenvolvem serviços educativos para crianças e jovens em várias áreas de intervenção, como o Laboratório da Paisagem, na área ambiental; a Oficina, na área cultural, a Tempo Livre na área do desporto e o Ciência Viva na área da promoção da cultura científica. De sublinhar a importância de um tecido associativo alargado que promove atividades nas mais variadas áreas e no qual muitas crianças e jovens encontram atividades que sustentam o seu desenvolvimento pessoal e social, promovem a sua coesão social e a sua participação cidadã.

O concelho apresenta desde 2018, dois CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental a funcionar em duas instituições concelhias: ADCL- Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais e Centro Juvenil de S. José e uma Associação na área do apoio psicológico, a APSI – Associação de Psicologia da Universidade do Minho que se constituem como recursos de apoio às crianças e jovens e também, às famílias. Os primeiros são serviços de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, vocacionados para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial e que desenvolvem várias atividades, entre as quais, o atendimento social e psicológico; a capacitação pessoal, social e parental; a educação parental; e ações de prevenção e formação e mediação de conflitos familiares e o segundo, a funcionar nas antigas instalações da CP (Estação de Comboios) em Urgezes, faz intervenção psicológica, designadamente psicologia escolar e de educação.

Para além dos serviços referidos, o concelho conta com uma dinâmica social que procura responder a necessidades identificadas em áreas diversificadas, como a formação de profissionais na área da infância, da saúde mental, do

desenvolvimento pessoal e social; na requalificação do espaço público, na promoção dos direitos das crianças; na igualdade de género e de oportunidades e na parentalidade positiva, que se traduzem no desenvolvimento de projetos apoiados por diferentes programas de financiamento.

Intervenção

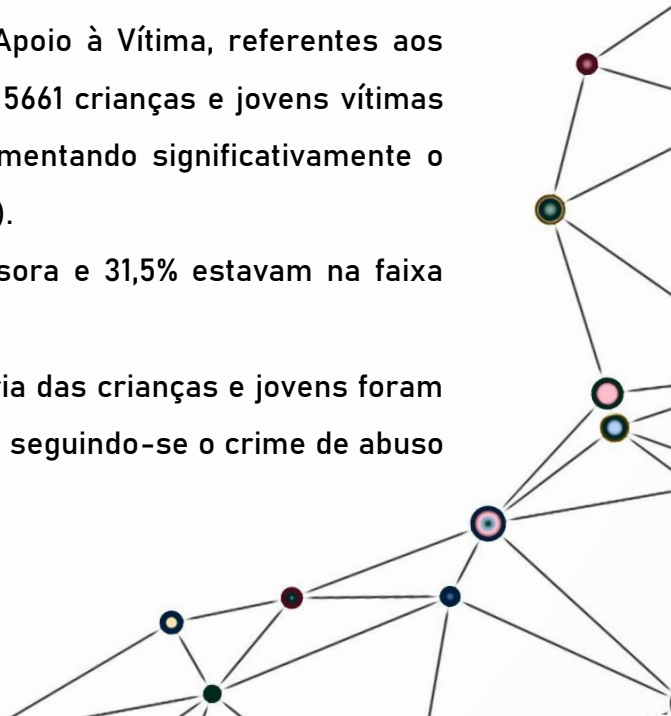
A Rede Social identifica como problemático na área das crianças e jovens, o aumento significativo dos problemas de saúde mental com sintomatologia grave nas crianças e jovens justificando-o pelas consequências da pandemia COVID 19, pela desestruturação dos ambientes familiares e pelo estigma que a saúde mental apresenta junto da população, referindo mesmo que este último fator poderá estar na base de referenciações tardias aos serviços de saúde, nomeadamente nas situações do espectro do autismo.

Perceciona-se um aumento da exposição das crianças a contextos familiares desestruturados, o que é corroborado pelos dados do Relatório de atividade da CPCJ de Guimarães- 2024, que referem “exposição da criança a comportamentos que podem comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento físico e psicológico”, como a problemática mais sinalizada, sendo mais 75 sinalizações (um aumento de 64,65%) em relação ao ano de 2023. Seguindo-se a violência doméstica com 135 sinalizações, com um aumento de 3,05% relativamente ao ano anterior.

As estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, referentes aos anos 2022 – 2023 revelam que foram apoiadas 5661 crianças e jovens vítimas de crime (2595 em 2022 e 3066 em 2023), aumentando significativamente o número comparativamente ao ano de 2021 (1959).

Destas, 35,7% eram filhos/as da pessoa agressora e 31,5% estavam na faixa etária entre os 11 e 14 anos.

Dos crimes registados, é perceptível que a maioria das crianças e jovens foram vítimas do crime de violência doméstica (62,6%), seguindo-se o crime de abuso sexual de crianças (30,3%).



Conforme Relatório de atividade da CPCJ de Guimarães- 2024, foram os estabelecimentos de ensino a entidade que mais sinalizou à CPCJ, seguindo-se as forças de segurança.

Relativamente às situações de perigo comunicadas em 2024, é possível registar alguma variabilidade em função das faixas etárias. Assim, nas categorias mais prevalentes, a “exposição da criança a comportamentos que podem afetar o bem-estar dos adolescentes” e a violência doméstica, verifica-se que existe maior número nas crianças entre os 6 aos 8 anos de idade, seguindo-se as crianças dos 11 aos 14 anos. O absentismo escolar e “comportamentos que os próprios assumem e que afetam o seu bem-estar físico e psicológico” foram as problemáticas que deram origem ao maior número de processos a favor de jovens dos 15 aos 17 anos, mantendo-se a tendência de anos anteriores.

É sublinhado pela Rede Social, um aumento das desigualdades sociais e como estas podem ser uma das causas do aumento dos episódios de conflitualidade no seio das famílias, mas é também referido e antagonicamente um desconhecimento por parte destas dos benefícios sociais a que podem aceder ou uma dificuldade em instruir os procedimentos necessários para usufruírem desses mesmos apoios.

De acordo com a publicação do INE Condições de vida das crianças: módulo “Saúde e Privação Material das Crianças” - Rendimento e Condições de Vida, em 2024, 11,3% das crianças com menos de 16 anos pertenciam a agregados familiares em privação material e social, concluindo que as dificuldades económicas impedem que 20,6% das crianças tenham possibilidade de passar férias, fora de casa, pelo menos uma semana por ano; que 9,8% das crianças possam participar regularmente numa atividade extracurricular ou de lazer; que 4,3% possam participar em viagens e atividades escolares não gratuitas; que 2,7% das crianças tenham possibilidade de substituição de roupa usada por alguma roupa nova; e que 3,3% possam convidar amigos de vez em quando para brincarem e comerem.

As consequências da pandemia revelam-se também nos comportamentos e

atitudes das crianças e jovens que se fecham sobre si próprias e que apresentam dificuldades de relacionamento interpares e com o ambiente que as rodeia, manifestações que podem vir a ser atenuadas com a progressiva minimização das medidas restritivas ao COVID que se têm vindo a verificar. É também exposta como problemática a sobre-exposição das crianças e jovens às tecnologias de informação e comunicação, sublinhando-se o aumento da gravidade e complexidade das situações que são sinalizadas à CPCJ.

A Rede Social projeta, assim, a necessidade de se realizarem ações formativas de literacia em saúde mental e de literacia digital e de se aumentar a oferta de serviços de acompanhamento psicossocial e educativo, nomeadamente dos consumos precoces de substâncias aditivas.

O Relatório de atividade da CPCJ de Guimarães- 2024, indica que foram os jovens dos 15 aos 17 anos o grupo etário com mais diagnósticos de comportamentos de perigo na infância e juventude. Estes comportamentos incluem absentismo escolar, consumos de substâncias, delinquência e auto ou heteroagressividade, e refletem fatores como instabilidade familiar, exclusão social e ausência de suporte educativo adequado.

As crianças e jovens em situação de perigo confirmam a persistência maioritária de ambientes familiares desestruturados com históricos de comportamentos de risco, negligência e maus tratos. A parentalidade de risco, não promotora de bem-estar emocional e desenvolvimento adequado das crianças e jovens está fortemente associada a contextos sociais complexos e à incapacidade de estabelecimento da vinculação afetiva.

Outra dimensão das situações de risco e perigo sinalizadas aos serviços decorre das consequências comportamentais deste quadro dominante de desestruturação familiar e parental com a sinalização persistente de comportamentos de risco pelas crianças e jovens, desinteresse e desmotivação escolar, agravados pela persistência, nalguns grupos específicos, da desmotivação para a aprendizagem. A impossibilidade de atingir resultados

escolares motivadores por falta de retaguarda familiar associada a lacunas nas competências de organização pessoal para o estudo e a orientação na aprendizagem agravam estes quadros de risco.

Desenha-se, assim, um perfil das crianças e jovens em perigo: crianças e jovens com representação de modelos parentais desestruturados; com modelos relacionais reprodutores da desestruturação; com débil vinculação afetiva e social; com incumprimento da escolaridade obrigatória; com quadro de instabilidade emocional, dificuldade de concentração e atenção, em muitos casos associado ao insucesso escolar; com saúde mental com índices crescentes de patologias identificadas sem resposta; com défice de autonomia e treino para a vida adulta; com referenciação de consumos e outros indicadores de disfuncionalidade e com comportamentos de risco associados a exposição a fenómenos de sociabilidade disruptiva.

Os jovens, cujas famílias apresentam pouco potencial de mudança, encontram-se sem respostas especializadas ao nível da autonomização e do trabalho de competências preparatório da transição para a vida adulta. O acesso destas crianças e jovens a ações de pertença à comunidade através do reconhecimento das suas capacidades e dos seus contributos são os fatores prioritários da reversão da situação de perigo em que se encontram referenciadas.

A Rede Social preconiza, igualmente, a importância de se agilizarem ações de bem-estar junto das famílias, com enfoque nas soluções, seja na mediação e resolução de conflitos, seja no fortalecimento de competências pessoais e sociais e no exercício da parentalidade.

A impossibilidade de atingir resultados escolares motivadores é um ponto de inflexão para percursos de risco agravado com sintomas crescentemente associáveis à saúde mental com comportamentos violentos e agressivos ou desestabilizadores, crescente dependência das novas tecnologias como escape

compensatório, interesses divergentes para os consumos tóxicos e incapacidade de identificar interesses e motivações próprias.

A escassa ligação institucional entre a frágil rede dos recursos especializados da saúde mental, a educação local e as famílias são um constrangimento na sinalização e intervenção precoce nestas situações que muitas vezes são abordadas com medicação psicotrópica estabilizadora.

A necessidade de reforço de recursos especializados para a Mediação Familiar em casos de separação, divórcio e ou crise familiar, realizado pelos CAFAP de Guimarães, com o objetivo de proteger as crianças envolvidas, é outra das necessidades de reforço a incluir no sistema de proteção, tal como se verifica a ausência de incorporação técnica, de conhecimento especializado nos serviços sobre novos fenómenos e problemáticas de risco e perigo para crianças e jovens.

Considera-se, assim, importante intervir prioritariamente no apoio especializado e individualizado na capacitação em competências comportamentais inclusivas, sócio emocionais e afetivas, no reforço da promoção de experiências de sociabilização positiva em grupos de pertença interpares, na integração em grupos de referência e interesses que permitam a obtenção de reconhecimento social e parental, na promoção de oportunidades de vivências de parentalidade e de modelos de comportamento e inclusão social positivos que possam gerar referenciação e orientação pessoal para as crianças e jovens em risco e na produção de conhecimento especializado neste domínio, reflexão e partilha de experiências pelos técnicos.



Projetos Estruturantes recomendados pela Rede Social



GUIMARÃES
CIDADE AMIGA
DAS **crianças**

Plano de Ação Cidade Amiga das Crianças

Afirmar a Estratégia Local para os Direitos da Criança 2023-2027, Cidade Amiga das Crianças, integrando o plano de ação Núcleo Local de Garantia, sendo estes instrumentos privilegiados na agenda local para a infância e juventude.

Esta estratégia visa assegurar os direitos de cidadania e a participação ativa das crianças e jovens nas políticas públicas, promovendo o acesso a serviços e recursos que garantam seus direitos à provisão e proteção.

Criação de uma rede concelhia de respostas e serviços especializados na área da saúde mental para as crianças e jovens

Dotar o concelho de respostas e serviços eficazes que trabalhem na prevenção e promoção da saúde mental infantil e juvenil, através da execução de projetos, de parceria entre as instituições da Rede Social e as universidades. Esses projetos deverão focar-se no diagnóstico permanente sobre as transformações sociais e tecnológicas com impactam a vida das crianças e famílias, numa abordagem integrada e adaptada às necessidades atuais.

Alargamento da rede de creches e centros de atividades de tempos livres

Estimular e promover a continuidade do aumento das creches, por meio de apoios municipais direto às instituições, além de incentivar e apoiar as candidaturas aos diversos programas de financiamento comunitário que permitem a criação ao alargamento da capacidade que permita a que todas as crianças e jovens possam aceder a respostas sociais que favoreçam o seu desenvolvimento harmonioso e seguro e que promovam a conciliação entre a vida familiar e profissional.

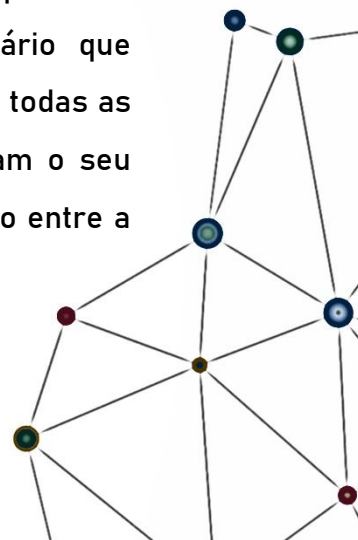


Tabela 18. Identificação de problemas de ação – Área de Risco – Crianças e Jovens em Situações de Privação e em Risco

Sistematização dos Resultados do Workshop Crianças e Jovens

Categorias de Intervenção	Problemas Identificados	Ações com Impacto nas crianças e jovens em situação de privação e em risco	Ações de Articulação e Melhoria dos Serviços	Ações promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Saúde Mental	Aumento significativo dos problemas de saúde mental nas crianças e jovens Aumento dos problemas de saúde mental nas crianças, adolescentes e jovens, com sintomatologia grave, como, ataques de pânico e automutilações Estigma associado à saúde mental Sinalizações tardias ao hospital, nomeadamente nas situações do espectro do autismo Aumento de consumos de substâncias e problemas de saúde mental e conflitos parentais por partes dos Pais	Promoção de ações/formação de Literacia em Saúde Mental	-	Aumento de serviços de acompanhamento em situação de consumos precoces de substâncias aditivas Reforço de sessões individuais de acompanhamento psicossocial e educativo
Educação	Insuficiência de percursos escolares alternativos para jovens em situação de risco Maior apatia dos alunos relativamente às aprendizagens, mesmo daqueles que habitualmente tinham maior rendimento escolar, decorrente da pandemia Atraso na aquisição de competências na leitura e escrita no 1º ciclo, decorrente da pandemia	Criação de espaços na comunidade de apoio ao estudo e aprendizagem, vocacionados para crianças e jovens em risco de insucesso escolar com ou sem referenciação dos serviços Criação de respostas e serviços de orientação vocacional e profissional para jovens, ao nível da autonomização e trabalho de competências para a vida adulta	-	-
Família	Aumento de conflitualidade entre casais e novos perfis de conflito, que aumentam o risco para as crianças “Violência doméstica” uma das principais problemáticas que originou a abertura de processos na CPCJ Acentuação das desigualdades Desconhecimento por parte das famílias dos apoios existentes e dificuldade em acederem aos apoios existentes	Intervenção preventiva promotora da parentalidade positiva	-	Aposta em ações promotoras do bem-estar familiar e parental Apoio ao desenvolvimento de iniciativas da sociedade civil de grupos de autoajuda Reforço dos recursos para a resolução e a gestão de conflitos e o restabelecimento de vínculos afetivos Projetos promotores de conciliação familiar e profissional

Identificação de problemas e propostas de ação - Área do Risco - Crianças e Jovens em Situação de Privação e em Risco

Categorias de Intervenção	Problemas Identificados	Ações com Impacto nas crianças e jovens em situação de privação e em risco	Ações de Articulação e Melhoria dos Serviços	Ações promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Bem Estar	Exposição da criança ou jovem a comportamentos que possam comprometer o seu bem-estar e desenvolvimento- uma das problemáticas que deu origem a maior abertura de processos na CPCJ Jovens fechados sobre si próprios Perturbações do sono nas crianças e jovens Privação de condições que proporcionam o bem-estar e desenvolvimento das crianças Privação “emocional” e “afetiva” Privação do “corpo e do sentimento de si” Privação do contacto direto com a realidade em espaços naturais Privação da aprendizagem livre interpares	Criação de grupos Informais de Crianças e Jovens Criação de programas de Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais	Criação de intervenções integradas de impacto e visibilidade na família/escola/comunidade para a criação de referências comunitárias positivas	-
TIC- Tecnologias Informação e Comunicação	Sobre-exposição das Crianças e Jovens às Tecnologias de Informação e Comunicação	Ações promotoras de literacia digital	-	-
Serviços	Aumento da gravidade e da complexidade das situações sinalizadas à CPCJ Aumento dos atrasos na execução das medidas de apoio à proteção Pouca articulação entre serviços	-	Reforço dos serviços proximidade, de 1ª linha, nas comissões sociais interfreguesias, com partilha de informação, sinalização e desenvolvimento de ações e projetos específicos	Formação alargada em Terapia Familiar Projetos de proximidade de apoio à prevenção do alcoolismo e novas dependências Aposta na divulgação à comunidade dos serviços e recursos já existentes Reforço da oferta das Famílias de Acolhimento Desmistificação dos tipos de intervenção existentes das entidades especializadas

Tabela 19. Mapeamento de Recursos existentes – Área de Risco – Crianças e Jovens em Situação de Privação de Risco

ÁREAS	RECURSOS	DESCRIÇÃO	LOCAL
Respostas Sociais	Creches	Resposta social de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período de impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto	Azurém; Brito; Caldas das Taipas; Candoso S. Martinho; Creixomil; Fermentões; Guardizela; Lordelo; Moreira de Cónegos; Nespereira; Pencelo; Polvoreira; Sta. Eufémia de Prazins; Ronfe; S. Martinho de Sande; Selho S. Cristóvão; Selho S. Jorge; Serzedelo; UF Briteiros Sto. Estevão e Donim; UF S. Salvador Briteiros e Sta. Leocádia; UF Candoso S. Tiago e Mascotelos; UF Oliveira, S. Paio e S. Sebastião; UF Sande Vila Nova e Sande S. Clemente; UF S. Lourenço de Selho e Gominhães; UF Tabuadelo e S. Faustino e Urgezes; Souto Stª Maria; Souto S. Salvador e Gondomar.
	Estabelecimento de Educação Pré-Escolar	Resposta social orientada para o desenvolvimento de crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, proporcionando-lhes atividades educativas e atividades de apoio à família	Todas as freguesias do Concelho, com exceção das freguesias de Aldão, Gonça, UF Arosa e Castelões, UF Leitões, Oleiros e Figueiredo
	CATL- Centros Atividades Tempos Livres	Resposta social que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades	Azurém; Brito; Caldas das Taipas; Candoso S. Martinho; Creixomil; Fermentões; Guardizela; Corvite; Ponte; Ronfe; S. Torcato; Selho S. Cristóvão; Donim; UF Oliveira, S. Paio e S. Sebastião; Sande Vila Nova; S. Lourenço de Selho; Pencelo; Selho S. Jorge; UF Briteiros S. Salvador e Sta. Leocádia; Urgezes
	CAT - Centro de Acolhimento Temporário	Resposta Social Residencial de Apoio a Situações de Emergência	UF Oliveira, S. Paio e S. Sebastião - AAC - Associação de Apoio à Criança
	Lar de Infância e Juventude	Resposta Social Residencial que assegura resposta a situações que impliquem o afastamento ou retirada da criança ou do jovem da situação de perigo	Creixomil (ADCL- Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais); UF Oliveira, S. Paio e S. Sebastião (Centro Juvenil S. José; Lar Santa Estefânia)
	Apartamento de Autonomização	Unidade de apoio e promoção da autonomia dos jovens	Creixomil- ADCL; Lar de Santa Estefânia
	CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	Resposta desenvolvida através de um serviço de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias	Creixomil (ADCL- Associação para Desenvolvimento das Comunidades Locais); UF Oliveira, S. Paio e S. Sebastião (Centro Juvenil de S. José)
Educação Educação	Agrupamentos de Escolas	Escolas públicas que disponibilizam o ensino pré-escolar e os 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico	AE Arqueólogo Mário Cardoso; AE D. Afonso Henriques; AE das Taipas; AE Abação; AE Briteiros; AE Fernando Távora; AE Pevidém; AE do Vale de S. Torcato; AE Francisco de Holanda; AE Gil Vicente; AE Abel Salazar; AE João de Meira; AE Santos Simões; AE Virgínia Moura
	Escolas Secundárias	Escolas públicas que disponibilizam os 10º, 11º e 12º ano e ensino profissional	Escola Secundária Francisco de Holanda; Escola Secundária Martins Sarmento; Escola Secundária Santos Simões e Escola Secundária das Taipas
	Ensino Profissional	Oferta de Cursos Profissionais com equivalência ao 12º ano	Escola Secundária Francisco de Holanda; Escola Secundária Martins Sarmento; Escola Secundária Santos Simões; Escola Secundária das Taipas; AE Arqueólogo Mário Cardoso; Escola Profissional - EP CISAVE; EP Cenatex; EP Profitecla; EP D. Afonso Henriques
	Ensino Articulado	Ensino da música integrado no curriculum escolar	AE Arqueólogo Mário Cardoso; Agrupamento de Escolas Francisco d'Holanda; AE João de Meira
	Ensino Superior	Cursos Superiores de Arquitetura; Engenharia; Geografia e Planeamento; Teatro; Arte e Design; Contabilidade; Desporto; Finanças; Fiscalidade; Gestão; Solicitadora	Universidade do Minho; IPCA
	Ensino Música	Ensino de Música	Sociedade Musical de Guimarães; Academia de Música Valentim Moreira de Sá; Sociedade Musical de Pevidém

Tabela 20. Mapeamento de Projetos existentes – Área de Risco – Crianças e Jovens em Situação de Privação e em Risco

Mapeamento de

Recursos existentes – Área do Risco – Crianças e Jovens em Situação de Privação e em Risco

ÁREAS	RECURSOS	DESCRIÇÃO	LOCAL
Saúde	ELI - Equipa Local de intervenção Precoce	Conjunto de medidas de apoio da área social, da educação e da saúde, para crianças entre os 0 e os 6 anos e suas famílias	ELI de Guimarães; ELI de Vizela
Apoio Psicológico	APSI - Associação de Psicologia da UMinho	Intervenção Psicológica (Psicologia Clínica e da Saúde; Psicologia Escolar e da Educação	Urgezes
Proteção	NACJR - Núcleo de Apoio às Crianças e Jovens em Risco	Resposta desenvolvida através de um serviço de apoio especializado às famílias com crianças e jovens, vocacionado para a prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias	ACES Alto AVE- Guimarães; Hospital Nossa Senhora da Oliveira
	CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Guimarães	instituição oficial não judiciária com autonomia funcional, que visa promover os direitos das crianças e dos jovens e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral	Urgezes
Cidadania e Participação	Guimarães, Cidade Amiga das Crianças	Defesa dos direitos dos mais jovens que coloca o interesse superior das crianças dos 0 aos 18 anos no centro da agenda, reconhecendo e assegurando as suas competências e promovendo a sua participação ativa e inclusão.	Câmara Municipal de Guimarães
	Casa da Juventude	Associação juvenil sem fins lucrativos que desenvolve foco na promoção do protagonismo juvenil, na capacitação jovem e no desenvolvimento sólido das relações interpessoais.	UF Oliveira, S. Paio e S. Sebastião
	Conselho Municipal da Juventude	Definição e execução das políticas municipais de juventude.	Câmara Municipal de Guimarães
Recursos de Apoio	Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	Apoios Sociais Vários; Bolsas de Estudo; (...)	Câmara Municipal de Guimarães
	Medidas de Apoio	Abono de Família; Bolsa de Estudo; Fundo de Garantia de Alimentos devidos a menores; Rendimento Social de Inserção	Segurança Social
	Laboratório da Paisagem	Atividades de Educação Ambiental	Creixomil
	Ciência Viva	Promover a cultura científica junto das camadas jovens e na população escolar	UF Oliveira, S. Paio e S. Sebastião
	A Oficina	Serviço de Educação e Mediação Cultural	-
	Tempo Livre	Atividades desportivas e tempos livres	-
	Programas de Férias	Programa de férias nas pausas letivas	ASSP - Associação de Solidariedade Social de Professores, Creixomil; Tempo Livre; Oficina; Ciência Viva; Laboratório da Paisagem; Casa da Juventude; Câmara Municipal de Guimarães;
Investigação	ProChild CoLab Against Poverty and Social Exclusion	Laboratório colaborativo que pretende desenvolver uma estratégia nacional no combate à pobreza e à exclusão social na infância enquadrada numa abordagem científica transdisciplinar, diversificada e integrada para promover o bem-estar e os direitos das crianças	-

Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo do Concelho de Guimarães 2022-2026

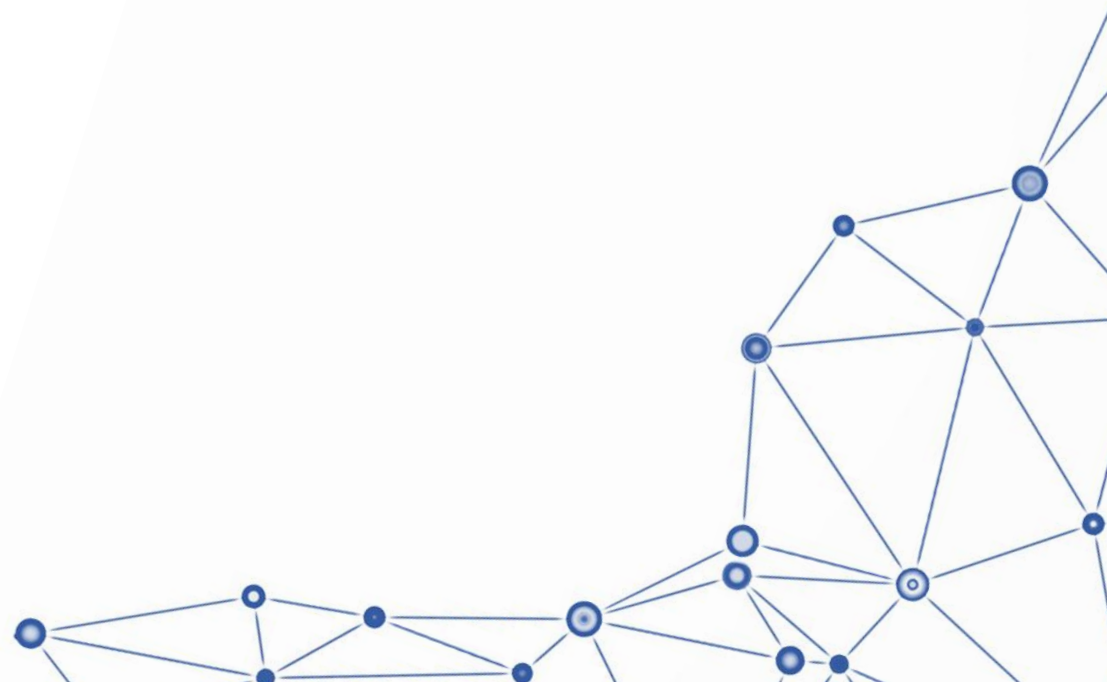
PROJETOS	PROMOTOR	DATA DE REALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	LOCAL
Gestores ProChild para a Infância	ProChild Poverty Exclusion	CoLab and	Against Social	
		Início: 01-11-2019 Fim: 01-12-2020	Capacitação de um grupo de profissionais do setor da educação que atue no Município de Guimarães como figuras de referência, num trabalho de proximidade junto das crianças e respetivas famílias e em estreita articulação com as respostas municipais e da comunidade. Especificamente, este projeto teve como objetivos: • Estabelecer uma relação de apoio, garantindo o conforto físico e emocional de crianças e famílias; • Ajudar a identificar as preocupações e necessidades imediatas, articulando as respostas da comunidade; • (Re)estabelecer o contacto das pessoas com a sua rede de apoio social.	-
CoAction Against Adversity: Uma resposta comunitária para promoção da saúde mental, resiliência e bem-estar infantil no Município de Guimarães	ProChild Poverty Exclusion	CoLab and	Against Social	
		1ª Edição Início: 01-02-2021 Fim: 30-07-2021 2ª Edição Início: 01-01-2022 Fim: 31-07-2022 3ª Edição Início: 01-02-2023 Fim: 31-07-2023 4ª Edição Início: 05-02-2024 (em curso) Fim: 30-09-2026	Projeto comunitário de investigação-ação, alicerçado numa abordagem multinível e na forte articulação de recursos comunitários, que tem como objetivo a Promoção do bem-estar, da saúde mental e da resiliência das crianças entre os 3 e os 10 anos de idade do Município de Guimarães, através de um rastreio online universal para estas crianças, bem como da avaliação e intervenção psicológica para as que apresentem problemas de saúde mental. A 1ª Edição do Projeto foi implementada em 2021, em resposta à situação de emergência de pandemia por COVID-19, destinada a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos, do ensino pré-escolar e primeiro ciclo da rede pública do Município de Guimarães. A 2ª e 3ª Edição do Projeto tiveram um âmbito de atuação mais alargado, com o objetivo promover a saúde mental, o bem-estar e a resiliência das crianças expostas a diferentes contextos de adversidade, mantendo-se destinado a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos, do ensino pré-escolar e primeiro ciclo da rede pública do Município de Guimarães. Na 4ª Edição do Projeto a resposta foi alargada a de todas as crianças dos 3 aos 10 anos de idade do Município de Guimarães.	-
ORIGOS – Modelo de intervenção comunitária colaborativo, intersectorial e multinível para a Primeira Infância no Município de Guimarães	ProChild Poverty Exclusion	CoLab and	Against Social	
		Início: 01-01-2023 (em curso)	Desenvolver um modelo de intervenção comunitária colaborativo, intersectorial e multinível no Município de Guimarães para promoção do desenvolvimento, saúde e bem-estar na Primeira Infância.	
Desenvolvimento Adversidade e Resiliência (DAR): A intergeracionalidade da adversidade e seu impacto no desenvolvimento e saúde mental das crianças e famílias	ProChild Poverty Exclusion	CoLab and	Against Social	
		Início: 30-11-2022 (em curso)	Perceber de que forma o funcionamento das famílias e crianças, dos 2 aos 6 anos de idade, sinalizadas ou não sinalizadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), pode ser afetado pelas experiências negativas associadas a eventos adversos vivenciados na infância pelos cuidadores e pelas próprias crianças. Este estudo permitirá compreender melhor o impacto que estas experiências adversas podem ter, identificar potenciais fatores protetores, e informar políticas sociais futuras que venham a promover uma melhor adaptação, proteção e resiliência das famílias e crianças em condições de maior vulnerabilidade.	
Fostering SMART Nutrition: mitigar os efeitos da insegurança alimentar infantil	ProChild Poverty Exclusion	CoLab and	Against Social	
		Início: 22-03-2023 (em curso)	Projeto de investigação-ação que pretende promover o acesso a alimentação saudável, nutricionalmente adequada e sustentável a 50 crianças, entre os 6 e os 12 anos de idade e suas famílias, em situação de vulnerabilidade social, dos bairros da Atouguia e Emboladoura do Município de Guimarães, através da sua capacitação e capacitação de professores e outros agentes locais. Especificamente, este projeto pretende diminuir a insegurança alimentar infantil, melhorar os comportamentos alimentares das crianças, melhorar os seus indicadores de saúde física e melhorar	

Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo do Concelho de Guimarães 2022-2026

PROJETOS	PROMOTOR	DATA DE REALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	LOCAL
			os indicadores de saúde mental e bem-estar das crianças e famílias. Utilizando uma abordagem centrada nas necessidades da comunidade, pretende-se coproduzir um modelo de intervenção que empodere e capacite as crianças e famílias na escolha de alimentos saudáveis, adequados e sustentáveis.	
Aprender é de (+): Subprojeto ProChild kit(e) – Kids Transforming Education	ProChild CoLab Against Poverty and Social Exclusion	Início: 01-04-2020 Fim: 30-06-2020	Promover o bem-estar das crianças e apoiar a superação de dificuldades geradas pelo contexto de pandemia, através de um conjunto de ferramentas educativas para professores, estruturadas por temas e subdivididas em atividades, que pretendem contribuir para objetivos específicos: • Criar/trabalhar/concretizar oportunidades de desenvolvimento de competências múltiplas nas crianças; • Identificar, apoiar e encaminhar crianças que experienciem dificuldades emocionais e comportamentais, fornecendo conhecimentos e estratégias úteis para atuar nestas situações. Criar oportunidades de formação para professores/as das AEC sobre competências socio-emocionais e acompanhamento das crianças em situação de pandemia.	-
Aprender é de (+): Subprojeto A Escola de Pernas para o Ar	ProChild CoLab Against Poverty and Social Exclusion	Início: 01-10-2020 (em curso)	Este projeto pretende: • Implementar modelos de educação não formal na promoção de competências sociais e pessoais das crianças, através da expressão plástica e da relação com o espaço; • Refletir sobre diferentes formas de conceção e organização da escola; • Promover competências pessoais e emocionais nas crianças; • Promover a voz ativa e atuante da criança no espaço escolar, valorizando-se a sua perspetiva e capacidade de decidir sobre temáticas relevantes e significativas para ela; • Promover um ambiente participativo na escola, envolvendo crianças, profissionais, famílias, entre outros; • Reconhecer a Escola como espaço físico e relacional; Projetar o espaço da escola na perspetiva do bem-estar da criança.	-
Aprender é de (+): Subprojeto Moving Kids ®	ProChild CoLab Against Poverty and Social Exclusion	Início: 01-03-2021 Fim: 30-04-2022	Conceptualizar, desenvolver e adaptar o brinquedo Moving Kids® à cidade de Guimarães para licenciamento à Science4you, para fins de produção e embalamento. O Moving Kids ® é um brinquedo dirigido a todas as crianças do 4.º ano no ensino escolar público do Município de Guimarães, no ano letivo de 2021/2022, com o objetivo de: • Promover a imaginação e criatividade das crianças • Fomentar o pensar/projetar e a capacidade de concretizar ideias; • Promover competências de análise do espaço; • Escutar a voz da criança e valorizar o seu olhar; • Estimular a construção e manipulação de diferentes materiais; Estimular a capacidade de resolução de problemas.	
Aprender é de (+): Subprojeto O Outro Lado da Escola	ProChild CoLab Against Poverty and Social Exclusion	Início: 02-01-2022 (em curso)	Este projeto pretende: • Refletir sobre diferentes formas de pensar a escola com docentes; • Promover competências e conhecimentos dos docentes sobre a promoção do bem-estar e competências pessoais e emocionais das crianças, a partir da valorização da Educação não formal, do brincar e da relação e interação entre pares; • Apoiar os docentes no desenvolvimento de iniciativas que promovam o bem-estar e competências pessoais e emocionais nas crianças; • Promover intervenções na escola (recreio), através da modificação/criação de rotinas e de estruturas para brincar, que valorizem o espaço da criança	

Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo do Concelho de Guimarães 2022-2026

PROJETOS	PROMOTOR	DATA DE REALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	LOCAL
			e permitam interações positivas entre adultos e crianças; Promover a voz ativa e atuante da criança no espaço escolar, valorizando-se a sua perspetiva e capacidade de decidir sobre temáticas relevantes e significativas para ela; Promover um ambiente participativo na escola, envolvendo crianças, profissionais, famílias, entre outros.	
Aprender é de (+): Subprojeto M2You	ProChild CoLab Against Poverty and Social Exclusion	Início: 01-09-2022 Fim: 30-09-2022	O programa Me2You (Tutoria por Pares) surge como uma intervenção inovadora que visa favorecer o desenvolvimento socioemocional e, consequentemente, o sucesso escolar das crianças, através de interações positivas num ambiente informal de aprendizagem entre pares. Este programa procurou analisar as diferenças nas medidas da Qualidade de Vida Relacionada com a Saúde (QVRS), competências socioemocionais e desempenho académico, tanto nas crianças em geral como entre os grupos de tutores/as e tutorandos/as, antes e após a implementação do programa. A amostra foi composta por 47 crianças do Ensino Básico (1º Ciclo), envolvendo avaliações de três grupos de informantes: crianças, pais e professores/as. Os resultados, em geral, indicam mudanças positivas em algumas medidas da QVRS, das competências socioemocionais e do desempenho académico	
Ser + Família	ADDHG - Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Guimarães	10/2024 a 10/2028	Apoio a crianças e jovens em risco sinalizadas pela CPCJ e aos CAFAP	Concelho de Guimarães
Cidadania+para intervir melhor": Materiais de divulgação dos direitos da criança a partir do contributo das crianças	ProChild CoLab Against Poverty and Social Exclusion	-	Ampliar e densificar os direitos da criança do Território de Aprendizagem nos seus diferentes contextos de vida.	-



Violência Doméstica

Enquadramento

No concelho de Guimarães, o apoio às vítimas de violência doméstica é efetuado pelo Espaço Municipal para a Igualdade, através de protocolo firmado em 2001 com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, pelas forças de segurança da PSP e da GNR e pelos Serviços de Atendimento e Ação Social Integrados.



O Espaço Municipal para a Igualdade é uma estrutura de atendimento gratuita e confidencial vocacionada para a Violência Doméstica, integrada na Divisão para a Coesão e Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Guimarães, que tem como objetivos:

- Promover a igualdade de género;
- Adquirir conhecimentos sobre a problemática da violência doméstica;
- Prevenir comportamentos violentos e disfuncionais em crianças, jovens e adultos, através de campanhas de informação e de sensibilização e de projetos de intervenção com públicos estratégicos;
- Proporcionar atendimentos de qualidade a vítimas de violência doméstica e promover a diminuição dos danos verificados na população vítima.

Este serviço atendeu durante o ano de 2024, 106 pessoas, das quais, 96 eram mulheres e 10 eram homens. Estes dados corroboram a perceção da Rede Social que sublinha a desigualdade de género na violência doméstica e vão ao encontro dos últimos dados do Relatório Anual da Segurança Interna do MAI – Ministério da Administração Interna, que refere que em 2023, no total das 35 032 vítimas de violência doméstica, 69,3% são mulheres.

A Rede Social identifica um conjunto de fatores que contribuem para que as vítimas se escusem em denunciar a violência de que são vítimas e que permaneçam no mesmo espaço em que coabitam com o agressor, como, a insegurança que têm relativamente à salvaguarda da proteção dos filhos, a

dependência económica e emocional relativamente ao agressor, a dificuldade emocional em denunciar as agressões, os valores religiosos e culturais e o desconhecimento dos seus direitos.

Perceciona ainda um aumento crescente da violência doméstica e da sua gravidade sobre os seniores e idosos e refere a falta de reconhecimento da importância da componente patológica nos perfis do agressor e da vítima.

Intervenção

As propostas de intervenção apontadas pela Rede Social estruturam-se nas cinco áreas estratégicas previstas no V PNPCVDG (Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género):



Áreas estratégicas do V PNPCVDG

No âmbito da primeira área estratégica, *Prevenir, Sensibilizar e Educar*, a Rede Social prevê a necessidade de se realizarem ações de sensibilização para a comunidade educativa e para a população em geral sobre a problemática da violência doméstica e sobre a importância da denúncia da violência doméstica como crime público.

Na segunda, *Proteger as Vítimas e Promover a sua Integração*, considera-se necessário incrementar ações terapêuticas e ações de intervenção integrada e multidisciplinar junto das vítimas de violência doméstica que contribuam para o seu processo de empoderamento e para a promoção dos seus direitos. Expressa-se igualmente, a necessidade de dotar o concelho de respostas de controlo e prevenção da agressão e de respostas de emergência, designadamente, Casas Abrigo e outras respostas de emergência social que

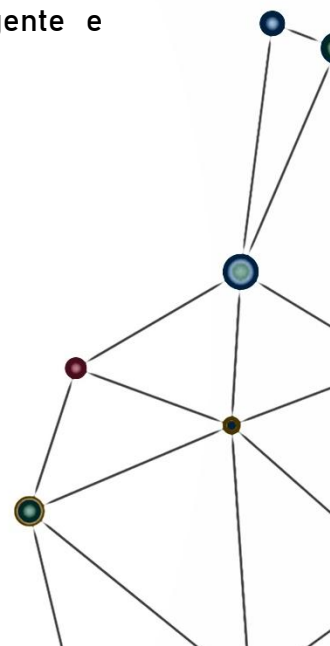
deem resposta na hora, a situações de crise. Embora constatando a falta de soluções que respondam de imediato à necessidade evidenciada, é assinalado no concelho como recurso privilegiado, a prioridade que é dada às vítimas de violência doméstica pela empresa municipal de habitação, CASFIG, sempre que as vítimas necessitam de uma habitação.

Na terceira área, *Intervir Junto dos Agressores*, propõem-se ações de intervenção e mediação junto dos agressores e no âmbito da *Formação e Qualificação dos Profissionais* considera-se importante a promoção de ações de formação que capacitem os interventores dos vários serviços/instituições sobre os procedimentos a tomar.

Na área da *Investigação e Monitorização* constata-se a necessidade de um diagnóstico territorial da violência doméstica a nível concelhio e o desenvolvimento de estudos longitudinais sobre a problemática da violência doméstica com avaliação de impacto e determinação de perfis de caracterização social, uma vez que os dados existentes são escassos e parcelares.

Identifica-se a dupla vitimização como um problema que é necessário ultrapassar na medida em que aumenta o sofrimento das vítimas, recomendando-se práticas que aprofundem o trabalho em rede entre as instituições que atuam na área e a criação de protocolos de procedimentos que anulem a dupla vitimização.

A aposta do EMI – Espaço Municipal para a Igualdade em mobilizar as instituições locais para a criação de uma Rede Local de Parceiros para a Prevenção e Combate à Violência Doméstica que trabalhe estas dimensões parece ser um bom prenúncio de uma ação concertada, convergente e multisectorial para a violência doméstica.



Projetos Estruturantes recomendados pela Rede Social

Plano Municipal para a Violência Doméstica

O concelho dispõe desde 2018 de um Plano Municipal para a Igualdade de Género e Não Discriminação, pelo que importa face ao conjunto de problemáticas evidenciadas e conforme o enunciado na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação de 2018-2030, D. R., 1.ª série — N.º 97 — 21 de maio de 2018, que o concelho através do envolvimento da Rede Local de Parceiros para a Prevenção e Combate à Violência Doméstica, recentemente criada, dê continuidade ao Plano Municipal para a Igualdade de Género e Não Discriminação e elabore um Plano Municipal para a Prevenção e Combate à Violência Doméstica, que trace as linhas orientadoras no âmbito da prevenção; no apoio e proteção às vítimas; na intervenção junto dos agressores; na qualificação dos serviços e dos seus profissionais e na promoção do conhecimento da temática e da sua expressão no concelho.

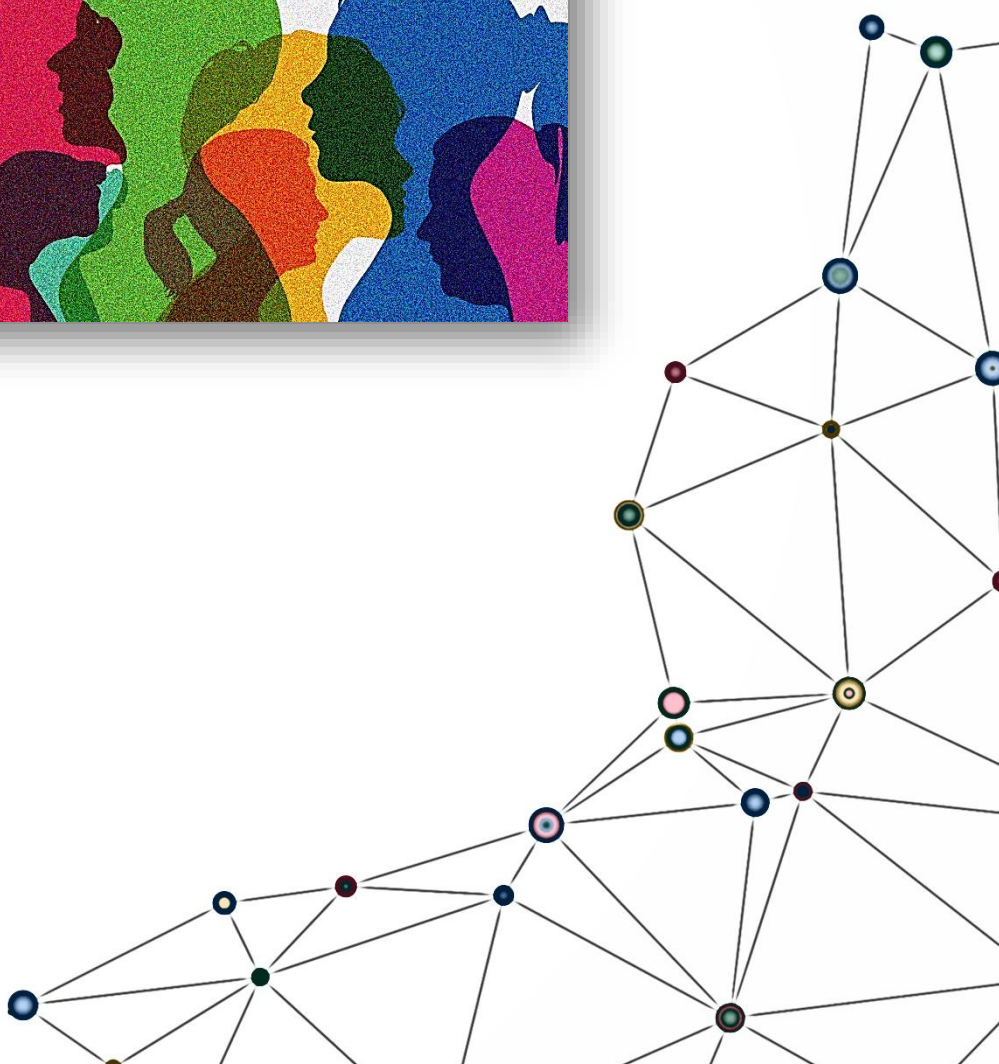


Tabela 21. Identificação de problemas e propostas de ação – Área de Risco – Violência Doméstica

Sistematização dos Resultados do Workshop Violência Doméstica

Categorias de Intervenção	de	Problemas Identificados	Ações com Impacto nas vítimas de Violência Doméstica	Ações para Articulação e Melhoria dos Serviços	Ações promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Igualdade de Género	de	Prevalência da desigualdade de género na violência doméstica	-	-	- Diagnóstico da problemática da violência doméstica a nível territorial - Desenvolvimento de estudos longitudinais sobre a problemática da violência doméstica com avaliação de impacto e determinação de perfis de caracterização social
Segurança e Proteção	e	- Insegurança da Vítima de violência doméstica relativamente à salvaguarda e proteção dos filhos - Maior incidência exponencial da violência doméstica, sobretudo sobre idosos e crianças expostos a situações de violência doméstica	-Ações de capacitação das vítimas como promotoras e defensoras de direitos -Ações de Sensibilização na Comunidade para a denúncia da Violência Doméstica como crime público	-	- Estruturas de emergência de apoio
Saúde		- Falta de intervenção especializada pedopsiquiátrica nas crianças em situação de violência doméstica - Falta de reconhecimento da importância da componente patológica nos perfis do agressor e da vítima	Ações de intervenção terapêutica para as vítimas e agressores	- Articulação entre os serviços de saúde e a ação social	- Intervenção psicológica e social especializada para a área da violência doméstica
Rendimento		Dependência económica e emocional da vítima de violência doméstica relativamente ao agressor(a)	- Ações de empoderamento das vítimas	-	- Medidas de apoio à proteção e autonomia das vítimas
Condições Emocionais		- Dificuldade da vítima de violência doméstica em denunciar as agressões - Dupla vitimização	-	- Ações de intervenção integrada e multidisciplinar para o processo de empoderamento e autonomização das vítimas	- Protocolo de procedimentos que impeçam a dupla vitimização
Valores Culturais e Religiosos	e	Valores religiosos e culturais com impacto na tomada de decisão por parte das vítimas de violência doméstica	-	-	-
Direitos		Desconhecimento dos direitos por parte das vítimas de violência doméstica	Ações de capacitação das vítimas como promotoras e defensoras de direitos	- Ações de capacitação junto dos serviços públicos e privados	- Ações de Proximidade e de Sensibilização para a população - Campanhas e ações de sensibilização na comunidade educativa
Cidadania		Insuficiente consciência cívica na denúncia de violência doméstica	Ações de Sensibilização na Comunidade para a denúncia da Violência Doméstica como crime público	-	- Campanhas e ações de sensibilização na comunidade e na comunidade educativa
Serviços		- Falta de Respostas de controlo e prevenção da agressão - Insuficiência de respostas sociais qualificadas de apoio às vítimas de violência doméstica - Dupla vitimização - Desconhecimento por parte de alguns serviços dos procedimentos a tomar - Falta de respostas de emergência social	- Integração da problemática da violência doméstica nos projetos, instituições e serviços - Intervenção e Mediação junto dos agressores	-Constituir grupo de trabalho interinstitucional para aprofundamento da problemática - Criação de um trabalho territorial em rede que elimine a repetição da intervenção - Criação de protocolos de procedimentos que impeçam a dupla vitimização - Ações de formação que capacitem os vários intervenientes sobre os procedimentos a tomar - Criação de instrumentos de partilha de informação	- Protocolos de procedimentos que impeçam a dupla vitimização - Criação de Casa Abrigo

Tabela 22. Mapeamento de Recursos existentes – Área de Risco – Violência Doméstica

ÁREAS	RECURSOS	DESCRIÇÃO	LOCAL
Emergência Social	Linha 144 - Linha Nacional de Emergência Social	Serviço telefónico público, gratuito, de funcionamento ininterrupto, 24h por dia, todos os dias do ano.	Nacional
Ação Social	Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado	Serviço disponibilizado às pessoas e às famílias em situação de vulnerabilidade social ou de carência ou em situação de emergência social; rendimento social de inserção	Câmara Municipal de Guimarães; ADCL- Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais; Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro; Casa do Povo de Fermentões; Fraterna; Centro Social D. Manuel Joaquim de Sousa; Centro Social da Paróquia de Polvoreira; Centro Social Paroquial de Ronfe
Atendimento e Proteção	EPAV- Equipas de Proximidade de Apoio às Vítimas	Equipas de primeira linha de intervenção, de proteção e segurança, de atendimento, de acompanhamento, de apoio e de encaminhamento das vítimas de violência doméstica.	PSP; GNR
	EMI- Espaço Municipal para a Igualdade	Estrutura de atendimento gratuita e confidencial vocacionada para a Violência Doméstica	Câmara Municipal de Guimarães
	Gabinete de Apoio à Vítima	Apoio jurídico, social e psicológico à vítima e seus familiares e publico LGBTI	ADDHG - Associação Defesa dos Direitos Humanos de Guimarães
Apoio Psicológico	APSI - Associação de Psicologia da Universidade do Minho	Intervenção Psicológica (Psicologia Clínica e da Saúde)	Urgezes
Saúde	Serviço Psiquiatria do Hospital Senhora da Oliveira	Apoio psiquiátrico	ULS – Unidade Local de Saúde do Alto Ave – Hospital de Guimarães
Habitação	CASFIG, EM.	Promoção e gestão do património imobiliário municipal, em especial e primordialmente as habitações sociais do Município de Guimarães	Azurém
Direitos Humanos	ADDHG - Associação Defesa Direitos Humanos de Guimarães	Promoção dos Direitos Humanos, nomeadamente ao nível dos direitos dos homens, mulheres, idosos, jovens e crianças, do combate a todas as formas de violência e discriminação	UF Airão S. João e Vermil
Igualdade e Não Discriminação	Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL)	Propor, conceber, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as medidas e as ações desenvolvidas no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade	Câmara Municipal de Guimarães
	Bussola - Comunidade LGBTI	Gabinete de informação sobre a igualdade de género, a orientação sexual e a identidade ou expressão de género	Casa do Povo de Fermentões
	TABU	Combate à violência de género através das artes performativas	S. Jorge de Selho
Apoio Jurídico	Gabinete de Apoio Jurídico	Apoio jurídico nas modalidades de informação, de consulta e de orientação a todos os cidadãos residentes na área territorial de Guimarães e Vizela, ou que aí exerçam uma atividade profissional regular e que, por insuficiência económica, não tenham	Câmara Municipal de Guimarães

Tabela 23. Mapeamento dos Projetos existentes – Área de Risco – Violência Doméstica

ÁREAS	RECURSOS	DESCRIÇÃO	LOCAL
		possibilidade de contratar os serviços de consulta prestado por advogados.	

PROJETOS	PROMOTOR	DATA DE REALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	LOCAL
Projeto de Sensibilização e Prevenção na área dos direitos humanos, violência doméstica e igualdade de género	ADDHG - Associação Defesa Direitos Humanos de Guimarães	Em permanência	Desenvolvimento de ações de capacitação junto das crianças e jovens para a adoção de atitudes positivas perante os conflitos nas relações de intimidade e melhorar os seus conhecimentos a nível das situações de violência e promoção de relações saudáveis	Agrupamentos de Escola do Concelho
Projeto FENIX	ADDHG - Associação Defesa Direitos Humanos de Guimarães	11/24 a 11/25	Apoio Psicossocial e Jurídico a Vítimas de violência doméstica e seu agregado familiar.	Guimarães
Gabinete Cuidar	ADDHG - Associação Defesa Direitos Humanos de Guimarães	Em permanência	Intervenção direta com vítimas – Gabinete que integra a Rede Nacional de Estruturas de atendimento a vítimas de Violência Doméstica	Guimarães
Projetos ERAMUS +	ADDHG - Associação Defesa Direitos Humanos de Guimarães	Em permanência	Projeto destinado a Jovens e técnicos de juventude com o objetivo de trabalhar os direitos humanos e violência doméstica no contexto europeu	Guimarães
Rede de Apoio Psicológico no Ave	CIM do Ave	Jul. 22 a Jul. 23	Resposta supramunicipal de atendimento, apoio e acompanhamento especializados, nas dimensões psicológica e psicoterapêutica, a crianças e jovens vítimas de violência doméstica, através da constituição de uma equipa técnica de psicólogos/as e de uma intervenção articulada e em rede entre as diversas instituições e serviços com intervenção	Guimarães

Emergência Social

Enquadramento

O XXII Governo criou em 30 de setembro de 2021 a Rede de Respostas Integradas em Emergência Social, em forma de projeto piloto, nos distritos de Braga e Faro, através da qual pretende dar uma resposta mais eficaz, alargando o apoio que era dado pela Linha LNES (linha 144), às noites e fins-de-semana.

A Linha 144 foi criada em 2001 com o objetivo de responder a todos os cidadãos que se encontram em situação de desproteção e vulnerabilidade e que necessitam de apoio social, por não estarem asseguradas as condições mínimas de sobrevivência ou por estarem expostos a um perigo real, atual ou iminente, para a sua integridade física e psíquica.

Conforme dados disponibilizados na página do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Observatório Nacional de Emergência Social, em 2024, esta linha atendeu 13 659 pedidos de ajuda. Na sua maioria, estão relacionados com ausência e perda de autonomia por motivos de saúde ou por motivos económicos, desalojamento ou rutura familiar, casos relacionados com sem-abrigo e casos de violência doméstica. O mesmo Observatório refere que no Distrito de Braga, em 2024, foram tratadas 541 chamadas com pedidos de apoio, tendo sido apoiadas 667 pessoas. As tipologias mais expressivas destes pedidos de apoio estavam relacionadas com sem-abrigo (161), violência doméstica (111) e desalojamento (75).

Este Observatório não disponibiliza dados a nível concelhio, designadamente sobre as tipologias dos pedidos de apoio, contudo a Rede Social identifica um perfil de situações padrão que levam à necessidade de se acionarem respostas de emergência social, como, a privação material, quadros críticos de saúde física e mental, situações de dependência, violência doméstica e desalojamentos, conforme se especificam:

- Pessoas isoladas em situação de precariedade extrema;

- Reformados com baixas pensões em situação de pobreza severa;
- Doentes crónicos com pensões muito reduzidas;
- Idosos em situação de vulnerabilidade por ausência de vagas sociais;
- Pessoas em situação de risco e exclusão;
- Pessoas com dependências de consumos e sem-abrigo;
- Famílias em situação de insolvência súbita;
- Multi desemprego familiar, decorrente do COVID 19;
- Crise e disfuncionalidade familiar persistente, nomeadamente, violência doméstica;
- Famílias monoparentais em privação severa;
- Pessoas com baixa mobilidade e/ou dependência física;
- Quadros de crise de saúde mental e deficiência.

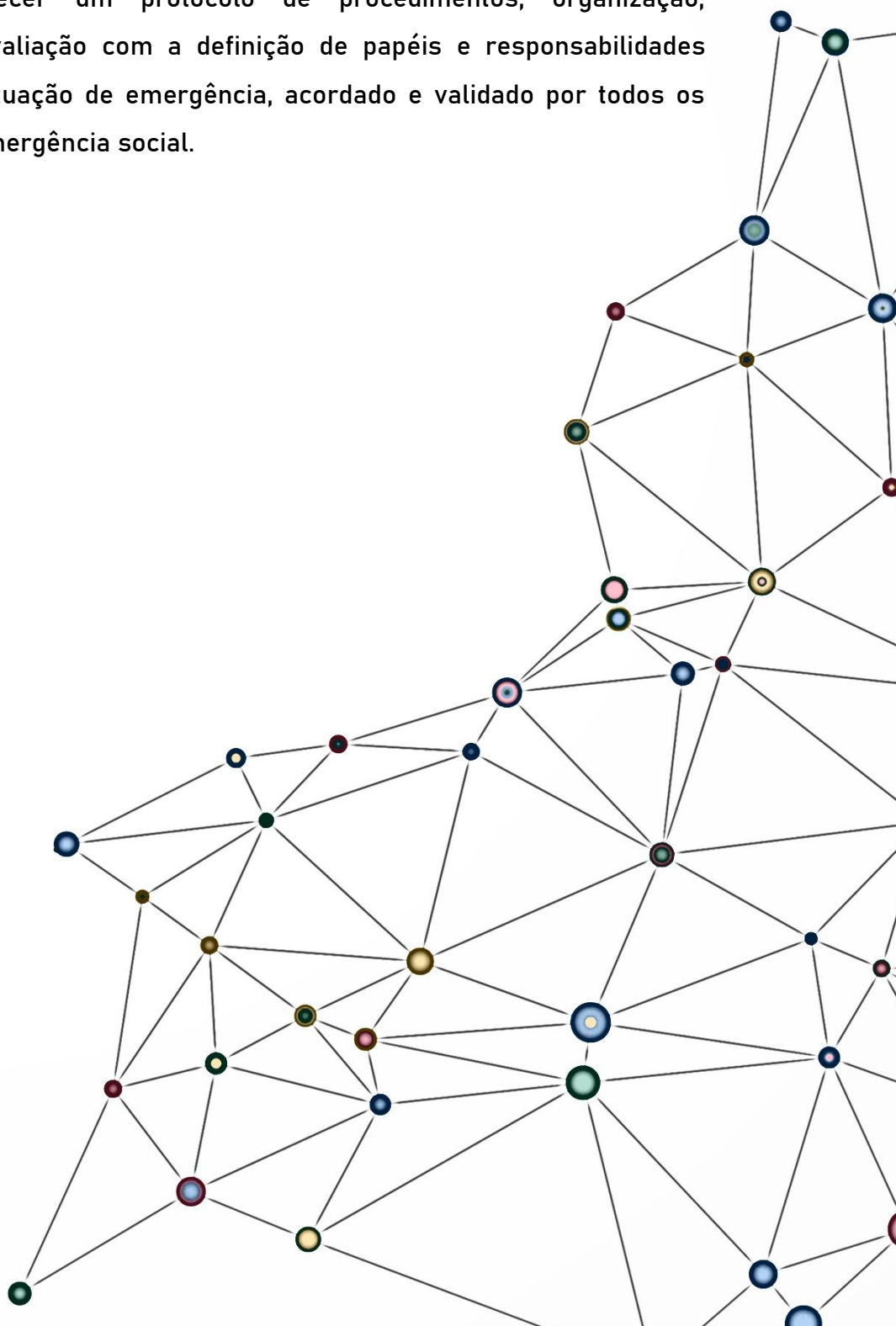
A resposta às situações de emergência social no concelho é maioritariamente dada pelo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado coordenado pela Câmara Municipal, recentemente criado, que, através das respetivas medidas de apoio que disponibiliza, com recurso às instituições que integram a Rede Social, procura responder de forma imediata às necessidades identificadas.



Intervenção

A Rede Social revela a falta de uma resposta organizada à emergência social, considerando urgente a necessidade de se criarem no concelho equipas multidisciplinares e multissetoriais para a intervenção em crise, com formação e treino para a emergência social.

Aponta, igualmente, para a necessidade de se efetuar um mapeamento de recursos de emergência e das respostas sociais de apoio à emergência social e de se estabelecer um protocolo de procedimentos, organização, funcionamento e avaliação com a definição de papéis e responsabilidades institucionais em situação de emergência, acordado e validado por todos os intervenientes na emergência social.



Projetos Estruturantes recomendados pela Rede Social:

Rede Local para a Emergência Social

A resposta à emergência social exige uma ação concertada e convergente entre os diferentes serviços e instituições que intervêm direta ou indiretamente na emergência social, pelo que será necessário identificar os serviços, os seus interlocutores e os compromissos assumidos; prover o seu processo de funcionamento e de organização de acordo com as diversas situações de emergência identificadas, com recurso a fluxogramas que espelhem de forma clara os circuitos a estabelecer. Esta rede deve igualmente ter um mapeamento de recursos de apoio à emergência social e disponibilizar uma equipa multidisciplinar e multissetorial local de intervenção em crise.

Alojamento de Apoio à Emergência Social

Criação de uma bolsa de alojamento urgente e temporário para pessoas e famílias em situação de especial vulnerabilidade e desproteção social.

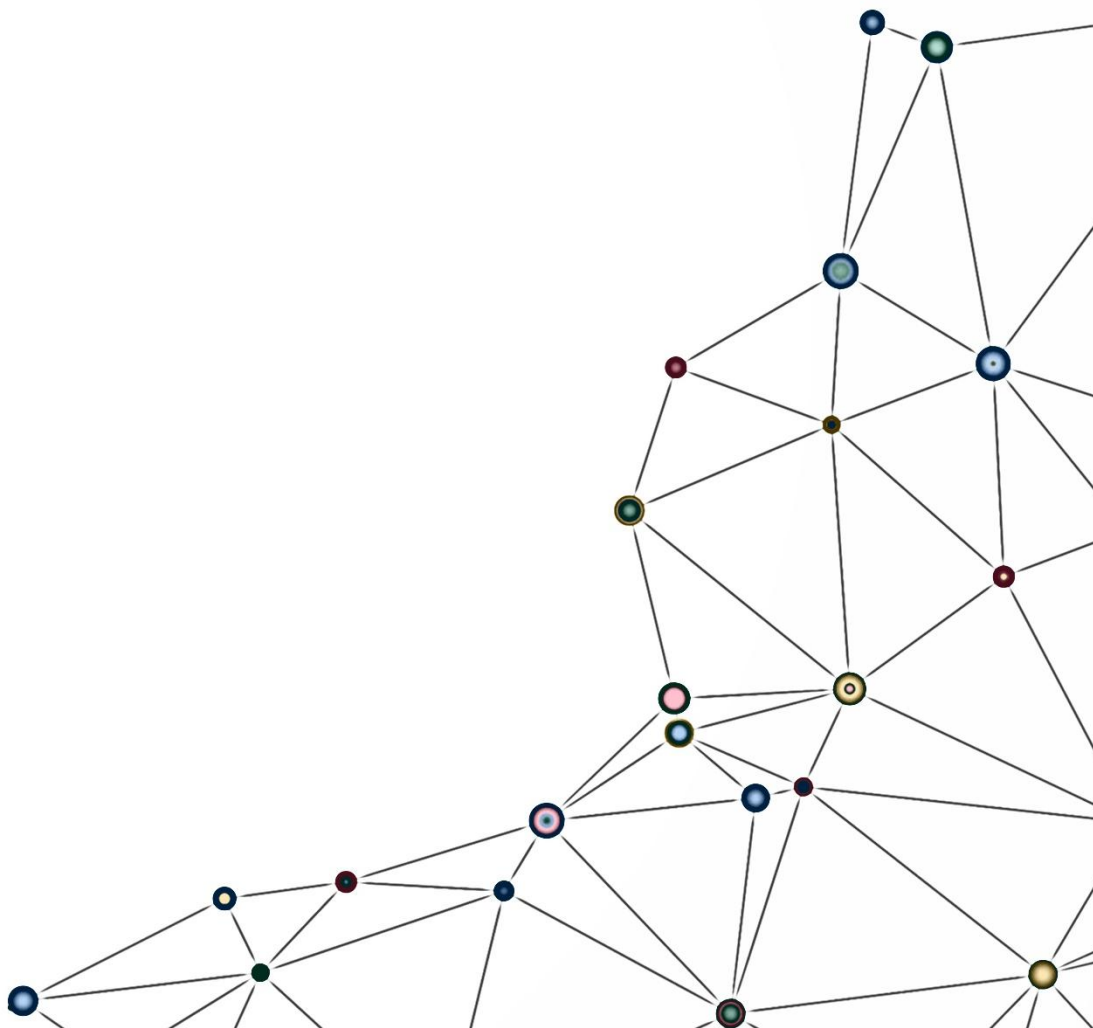


Tabela 24. Identificação de problemas e propostas de ação – Área de Risco – Emergência Social

Sistematização dos Resultados do Workshop Emergência Social

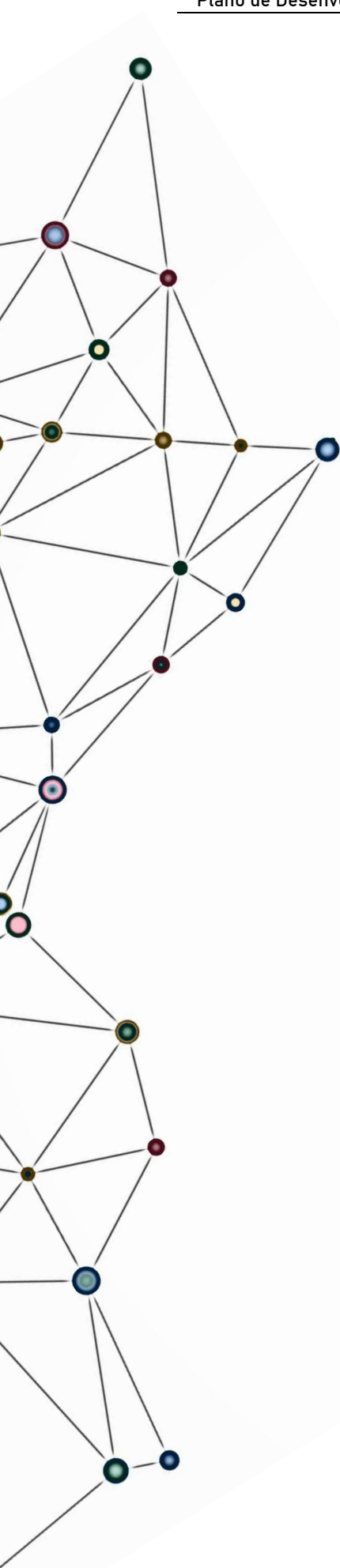
Categorias de Intervenção	Problemas Identificados	Ações com Impacto na Emergência Social	Ações para Articulação e Melhoria dos Serviços	Ações promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Serviços	- Falta de respostas sociais de apoio à emergência social - Falta de equipa multidisciplinar e multisectorial local de intervenção em crise - Falta de mapeamento dos recursos de emergência - Falta de definição de papéis e responsabilidades institucionais em situação de emergência - Falta de preparação e treino na intervenção em crise - Falta de protocolo de procedimentos de organização e funcionamento - Falta de uma bolsa de recursos permanentes para a emergência social	- Promoção de estratégia inovadoras nas respostas à emergência social que dignifiquem os indivíduos e famílias - Redefinição da estratégia e abordagem no apoio alimentar aos indivíduos e famílias em situação de emergência - Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social para a promoção da Saúde Mental em situação de crise	- Estabelecer Circuitos/Protocolos de intervenção imediata entre serviços de primeira linha e a saúde (USF e Saúde Pública) - Concertação das respostas e dos projetos de proximidade na área da emergência social, com avaliação do impacto gerado na comunidade - Momentos de análise e avaliação para repensar a estratégia social local para a emergência social e criar uma abordagem disruptiva em simultânea às políticas públicas - Criar mecanismo de organização e planeamento de emergência social que defina papéis e responsabilidades, circuitos de colaboração técnica e institucional, mapeamento de recursos de retaguarda e bolsa de recursos - Ações de capacitação técnica e institucional para a emergência social	- Criação de respostas sociais de apoio à emergência, como, Centro de Alojamento de Emergência - Criação de vagas de emergência nas IPSS - Criação de uma bolsa de habitação de emergência - Readaptação do funcionamento e organização dos serviços às necessidades específicas que decorrem da emergência social com base no princípio da equidade

Tabela 25. Mapeamento de Recursos existentes – Área de Risco – Emergência Social

ÁREAS	RECURSOS	DESCRIÇÃO	LOCAL
Linha de Emergência	Linha 144- Linha Nacional de Emergência Social	Serviço telefónico público, gratuito, que funciona 24h por dia, todos os dias do ano, que tem por objetivo dar resposta a situações de emergência	Nacional
Ação Social	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado	- Atendimento e acompanhamento de pessoas e famílias em situação de emergência social, vulnerabilidade e exclusão social; Rendimento Social de Inserção	Câmara Municipal de Guimarães; ADCL - Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais; Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro; Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa; Centro Social Paroquial de Polvoreira; Centro Social Paroquial Ronfe; Fraterna; Casa do Povo de Fermentões
Respostas Sociais	CAES - Centro Apoio à Emergência Social	Resposta social que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada ou a sua autonomização	UF Atões e Rendufe - Cruz Vermelha, delegação de Guimarães
	Apartamento de Autonomização	Resposta habitacional	Cruz Vermelha, delegação de Guimarães
	Cantina Social	Serviço de refeições, banhos e lavandaria	Creixomil, Lar de Santo António
Habitação	CASFIG, EM	Gestão do património imobiliário municipal, primordialmente as habitações sociais do Município de Guimarães	Azurém
Recursos de Apoio	Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em situação de Vulnerabilidade; Regulamento Municipal de Ação social integrada;	Apoios sociais vários	Câmara Municipal de Guimarães
	Apoio Alimentar	Programa que disponibiliza o acesso diário a refeições gratuitas	Lar de Santa Estefânia; Santa Casa da Misericórdia de Guimarães; Casa do Povo de Briteiros; Centro Social Paroquial de Ronfe; Santa Casa da Misericórdia de Riba d'Ave; Lar de Santo António
	Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade	ADCL; Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro; Centro Social Paroquial de Ronfe; Centro Social Paroquial Nespereira; Fraterna; Casa do Povo de Fermentões; Santa Casa da Misericórdia de Riba d'Ave; Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa
	Refood	Distribuição de géneros alimentares através do combate ao desperdício	Azurém
	Lojas Sociais	Cedência de vestuário, têxteis, mobiliário, equipamento doméstico	Fraterna; Cruz Vermelha, Delegação de Guimarães; Banco da Partilha; Amigos de Urgezes; Casa da Juventude; Junta de Freguesia de Ponte; Vestir de Novo; Centro Social da Irmandade S. Torcato; junta de freguesia das Taipas; Casfig; Lar de Santa Estefânia; GASMAVE; Centro Social Paróquia Polvoreira; Mais Polvoreira; Centro Social Nespereira; Aldão Solidário; ASPEV
Apoio Psicológico	APSI - Associação de Psicologia da Universidade do Minho	Intervenção Psicológica (Psicologia Clínica e da Saúde)	Urgezes
Cuidadores	Gabinete de Apoio ao Cuidador	Projeto em rede, com a participação de várias entidades parceiras, procura dar resposta aos cuidadores e instituições de Guimarães através de "atendimento individualizado" e disponibilidade de recursos nas áreas do conhecimento, apoio jurídico ou capacitação de formação, entre outras.	Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha
Voluntariado	Voluntariado	Ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas	Câmara Municipal de Guimarães; Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha; Casa da Juventude

Tabela 26. Mapeamento dos Projetos existentes – Área de Risco – Emergência Social

PROJETOS	PROMOTOR	DATA DE REALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	LOCAL
Portas Abertas	Câmara Municipal de Guimarães	-	Equipa SOS Sem Abrigo; Sessões de Informação/sensibilização e capacitação; requalificação dos serviços prestados na Cantina Social do Lar de Santo António e criação de apartamentos de autonomização, comunidade de inserção e/ou centro de acolhimento temporário.	Guimarães
NPISA	Câmara Municipal de Guimarães		O Núcleo de Planeamento e Intervenção em Situação de Sem-Abrigo, é uma estrutura de parceria, entre diversos municipais, que visam coordenar os esforços de várias entidades (públicas e privadas) para responder à problemática das pessoas em situação de sem-abrigo, promovendo a sua integração social e autonomia.	Guimarães



2

Área da Vulnerabilidade Social:

Seniores e Pessoas Idosas
Pessoas com Deficiência
Migrantes e Refugiados

Seniores e Pessoas Idosas

Enquadramento

No concelho de Guimarães residiam em 2021, 31 327 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, representando 19,9% do total da população concelhia (Censos 2021). Desta população, 8,2% está integrada em respostas sociais de apoio a idosos da rede solidária e privada, dos quais, 1251 em Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI), 751 em Serviços de Apoio Domiciliário (SAD), 494 em Centros de Dia e 72 em Centros de Convívio (Carta Social, 2023)



Fonte: Câmara Municipal de Guimarães

Com o objetivo de promover a oferta de serviços de proximidade que incentivem um envelhecimento saudável, o município de Guimarães tem vindo a apoiar nos últimos anos a implementação de projetos sociais nas freguesias.

Também a sociedade civil através da implementação de universidades sénior e da apresentação de candidaturas a programas de financiamento, tem procurado diversificar a oferta de atividades para os mais velhos e incentivar a criação de novos espaços culturais, de aprendizagem e de socialização.

As transformações familiares e demográficas que se têm observado, caracterizadas pela diminuição das redes de solidariedade familiar e pelo envelhecimento das populações, remetem-nos para uma realidade crescente de pessoas mais velhas a viverem sós ou com uma outra pessoa da mesma faixa etária. Os censos 2021 revelam que no concelho residem sozinhos 4 825 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e que 9234 residem com outra pessoa da mesma faixa etária. Para prevenir as consequências deste isolamento, o município procurou desenvolver uma resposta de apoio em



cooperação com as instituições que integram a Rede Social, através da criação do projeto Guimarães 65+.

Este projeto tem como propósito prevenir o isolamento e as situações de negligência das pessoas mais velhas do concelho que residem numa situação de fragilidade e de isolamento. Este projeto está no terreno desde 2013, tendo sido sinalizadas desde essa data, 3 341 pessoas, sendo que 1 880 com processos ativos e 1 461 arquivados.

O relatório da OMS-Organização Mundial de Saúde sobre Envelhecimento e Saúde, 2015, baseia as suas recomendações na análise das mais recentes evidências a respeito do processo de envelhecimento, referindo que muitas das perceções e suposições comuns sobre as pessoas mais velhas são baseadas em estereótipos ultrapassados, sendo hoje frequente as pessoas que chegam à reforma quererem iniciar um novo projeto de vida que até ali não tiveram oportunidade de desenvolver.

Em consonância com esta constatação, considera-se necessário fazer a distinção entre os conceitos de sénior e idoso, tão comumente usados por quem trabalha na área, referindo que sénior é toda a pessoa que independentemente da sua idade, mantém as suas condições funcionais e de mobilidade e que idoso é aquela pessoa que se encontra dependente, necessitando do apoio permanente de uma terceira pessoa.

O mesmo relatório refere que o envelhecimento está apenas vagamente relacionado com a idade cronológica das pessoas, embora à medida que a idade avança, as pessoas apresentem mais problemas de saúde, nem todas apresentam problemas de dependência, sublinhado que para os mais velhos, o mais importante é a manutenção das competências funcionais ao longo da vida. É por isso, importante que os prestadores de serviços e os decisores políticos perspetivem a sua estratégia de intervenção de forma a prevenir desde cedo e antecipadamente a perda de competências funcionais, devendo repensar-se a forma de equacionar o processo de envelhecimento e as políticas de envelhecimento, apostando na construção de trajetos positivos de envelhecimento e em estratégias que permitam manter as funcionalidades dos

mais velhos e fomentem a sua participação social e o seu exercício de cidadania.

Os problemas identificados pela Rede Social para os seniores estão em consonância com algumas das conclusões daquele relatório na medida em que identifica o preconceito social de desvalorização das pessoas mais velhas; o seu isolamento e afastamento dos circuitos de sociabilidade e a sua reduzida representatividade na definição das políticas e ações públicas locais, desconhecendo-se as suas necessidades e expetativas. Aponta-se ainda a inadequação dos serviços públicos aos novos perfis dos mais velhos e a falta de espaços e de oportunidades para a preparação e recriação de novas rotinas de vida.

Intervenção

Considera-se importante a criação de estruturas representativas dos seniores; o desenvolvimento de ações promotoras da identidade dos mais velhos; a melhoria das políticas de acessibilidade e mobilidade no concelho; a melhoria das intervenções em contexto domiciliário, designadamente dos Serviços de Apoio Domiciliário, com a criação de equipas multidisciplinares e alargamento dos serviços de apoio e dos horários de funcionamento.

No que se refere aos idosos que se encontram em situação de dependência, a Rede Social enumera um conjunto alargado de debilidades que vão desde a falta de recursos económicos, a falta de satisfação de necessidades básicas e de saúde, a falta de uma rede familiar e social de apoio, e a falta de condições de conforto que permitam manter as capacidades funcionais e de bem-estar. Projeta-se a necessidade de se melhorar e inovar as respostas sociais de apoio, através da prestação de serviços de apoio domiciliário qualificados, alargados e diversificados.

É sublinhada a importância de se desenvolver um trabalho articulado entre os centros de saúde e as instituições sociais de apoio a idosos para a prestação de cuidados de saúde, de nutrição e de preparação e administração de medicação. O desenho deste plano de cuidados único terá como finalidade maximizar as suas capacidades funcionais. Apesar das pessoas mais velhas apresentarem,

com frequência, declínio de capacidades, ao estarem integradas em ambientes de apoio favoráveis terão mais possibilidades de ter uma vida com dignidade e com crescimento pessoal contínuo.

A utilização e disseminação do uso generalizado das novas tecnologias é recomendado pela Rede Social para seniores e idosos. A sua utilização poderá constituir-se como um apoio e recurso para a manutenção e desenvolvimento das capacidades funcionais desta população e para a preservação dos contactos familiares, com a comunidade e com mundo.

A Rede Social identifica igualmente a problemática dos cuidadores das pessoas idosas com dependências, quer ao nível dos apoios, quer ao nível da falta de respostas de apoio ao descanso dos cuidadores, referindo a necessidade de se intensificarem as ações de capacitação para os cuidadores no âmbito da prestação dos cuidados e também sobre o próprio idoso.

A criação recente no município do consórcio Guimarães - Concelho Cuidador, que aglutina um conjunto diversificado de instituições que promovem apoio aos cuidadores e que desenhou um Plano de Intervenção Integrado nas áreas do Conhecimento, Apoio Jurídico, Identificação de Recursos, Capacitação e Comunicação e Divulgação e que prevê a implementação de um plano de cuidados de apoio ao cuidador e à pessoa cuidada, é um bom prenúncio de uma intervenção consistente integrada e articulada no âmbito do apoio aos cuidadores. Igualmente o Decreto Regulamentar nº 1/2022 de 10 de janeiro, que estabelece os termos e as condições do reconhecimento do estatuto de cuidador informal bem como as medidas às pessoas cuidadas e que prevê a sua aplicação a todo o território nacional é certamente um recurso que poderá



Fonte: Câmara Municipal de Guimarães

beneficiar os cuidadores.

Projetos Estruturantes recomendados pela Rede Social:

Programa Municipal de Promoção das Pessoas Mais Velhas que valorize os mais velhos, as suas competências, os seus conhecimentos, a sua experiência e saber fazer, as suas histórias e os seus projetos. Este programa deverá ser um desígnio municipal no sentido de se construir uma maior coesão social e de desenvolver junto dos mais jovens, dos serviços públicos e dos prestadores de serviços um novo conceito sobre os mais velhos.

Divulgação e Implementação de novos Modelos de Apoio Institucional aos Mais Velhos Desenvolver modelos de intervenção que promovam a identidade, a privacidade, a autonomia e o poder de decisão dos mais velhos. A criação de pequenas casas com o apoio de serviços comuns, como, cozinha, lavandaria, cabeleireiro, entre outros serviços, poderá concorrer para que os mais velhos tenham o seu espaço próprio, mantenham as suas funcionalidades e desenvolvam novos gostos e experiências.

Programa de Intervenção multidisciplinar integrado entre as áreas Social e de Saúde que promova um trabalho articulado e integrado entre a área social e a área da saúde de forma a estabelecer-se um plano de cuidados comum abrangente que envolva as várias dimensões: física, psicológica e emocional e que seja passível de ser monitorizado, reduzindo o perigo de atuações desajustadas e sobrepostas, que, na maioria das vezes não favorecem a saúde e bem-estar dos mais velhos.

Programa de Avaliação Nutricional. Efetuar a avaliação do estado nutricional dos seniores e idosos de forma a prover medidas que minimizem possíveis défices nutricionais e que contribuam para uma melhor saúde nutricional dos mais velhos. A alimentação tem influência no estado de saúde das pessoas e especificamente nos seniores e idosos. Decorrente do processo de envelhecimento, as pessoas adquirem mais doenças e muitas das vezes apresentam défices nutricionais resultantes das mesmas ou de outros fatores, como por exemplo, estados depressivos, solidão, pobreza ou mesmo por falta de condições para preparem as suas refeições.

Tabela 27. Identificação de problemas e propostas de ação – Área da Vulnerabilidades Social – Seniores e Pessoas Idosas

Sistematização dos Resultados do Workshop Seniores

Categorias de Intervenção	Problemas Identificados	Ações com Impacto nos Seniores	Ações para Articulação e Melhoria dos Serviços	Ações promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Conhecimento	Falta de diagnóstico de necessidades e problemas específicos dos seniores	- Grupos de Encontro de Seniores	- Ações de capacitação para técnicos	- Realização de Estudos de Diagnóstico
Bem-Estar	- Auto perceção negativa dos maiores de 65 anos - Preconceito Social de desvalorização dos maiores de 65 anos - Isolamento e afastamento de circuitos de sociabilidade	- Ações promotoras da identidade dos seniores - Projetos intergeracionais	-	- Ações de valorização dos mais velhos
Acessibilidade/Mobilidade	- Falta de mobiliário urbano adaptado às necessidades dos seniores - Dificuldades de mobilidade sobretudo para os seniores residentes nas freguesias mais distantes do centro urbano	-		- Políticas de promoção de acessibilidades e mobilidade
Saúde	- Falta de educação para as necessidades específicas de saúde dos seniores - Carência de alfabetização digital e de Literacia em Saúde	- Projetos de literacia em saúde - Alargar a oferta da acessibilidade a equipamentos digitais		- Plano de Cuidados de Saúde Integrados
Cidadania	- Reduzida representatividade das necessidades e expectativas dos seniores na definição das políticas e ações públicas locais - Invisibilidade social dos seniores – Estigma sobre o envelhecimento - Falta de atividades de empoderamento e capacitação dos maiores de 65 anos	Diversificação da oferta de atividades para os seniores	- Ações de capacitação para técnicos	- Programa de promoção dos mais velhos - Criação estruturas locais representativas dos seniores
Desenvolvimento Pessoal e Social	- Falta de atividades de desenvolvimento e estimulação cognitiva - Reduzida diversidade na oferta de atividades e propostas ocupacionais para seniores	- Desenvolvimento de espaços ocupacionais diversificados - Programas de estimulação em áreas diversificadas - Alargar a oferta da acessibilidade a equipamentos digitais - Desenvolvimento de programas de estimulação cognitiva		
Serviços	- Inadequação dos serviços públicos existentes aos novos perfis geracionais dos seniores - Pouco reconhecimento das competências e capacidades dos seniores - Falta de espaços e oportunidade de preparação e recriação de novas rotinas de vida	- Reforço de atividades e projetos intergeracionais	- Ações de capacitação/formação para serviços e IPSS	-

Identificação de problemas e propostas de ação – Área da Vulnerabilidade Social – Seniores e Pessoas Idosas

Sistematização dos Resultados do Workshop Seniores

Categorias de Intervenção	Problemas Identificados	Ações com Impacto nas Pessoas Idosas	Ações para Articulação e Melhoria dos Serviços	Ações promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Bem-Estar	- Isolamento e falta de contato com familiares e amigos - Aumento dos Idosos em situação de solidão e isolamento agravado e decorrente da situação pandémica - Dificuldade no acesso a bens de satisfação pessoal - Falta de “dinheiro de bolso” para idosos com apoio institucional - Dificuldade por parte dos idosos em manterem as habitações em condições de conforto e de segurança - Dificuldade em aceder a produtos de apoio/ajudas técnicas de apoio às atividades de vida diária - Falta de acompanhamento a espaços de lazer/culturais e religiosos	- Desenvolvimento de programas de estimulação cognitiva - Criação de redes de apoio de proximidade	- Divulgação dos serviços/instituições que disponibilizam produtos de apoio - Ações de formação para IPSS	
Acessibilidade /Mobilidade	- Idosos com dificuldades em efetuar as atividades de vida diária - Barreiras arquitetónicas no interior dos domicílios	Redes de apoio de proximidade		- Políticas de acessibilidade e mobilidade - Criação de acessibilidades a equipamentos digitais para os cuidados de saúde (físicos e mentais) em contexto domiciliário
Saúde	- Baixa literacia em saúde, sobretudo na toma de medicação - Idosos com baixo peso, sem acompanhamento a nível de necessidades nutricionais específicas	Projetos de literacia em saúde	- Planeamento e articulação dos centros de saúde com os SAD e os Centros de Dia, para a prestação de cuidados de saúde; nutrição e preparação e administração de medicação	- Plano de Cuidados conjunto Saúde e Social - Programa de Avaliação nutricional
Habitação	Insalubridade das habitações	- Equipas de proximidade de apoio		- Programas de apoio à melhoria das condições de habitabilidade
Violência	Elevada incidência de casos de violência sobre idosos e burlas	- Ações de esclarecimento de proximidade		
Respostas Sociais	- Falta de respostas flexíveis e integradas de apoio aos idosos no domicílio - Falta de vagas sociais em ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas)	- Recriação de um novo modelo de resposta SAD - Criação de respostas que prevejam o apoio noturno no domicílio - Incrementar nas instituições a utilização de equipamentos digitais para a comunicação e interação dos idosos com a família e a comunidade	- Maior articulação das respostas sociais com as instituições de saúde - Identificação de interlocutores privilegiados na saúde que permitam maior eficácia na articulação entre IPSS/ projetos e o ACES, Saúde Pública - Criação de equipas multidisciplinares de intervenção e avaliação imediata no domicílio, nas várias áreas de intervenção	- Reforço das respostas sociais de apoio
Cuidadores	- Falta de orientação para a prestação de cuidados pelos cuidadores informais - Falta de cuidadores formais que respondam às necessidades dos cuidadores, designadamente a nível noturno - Falta de respostas que proporcionem o descanso ao cuidador	- Alargamento dos horários dos SAD - Capacitação/formação de cuidadores formais, para uma visão holística do idoso - Capacitação dos cuidadores informais	- Divulgação do Estatuto do Cuidador Informal junto dos serviços e IPSS	- Respostas de apoio ao descanso do cuidador

Tabela 28. Mapeamento de Recursos existentes – Área da Vulnerabilidades Social – Seniores e Pessoas Idosas

ÁREAS	RECURSOS	DESCRIÇÃO	LOCAL
Respostas Sociais	SAD- Serviço de Apoio Domiciliário	Prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio	Azurém; Brito; Caldas das Taipas; Costa; Creixomil; Fermentões; Gondar; Guardizela; Lordelo; Moreira de Cónegos; Nespereira; Pencilo; Polvoreira; Ponte; Sta Eufémia de Prazins; Ronfe; S. Torcato; S. Cristóvão de Selho; S. Jorge de Selho; Serzedelo; Airão S. João; Donim; UF Briteiros S. Salvador, Sta Leocádia; UF Oliveira, S. Paio e S. sebastião; Sande S. Clemente; Tabuadelo; Urgezes
	Centro de Dia	Resposta social que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção no seu meio social e familiar, das pessoas com 65 e mais anos, que precisem dos serviços prestados pelo Centro de Dia	Azurém; Brito; Caldas das Taipas; Creixomil; Fermentões; Gondar; Guardizela; Lordelo; Moreira de Cónegos; Polvoreira; Sta Eufémia de Prazins; Ronfe; S. Torcato; S. Cristóvão de Selho; Serzedelo; Airão S. João; Donim; UF Mascotelos e S. Tiago de Candoso; UF Oliveira, S. Paio e S. Sebastião; Sande S. Clemente; UF Tabuadelo e S. Faustino
	Centro de Convívio	Resposta social de apoio a atividades sociais, recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas, residentes numa determinada comunidade	Fermentões; UF Oliveira, S. Paio e s. sebastião; UF Briteiros S. Salvador e Sta Leocádia
	ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	Alojamento coletivo para utilização temporária ou permanente	Azurém; Brito; Caldas das Taipas; Creixomil; Fermentões; Guardizela; Lordelo; Moreira de Cónegos; Polvoreira; Ronfe; S. Torcato; S. Cristóvão de Selho; S. Jorge de Selho; Airão S. João; Donim; UF Oliveira, S. Paio e S. Sebastião; Sande S. Clemente; UF Mascotelos S. Tiago; Urgeses
	Unidade de Longa Duração e Manutenção	Proporcionar o internamento de situações temporárias, decorrentes de dificuldades de apoio familiar ou necessidade de descanso do principal cuidador, até 90 dias por ano	Centro Social de Nespereira; Santa Casa da Misericórdia de Guimarães
	Unidade de Média Duração e Reabilitação	Prestação de cuidados clínicos, de reabilitação e apoio psicossocial a pessoas com perda transitória de autonomia potencialmente recuperável, com uma previsibilidade superior a 30 dias e inferior a 90 dias consecutivos	Centro Social da Paróquia de Polvoreira
Saúde	ACES Alto Ave	Prestação de cuidados de saúde primários	Guimarães
	Hospital Senhora da Oliveira	Prestação de Cuidados de Saúde e de Enfermagem; Consulta de Neurologia Envelhecimento Cerebral/Demências	Guimarães, Azurém
	Unidade de Apoio aos Mais Velhos e Doentes Neurológicos		Lar de Santa Estefânia
	Café Memória	Local de encontro destinado a pessoas com problemas de memória ou demência, aos seus familiares, amigos e cuidadores, para partilha de experiências e suporte mútuo	Lar de Santa Estefânia
	Centro Terapêutico Gerontológico	Atividades Terapêuticas	ADISGUI – Associação para o Desenvolvimento Local
	Gestor Saúde	Garantir a manutenção da qualidade de vida e a estabilidade no seio familiar dos idosos ou das pessoas com dependência, para evitar ou retardar o recurso a lares ou hospitalais	Centro Social da Paróquia de Nespereira
Apoio Psicológico	APSI - Associação de Psicologia da Universidade Minho	Intervenção Psicológica (Psicologia Clínica e da Saúde; Psicologia Escolar e da Educação	Urgezes

Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo do Concelho de Guimarães 2022-2026

ÁREAS	RECURSOS	DESCRIÇÃO	LOCAL
	Gabinete PsicoOncologia	Acompanhamento de doentes oncológicos e seus familiares através da realização de sessões de psicoterapia individual ou em grupo	Mesão Frio, Liga Portuguesa contra o Cancro
Ação Social	Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado	Atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, e de emergência social; rendimento social de inserção	Câmara Municipal de Guimarães; Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais; Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro; Centro Social da Paroquia de Polvoreira; Centro Social D. Manuel Joaquim de Sousa; Centro Social Paroquial de Ronfe; Fraterna; Casa do Povo de Fermentões
Prevenção do Isolamento	Guimarães 65+	Prevenção do isolamento e solidão da população com idade igual ou superior a 65 anos	Câmara Municipal de Guimarães/Rede Social/Concelho
Cuidadores	Apoio ao Cuidador Informal	Projeto em rede, com a participação de várias entidades parceiras, procura dar resposta aos cuidadores e instituições de Guimarães através de "atendimento individualizado" e disponibilidade de recursos nas áreas do conhecimento, apoio jurídico ou capacitação de formação, entre outras.	Cruz Vermelha, Delegação de Guimarães; Plural e Singular; Because I Care
Apoio à Vítima	EMI - Espaço Municipal para a Igualdade	Estrutura de atendimento gratuita e confidencial vocacionada para a Violência Doméstica	Câmara Municipal de Guimarães - Divisão para a Coesão e Desenvolvimento social DCDS
	Equipas de Proximidade	Equipas de primeira linha de intervenção, de proteção e segurança, de atendimento, de acompanhamento, de apoio e de encaminhamento das vítimas de violência doméstica	GNR; PSP
Participação Social e Cultural	UNAGUI - Universidade do Autodidata da Terceira Idade de Guimarães	Promoção cultural e integração social de pessoas em situação de pós reforma ou no limiar da terceira idade, através de ações de apoio social, de formação e de convívio	Costa
	Universidade Sénior	Atividades culturais, educativas, desportivas e sociais	Moreira de Cónegos; Guardizela; CAISA
	Animação Social e Cultural	Programa anual de atividades de Animação social e Cultural	Câmara Municipal de Guimarães
	Projetos Sociais de Proximidade	Projetos desenvolvidos por instituições e serviços locais apoiados pelo município para a promoção de atividades socioculturais, desportivas e de lazer	Aldão; UF Atães Rendufe; S. Torcato; S. Salvador de Briteiros; Silvares; Urgeses; Brito; Ronfe; Nespereira; Caldelas; Candoso S. Martinho
	Então, Vamos	Combate ao isolamento social dos seniores que vivem sós ou com outro idoso (identificados pela CMG pelo programa 65+) em freguesias rurais e dispersas, através das artes performativas	S. Torcato - ADCL
	Voluntariado	Ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas	Banco Local de Voluntariado- Câmara Municipal de Guimarães; Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha Portuguesa; Casa da Juventude
	Vida Feliz	Aulas de Hidroginástica e de Ginástica	Tempo Livre
Educação	Centro Qualifica	Certificação de adultos com necessidades de aquisição e reforço de conhecimentos e reconhecimento de competências.	Escola Secundária Francisco de Holanda; Escola Secundária das Taipas
	Universidade do Minho	Licenciaturas, Mestrados, Doutoramentos e Pós-Graduações em diversas áreas do conhecimento	Azurém
Direitos	Provedor do Idoso	Defesa dos direitos das pessoas idosas	Câmara Municipal de Guimarães

ÁREAS	RECURSOS	DESCRIÇÃO	LOCAL
	Gabinete de Apoio Jurídico	Apoio jurídico nas modalidades de informação, de consulta e de orientação a todos os cidadãos residentes em Guimarães, ou que aí exerçam uma atividade profissional regular e que, por insuficiência económica, não tenham possibilidade de contratar os serviços de consulta prestado por advogados	Ordem dos Advogados Câmara Municipal de Guimarães
	ADDH de Guimarães	Apoio jurídico a vítimas de violência doméstica e a famílias de risco psicossocial	Airão Santa Maria
Recursos de Apoio	Regulamento Municipal de Ação social integrada;	Atribuição de apoios diversos e apoio a eliminação de barreiras arquitetónicas	Câmara Municipal de Guimarães
	Cartão Abem	Atribuição de Medicação gratuita	Câmara Municipal de Guimarães
	Cartão Municipal do Idoso	Redução no custo do passe social dos transportes; utilização gratuita do teleférico; descontos nas piscinas municipais e no CCVF; Participação em convívios e eventos organizados pela Fraterna	Câmara Municipal de Guimarães
	Medidas de Apoio Social	Pensão de Velhice; Pensão social de Velhice; Complemento Solidário para Idosos; Benefícios adicionais de Saúde; Certificados de Reforma; Subsídio por assistência neto; Estatuto do Cuidador Informal; Subsídio por assistência a terceira pessoa; Complemento por Dependência; Rendimento social de Inserção	Segurança Social
	Produtos de Apoio	Instrumentos e dispositivos que permitem compensar ou atenuar as limitações funcionais e restrições ao nível da participação no contexto de vida das pessoas com deficiências e/ou incapacidades	Segurança Social/ Liga dos Amigos do Hospital/ Projeto Consigo/ Cooperativa Castreja
Habitação	CASFIG, EM	Gestão do património imobiliário municipal, primordialmente as habitações sociais do Município de Guimarães	Azurém

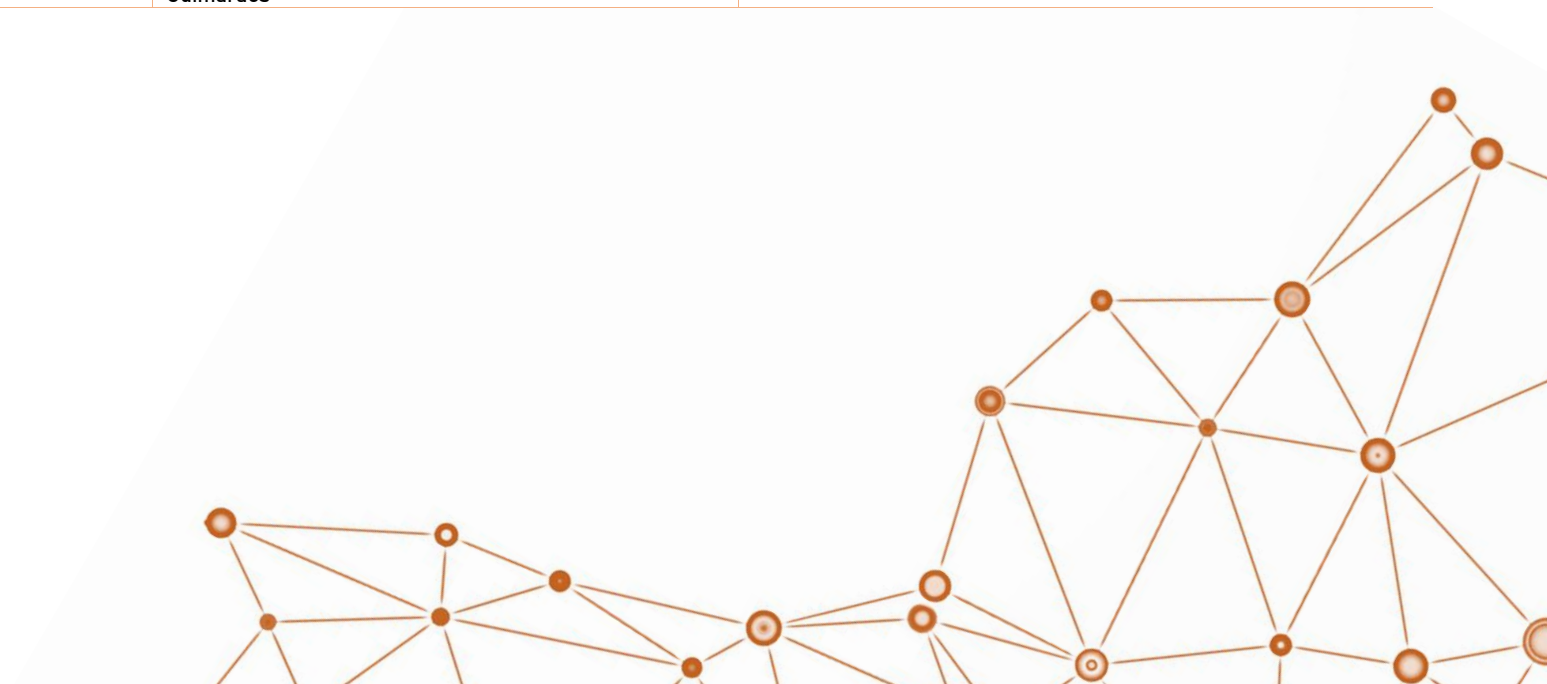
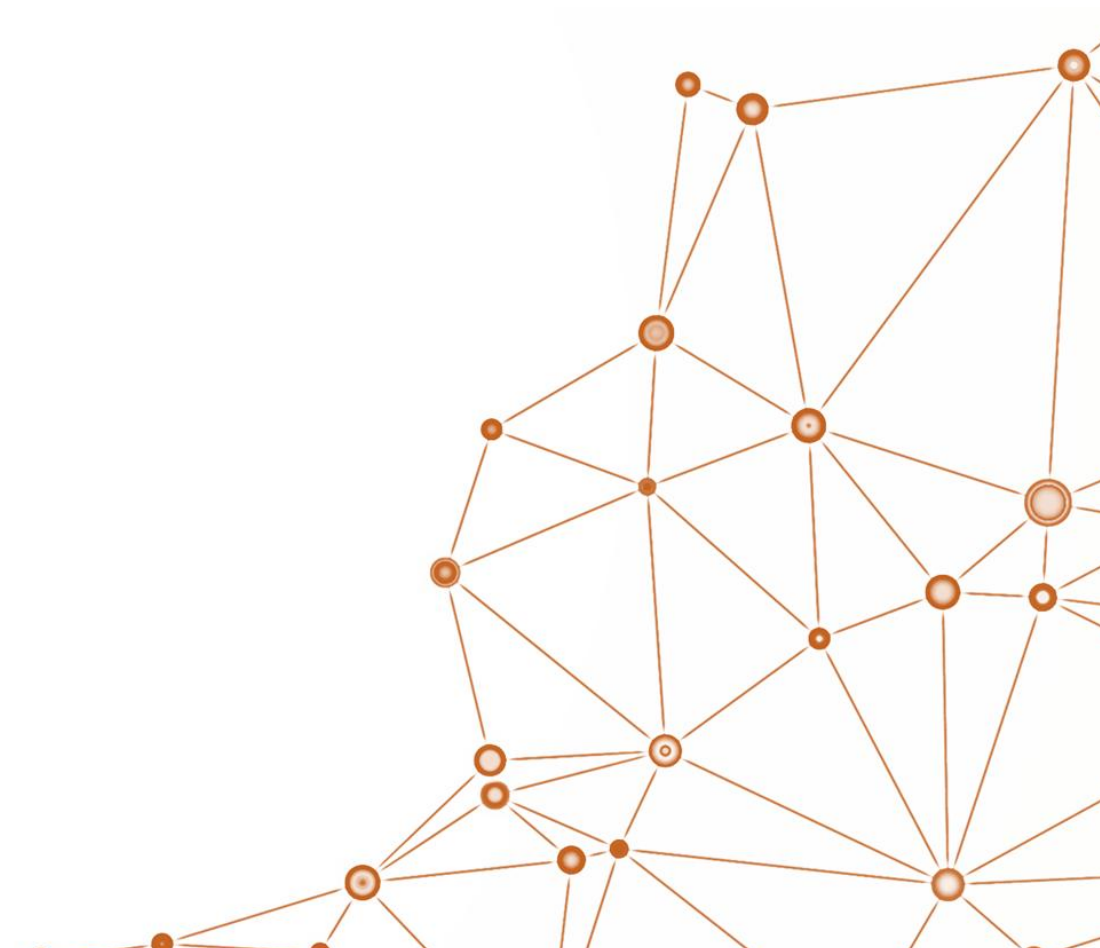


Tabela 29. Mapeamento de Projetos existentes – Área da Vulnerabilidades Social – Seniores e Pessoas Idosas

PROJETOS	PROMOTOR	DATA DE REALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	LOCAL
Comunidade Criativa de Inclusão Digital/ Portugal Inovação Social	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Guimarães com o investimento da Câmara Municipal de Guimarães		Inclusão digital itinerante, com a utilização de uma carrinha equipada e apoio ao domicílio a pessoas infoexcluídas, designadamente seniores e idosos apoiados pelo Guimarães 65+	Concelho



Pessoas com Deficiência

Enquadramento

Os dados atuais disponíveis não permitem quantificar as pessoas com deficiência em Portugal e no concelho. Os censos de 2001 referiram 636 059 pessoas com deficiência e os censos de 2011 e 2021 debruçaram-se sobre o grau de dificuldade em realizar algumas tarefas/atividades, como ver, ouvir, andar, memória, tomar banho e compreender os outros ou fazer-se compreender, sendo estas questões, nos censos de 2021 de resposta facultativa. Da população com 15 ou mais anos que em 2021 respondeu à questão e declarou ter alguma dificuldade, 32,5% referiu ter alguma dificuldade ao nível da visão; 23,4% dificuldades ao nível da memória; 23,1% dificuldades ao nível do andar; 16,1% dificuldades ao nível da audição; 8,7% dificuldades a tomar banho e 7,4% dificuldades na compreensão.

Esta nova abordagem teve como finalidade passar de uma avaliação baseada no diagnóstico das deficiências, para uma avaliação que privilegia a funcionalidade e a incapacidade como o resultado de uma interação dinâmica entre a pessoa e os fatores contextuais.

O único dado objetivo de que se dispõe, é o número de pessoas que frequentam as respostas sociais sedeadas no concelho de apoio à deficiência como os centros de atividades ocupacionais, os lares residenciais e o apoio em regime ambulatorio que perfazem um total de 669 pessoas, e o número de crianças e jovens que no ano letivo 2022/2023 se encontram a frequentar a educação inclusiva proporcionada pelos agrupamentos de escola e escolas secundárias, 699 crianças e jovens.

A Escola Inclusiva é um novo conceito introduzido pelo Ministério da Educação que prevê que todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontrem nas escolas, respostas que possibilitem a aquisição de um nível de educação e formação facilitador da sua plena inclusão social (Lei nº 54/2018 de 6 de julho). Nesta perspetiva, todas as escolas básicas (1º, 2º e 3º ciclos) e escolas secundárias do concelho, são consideradas Escolas de

Referência para Acolhimento, sendo o agrupamento de escolas Afonso Henriques escola de referência para a intervenção precoce na infância e o agrupamento de escolas Fernando Távora, escola de referência para o autismo. As escolas para desenvolverem a sua ação, apoiam-se no Centro de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação - CRTIC a funcionar no agrupamento de Escolas Fernando Távora e num conjunto de recursos específicos da comunidade: Centro de Recursos para a Inclusão, a funcionar na Cercigui; nas duas Equipas Locais de Intervenção Precoce a funcionar no concelho e nas Equipas de Saúde Escolar do Unidade Local de Saúde do Alto Ave (ULS do Alto Ave), entre outros recursos da comunidade.



Fonte: Câmara Municipal de Guimarães

Intervenção

Apesar do concelho estar dotado de respostas sociais de apoio à deficiência, tais como Centros de Atividades Ocupacionais (CAO) e Lares Residenciais, é sentida a necessidade de se aumentar a oferta de lugares naquelas respostas e diversificar a oferta da tipologia da respostas sociais com a implementação de Residências Autónomas e de CACI - Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão, centros que substituem os CAO e que propõem novos desafios na abordagem às pessoas com deficiência, como a promoção da autonomia, da vida independente, da qualidade de vida, da valorização pessoal, profissional e da inclusão social, em concretização dos princípios e valores preconizados nos direitos das pessoas com deficiência. Esta nova abordagem vai de encontro às preocupações sentidas pela Rede Social que alerta para a necessidade de os serviços com intervenção na área procurarem, cada vez mais, desenvolverem soluções à medida do perfil e das necessidades de cada pessoa com deficiência, numa perspetiva de reconhecimento e valorização das suas competências.

É sentida, igualmente, a importância de dotar o concelho de um CAVI - Centro de Apoio à Vida Independente para que as pessoas com deficiência possam aceder a recursos humanos e materiais que lhes permitam o desenvolvimento da autonomia.

As pessoas com deficiência necessitam frequentemente de cuidadores informais como garante de apoio ao seu bem-estar e qualidade de vida e embora seja reconhecida a dedicação e entrega que os cuidadores colocam nesta tarefa, importa dotar o concelho de recursos de apoio que permitam aos cuidadores conciliar a vida familiar e profissional e diminuir o stress físico e emocional a que estão sujeitos.

Urge assim que a Rede Social se organize de forma a promover a criação de grupos de autoajuda e de estruturas de apoio ao descanso do cuidador. Criado em 2021,, Guimarães - Concelho Cuidador previu, entre outras atribuições, o atendimento e apoio aos cuidadores através da elaboração de um plano de cuidados e o desenvolvimento de grupos psico-educativos dirigidos a cuidadores informais e o estatuto de cuidador informal (Decreto Regulamentar n.º 1/2022 de 10 de janeiro), recentemente alargado a todo o território nacional, são um garante de um maior e mais bem estruturado apoio aos cuidadores e às pessoas cuidadas.

Uma outra necessidade evidenciada é o aumento da oferta de espaços de ocupação de tempos livres. Em 2019, o município em colaboração com as escolas, iniciou o Programa de Ocupação de Pausas Letivas com atividades diversas e visitas ao exterior, para responder às necessidades dos pais e crianças com necessidades educativas especiais, mas este programa ainda não abrange todo o concelho, pelo que importa alargá-lo.

O processo de implementação da Escola Inclusiva a que já se fez referência é um dos aspetos salientado pela Rede Social, que considera importante o seu reforço e o desenvolvimento de espaços de discussão pública e de momentos de encontro e de partilha entre todos os agentes que nela participam.

Sublinha ainda a pertinência de se criarem equipas de transição para a vida pós-escolar que, com os jovens e as famílias, reflitam sobre a estruturação dos seus projetos de vida.

A dificuldade no acesso ao mercado de trabalho por parte das pessoas com deficiência é um outro problema evidenciado, sendo referida a falta de abertura por parte das entidades patronais na oferta de emprego para pessoas com deficiência e a quase inexistência de políticas de conciliação entre o trabalho e a família para os trabalhadores que têm a seu cargo pessoas com deficiência. Esta perceção, leva a Rede Social a recomendar a necessidade de se promoverem ações junto das empresas para a empregabilidade e para a conciliação profissional e familiar.

De acordo com o relatório "Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2023", publicado pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH) do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa), entre 2015 e 2022, o número de pessoas com deficiência inscritas como desempregadas nos Centros de Emprego aumentou 4,6%. Este aumento contrasta com a tendência geral da população, que registou uma diminuição de 12,8% no desemprego no mesmo período.

A necessidade de uma oferta mais diversificada de formação profissional é também identificada pela Rede Social. No concelho, a entidade que assume a formação profissional é o Centro de Reabilitação e Formação Profissional da CERCIGUI (CRFP) que se encontra certificado pela DGERT- Direção-Geral do Emprego e das Relações no Trabalho. Cabe também à CERCIGUI efetuar o apoio à colocação no mercado de trabalho através do Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego (CRQE), credenciado pelo IEFP- Instituto de emprego e Formação Profissional.

A promoção dos direitos e do bem-estar das pessoas com deficiência, são aspetos que preocupam a Rede Social sendo constatado o desconhecimento que muita das vezes os serviços e as próprias pessoas com deficiência têm dos seus direitos, sendo recomendado o desenvolvimento de ações de informação/formação junto das pessoas com deficiência e dos serviços.

As acessibilidades aos serviços e espaços públicos são aspetos centrais na salvaguarda dos direitos das pessoas com deficiência e em particular da sua participação cidadã, referindo a Rede Social que subsistem muitas barreiras

arquitetónicas que impedem as pessoas com deficiência de acederem aos serviços e ao espaço público.

O município tem um Plano Municipal de Acessibilidades e um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, 2018 que preveem um conjunto de medidas tendentes a melhorar as condições de acessibilidade e mobilidade no concelho e que se espera que venham a ser uma realidade num futuro próximo.

Ao nível do atendimento, a criação do Balcão para a Inclusão no município em cooperação com o INR- Instituto Nacional de Reabilitação é mais um recurso que tem como função aumentar a acessibilidade das pessoas com deficiência e organizações à informação e aos recursos e medidas disponibilizados a nível local e nacional, considerando a Rede Social que se deverá efetuar um esforço no sentido de reforçar e alargar os serviços prestados por aquele balcão.



Projetos Estruturantes recomendados pela Rede Social:

Criação e Apoio a Modelos Locais de Apoio à Vida Independente

O caminho encetado pelo Modelo de Apoio à Vida Independente, que disponibiliza assistência pessoal às pessoas com deficiência para a realização de um conjunto de tarefas que não consigam ou tenham dificuldade em realizar sozinhas é uma medida que necessita de ser alargada a todo o território nacional, na observância do princípio da equidade e da promoção dos direitos humanos.

Considera-se importante e independentemente daquele alargamento que a Rede Social se organize de forma a criar modelos locais de apoio à vida independente complementares e em cooperação com as comunidades locais que permitam às pessoas com deficiência do concelho, ter uma vida com qualidade e bem-estar.

Reforço das Respostas sociais de apoio à deficiência

Aumentar e diversificar as respostas de apoio à deficiência, designadamente no espectro de autismo, com a criação de novos modelos de apoio e de intervenção terapêutica e de novos modelos de alojamento residencial que concorram para a valorização das capacidades e autonomia das pessoas com deficiência.

Reforço na aposta de criação de acessibilidades ao espaço e edifícios públicos

Esta deve ser uma preocupação constante dos serviços públicos e privados, com a implementação de planos anuais de correção, de forma a promover-se a acessibilidade de todos os cidadãos e cidadãs independentemente da sua condição de saúde física e mental.

Reforço da oferta de serviços de apoio comunitário às pessoas com deficiência e cuidadores

Implementação de um conjunto de serviços de apoio que facilitem a gestão do quotidiano das pessoas com deficiência e dos cuidadores informais que complementem os modelos de apoio à vida independente.

Replicação do modelo de atuação do projeto *19 com a Diferença*

A boa prática do projeto *19 com a Diferença* promovido pela Cercigui e com o investimento da Câmara Municipal de Guimarães, impele para a necessidade de se criarem no concelho estruturas que enquadrem e acompanhem pessoas com deficiência que não estão aptas a corresponder às exigências do mercado de trabalho, mas que, a partir de modelos que conciliem a flexibilidade de horários, o lazer, as competências e as características de cada pessoa, possam exercer uma atividade laboral e ser compensadas pela mesma, numa dignificação da pessoa e do trabalho exercido.

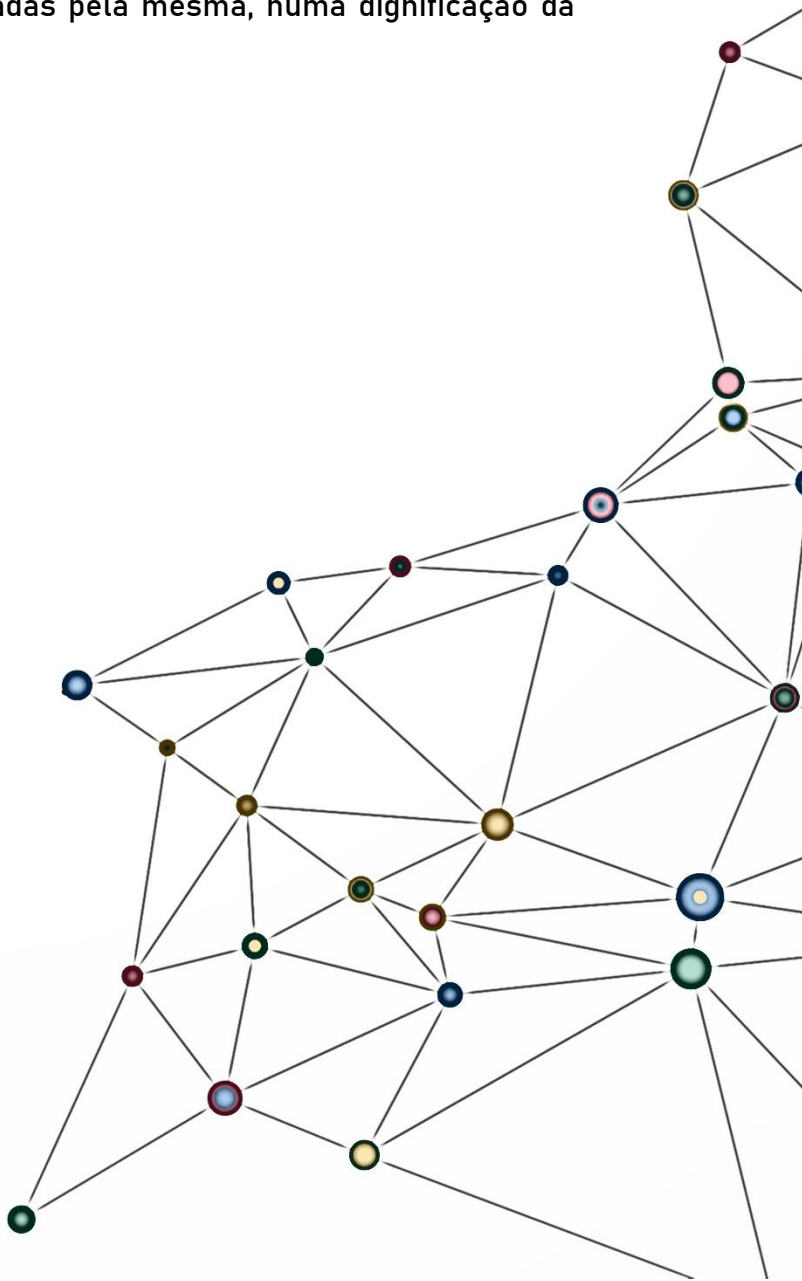


Tabela 30. Identificação de problemas e propostas de ação – Área da Vulnerabilidade Social – Pessoas com Deficiência
Sistematização dos Resultados do Workshop Pessoas com Deficiência

Categorias de Intervenção	Problemas Identificados	Ações com Impacto nas pessoas com deficiência	Ações para Articulação e Melhoria dos Serviços	Ações promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Acessibilidades e Mobilidade	-Dificuldades acrescidas por parte das pessoas com deficiência no acesso a bens, serviços e ao espaço público - Serviços e meios de comunicação e informação pouco acessíveis - Falta de recursos humanos especializados de serviços de tradução e intérpretes - Barreiras arquitetónicas no espaço físico, nos edifícios públicos e nos transportes públicos - Insuficiência de casas de banho públicas acessíveis - Dificuldades no acesso a produtos de apoio/ajudas técnicas e materiais de desgaste rápido	- Alargamento da rede de transportes adaptada - Reforço dos Serviços Prestados pelo Balcão de Inclusão - Ações de apoio e de incremento à manutenção, reutilização e reciclagem das ajudas técnicas - Atividades sociais e culturais acessíveis	- Ações de melhoria no acesso à informação nos serviços e espaços públicos	- Alargamento da rede de transportes adaptada - Parque habitacional e espaço público com maior acessibilidade
Direitos	- Desconhecimento ou pouca informação por parte das pessoas com deficiência sobre os seus direitos - Falta de divulgação dos direitos e benefícios atribuídos às pessoas com deficiência e dos recursos existentes - Invisibilidade da Pessoa com Deficiência - Falta de atendimento de qualidade, nos serviços em geral, aos cidadãos com deficiência - Falta do direito a uma vida afetiva que dê à pessoa com deficiência o horizonte de construir relações onde possam constituir família e projetos de vida	- Ações de informação/formação sobre os direitos das pessoas com deficiência	- Formação dos técnicos e profissionais para os Direitos das Pessoas com Deficiência	- Ações transversais de divulgação e promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Educação e Formação	- Escolas com poucas respostas de apoio, especialmente as secundárias - Insuficiência de respostas no âmbito dos CRI – Centro de Recursos para a Inclusão - Ausência de abertura de candidaturas a financiamento de ações de formação - Oferta de formação profissional pouco diversificada	- Reforço da educação inclusiva - Espaços de discussão pública sobre a educação inclusiva	- Momentos de encontro e de articulação entre todos os agentes e parceiros da educação inclusiva - Espaços de discussão pública sobre a educação inclusiva	- Criação de Equipas de Transição para a vida pós-escolar
Trabalho e Emprego	- Dificuldade acrescida na inserção no mercado de trabalho - Pouca sensibilização das entidades patronais para as necessidades específicas das famílias das pessoas com deficiência	- Promoção de oportunidades de emprego para as pessoas com deficiência - Reformulação da lei das quotas de colocação de pessoas com deficiência nas empresas, não restringindo ao grau de incapacidade	- Ações de aproximação às empresas para a empregabilidade e para a conciliação profissional e familiar	



Identificação de problemas e propostas de ação – Área da Vulnerabilidade Social – Pessoas com Deficiência

Categorias de Intervenção	Problemas Identificados	Ações com Impacto nas pessoas com deficiência	Ações para Articulação e Melhoria dos Serviços	Ações promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Respostas Sociais	-Oferta insuficiente de lugares em lares residenciais -Oferta pouco diversificada das respostas sociais para pessoas com deficiência -Oferta insuficiente de OTL - Ocupação Tempos Livres - Ausência de CAVI - Centros de Apoio à Vida Independente no concelho	-Alargamento das respostas de ocupação de tempos livres	- Falta de oportunidades de emprego	- Criação de Residências Autónomas - Aumento de lugares em lar residencial - Diversificação da oferta de respostas sociais de apoio às pessoas com deficiência e cuidadores - Respostas de apoio ao autismo
Bem-Estar	-Falta de soluções que deem resposta à diversidade das necessidades e potencialidades das pessoas com deficiência, com respeito pela individualidade de cada um - Falta de reconhecimento e de valorização das competências das pessoas com deficiência - Pessoas com deficiência impedidas de decidir na hora, tendo necessidade de programar as suas atividades quotidianas com muita antecedência	- Promoção de Iniciativas que aumentem a participação ativa das pessoas com deficiência - Atividades de carácter desportivo, social e ocupacional	-Capacitação e Formação de Técnicos e instituições	
Cuidadores	-Encargos económicos elevados das famílias com pessoas com deficiência a cargo -Dificuldade em conciliar a vida familiar e profissional: pais abdicam do seu emprego para prestar assistência aos filhos e perdem vida pessoal e social -Isolamento, cansaço físico e emocional por parte dos pais e cuidadores -Insuficiente acompanhamento psicológico aos pais, colocando em risco a sua saúde mental	- Criação de grupos de Pares e de Autoajuda	- Divulgação estatuto cuidador informal	Estruturas de apoio que permitam o descanso dos cuidadores



Tabela 31. Mapeamento de Recursos existentes – Área da Vulnerabilidade Social – Pessoas com Deficiência

ÁREAS	RECURSOS	DESCRIÇÃO	LOCAL
Informação e Mediação	Balcão de Inclusão	Espaço de informação e mediação especializada e acessível a pessoas com deficiência e/ou incapacidade, suas famílias, organizações e outros que direta ou indiretamente intervêm na área da deficiência	Câmara Municipal de Guimarães
Educação e Escola Inclusiva	Escolas de Referência para o Acolhimento	Escola onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação formação facilitadoras da sua plena inclusão social	Todos os Agrupamentos de Escolas e Escolas Ensino Secundário
	Escola de Referência para a Intervenção Precoce na Infância	Dispõem de recursos humanos que permitem em parceria com os serviços de saúde e de segurança social, estabelecer mecanismos que garantem a universalidade da cobertura de intervenção precoce, a construção de planos individuais tão precocemente quanto possível, bem como a melhoria dos processos de transição.	Agrupamento de Escolas Afonso Henriques
	CRTIC – Centro de Recursos Tecnologia de Informação e Comunicação	Serviço de apoio às escolas na promoção do sucesso educativo dos alunos sempre que sejam necessários produtos de apoio, procedendo à prescrição, ao aconselhamento, seleção e adaptação dos mesmos	Agrupamento de Escolas Fernando Távora
	Centro de Recursos para a Inclusão	Serviço especializado acreditado pelo Ministério de Educação que tem como missão apoiar as escolas na promoção do sucesso educativo dos alunos com medidas adicionais definidas no RTP – Relatório Técnico Pedagógico e PEI – Programa Educativo Individual	CERCIGUI
	Equipas Locais de Intervenção Precoce	Apoiam crianças dos 0 aos 6 anos com limitações que dificultam a sua participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias	ACES ALTO AVE Guimarães/Vizela
	Programa de Ocupação em Pausas Letivas	Programa de férias desenvolvido pelo município de Guimarães em colaboração com as escolas que promove atividades diversas e visitas ao exterior	A definir anualmente
	Intervenção Precoce	Apoiam crianças dos 0 aos 6 anos com limitações que dificultam a sua participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como as suas famílias	APCG – Associação Paralisia Cerebral de Guimarães – Pencelo
Repostas Sociais	CACI- Centro de Atividades para a Capacitação e Inclusão	Resposta social destinada a promover atividades para jovens e adultos com o objetivo de promover a sua capacitação e inclusão	APCG; Centro Social de Brito; Cercigui; Alecrim – Santa Casa da Misericórdia de Guimarães
	Lar Residencial	Estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, de pessoas com deficiência e incapacidade, de idade igual ou superior a 16 anos, que se encontrem impedidas de residir no seu meio familiar	APCG; Centro Social de Brito; Cercigui; Alecrim – Santa Casa da Misericórdia de Guimarães
	Apoio em regime ambulatorio	Resposta social destinada a desenvolver atividades de avaliação, orientação e intervenção terapeuta e socioeducativa, junto de pessoas com deficiência a partir dos 7 anos de idade	APCG – Pencelo
Ação Social	Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado	Atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, e de emergência social; rendimento social de inserção	Câmara Municipal de Guimarães; Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais; Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro; Centro Social da Paróquia de Polvoreira; Centro Social D. Manuel Joaquim de Sousa; Centro Social Paroquial de Ronfe; Fraterna; Casa do Povo de Fermentões
Formação Profissional	CRFP – Centro de Reabilitação e Formação Profissional	Inserção socioprofissional de pessoas com deficiência ou incapacidade com idade mínima legal para prestar trabalho. Os cursos de formação têm uma componente de formação tecnológica, formação para a integração e formação de base, complementada por formação em contexto de trabalho que é realizada em empresas e entidades	Cercigui
Apoio à colocação no Mercado de Trabalho	CRQE – Centro de Recursos para a Qualificação e Emprego	Informação, Avaliação e Orientação para a qualificação e Emprego; apoio à colocação e acompanhamento pós-colocação	Cercigui

Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo do Concelho de Guimarães 2022-2026

ÁREAS	RECURSOS	DESCRIÇÃO	LOCAL
Cuidadores	Gabinete de Apoio ao Cuidador	Projeto em rede, com a participação de várias entidades parceiras, procura dar resposta aos cuidadores e instituições de Guimarães através de “atendimento individualizado” e disponibilidade de recursos nas áreas do conhecimento, apoio jurídico ou capacitação de formação, entre outras.	Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha
	Because I Care	Serviço de apoio para a promoção da saúde e do bem-estar dos cuidadores informais	UF Oliveira São Paio e São Sebastião
	Plural e Singular	Formação; Grupos Psicoeducativos	UF Oliveira, S. Paio, S..Sebastião
Cidadania e Participação	Fórum Municipal das Pessoas com Deficiência	Órgão informal de debate, consulta e informação constituído por instituições, escolas e pessoas com deficiência	Câmara Municipal de Guimarães
	Associação Adaptar Vidas	Associação de voluntários e amigos de apoio a pessoas com incapacidade o objetivo de bem-estar e melhoria da qualidade de vida, pessoas com incapacidades motoras, promovendo a inclusão social, desenvolvendo atividades que correspondam às suas necessidades e dos seus cuidadores, incentivando uma vida ativa e integrada na comunidade	União de freguesias Oliveira, S. Paio e S. Sebastião
Recursos de Apoio	Regulamento Municipal de Apoio às Pessoas com Deficiência	Apoio a transportes e utilização de serviços	Câmara Municipal de Guimarães
	Regulamento da Ação Social Integrada;	Apoio à eliminação de barreiras arquitetónicas e apoios sociais	Câmara Municipal de Guimarães
	Cartão Abem	Acesso a medicação comparticipada gratuita	Câmara Municipal de Guimarães
	Medidas de Apoio da Segurança Social	Bonificação de abono de família; Prestação Social para a Inclusão; Subsídio de Educação Especial; Subsídio para assistência a filho; Produtos de Apoio	Segurança Social
	Produtos de Apoio	Empréstimo e/ou cedência de Produtos de Apoio	Projeto Consigo- Infantas; Cooperativa Castreja; Liga dos Amigos do Hospital; Lions Club; Rotary Club de Guimarães; Gasmave;

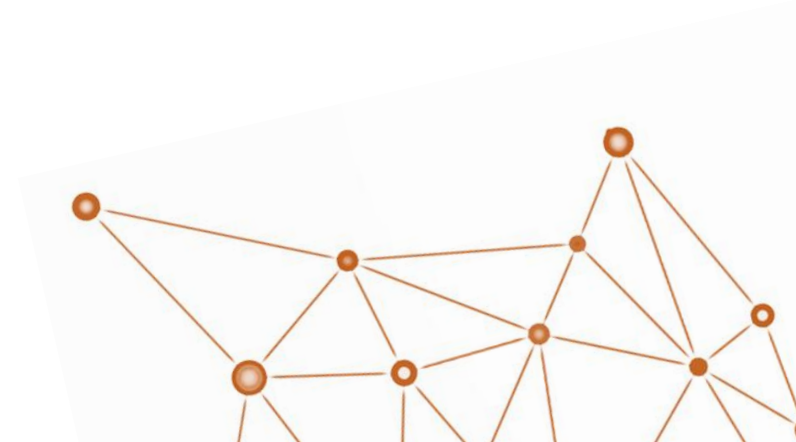


Tabela 32. Mapeamento de Projetos existentes - Área da Vulnerabilidade Social – Pessoas com Deficiência

PROJETOS	PROMOTOR	DATA DE REALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	LOCAL
I9 com a Diferença/ Portugal Inovação Social	Cercigui com o investimento da Câmara Municipal de Guimarães	Em permanência	Criação de um espaço dirigido a pessoas com deficiência que não se enquadram nas respostas sociais existentes que promove atividades e produz pequenos trabalhos fornecidos por empresas da região, ou parcerias com empresas onde possam prestar serviços, de forma a criar dinâmicas, respeitando sempre os ritmos e capacidades de cada indivíduo. É também um espaço de lazer e relaxamento, onde se desenvolvem atividades com um acompanhamento individualizado, tendo em conta as especificidades de cada um, usufruindo de um programa psicossocial e terapêutico	Guimarães
Rede de Teatros com Programação Acessível	Acesso Cultura/Oficina		Oferta regular de espetáculos áudio descrição e com interpretação em Língua Gestual Portuguesa	Guimarães

Migrantes e Refugiados

Enquadramento

O Relatório de Imigração, Asilo e Refugiados do AIMA – Agência para a Integração Migrações e Asilo 2023, refere que em 2023 verificou-se um acréscimo da população estrangeira residente, de 33,6% face a 2022, perfazendo um total de 1 044 606 cidadãos estrangeiros titulares de Autorização de Residência. O mesmo relatório refere que são os cidadãos brasileiros os que mais procuram Portugal, seguidos dos cidadãos angolanos.

A população estrangeira está sobretudo situada no litoral (63,5%), em distritos como Lisboa, Faro e Setúbal. O distrito de Braga registou em 2023 um aumento de 41,2% da população estrangeira relativamente a 2022. Em 2023, a AIMA registou 2 693 pedidos de proteção internacional, tendo estes pedidos aumentado 35,3% relativamente a 2022. Foram ainda registados, no mesmo período, 81 processos de menores não acompanhados, menos 35,7% do que em 2022.

O apoio aos migrantes e refugiados no concelho é efetuado pelo município de Guimarães através do CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, serviço integrante do ACM–Alto Comissariado para as Migrações e através do Guimarães Acolhe, consórcio constituído pela Câmara Municipal de Guimarães, Conselho Português para os Refugiados e instituições públicas e privadas do concelho que se organizaram para o acolhimento de cidadãos com necessidade de proteção internacional em resposta à crise migratória de 2015. Recentemente e por motivo da guerra na Ucrânia, lidera o movimento concelhio, “Pela Paz na Ucrânia” e acompanha o acolhimento da comunidade ANIM do Afeganistão.



O CLAIM durante 2023 realizou um total de 2681 atendimentos, sendo 212 destinados a instituições, 1067 a mulheres e 1402 a homens. No que respeita à nacionalidade de proveniência, destacam-se sobretudo cidadãos do Brasil,

Angola, Ucrânia, Guiné-Bissau e Cabo Verde, sendo que os principais motivos de solicitação foram:

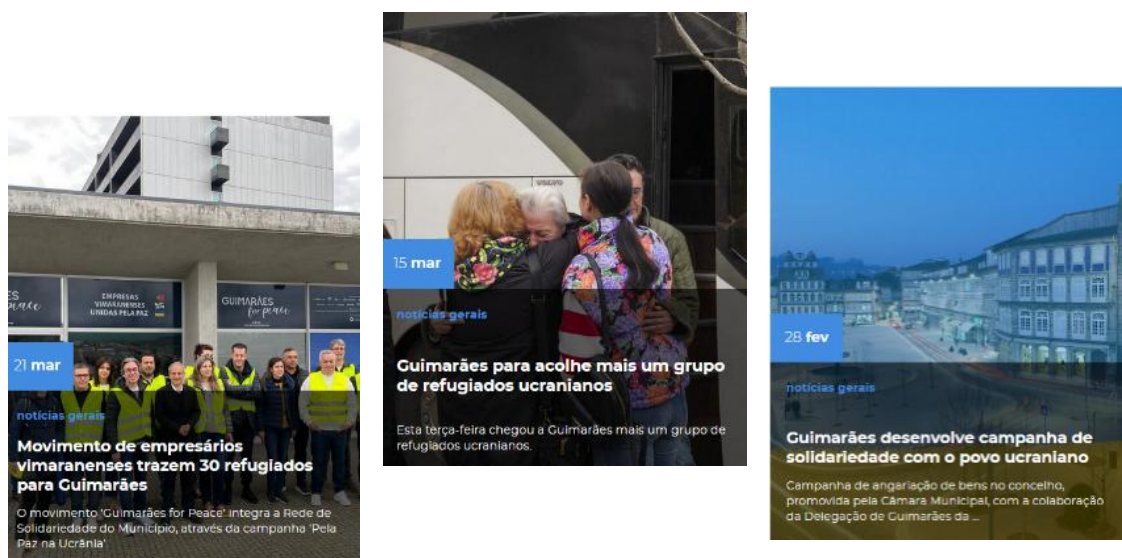
- Pedidos de manifestações de interesse;
- Renovação das autorizações de residência;
- Pedidos de reagrupamento familiar;
- Pedidos de agendamento ao SEF.

O Consórcio Guimarães Acolhe, tem início de funções em 22 de janeiro de 2016. É o resultado de um Acordo de Cooperação, do qual são signatários o Município de Guimarães e várias entidades da Rede Social. Através do Consórcio Guimarães Acolhe, o Município de Guimarães pretende disponibilizar uma resposta à crise humanitária de refugiados, proporcionando condições dignas, de bem-estar e de segurança aos cidadãos com Proteção Internacional. Atualmente são acompanhados 102 cidadãos, de 17 nacionalidades, no âmbito deste programa. Destes indivíduos 70 são adultos e 32 são menores. Dos menores, 10 encontram-se acolhidos numa Instituição signatária do Consórcio Guimarães Acolhe, usufruindo de Medida de Promoção e Proteção de Acolhimento Institucional, por se tratar de menores com estatuto de Proteção Internacional sem acompanhamento parental.

O Guimarães Acolhe refere como principais problemáticas que levam à procura do apoio dos serviços por parte desta população:

- O tratamento de assuntos relativos à legalização;
- Pedidos de reagrupamento familiar;
- Interligação com outros serviços públicos;
- Apoio à colocação no mercado de trabalho;
- Apoio à integração escolar e à aprendizagem do português;
- Apoio à procura de casa no mercado de arrendamento privado e social.

O movimento “Pela Paz na Ucrânia” tem vindo a proporcionar acolhimento aos refugiados de guerra, agilizando com os serviços locais e governamentais os apoios a nível do processo de legalização, alojamento, apoio social e integração escolar, entre outros apoios.



Fonte: Câmara Municipal de Guimarães

Intervenção

A Rede Social identifica um conjunto de áreas problemáticas comuns aos migrantes e refugiados, associadas ao bem-estar, interligação com os serviços públicos, oferta de respostas sociais, integração laboral, educação e ensino e habitação.

No âmbito do bem-estar, salienta a dificuldade na gestão de expectativas, as dificuldades de integração, as barreiras linguísticas, o isolamento social e cultural e as dificuldades de subsistência. Estes problemas avolumam-se na situação dos refugiados em consequência da vivência de situações de stress pós-traumático e das redes complexas que mantêm com os países de origem e com os países da travessia. A criação de atividades multiculturais e interculturais, o desenvolvimento de ações para a diversidade intercultural e a promoção de ações de capacitação para as famílias, são, entre outras, algumas das ações sugeridas pela Rede Social para responder a alguns dos problemas identificados.

No que se refere à interligação com os serviços públicos, é identificada a morosidade e complexidade dos processos de regularização, cidadania e reagrupamento familiar, bem como, a interligação com os serviços, especificamente, a Segurança Social e a Saúde. A Rede Social identifica a

necessidade de se promoverem ações de sensibilização e consciencialização para a diversidade cultural junto dos serviços públicos e a identificação em cada um dos serviços de um interlocutor chave e a definição de canais de comunicação para combater as dificuldades assinaladas.

Também ao nível das respostas sociais é salientada a dificuldade de integração das crianças em creche e pré-escolar por falta de vagas, mais grave ao nível destas populações por falta de uma rede familiar de suporte e porque muitas das vezes, as oportunidades de trabalho que surgem, exigem horários de trabalho fora do período normal de funcionamento destas respostas sociais.

No que se refere à integração no mercado de trabalho, a Rede Social salienta a precariedade dos contratos de trabalho e a dificuldade que os imigrantes têm na obtenção de contratos de trabalho para apresentação das Manifestações de Interesse ao SEF, condição obrigatória para obterem autorização de residência.

É ainda referida a dificuldade em adequarem as suas competências escolares e profissionais às ofertas de trabalho existentes. As barreiras linguísticas, o desconhecimento do funcionamento e regras do trabalho, são dificuldades que se avolumam na situação de refugiados, tanto mais sentidas nas mulheres pela dificuldade em conciliarem a vida familiar e profissional e por questões culturais. Propõe-se como estratégia, o desenvolvimento de ações de capacitação junto dos migrantes e refugiados para o desenvolvimento de competências para a empregabilidade, a promoção de ações de sensibilização para empresários para integração de migrantes e refugiados e o desenvolvimento de ações de formação profissional.

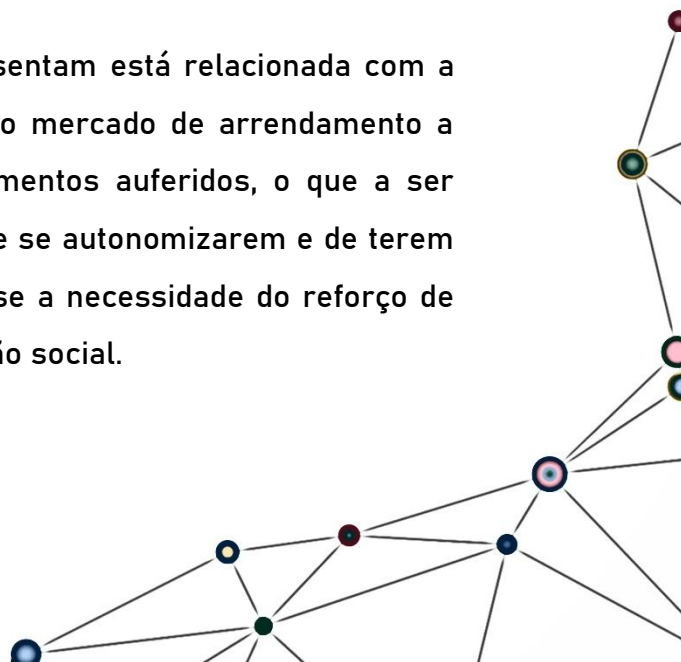
O ensino da língua portuguesa para a população imigrante e refugiada tem sido proporcionado no concelho pelo Centro de Emprego de Guimarães, o Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda e por professores voluntários. Estas ofertas têm-se revelado insuficientes e até, em algumas circunstâncias, inadequadas ao tipo de público abrangido, para além de que obrigam a frequência de um número mínimo de pessoas e à apresentação de

Autorização de Residência e outros números de identificação. Apesar de serem efetuadas em horário pós-laboral, nem sempre este horário se adequa às necessidades e ritmos destas populações, apresentando, por isso, muitas das vezes, baixos níveis de assiduidade que decorrem das exigências do trabalho que exercem e da falta de rede de familiar de suporte. O modelo de ensino está igualmente, pouco adaptado às necessidades específicas desta população, pelo que se considera importante investir na criação de modelos de ensino ajustados às necessidades destas populações.

O Município de Guimarães, reconhecendo as dificuldades enfrentadas pela população imigrante e refugiada no acesso a um ensino adequado da língua portuguesa, apoiou a candidatura ao aviso Pessoas – 2024, intitulada Integração & Acolhimento de Migrantes apresentada pelo Centro Qualifica TRIFORMIS. Este apoio visa aumentar a oferta formativa de aulas de Português como Língua Adicional (PLA) no concelho, permitindo uma maior inclusão e integração social dos imigrantes e refugiados.

No âmbito da educação e ensino, coloca-se ainda a dificuldade no reconhecimento dos graus de ensino dos países de origem, mais acentuado nos refugiados por motivo de na maioria dos casos não estarem na posse dos seus documentos e de não terem a possibilidade de os requerer junto dos seus países de origem. Igualmente se considera pertinente, a realização de um diagnóstico das necessidades sentidas pelas crianças migrantes e refugiadas por escola, bem como de toda a comunidade educativa envolvida.

Uma outra dificuldade que os migrantes apresentam está relacionada com a habitação, devido à escassez de habitações no mercado de arrendamento a custos acessíveis e de acordo com os rendimentos auferidos, o que a ser inviável, reduz de imediato as possibilidades de se autonomizarem e de terem projetos de vida sustentados, recomendando-se a necessidade do reforço de apoios ao arrendamento e no acesso à habitação social.



Projetos Estruturantes recomendados pela Rede Social:

Centros de aprendizagem da língua Portuguesa em horário laboral em colaboração com as empresas

As dificuldades que se têm vindo a sentir no ensino da língua portuguesa exigem que se desenvolvam estratégias que permitam proporcionar a estes públicos o acesso à aprendizagem da língua portuguesa, essencial para o processo de integração e para a colocação, manutenção e progressão no mercado de trabalho. Considera-se, assim, importante, o desenvolvimento de parcerias com as empresas, com o apoio do Centro de Emprego, com o objetivo de se proporcionar nos espaços das empresas, em horário laboral, o ensino da língua portuguesa, minimizando, por um lado, o risco da falta de assiduidade e por outro lado, fortalecendo as competências linguísticas e de desempenho dos trabalhadores migrantes e refugiados.

Equipa multidisciplinar concelhia de intervenção na integração e inclusão social de migrantes e refugiados

O apoio à integração dos migrantes e refugiados exige um acompanhamento permanente e multissetorial que favoreça a sua inserção nas comunidades e que lhes permita progressivamente enfrentar com confiança uma nova cultura, novas necessidades e desafios. A criação de uma equipa multidisciplinar profissionalizada de apoio aos migrantes e refugiados, é condição essencial para se promover um acompanhamento integral em diferentes dimensões e contribuir para a implementação no concelho de uma estratégia local para o acolhimento de migrantes e refugiados.

Espaço municipal de apoio à auto-organização dos migrantes e refugiados

Os migrantes e refugiados encontram-se dispersos pelo concelho e são provenientes de países de diferentes continentes, contudo, e apesar disso, apresentam dificuldades e necessidades comuns, que, provavelmente, se organizados, poderão combater e encontrar respostas às suas necessidades e anseios, mais facilmente, bem como, fazer ouvir a sua voz e influenciar os poderes públicos nas tomadas de decisão.

Centros de acolhimento especializados de apoio aos refugiados

Nos últimos anos vêm-se sucedendo as crises migratórias decorrentes da falta de segurança, conflitos armados, pobreza, falta de respeito pelos direitos humanos e até pelas alterações climáticas. A Europa e especificamente, Portugal, têm sido chamados a corresponder a este desafio, ao qual Guimarães, não ficou alheio. O concelho ao responder a este desafio fê-lo de acordo com as disponibilidades da sua Rede Social, cedendo os alojamentos disponíveis e que são uma resposta importante, segura e imediata ao repto lançado pelo Estado Português. Contudo, e perspetivando-se que esta necessidade se continuará a fazer sentir (a exemplo a recente crise de refugiados da Ucrânia), a Rede Social considera importante que se implementem no concelho, centros de acolhimento especializados de apoio à população refugiada, com condições físicas e recursos humanos adequados às necessidades desta população. O concelho, através da Associação de Apoio à Criança, iniciou este processo com a constituição de um Centro para Jovens não Acompanhados, mas será necessário não ficar por aqui e avançar com mais respostas profissionalizadas de apoio a adultos e famílias.

Locais de culto

Os migrantes professam na sua grande maioria, outras religiões que não a católica, não havendo no concelho, espaços de culto para as religiões Muçulmana, Ortodoxa e outras, o que, muitas das vezes, traz aos migrantes, insegurança e até desenraizamento cultural. Com o crescimento de migrantes e com respeito ao princípio da liberdade religiosa, importa criar no concelho locais de culto que proporcionem a esta população, sentimentos de pertença e de segurança espiritual.

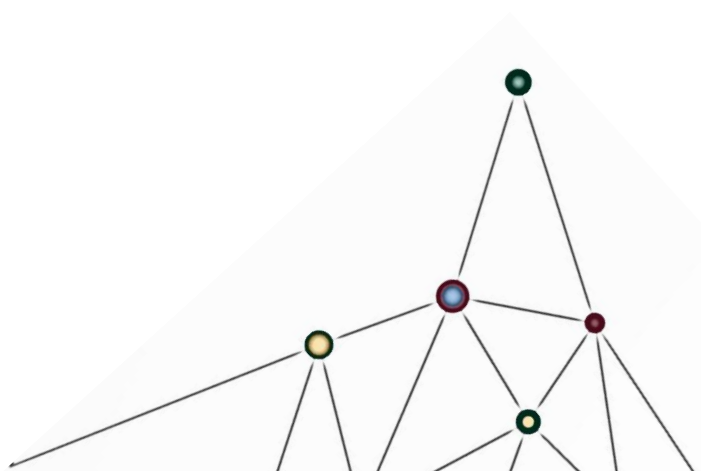


Tabela 33. Identificação de problemas e propostas de ação - Área da Vulnerabilidade Social: Migrantes e Refugiados**Sistematização dos Resultados do Workshop Migrantes e Refugiados**

Categorias de Intervenção	Problemas Identificados	Ações com Impacto nas pessoas migrantes e refugiados	Ações para Articulação e Melhoria dos Serviços	Ações promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Bem-Estar	- Pessoas em situação de stress pós-traumático - Isolamento social e cultural - Dificuldades na gestão de expectativas - Dificuldade em constituírem e manterem as famílias por motivo dos baixos salários - Difícil integração na comunidade dificultada pelas barreiras linguísticas	- Criação de programas de atividades multiculturais e interculturais - Apoio e dinamização de iniciativas de apoio à auto-organização - Ações informais de capacitação para as famílias - Criação de mecanismos de apoio à aquisição de equipamentos tecnológicos - Ações de literacia em saúde	- Ações de sensibilização e consciencialização para a diversidade cultural	- Criação de Centros de Acolhimento
Serviços	- Morosidade e complexidade dos processos de regularização e de cidadania - Dificuldades nos processos de deferimento do Reagrupamento Familiar - Dificuldades na atribuição dos Números de Identificação da Segurança Social; de Identificação Fiscal e de Número do Serviço Nacional de Saúde - Morosidade e complexidade dos processos de regularização - Dificuldade no acesso aos apoios sociais - Dificuldade no acesso aos apoios sociais	- Ações de sensibilização junto dos serviços oficiais, como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; a Segurança Social; os Serviços de Finanças e a Saúde, para a necessidade de uma maior agilização dos processos respeitantes aos números de identificação e benefícios	- Ações de capacitação para as equipas de intervenção técnica - Ações que reforcem e qualifiquem as respostas de apoio aos migrantes e refugiados - Ações de divulgação do site do CLAIM - Identificação dos interlocutores chave por serviço/entidade e definir canais de comunicação - Criação de um guia de recursos das respostas existentes de apoio aos migrantes e refugiados	- Ações de sensibilização e consciencialização para a diversidade cultural
Habitação	Precariedade dos alojamentos	Aumento dos apoios para o acesso à habitação		
Educação/Ensino	- Dificuldade de reconhecimento dos graus de ensino do país de origem - Modelos de ensino da língua portuguesa pouco adaptados e flexíveis	- Reforço da oferta do ensino da língua portuguesa - Criação de modelos de ensino da língua portuguesa adaptados e flexíveis	- Diagnóstico das necessidades específicas das crianças migrantes e refugiadas por escola	

Plano de Desenvolvimento Social para o Crescimento Inclusivo do Concelho de Guimarães 2022-2026

Categorias de Intervenção	Problemas Identificados	Ações com Impacto nas pessoas migrantes e refugiados	Ações para Articulação e Melhoria dos Serviços	Ações promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Trabalho	-Precariedade contratual na relação laboral -Dificuldade na obtenção de contratos de trabalho para apresentação de manifestação de interesse ao serviço de estrangeiros e fronteiras -Dificuldade em adequar as oportunidades de emprego às competências educativas/formativas do país de origem - Pouca orientação na procura de emprego - Dificuldade de integração no posto de trabalho por dificuldades linguísticas - Barreiras culturais e desconhecimento do funcionamento do mercado de trabalho - Dificuldade de as mulheres acederem ao mercado de trabalho	- Ações de sensibilização para empresários no acesso ao emprego e/ou formação profissional - Ações de capacitação para o desenvolvimento de competências para a empregabilidade	- Concertação da oferta formativa	
Respostas Sociais	-Desconhecimento dos serviços e respostas sociais de apoio à família -Dificuldades de integração das crianças em creche e pré-escolar (por falta de vaga) - Ausência de respostas de acompanhamento de crianças no período pós-laboral para os pais que trabalham por turnos ou que frequentam as aulas em horário noturno	- Reforço dos programas de férias apoiados para crianças e jovens	-	- Alargamento da rede de creches - Criação de respostas inovadoras e flexíveis de apoio à infância em horário pós-laboral

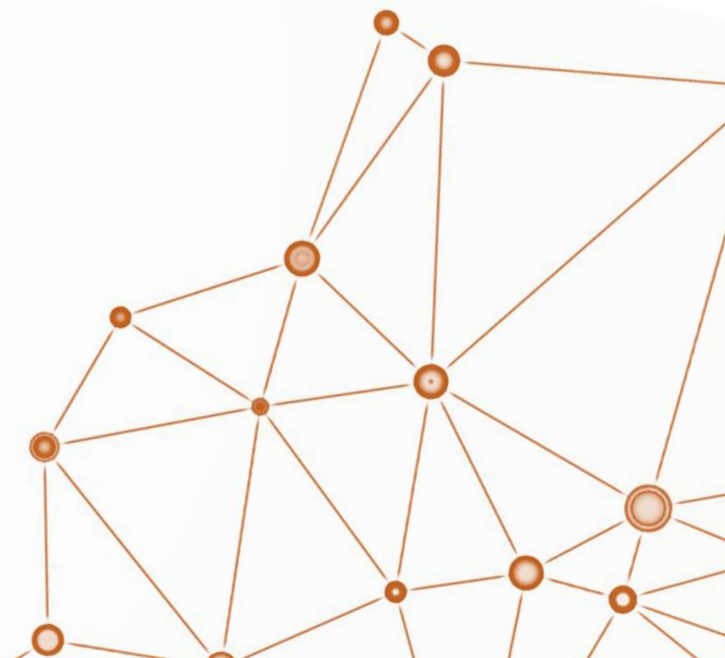
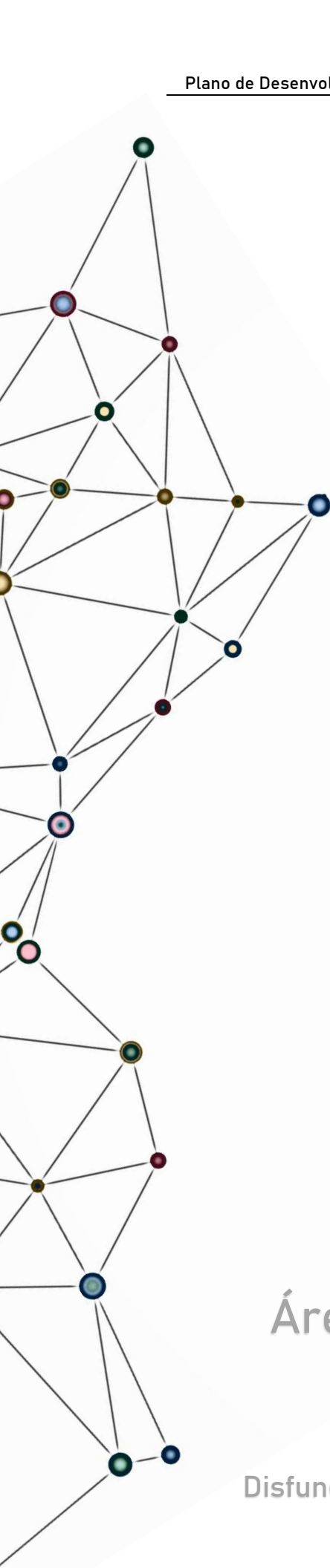


Tabela 34. Mapeamento de Recursos existentes – Área da Vulnerabilidade Social: Migrantes e Refugiados

ÁREAS	RECURSOS	DESCRIÇÃO	LOCAL
Atendimento/Acolhimento/Integração	CLAIM- Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes	Apoia o processo do acolhimento e integração dos migrantes, articulando com as diversas estruturas locais, e promovendo a interculturalidade a nível local	Câmara Municipal de Guimarães
	Guimarães Acolhe	Apoia o processo do acolhimento e integração dos refugiados, articulando com as diversas estruturas locais, e promovendo a interculturalidade a nível local	Câmara Municipal de Guimarães
Ação Social	Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado	Atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social; Rendimento Social de Inserção	Câmara Municipal Guimarães; ADCL - Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais; Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro; Casa do Povo de Fermentões; Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa; Centro Social da Paróquia de Polvoreira; Centro Social e Paroquial de Ronfe; Fraterna
Saúde	Hospital Senhora da Oliveira	Cuidados clínico e de enfermagem	Guimarães
	ACES Alto Ave	Cuidados primários de saúde; Vacinação	Guimarães
Formação e Emprego	IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	Apoio à Colocação; Medidas de Apoio ao Emprego; Formação Profissional	Centro de Emprego de Guimarães
Ensino da Língua Portuguesa	Centro Qualifica	Ensino da língua portuguesa e certificação	Escola Secundária Francisco de Holanda; Escola Secundária das Taipas; Centro Qualifica Triformis
	Centro de Emprego	Ensino do Português - Língua de Acolhimento	Centro de Emprego de Guimarães
	Voluntariado	Ensino da língua portuguesa	BLV - Banco Local de Voluntariado; Banco da Partilha; Associação de Solidariedade Social de Professores, Delegação de Guimarães
Recursos de Apoio	Cantinas Sociais	Programa disponibiliza o acesso diário a refeições gratuitas	Lar de Santa Estefânia; Santa Casa da Misericórdia de Guimarães; Casa do Povo de Briteiros; Centro Social Paroquial de Ronfe; Santa Casa da Misericórdia de Riba d'Ave; Lar de Santo António
	Refood	Distribuição de géneros alimentares através do combate ao desperdício	Azurém
	Bancos Sociais	Cedência de vestuário, têxteis, mobiliário, equipamento doméstico	Fraterna; Cruz Vermelha, Delegação de Guimarães; Banco da Partilha; Amigos de Urgezes; Casa da Juventude; Junta de Freguesia de Ponte; Vestir de Novo; Centro Social da Irmandade S. Torcato; junta de freguesia das Taipas; Casfig; Lar de Santa Estefânia; GASMAVE; Centro Social Paróquia Polvoreira; Mais Polvoreira; Centro Social Nespereira; Aldão Solidário; ASPEV
	Regulamento Municipal de Ação Social Integrada;	Apoios Sociais vários	Câmara Municipal de Guimarães
	Medidas de Apoio Social		Segurança Social
Voluntariado	Banco Local de Voluntariado	Cedência de voluntários para apoio a atividades variadas (acompanhamento a serviços; apoio ao estudo)	Câmara Municipal de Guimarães; Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha; Casa da Juventude; Banco da Partilha

Tabela 35. Mapeamento de Projetos - Área da Vulnerabilidade Social: Migrantes e Refugiados

PROJETOS	PROMOTOR	DATA DE REALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	LOCAL
Mapeamento Nacional: O contributo dos refugiados para um processo de integração eficaz	ComParte		Auscultar a experiência de integração dos refugiados através de metodologias participativas de forma a promover a sua participação e envolvimento no processo de melhoria de integração em Portugal	Nacional Guimarães -
SPEAK	SHARE YOUR WORLD, LDA		Proporciona um intercâmbio de línguas e culturas em grupos de línguas e eventos, com o objetivo de facilitar a integração de migrantes nas suas novas comunidades. As pessoas podem inscrever-se para aprender ou ensinar uma língua ou cultura, incluindo a do país onde reside	



3

Área da Pobreza e Exclusão Social

Sem-Abrigo
Dependências
Saúde Mental

Disfuncionalidade e Desestruturação Individual e Familiar

Sem-Abrigo

Enquadramento

A Nova Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025 – 2030 (ENIPSSA 2025 – 2030), aprovada pela resolução do conselho de ministros n.º 208/2024, de 30 de dezembro, pretende ver renovada a estratégia e surge como uma resposta a um desafio contínuo e como uma evidência do compromisso do País com a inclusão social e os direitos humanos, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Neste contexto, a Nova Estratégia Nacional, procura, desde logo, responder às necessidades imediatas das pessoas em situação de sem-abrigo, e propõe soluções de longo prazo, tanto para as pessoas em situação de risco como para as pessoas que vivenciam já a situação de sem-abrigo.

A NOVA ENIPSSA apresenta um conjunto de respostas mais flexíveis, diferenciadas e adequadas a cada tipologia, atenta a diferente caracterização e heterogeneidade das pessoas em situação de sem-abrigo. Promove, também, uma resposta inovadora, «Desenhar o Projeto Vida», a desenvolver inicialmente em projeto-piloto, que tem como objetivo a reintegração da pessoa na comunidade e o seu acompanhamento para além da situação de sem-abrigo, evitando o regresso a esta condição, atuando em três fases distintas: emergência, transição e acompanhamento em autonomia.

Com a Nova Estratégia é também definida uma estrutura de governação mais simples, articulada e de proximidade que convoca uma gestão integrada e eficaz das medidas, num processo de coordenação horizontal, de cooperação entre o poder central, regional e local, com a participação dos diferentes setores da sociedade civil. A Nova Estratégia assenta num modelo menos centralizado, que aposta no papel das comunidades que estão no terreno, embora sob coordenação nacional. 3/19 Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024

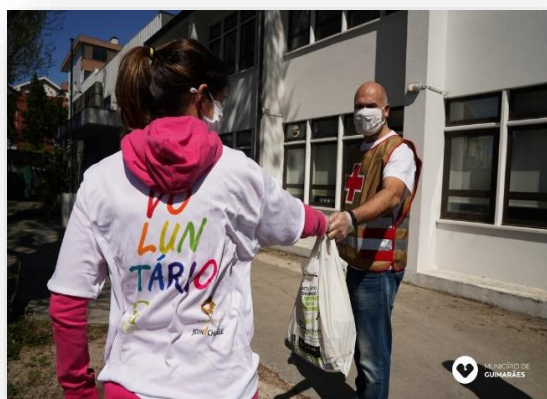
30-12-2024 N.º 252 1.ª série.

Acresce que, as medidas propostas serão agora alvo de acompanhamento, monitorização e de avaliação de impacto, para que seja possível aferir, pelos Planos de Ação, a eficácia das intervenções desenvolvidas.

O modelo de intervenção definido pela ENIPSSA assenta na premissa de se rentabilizar os recursos humanos e financeiros; se evitar a duplicação de respostas e qualificar a intervenção ao nível da prevenção e do acompanhamento, centrando-a no indivíduo, na família e na comunidade.

A Rede Social de Guimarães identifica no concelho pessoas em situação de sem-abrigo ou em risco de sem-abrigo, não tendo, contudo, um levantamento exaustivo. Os dados mais recentes que dispomos, recolhidos em 2024, numa colaboração conjunta entre o Município, Segurança Social e o projeto IN-Ruas do Sol do Ave, contabilizou 109 sem-abrigo, dos quais, 30 sem teto e 79 sem casa. É referida (igualmente) pela Rede Social a insuficiência de respostas qualificadas de apoio aos sem-abrigo no concelho e a necessidade de serem implementadas respostas inovadoras com novos modelos de intervenção.

O concelho apresentava como única resposta social aos sem-abrigo, um serviço de cantina, com apoio ao nível das refeições (almoço e jantar), e um serviço de banhos e lavandaria. Em 2024, foi possível registar 27436 refeições (pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar) e 449 banhos.



Fonte: Câmara Municipal de Guimarães

O estado pandémico Covid 19 fez emergir no concelho, em março de 2020, uma outra resposta, um Centro de Acolhimento de Emergência Social (CAES), para pessoas sem-abrigo, sem teto e sem casa, e também para vítimas de violência doméstica e migrantes. Esta resposta, promovida pela

Câmara Municipal de Guimarães e gerida pela Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha Portuguesa, sem protocolo com a Segurança Social, e que resultou de um esforço de emergência conjunto entre o Município de Guimarães e as instituições que integram a Rede Social, apoiou até outubro de 2022, 94 cidadãos e cidadãs. Esta resposta fornece alojamento, quatro refeições diárias e apoio social e psicológico.

Em 2022, foram criados pela delegação de Guimarães da Cruz Vermelha, em parceria com a CASFIG, dois apartamentos de autonomização de apoio à integração social dos sem-abrigo.

A Rede Social identifica o perfil dos sem-abrigo como sendo pessoas com carências económicas e fragilidades sociais, familiares e de saúde que utilizam recorrentemente os vários serviços sociais existentes no concelho, com histórias de vida complexas, com dependências, com problemas de saúde mental, com baixos níveis de autocuidado e com abandonos e rejeição permanente às orientações dos vários serviços.

INTERVENÇÃO

Em resposta às necessidades identificadas, a Rede Social refere a necessidade de se investir na criação de espaços informais facilitadores de aproximação aos sem-abrigo e na criação de respostas sociais qualificadas como, Centros de Alojamento de Emergência e Apartamentos de Autonomização.

Apona ainda a necessidade de se criarem equipas multidisciplinares de acompanhamento, com a criação da Figura do gestor de caso, que desenvolvam um trabalho adaptado e individualizado a cada sem-abrigo, em consonância com o apontado pela Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023.

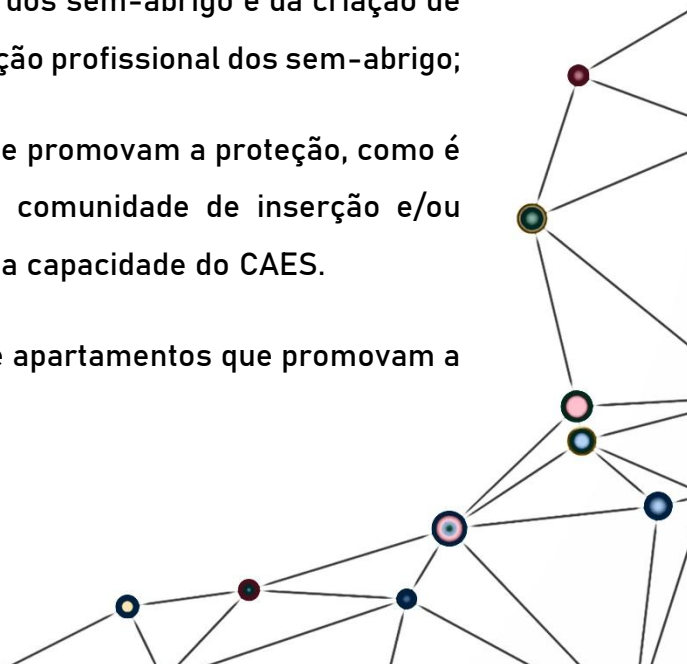
A qualificação da intervenção e o estabelecimento de pontes com o tecido empresarial, são igualmente apontados como facilitadores nos processos de autonomização pessoal, financeira e habitacional dos sem-abrigo. A Rede Social considera ainda fulcral que as respostas sociais dirigidas aos sem-abrigo e os serviços que intervêm indiretamente na problemática, se organizem e



qualifiquem na resposta às necessidades identificadas, nomeadamente através da partilha de informação e da definição de circuitos e de articulação entre os vários serviços de forma a efetuarem-se diagnósticos e intervenções consistentes e prevenir a duplicação e sobreposição de intervenções. Sugere ainda para a partilha de recursos humanos especializados, sempre que necessário, de forma a prover a oferta diversificada e qualificada de serviços específicos. Como pano de fundo a toda esta mudança de paradigma na intervenção junto dos sem-abrigo, a Rede Social sublinha a necessidade de se efetuarem ações de sensibilização juntos dos serviços públicos para a assunção de práticas inclusivas junto dos sem-abrigo.

Verifica-se já no território, alguma movimentação no sentido de dotar o concelho com mais respostas qualificadas de apoio aos sem-abrigo, caso dos apartamentos de autonomização criados recentemente pela delegação de Guimarães da Cruz Vermelha e através da apresentação de candidaturas a linhas de financiamento, como foi o caso do Projeto Portas Abertas, recentemente aprovado, que assenta na sua globalidade nas prioridades de intervenção definidas na Estratégia Nacional de Apoio aos Sem Abrigo:

- 1) **Prevenção**, através da sinalização precoce de pessoas em situação de sem-abrigo ou em risco de sem-abrigo e da promoção de ações de sensibilização da comunidade para a problemática dos sem-abrigo;
- 2) **Integração Social**, através da criação da Figura do gestor de caso; da requalificação do funcionamento e espaço da Cantina Social; da criação de espaços de sociabilidade e de empoderamento dos sem-abrigo e da criação de pontes com o tecido empresarial para a integração profissional dos sem-abrigo;
- 3) **Alojamento** através da criação de respostas que promovam a proteção, como é o caso dos apartamentos de autonomização, comunidade de inserção e/ou centro de acolhimento temporário e aumento da capacidade do CAES.
- 4) **Autonomização** – através da implementação de apartamentos que promovam a construção de projetos de autonomia de vida.



Projetos Estruturantes recomendados pela Rede Social:

Implementação no concelho de um NPISA – *formalmente constituído a 20 de março 2024*– Núcleo de Planeamento e de Intervenção para os Sem Abrigo

Após a constituição do NPISA, reforça-se a importância de que a Rede Social promova junto dos parceiros, que trabalham direta ou indiretamente com a população sem-abrigo com o objetivo de efetuar diagnósticos, identificar necessidades e recursos; apoiar a organização da ação e da formação e que reflita e integre, em permanência, com a Estratégia Nacional de Intervenção das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA).

Rede de respostas sociais qualificadas de apoio aos Sem-Abrigo

Estabelecimento de acordos de cooperação com a Segurança Social para Centros de Alojamento de Emergência e Apartamentos de Autonomização que permitam responder sustentadamente às diferentes necessidades desta população.



Tabela 36. Identificação de problemas e propostas de ação - Área da Pobreza e Exclusão Social: Sem-Abrigo

Sistematização dos Resultados do Workshop Sem-Abrigo

Categorias de Intervenção	Problemas Identificados	Ações com Impacto nas pessoas em situação de sem abrigo	Ações para Articulação e Melhoria dos Serviços	Ações promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Conhecimento	Levantamento incompleto dos sem-abrigo no concelho de Guimarães.		Diagnóstico das pessoas em situação de sem abrigo.	
Respostas Sociais	Insuficiência de respostas sociais qualificadas e inovadoras de apoio aos Sem-Abrigo no concelho. Falta de novos modelos de intervenção.	- Criação de espaços de contacto informal com pessoas em situação de sem-abrigo facilitadores da sua aproximação aos serviços - Experiências ocupacionais de âmbito profissional, aprendendo, testando e aplicando conhecimentos em contextos informais e práticos. - Ações de orientação profissional que explorem as competências pessoais, sociais e profissionais dos sem-abrigo participantes, com vista à identificação de competências facilitadoras de trajetórias de capacitação e integração profissional.	- Definição dos circuitos de funcionamento e articulação entre as diferentes respostas existentes de forma a evitar duplicação da resposta/do apoio. - Ações de sensibilização dirigidas aos serviços públicos e privados para a assunção de práticas inclusivas orientadas para as pessoas em situação de sem abrigo. - Criação de equipas multidisciplinares de acompanhamento com a criação da Figura do gestor de caso. - Sistema de gestão partilhada / concentrada de informação dos beneficiários (entre organizações). - Partilha de recursos humanos especializados entre organizações.	- Criação de respostas sociais de apoio aos sem abrigo, que privilegiem a sua integração como Apartamentos de Autonomia, Comunidade de Inserção e/ou Centro de Acolhimento Temporário. - Formalização e alargamento da capacidade do CAES Guimarães. -Ações de articulação com o setor empresarial para a inclusão em oportunidades de emprego / acesso ao mercado de trabalho, ajustadas ao perfil dos sem-abrigo. BI Inclusivo demonstrativo das competências funcionais das pessoas, para usufruto de oportunidades integração socio profissional.

Tabela 37. Mapeamento de Recursos existentes – Área da Pobreza e Exclusão Social: Sem-Abrigo

ÁREAS	RECURSOS	DESCRIÇÃO	LOCAL
Ação Social	Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado	Atendimento e acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social; Rendimento Social de Inserção	Câmara Municipal de Guimarães; ADCL - Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais; Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro; Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa; Centro Social Paroquial de Ronfe; Centro Social Paroquial Polvoreira; Casa do Povo de Fermentões; Fraterna
Resposta Social	Cantina Social	Serviço de refeições, banhos e lavandaria	Lar de Santo António
	CAES - Centro Apoio à Emergência Social	Resposta social que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado e ajuda a definir um projeto de vida.	UF Atães e Rendufe - Cruz Vermelha, delegação de Guimarães
	Apartamento de Autonomização	Alojamento de apoio à reintegração social dos sem-abrigo	Cruz Vermelha- Delegação de Guimarães
Saúde	CRI - Centro de Respostas Integradas - Equipa Tratamento de Guimarães	Tratamento, prevenção, reinserção e redução de riscos e minimização de danos das toxicodependências e alcoolismo.	Guimarães
	ACES Alto Ave	Prestação de cuidados de saúde	Concelho
	Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães	Diagnóstico, tratamento e reabilitação de doentes	Creixomil
Apoio Psicológico	APSI - Associação de Psicologia da Universidade do Minho	-	Urgezes
Recursos de Apoio	Voluntariado	Participação solidária em ações de voluntariado	Câmara Municipal de Guimarães; Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha; Casa da Juventude de Guimarães;
	Cantinas Sociais	Programa que disponibiliza o acesso diário a refeições gratuitas.	Lar de Santa Estefânia; Santa Casa da Misericórdia de Guimarães; Casa do Povo de Briteiros; Centro Social Paroquial de Ronfe; Santa Casa da Misericórdia de Riba d'Ave; Lar de Santo António;
	Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade.	ADCL; Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro; Centro Social Paroquial de Ronfe; Centro Social Paroquial Nespereira; Fraterna; Casa do Povo de Fermentões; Santa Casa da Misericórdia de Riba d'Ave; Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa;
	Refood	Combater o desperdício alimentar e disponibilizar alimentos às pessoas e famílias que deles necessitam	Azurém
	Regulamento Municipal de ação Social Integrada;	Atribuição de Apoios sociais	Câmara Municipal de Guimarães
	Bancos Sociais	Cedência de vestuário, têxteis, mobiliário, equipamento doméstico	Fraterna; Cruz Vermelha, Delegação de Guimarães; Banco da Partilha; Amigos de Urgezes; Casa da Juventude; Junta de Freguesia de Ponte; Vestir de Novo; Centro Social da Irmandade S. Torcato; junta de freguesia das Taipas; Casfig; Lar de Santa Estefânia; GASMAVE; Centro Social Paróquia Polvoreira; Mais Polvoreira; Centro Social Nespereira; Aldão Solidário; ASPEV
Habitação	Habitações; Residências Partilhadas	Empresa municipal de apoio à habitação	CASFIG;

Tabela 38. Mapeamento de Projetos existentes - Área da Pobreza e Exclusão Social: Sem-Abrigo

PROJETOS	PROMOTOR	DATA DE REALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	LOCAL
Portas Abertas	Câmara Municipal de Guimarães Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação Guimarães Sol do Ave Lar de Santo António	2024 a 2026	Equipa SOS Sem Abrigo; Sessões de Informação/sensibilização e capacitação; Requalificação dos serviços prestados na Cantina Social do Lar de Santo António e apartamentos de autonomização, comunidade de inserção e/ou centro de acolhimento temporário.	Guimarães
IN-RUAS	Sol do Ave	-	Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD) junto de pessoas com consumos problemáticos de drogas no Centro Histórico de Guimarães.	Centro Histórico de Guimarães

Dependências

Enquadramento

De acordo com o Plano Estratégico do ICAD (Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências), 2024-2026, o consumo de substâncias ilícitas entre a população portuguesa pode ser considerado relevante, nomeadamente ao nível da experimentação: dados de 2022 apontam para que 1 em cada 10 residentes em Portugal (15-74 anos) já tenha consumido pelo menos uma vez na vida alguma substância ilícita. 2,6% fizeram-no nos últimos 12 meses. Trata-se de um consumo mais prevalente entre os jovens (15-24 anos) e jovens adultos (15-34 anos), bem como na população masculina em comparação com a feminina. De acordo com o Plano Anual 2023: A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências, 2023 reforçou as tendências já observadas em 2022 no contexto pós-pandemia, com destaque para o aumento do consumo



problemático, especialmente entre os jovens, sendo a canábis um risco crescente. Embora tenha ocorrido uma diminuição no número de consumidores de opiáceos e de drogas injetadas, o consumo de cocaína, incluindo crack, aumentou significativamente, com impactos negativos na

saúde pública, como o aumento das overdoses e da procura por tratamento. A maior disponibilidade de substâncias mais potentes e puras, juntamente com a crescente sofisticação e violência no tráfico, apresenta um desafio crescente. Contudo, Portugal continua a manter uma posição relativamente favorável em comparação com outros países europeus, fruto do trabalho das autoridades e serviços de saúde.

No que diz respeito ao consumo de álcool, o Plano Anual 2023: A Situação do País em Matéria de Álcool, revelou tanto evoluções positivas como preocupantes. Apesar de se ter registado uma diminuição na idade média de início do consumo, houve um aumento do consumo recente, da embriaguez severa e da dependência, especialmente entre os jovens. O número de pessoas em tratamento por problemas relacionados com o álcool atingiu os valores mais

elevados dos últimos dez anos, e os internamentos hospitalares também aumentaram. No entanto, foram observados avanços importantes, como a redução das mortes por intoxicação alcoólica e a diminuição dos acidentes de viação relacionados com o álcool.

Em 2022, mais de metade dos residentes em Portugal (15-74 anos) já tinha jogado a dinheiro, com uma prevalência preocupante entre os menores de 18 anos, especialmente nos rapazes. A dependência de jogos de azar afetava cerca de 1,3% da população, sendo mais prevalente entre os homens e nas faixas etárias dos 25-34 e 45-54 anos. A prática de jogos online também se intensificou, com um aumento da procura de tratamento por problemas relacionados com o jogo. No que se refere ao uso da internet, cerca de 8 em cada 10 portugueses usavam a internet, com um aumento da dependência entre os mais jovens, particularmente no uso de redes sociais. Muitos jovens de 13 a 18 anos reportaram passar demasiado tempo online, com um terço deles experienciando problemas emocionais ou de rendimento escolar relacionados ao uso excessivo da internet. O uso intenso da internet e a dependência têm vindo a aumentar, especialmente entre os jovens de 15-24 anos.



Equipa de rua
redução de riscos e
minimização de danos

À data, o concelho de Guimarães dispões de dois tipos de respostas de intervenção na área das dependências. O Centro de Respostas de Integradas (CRI) Braga - equipa técnica de Guimarães é uma estrutura local de cariz operativo, dispondo de equipas técnicas especializadas multidisciplinares para as diversas áreas de missão dedicadas ao tratamento, prevenção, reinserção e redução de riscos e minimização de danos, bem como à prestação de cuidados integrados e globais a utentes com comportamentos aditivos e dependências de substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas.

No âmbito da Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD), o Projeto IN-Ruas, implementado desde de 2008, pela Sol do Ave em colaboração com o Município ed Guimarães, destina-se à implementação de uma resposta de

proximidade com pessoas utilizadores de drogas lícitas ou ilícitas. Esta intervenção centra-se fundamentalmente numa equipa multidisciplinar de rua que implementa um conjunto de estratégias de RRMD, atuando também ao nível do apoio psicossocial e do encaminhamento dos casos para estruturas socio-sanitárias.

Dos resultados registados, o público beneficiário do Projeto In-Ruas caracteriza-se, na sua maioria, pelo género masculino, com idades compreendidas entre os 17 e os 65 anos e baixos níveis de escolaridade, em situação de extrema exclusão e vulnerabilidade social. Durante o ano de 2020, o projeto contactou com 94 utentes que se caracterizam por vivências quotidianas de precariedade económica, social e familiar, pela situação de desemprego e recurso à mendicidade como modo de subsistência, nomeadamente através da atividade de apoio aos automobilistas no estacionamento de viaturas nos parques da cidade.

O Centro de Respostas Integradas - E.T. de Guimarães acompanhou durante o ano de 2024, 693 pessoas residentes no concelho com problemas de adição, sendo que 270, apresentavam problemas ligados ao álcool; 397, consumos de outras substâncias psicoativas e 4, dependência de jogo.

Os utilizadores do CRI, eram à data maioritariamente do género masculino (84,9%). Os dados referem que o maior número de utilizadores daqueles serviços (490) tem idade igual ou superior a 45 anos. Os níveis de escolaridade predominantes dos utentes do CRI são o 2º ciclo do ensino básico (229); o 1º ciclo de escolaridade (177) e o 3º ciclo de escolaridade (164). Realça-se que 68 dos utentes têm como nível de escolaridade, o ensino secundário e 35, um grau ou frequência universitária. A maioria das pessoas apoiadas pelo CRI (285) tem um trabalho estável; 155 encontram-se desempregados há mais de um ano e 72, desempregados há menos de um ano.

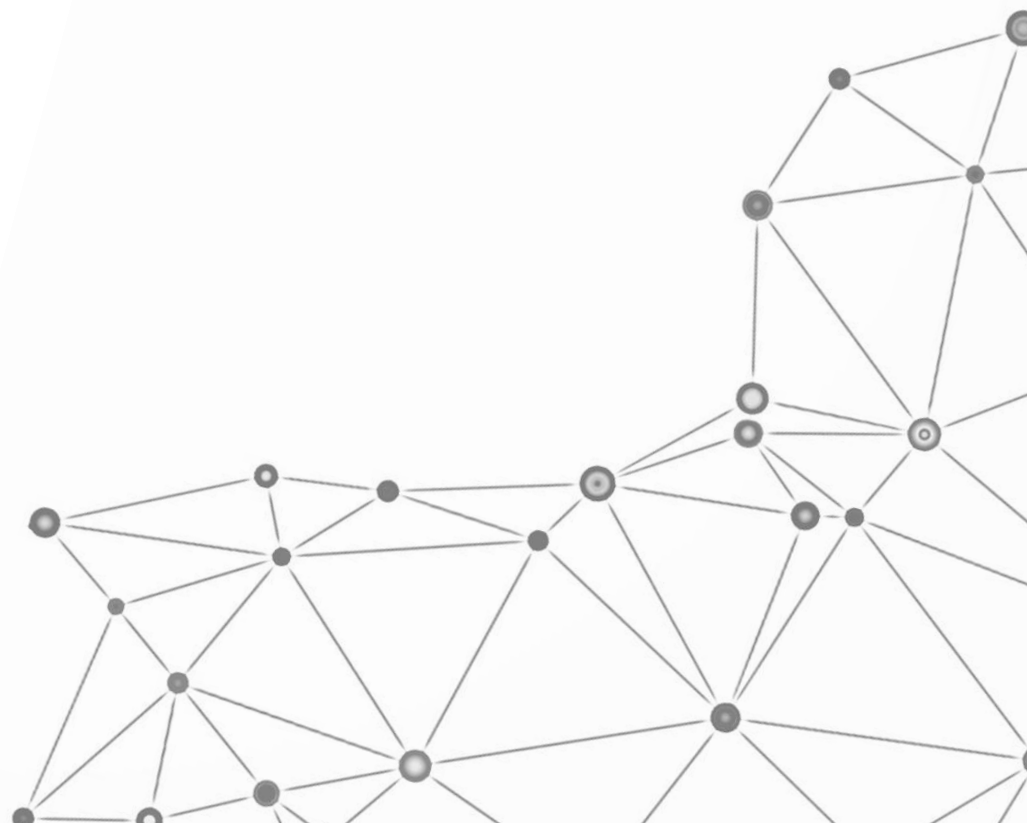
INTERVENÇÃO

A Rede Social considera que se deve incidir a ação a dois níveis: a intervenção e a prevenção. Ao nível da prevenção, com ações junto da comunidade para a problemática das dependências de substâncias psicoativas, alcoolismo, o *gaming* e o *glaming* patológico e dependências das tecnologias sendo já uma realidade, embora apresente pouca expressão no concelho de Guimarães. Importa por isso, reforçar o trabalho na sinalização precoce das situações de novas dependências, bem como no seu devido encaminhamento, e promover a capacitação de profissionais para esta nova realidade.

Ao nível da intervenção, recomenda que os serviços públicos sejam alvo de ações de sensibilização para a assunção de atendimentos e práticas inclusivas orientadas para pessoas com comportamentos aditivos e dependências de substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas.

Aponta ainda para a necessidade de partilha de informação entre os serviços e definição de circuitos de funcionamento a partir do momento em que é feita a sinalização de forma a responder com mais eficácia e evitar a duplicação de intervenções e apoios.

Por fim, reforça a importância de se sensibilizar e consciencializar os diversos agentes do mercado de emprego na possibilidade de oferta de oportunidades de trabalho ajustadas ao perfil deste tipo de público promovendo assim a sua (re)integração social.



Projetos Estruturantes recomendados pela Rede Social:

Projeto concelhio de prevenção primária para as dependências que aborde as substâncias psicoativas, o alcoolismo e as novas dependências, aglutinando as recomendações sugeridas pela Rede Social.

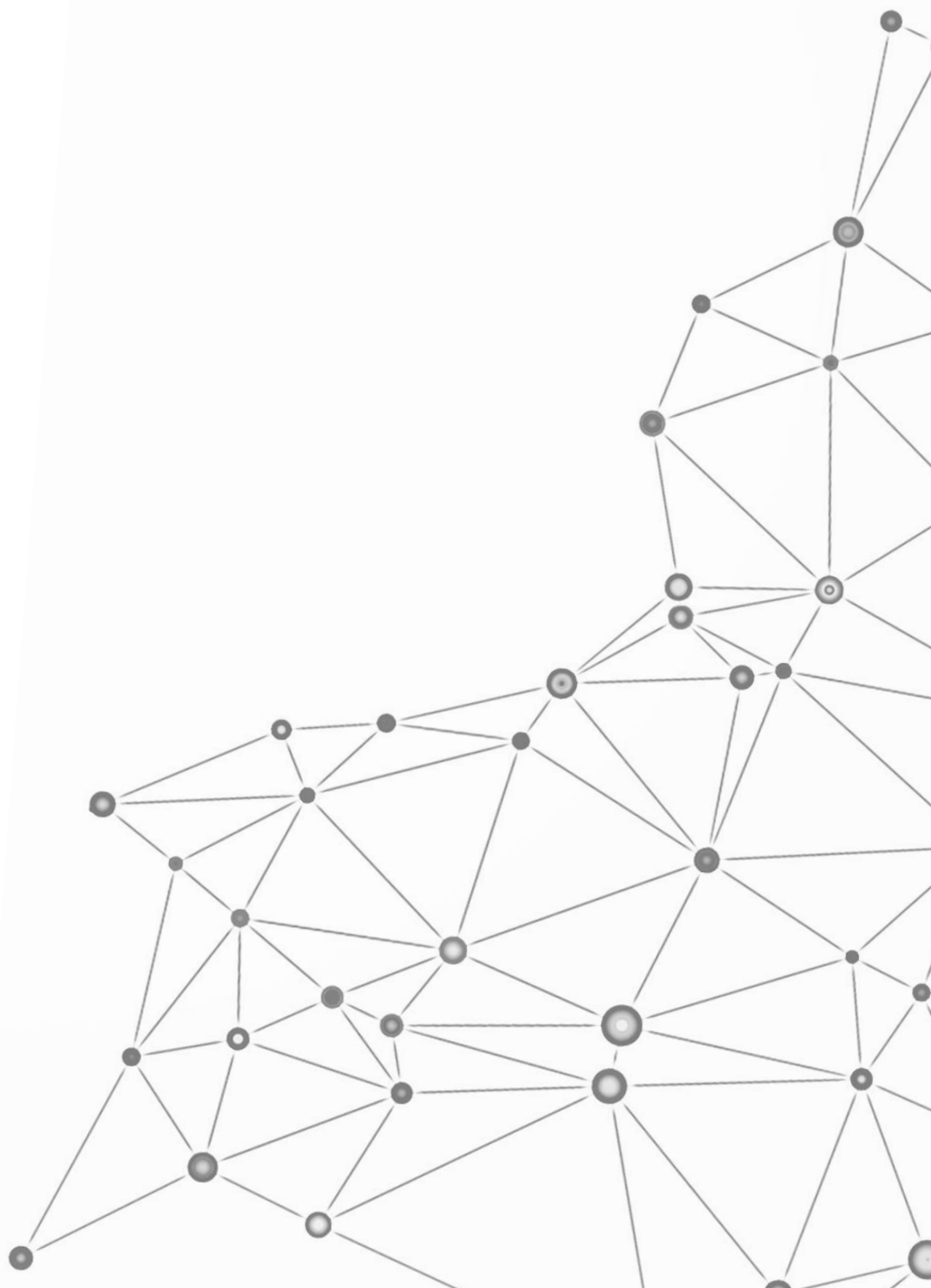


Tabela 39. Identificação de problemas e propostas de ação – Área da Pobreza e Exclusão Social: Dependências

Sistematização dos Resultados do Workshop Dependências

Categorias de Intervenção	Problemas Identificados	Ações com Impacto nas Dependências	Ações para Articulação e Melhoria dos Serviços	Ações promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Prevenção	Falta de programas de prevenção no âmbito do consumo das novas substâncias psicoativas e dos novos comportamentos aditivos, em particular o jogo patológico.	- Ações de prevenção e sensibilização na comunidade, para a problemática das dependências. - Ações de intervenção de proximidade para a prevenção e sensibilização para as novas dependências (jogo patológico; novas tecnologias; pornografia infantil).	- Ações de capacitação dos técnicos e dos serviços para problemáticas das novas dependências (jogo patológico; novas tecnologias; pornografia infantil). - Ações de sensibilização dirigidas aos serviços públicos e privados para a assunção de práticas inclusivas orientadas para as pessoas em situação de dependência.	- Alargamento de repostas de intervenção de proximidade para a sinalização, encaminhamento e apoio às situações de dependência.
Respostas	Falta de respostas de apoio que trabalhem concertadamente os processos de inclusão das pessoas com dependências.	- Ações de articulação com o setor empresarial para a inclusão em oportunidades de emprego /acesso ao mercado de trabalho, ajustados ao perfil deste tipo de destinatários.	- Definição dos circuitos de funcionamento e articulação entre as diferentes respostas existentes de forma a evitar duplicação da resposta/do apoio. - Sistema de gestão partilhada/concentrada de informação dos beneficiários (entre organizações	- BI Inclusivo demonstrativo das competências funcionais das pessoas, para usufruto de oportunidades integração socio profissional.

Tabela 40. Mapeamento de Recursos existentes – Área de Pobreza e Exclusão Social – Dependências

ÁREAS	RECURSOS	DESCRIÇÃO	LOCAL
Ação Social	Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado	Atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, e em emergência social; Rendimento Social de Inserção	Câmara Municipal de Guimarães; ADCL-Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais; Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro; Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa; Centro Social Paroquial de Ronfe; Centro Social Paroquial de Polvoreira; Casa do Povo de Fermentões; Fraterna
Resposta Social	CAES - Centro Apoio à Emergência Social.	Resposta Social que visa o acolhimento por um período de tempo limitado e ajuda a definir um projeto de vida.	Atães; Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha;
	Cantina Social	Serviço de refeições, higiene pessoal e lavandaria	Lar de Santo António
Saúde	CRI - Centro de Respostas Integradas - Equipa Tratamento de Guimarães	Tratamento, prevenção, reinserção e redução de riscos e minimização de danos das toxicodependências e alcoolismo.	Guimarães
	ACES Alto Ave	Prestação de Cuidados de Saúde	Concelho
	Hospital Senhora da Oliveira	Diagnóstico, tratamento e reabilitação de doentes	Creixomil
Apoio Psicológico	APSI - Associação de Psicologia da Universidade do Minho	Consultas de apoio Psicológico	Urgezes
Recursos de Apoio	Voluntariado	Ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas	Câmara Municipal de Guimarães; Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha; Casa da Juventude de Guimarães;
	Refood	Combater o desperdício alimentar e disponibilizar alimentos às pessoas e famílias que deles necessitam	Azurém
	Apoio Alimentar / Cantinas Sociais	Programa que disponibiliza o acesso diário a refeições gratuitas	Lar de Santa Estefânia; Santa Casa da Misericórdia de Guimarães; Casa do Povo de Briteiros; Centro Social Paroquial de Ronfe; Santa Casa da Misericórdia de Riba d'Ave;
	Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade.	ADCL; Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro; Centro Social Paroquial de Ronfe; Centro Social Paroquial Nespereira; Fraterna; Casa do Povo de Fermentões; Santa Casa da Misericórdia de Riba d'Ave; Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa;
	Bancos Sociais	Cedência de vestuário, têxteis, mobiliário, equipamento doméstico	Fraterna; Cruz Vermelha, Delegação de Guimarães; Banco da Partilha; Amigos de Urgezes; Casa da Juventude; Junta de Freguesia de Ponte; Vestir de Novo; Centro Social da Irmandade S. Torcato; junta de freguesia das Taipas; Casfig; Lar de Santa Estefânia; GASMAVE; Centro Social Paróquia Polvoreira; Mais Polvoreira; Centro Social Nespereira; Aldão Solidário; ASPEV
Habitação	Habitação; Residências Partilhadas	Empresa municipal de apoio à habitação	CASFIG

Tabela 41. Mapeamento de Projetos existentes - Área de Pobreza e Exclusão Social - Dependências

PROJETOS	PROMOTOR	DATA DE REALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	LOCAL
IN-RUAS	Sol do Ave	-	Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD) junto de pessoas com comportamentos aditivos e dependências de substâncias psicoativas lícitas ou ilícitas.	Concelho de Guimarães

Saúde Mental

Enquadramento

A Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental refere que mais de um quinto dos portugueses sofre de uma perturbação psiquiátrica (22,9%). Não se dispõe de números que possam aferir esta realidade no concelho de Guimarães, mas, a Rede Social percebe um aumento significativo de pessoas com problemas de saúde mental, referindo mesmo que se observa um agravamento da saúde mental na população adulta.

A situação pandémica vivenciada a partir de 2019 em consequência do COVID-19 tem feito emergir a problemática da saúde mental em todos os grupos etários, com especial incidência nas crianças e jovens e nas pessoas mais velhas.

A Rede Social sublinha, a falta de respostas para a saúde mental e em particular para as crianças e jovens com necessidade de intervenção terapêutica especializada e a falta de serviços de apoio e acompanhamento terapêutico à saúde mental no domicílio.

INTERVENÇÃO



A Rede Social considera a importância de se investir na criação de serviços e respostas de apoio à saúde mental, como, unidades sócio ocupacionais, estruturas residenciais e estruturas comunitárias.

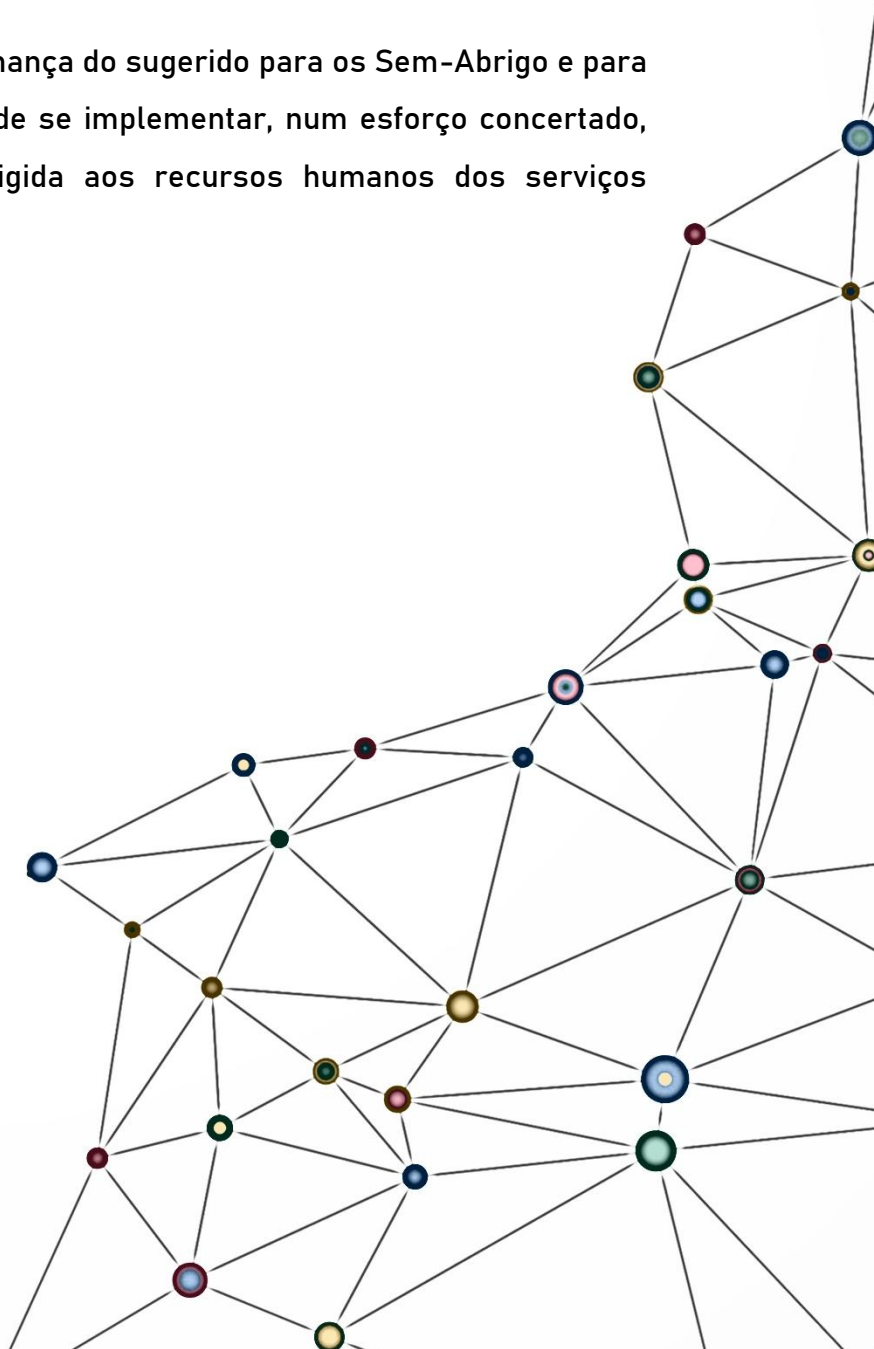
É também preocupação da Rede Social, garantir o apoio e descanso dos cuidadores de pessoas com problemas de saúde mental, através da criação de espaços de descanso de curta duração e de alojamentos temporários de emergência.

Apesar da constatação da falta de respostas para a saúde mental, nestes últimos anos, verifica-se alguma mobilização para dotar o concelho com mais recursos.

É o caso do Hospital da Senhora da Oliveira que criou em 2015, uma Equipa de Apoio Domiciliário aos doentes acompanhados pelos Serviços de Psiquiatria a partir de um projeto apresentado ao Orçamento Participativo Municipal e mais recentemente, criou o serviço de Psiquiatria Comunitária que presta cuidados de Psiquiatria e Saúde Mental na comunidade com o objetivo de favorecer uma integração plena dos doentes na sua comunidade.

A sociedade civil também se tem organizado no sentido de prover serviços de apoio, como é o caso da APSI – Associação de Psicologia da Universidade do Minho e do Café Memória, organizado pela Associação Alzheimer em parceria com o Lar de Santa Estefânia. Esta mesma instituição tem em funcionamento uma Unidade de Apoio aos Mais Velhos e Doentes Neurológicos.

A Rede Social considera, à semelhança do sugerido para os Sem-Abrigo e para as dependências, a necessidade de se implementar, num esforço concertado, formação em saúde mental dirigida aos recursos humanos dos serviços públicos.



Projetos Estruturantes recomendados pela Rede Social:

Rede local de apoio à saúde mental em articulação com os serviços de saúde

Importa efetuar um levantamento exaustivo dos serviços públicos e privados que trabalham na área da saúde mental no concelho e perceber em que medida e em que condições podem ser acionados.

Esta informação organizada deve ser disponibilizada aos serviços de primeira linha que efetuam atendimento e apoio aos cidadãos para que, e de acordo com cada situação, se façam os devidos encaminhamentos.

Plano de ação local para a saúde mental

Este plano deverá ter como finalidade a priorização da implementação, no concelho, de serviços de saúde e de respostas sociais que complementem as respostas já existentes.

De entre as respostas sociais que se consideram importantes privilegiar, destacam-se as pequenas respostas na comunidade, que podem ativar, localmente, espaços de lazer, de convívio e de formação, geradores de segurança física e emocional.

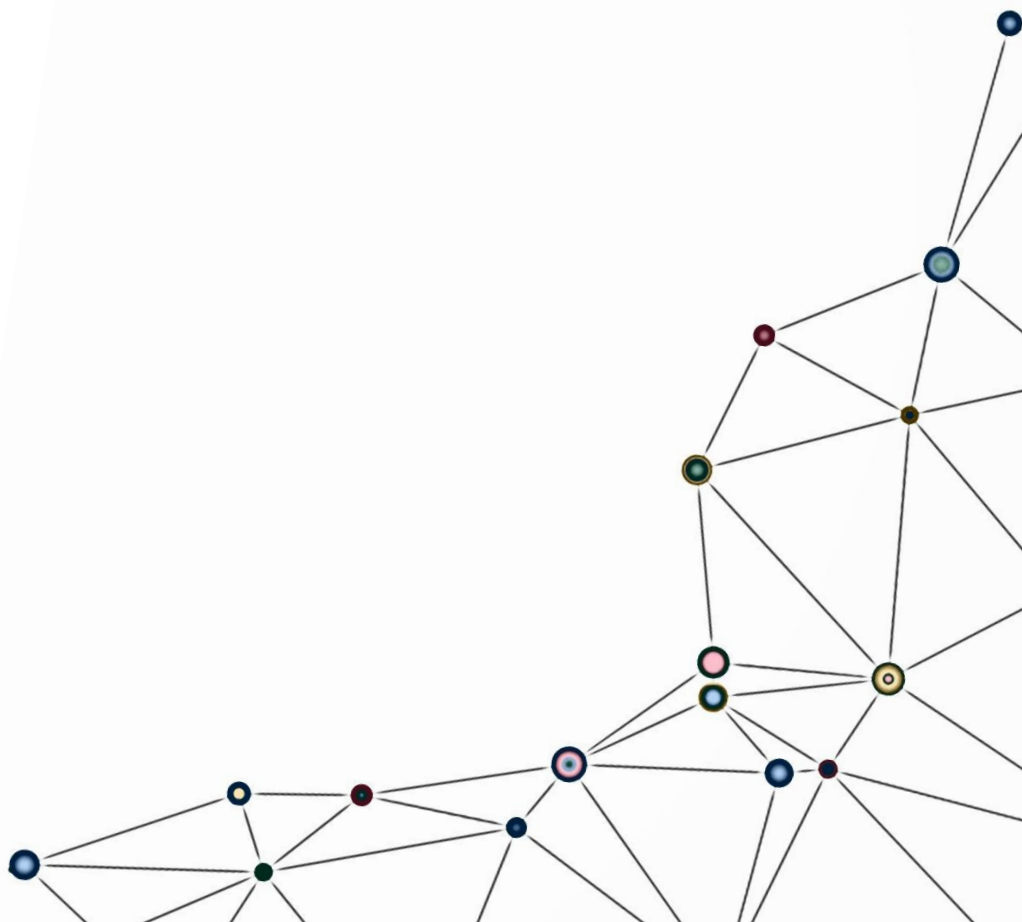


Tabela 42. Identificação de problemas e propostas de ação – Área da Pobreza e Exclusão Social – Saúde Mental

Sistematização dos Resultados do Workshop Saúde Mental

Categorias de Intervenção	Problemas Identificados	Ações com Impacto na saúde mental	Ações para Articulação e Melhoria dos Serviços	Ações promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Diagnóstico	Aumento significativo dos problemas na área da saúde mental	Ações de literacia em saúde mental		Realização de estudos diagnóstico que fundamentem a problemática
Respostas de Apoio	-Falta de respostas para a saúde mental - Poucas respostas de apoio para crianças e jovens com necessidade de intervenção terapêutica especializada; - Insuficiência de serviços de apoio e acompanhamento terapêutico à saúde mental no domicílio	- Criação de projetos e estruturas comunitárias de apoio à saúde mental - Criação de espaços de descanso de curta duração para descanso emocional e físico dos cuidadores informais e das pessoas com doença mental	- Ações de sensibilização dirigidas aos serviços públicos e privados para a assunção de práticas inclusivas orientadas para a saúde mental - Partilha de recursos humanos especializados entre organizações	- Criação de Unidades Socio ocupacionais para a infância, adolescência e população adulta; - Criação de respostas residenciais no âmbito da saúde mental para pessoas de diferentes grupos etários; - Criação de alojamento temporário de emergência de apoio aos agregados familiares cuidadores

Tabela 43. Mapeamento de Recursos existentes – Área da Pobreza e Exclusão Social – Saúde Mental

ÁREAS	RECURSOS	DESCRIÇÃO	LOCAL
Ação Social	Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado	Atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social e à emergência social; Rendimento Social de Inserção	Câmara Municipal de Guimarães; ADCL - Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais; Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro; Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa; Centro Social Paroquial de Ronfe; Centro Social da Paróquia de Polvoreira; Casa do Povo de Fermentões; Fraterna
Resposta Social	CAES - Centro de Acolhimento de Emergência Social	Acolhimento, por um período de tempo limitado e apoio na definição do projeto de vida.	UF Atães e Rendufe - Cruz Vermelha, delegação de Guimarães
	Cantina Social	Serviço de refeições, higiene pessoal e lavandaria	Lar de Santo António
Saúde	Serviço de Psiquiatria	Prestação de cuidados de Psiquiatria e Saúde Mental.	Hospital Senhora da Oliveira
	Psiquiatria Comunitária do Hospital Senhora da Oliveira	Prestação de cuidados de Psiquiatria e Saúde Mental na comunidade para permitir ao portador de doença mental uma integração plena na sua comunidade, de forma a concretizar e atingir o seu máximo potencial.	Hospital Senhora da Oliveira
	Equipa de Apoio Domiciliário dos Serviços de Psiquiatria do Hospital de Guimarães.	Apoio Domiciliário	Hospital Senhora da Oliveira
	Centro de Investigação; Diagnóstico, Formação e Acompanhamento de Demências.	Programas direcionados para a pessoa com demência (estimulação cognitiva, treino de autonomia funcional, terapia de <i>Snoezelen</i> , entre outras) e para o cuidador (adaptação funcional da casa, programa psicoeducativo, grupo de ajuda mútua, entre outros.	Riba d'Ave
	Unidade de Apoio a Mais Velhos e Doentes Neurológicos	-	Lar de Santa Estefânia
Apoio Psicológico	APSI - Associação de Psicologia da Universidade do Minho	-	Urgezes
Grupos de Ajuda	Café Memória	Local de encontro destinado a pessoas com problemas de memória ou demência, aos seus familiares, amigos e cuidadores, para partilha de experiências e suporte mútuo.	Lar de Santa Estefânia
Recursos de Apoio	Banco Local de Voluntariado	Ações de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.	Câmara Municipal de Guimarães; Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha; Casa da Juventude
	Atividades Culturais, Desportivas e de lazer		Oficina, Tempo Livre
	Regulamento Municipal de Ação Social Integrada;	- Apoios Sociais Vários	Câmara Municipal de Guimarães; Segurança Social

Tabela 44. Mapeamento de Projetos existentes – Área da Pobreza e Exclusão Social – Saúde Mental

PROJETOS	PROMOTOR	DATA DE REALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	LOCAL
Primeira Infância e saúde mental	Câmara Municipal de Guimarães/Hospital Senhora da Oliveira	-	Intervenção na pré-escola para sensibilização dos fatores de risco e de vivências adversas que prejudicam o desenvolvimento das crianças, alertando para sinais precoces de patologia de neuro desenvolvimento e psiquiatria nestas idades, discutir estratégias na gestão de comportamentos desajustados e promover competências sociais, literacia e bem-estar psicológico.	Pré-Primárias Concelho de Guimarães
CriativaMente	CSIF Oeste	2021/2022	Recriação de peças de roupa usadas, trabalhar a aceitação e valorização do imperfeito, da reparação ao renascimento, colocando as falhas como fatores de evolução, mostrando assim que há vida - e beleza- além dos remendos. Numa economia circular reinsere no mercado roupas desgastadas, mas principalmente reintegra pessoas à margem na sociedade.	CSIF Oeste
I9 com a Diferença/ Portugal Inovação Social	Cercigui com o investimento da Câmara Municipal de Guimarães	Em permanência	Espaço dirigido a pessoas com deficiência ou incapacidade que não se enquadram nas respostas sociais existentes que promove atividades e produz pequenos trabalhos fornecidos por empresas da região, ou parcerias com empresas onde possam prestar serviços, de forma a criar dinâmicas, respeitando sempre os ritmos e capacidades de cada indivíduo. É também um espaço de lazer e relaxamento, onde se desenvolvem atividades com um acompanhamento individualizado, tendo em conta as especificidades de cada um, usufruindo de um programa psicossocial e terapêutico.	Guimarães

Disfuncionalidade e Desestruturação Individual e Familiar

Enquadramento

A pobreza, a falta de saúde física e mental, a exposição a situações de stress e a violência doméstica são fatores identificados pela Rede Social como estando na origem ou no agravamento da disfuncionalidade e desestruturação individual e das famílias.

Não existem números que nos indiquem a taxa de risco de pobreza no concelho, havendo, contudo, a informação de que em 2023 beneficiaram do RSI- Rendimento Social de Inserção, 1278 pessoas, das quais 626 eram homens e 652 eram mulheres.

Segundo dados do INE (Pordata2022), a taxa de risco de pobreza após transferências sociais, que tinha vindo a descer após a crise financeira [com exceção de 2020, ano de pandemia], teve uma ligeira subida - pela primeira vez em sete anos, de 0,6 p.p, passando de 16,4% para 17%, em 2022. Foi entre no grupo de crianças e jovens (menos de 18 anos) que a taxa de risco de pobreza mais aumentou (+ 2,2 p.p em relação ao ano anterior, situando-se nos 20,7% em 2022). É também este o grupo que evidencia maior vulnerabilidade, já que apresenta taxas de risco de pobreza superiores ao conjunto nacional (17%) e aos outros grupos etários (17,2%, entre as pessoas com 65 ou mais anos, e 16% entre os 18 e os 64 anos). Mas, para além das faixas etárias, a pobreza não atinge os diferentes tipos de famílias por igual. São as famílias monoparentais com crianças e as pessoas que vivem sozinhas que apresentam maiores fragilidades - quase uma em cada três famílias monoparentais (31,2%) vive com menos de 591€ por mês, já incluindo as transferências sociais recebidas. Foi também nesta composição de famílias que se registou o maior aumento de um ano para o outro (de 3,2 p.p.). Em praticamente todos os diferentes agregados domésticos com crianças dependentes se registou um agravamento na taxa de pobreza de um ano para o outro (excetua-se a categoria «Outros agregados com crianças dependentes» onde a taxa diminuiu 0,8 p.p.).

Estes números confirmam a perceção da Rede Social de que são as famílias monoparentais, sobretudo as femininas e as famílias com dependentes a cargo que estão mais expostas à pobreza e à exclusão social.

A Rede Social especifica que as pessoas que procuram habitualmente os serviços sociais apresentam maioritariamente, quadros de saúde muito frágeis, com doenças crónicas ou doenças do foro da saúde mental e com dificuldades de aceder a cuidados de saúde.

Este retrato agravou-se com a situação pandémica do COVID-19 em virtude do isolamento forçado que a pandemia provocou, agudizando sentimentos de solidão e de medo e aumentando a pobreza por diminuição de rendimentos ou perda de trabalho.

A priorização que foi dada pela saúde ao tratamento do COVID-19 contribuiu igualmente para o agravamento de outras doenças, deixando para trás, muitas doenças que necessitavam de ser tratadas e que, entretanto, se foram agudizando.

Esta constatação é corroborada pelo INE (Rendimento e Condições de Vida 2020 - dados provisórios) que refere que o ano de 2020 foi, entre os últimos 5 anos, o que registou a maior proporção (43,2%) de pessoas com 16 e mais anos com morbilidade crónica anual e uma inversão em relação a dois anos de quebras sucessivas. Este acréscimo verificou-se em ambos os sexos, sendo mais evidente no caso dos homens (mais 2,3 p.p.) que no caso das mulheres (mais 1,8 p.p.).



O mesmo documento refere que tomando como referência os rendimentos de 2019, o risco de uma pessoa com doença crónica ou problema de saúde prolongado por ser pobre situava-se 4,7 p.p. acima de alguém sem esses problemas.

A Rede Social identifica ainda outras problemáticas que contribuem para a desestruturação individual e familiar, como:

- a violência doméstica;

- as redes familiares fragilizadas;
- as situações de endividamento;
- os despejos habitacionais;
- a precariedade laboral e habitacional;
- os níveis de escolaridade acentuadamente baixos e de analfabetismo.

Identifica ainda uma série de problemáticas associadas aos jovens:

- a dificuldade em equacionarem o seu projeto de vida;
- a falta de resistência à frustração;
- comportamentos e estilos de vida de risco;
- solidão;
- emancipação tardia;
- dificuldade em construir família.

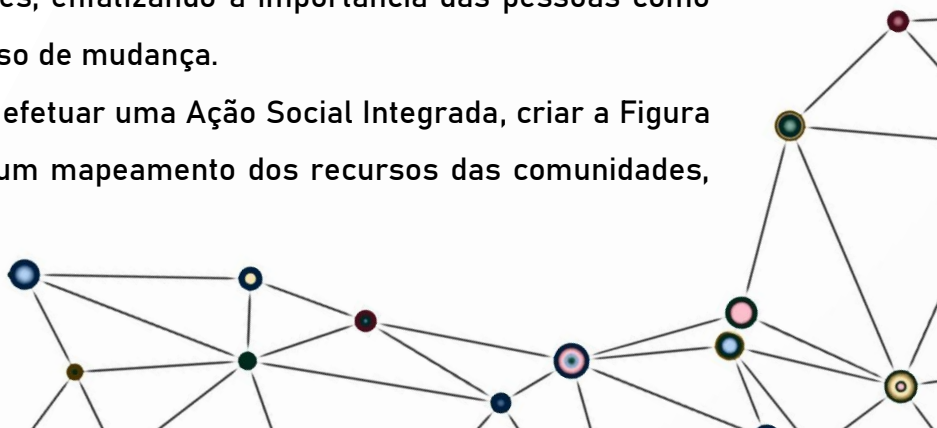
Em resposta a estas problemáticas, o concelho disponibiliza um conjunto de serviços de atendimento psicológico e de apoio social, que são efetivados no território, na sua maioria, pelo município e por instituições particulares de solidariedade social através da celebração de protocolos de cooperação. Outros, são disponibilizados por associações e algumas juntas de freguesia que agilizam medidas e recursos de apoio aos cidadãos.

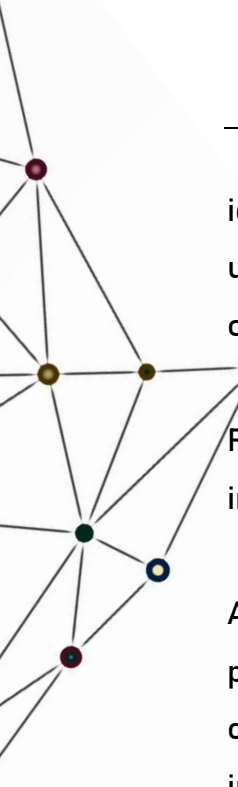
INTERVENÇÃO

A Rede Social considera que na generalidade, a resposta dada pelos serviços e instituições fica aquém do necessário, subestimando-se a importância de se desenvolverem com as pessoas, estratégias que promovam uma efetiva mudança.

Recomenda que a intervenção social junto destes públicos se focalize nas potencialidades e nas soluções, enfatizando a importância das pessoas como agentes ativos no seu processo de mudança.

Sublinha a importância de se efetuar uma Ação Social Integrada, criar a Figura de gestor de caso e efetuar um mapeamento dos recursos das comunidades,





identificando os interlocutores e os canais de comunicação de forma a prover uma resposta qualificada às problemáticas das pessoas, que permita construir, com elas, projetos de vida.

Refere ainda a importância de se fazerem ações de capacitação técnica e institucional para a assunção deste modelo de intervenção.

A transferência de competências na área social para as autarquias conforme previsto pelas Portarias nº 65/2021 e nº 63/2021 de 17 de março é uma oportunidade para (re)organizar, regular e assumir um novo modelo de intervenção social integrado com enfoque na criação de oportunidades de inclusão e de desenvolvimento social.

Projetos Estruturantes recomendados pela Rede Social:

Intervenção Social Integrada

Decorrente da transferência de competências em matéria de ação social para os municípios, impõe-se implementar no concelho o modelo de ação social integrada.



A implementação deste modelo deverá ter como finalidade construir um território de dignidade, justiça social e oportunidades de inclusão para todos, consubstanciado nos princípios de autonomia dos cidadãos, da promoção das suas capacidades e potencialidades e da sustentação para processos de mudança.

Gabinete Municipal de Apoio à Família

Implementar um Gabinete Municipal que preveja um conjunto de serviços e apoios organizados de apoio à família, designadamente:

- Aconselhamento;
- Apoio à maternidade e paternidade;
- Educação parental;
- Terapias de desenvolvimento;
- Terapia familiar e de casal;
- Apoio psicossocial;
- Apoio à saúde;
- Apoio ao envelhecimento

Rede de agentes familiares de apoio a famílias com crianças até 3 anos

Criação de uma rede de agentes familiares que apoie as famílias de baixos recursos com filhos até aos 3 anos, que trabalhem em horários noturnos e/ou fim-de-semana, na guarda e proteção das crianças, garantindo-lhes condições de bem-estar e segurança.

Respostas Sociais de Apoio a Cidadãos Adultos

Criar respostas sociais que permitam responder às situações de pessoas que apresentam várias problemáticas associadas e que não têm enquadramento nas respostas sociais tipificadas.

As respostas sociais a criar, podem ser residenciais, mas, também espaços comunitários abertos que permitam promover segurança, condições de bem-estar e potencial para construir projetos de vida de mudança.

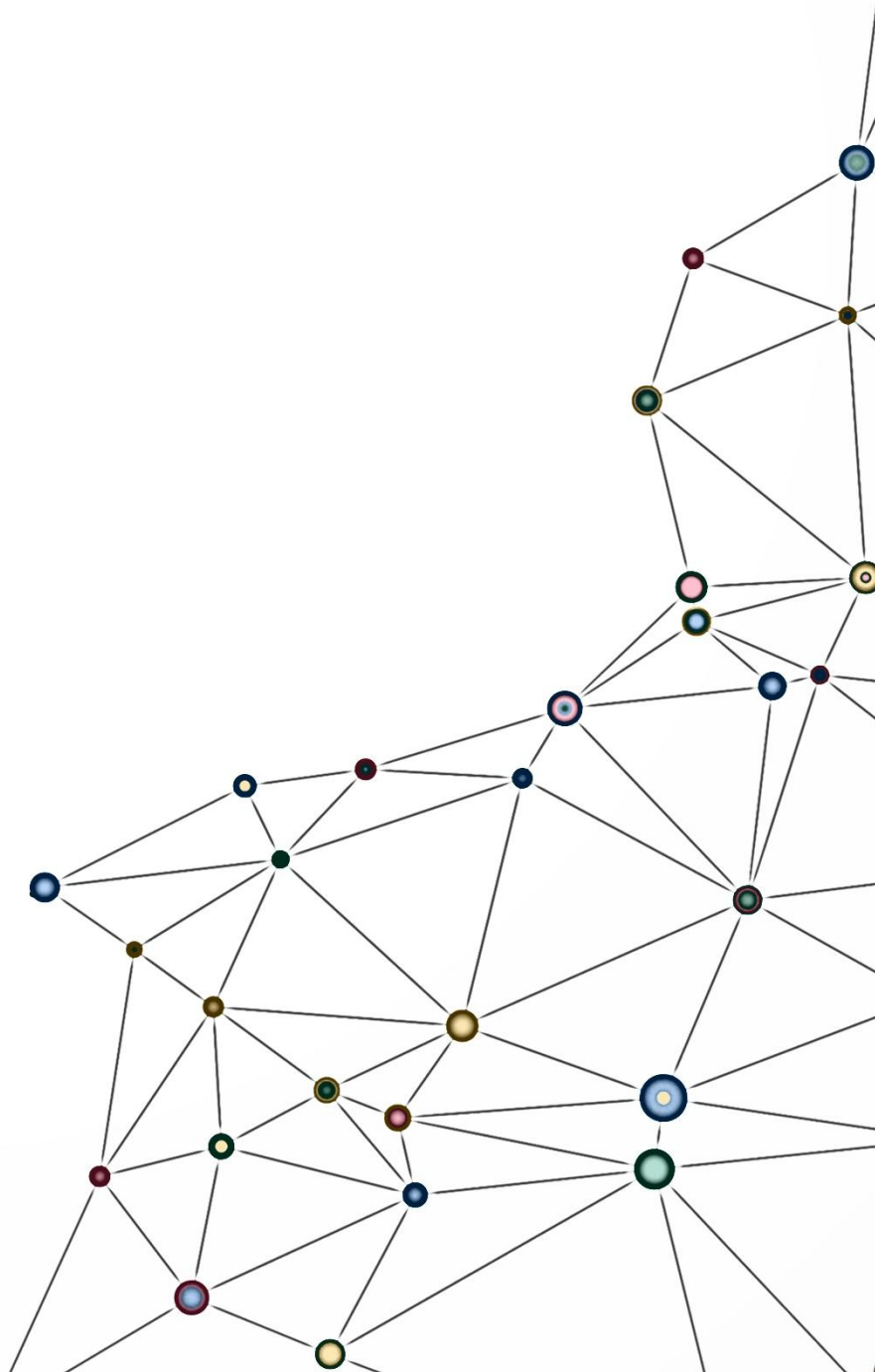


Tabela 45. Identificação de problemas e propostas de ação – Área da Pobreza e Exclusão Social – Disfuncionalidades e Desestruturação Individual e Familiar

Sistematização dos Resultados do Workshop Disfuncionalidade e Desestruturação Individual e Familiar

Categorias de Intervenção	Problemas Identificados	Ações com Impacto nos indivíduos e famílias	Ações para Articulação e Melhoria dos Serviços	Ações promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Pobreza	Persistência do círculo vicioso da pobreza nas famílias.	Ações de estimulação cognitiva e treino de competências sociais para famílias e indivíduos.	Grupos de discussão/formação sobre o modelo de ação social integrada	- Promoção de ações de base comunitária direcionadas para as necessidades dos indivíduos e famílias.
Saúde	-Pessoas vulneráveis à pobreza e exclusão social com níveis baixos de saúde (doentes crónicos, doenças socialmente estigmatizantes, saúde mental...). -Dificuldade de acesso aos cuidados de saúde, nomeadamente aos cuidados de saúde mental, agravado pela pandemia COVID-19. - Jovens maiores de 18 anos com problemáticas de risco ao nível da saúde mental e outras. - Indivíduos com comportamentos autodestrutivos e com rede de suporte familiar inexistente ou insuficiente	- Promoção de espaços de encontro e de partilha - Literacia em saúde - Serviços de apoio psicológico	- Articulação entre os serviços de saúde e os serviços de apoio social	- Respostas de apoio à saúde mental
Exposição a Situações de Stress	-Famílias com dificuldade em exercer as suas funções parentais, evidenciado durante a pandemia COVID-19. -Famílias com dependentes a cargo em situação de grande vulnerabilidade e com maior instabilidade familiar.	- Ações que promovam a reflexão e a participação das famílias. - Ações de apoio aos cuidadores informais	-	- Respostas de apoio ao exercício da parentalidade - Respostas de apoio aos cuidadores
Violência Doméstica	Conflitualidade e violência interpessoal no agregado familiar.	Ações de mediação familiar, conflitos, terapia familiar e de casal.	Ações que promovam junto dos serviços e das empresas a conciliação entre a vida familiar e profissional.	-
Serviços	-Insuficiente proximidade entre os Serviços de Saúde e as Famílias, provocando barreiras de acesso e comunicação -Intervenção social efetuada numa lógica imediatista, sem uma dimensão estruturante que contemple estratégias que desenvolvam uma efetiva mudança nas famílias -Atuação baseada nos problemas e vulnerabilidades das pessoas em detrimento das suas potencialidades, comprometendo o processo empoderamento dos indivíduos	-Ações de intervenção de cariz comunitário abrangentes que trabalhem a prevenção do problema e que favoreçam a integração social das pessoas, promovendo a sua autoestima e as suas competências. -Intervenção social com foco nas potencialidades e nas soluções que enfatize os indivíduos como agentes ativos no seu processo de mudança e que construa relações de confiança e de empoderamento dos indivíduos e famílias - Ações de Intervenção Social que considerem as várias dimensões do indivíduo como um ser biopsicossocial	-Promoção e instituição do modelo de intervenção social integrado e multidisciplinar de proximidade e de empoderamento dos indivíduos e das famílias em alternativa aos modelos de intervenção social instituídos -Instituição e validação da Figura do gestor de caso, no modelo de intervenção integrada, enquanto facilitador do processo da capacitação dos indivíduos e comunidades. - Identificação dos interlocutores e dos recursos das comunidades e melhoria dos canais de comunicação	-Ações de Intervenção Social que considerem as várias dimensões do indivíduo como um ser biopsicossocial. -Ações de capacitação técnica e institucional para o modelo de intervenção integrada e para a Figura do gestor de caso - Ações que promovam junto dos serviços e das empresas a conciliação entre a vida familiar e profissional.

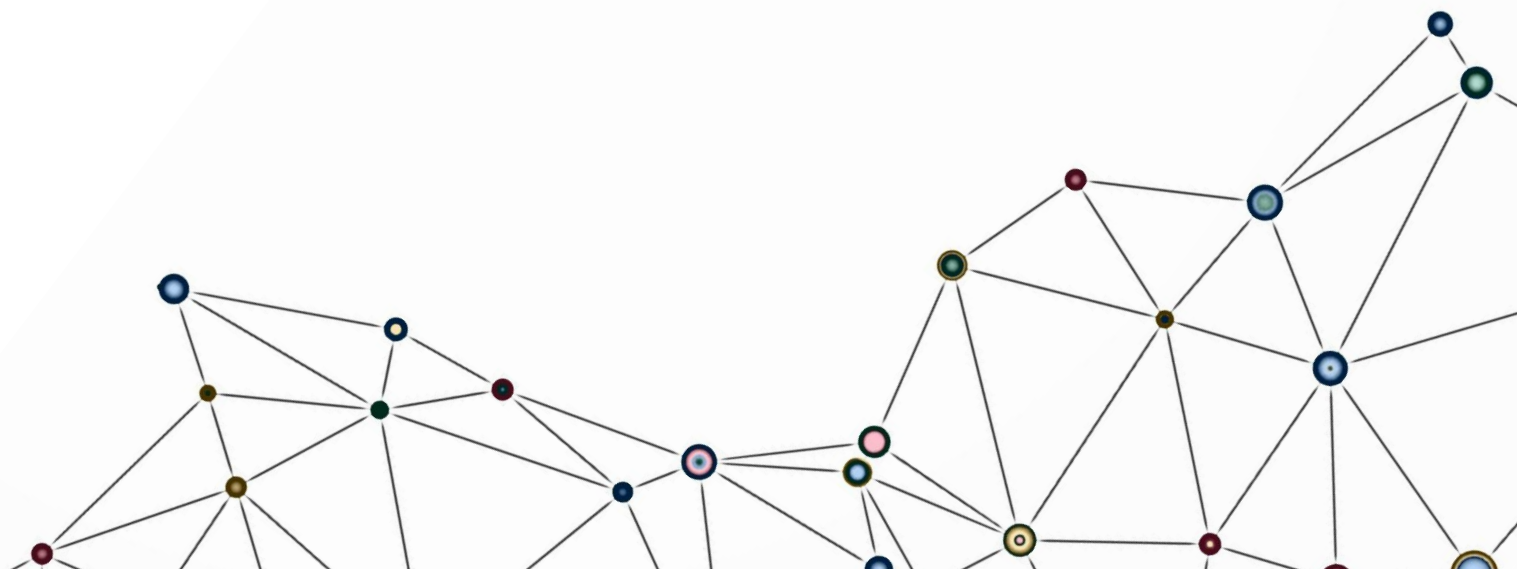
Tabela 46. Mapeamento de Recursos existentes – Área da Pobreza e Exclusão Social – Disfuncionalidades e Desestruturação Individual e Familiar

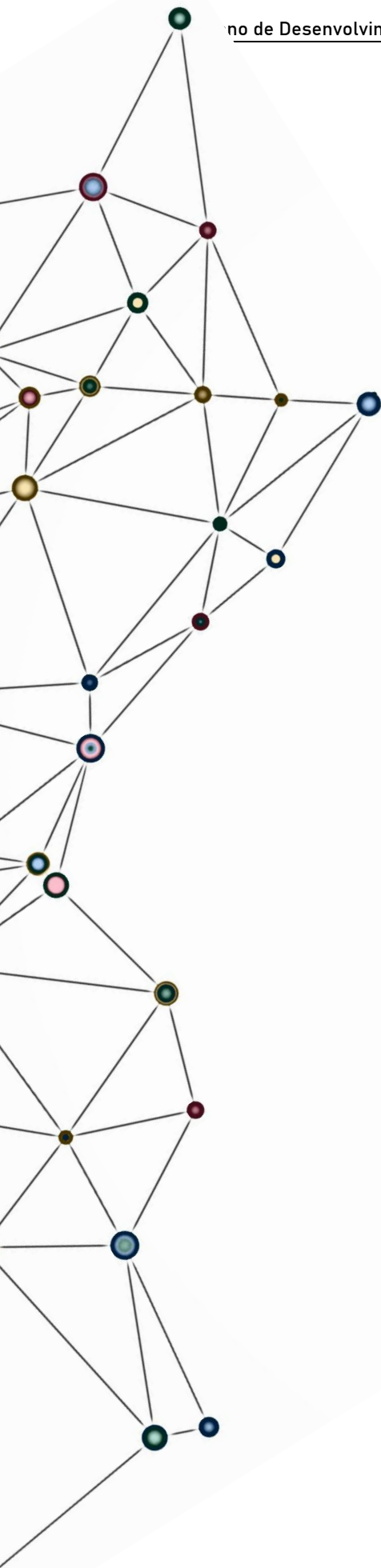
ÁREAS	RECURSOS	DESCRIÇÃO	LOCAL
Respostas Sociais	Centro Comunitário	Prestação de serviços e de atividades com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido	Associação para o Desenvolvimento das comunidades Locais, S. Torcato; Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro- Santa Eufémia de Prazins
	CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	Prevenção e reparação de situações de risco psicossocial mediante o desenvolvimento de competências parentais, pessoais e sociais das famílias.	ADCL, Creixomil; Centro Juvenil de S. José
	CAES- Centro de Apoio à Emergência Social	Acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada	UF Atães e Rendufe - Cruz Vermelha, delegação de Guimarães
	Apartamento autonomização	Alojamento temporário ou permanente em apartamento, para pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, que, mediante apoio, têm capacidade para viver de forma autónoma.	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Guimarães
	Cantina Social	Serviço de refeições, lavandaria e higiene pessoal	Lar de Santo António
Ação Social	Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social integrados	Atendimento e acompanhamento social integrado a pessoas em situação de vulnerabilidade social; emergência social e rendimento social de inserção.	Câmara Municipal de Guimarães; ADCL - Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais; Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro; Centro Social D. Manuel Joaquim de Sousa; Centro Social Paroquial de Ronfe; Centro Social da Paróquia de Polvoreira; Casa do Povo de Fermentões e Fraterna
Habitação	CASFIG, EM	Promoção e gestão do património imobiliário municipal, primordialmente, as habitações sociais do Município de Guimarães	Azurém
	Atribuição de Habitação Pública Municipal	Atribuição de habitação pública municipal através de concurso por inscrição	
	Subsídio Municipal de Arrendamento	Atribuição de uma subvenção mensal, a famílias de baixos rendimentos que auxilia a pagar a renda da habitação em que residem	CASFIG, EM - Azurém
Saúde	CRI- Centro de Respostas Integradas	Tratamento, prevenção, reinserção e redução de riscos e minimização de danos das toxicodependências e alcoolismo	Equipa de Tratamento de Guimarães, Azurém
	Saúde Mental do Hospital Senhora da Oliveira	Serviço de Psiquiatria; Unidade de Psicologia Clínica; Pedopsiquiatria	Hospital Senhora da Oliveira, Creixomil
Apoio Psicológico	APSI - Associação de Psicologia da Universidade do Minho	Intervenção Psicológica (Psicologia Clínica e da Saúde; Psicologia Escolar e da Educação	Urgezes
Apoio à Vítima	EMI - Espaço Municipal para a Igualdade	Estrutura de atendimento gratuita e confidencial vocacionada para a Violência Doméstica	Câmara Municipal de Guimarães
	Equipas de Proximidade		GNR e PSP
	Bússola	Gabinete de apoio à comunidade LGBTQIA+ e seus/suas familiares	Casa do Povo de Fermentões
	ADDHG - Associação Defesa Direitos Humanos de Guimarães	Combate à violência doméstica e de género, promoção de relações igualitárias e não violentas, promoção do respeito e igualdade de género.	Airão Santa Maria
Apoio Jurídico	Gabinete de Apoio Jurídico/Ordem dos Advogados	Apoio jurídico nas modalidades de informação, de consulta e de orientação	Câmara Municipal de Guimarães
Cuidadores	Gabinete de Apoio ao Cuidador	Projeto em rede, com a participação de várias entidades parceiras, procura dar resposta aos cuidadores e instituições de Guimarães através de "atendimento individualizado" e disponibilidade de recursos nas áreas do conhecimento, apoio jurídico ou capacitação de formação, entre outras.	Cruz Vermelha, Delegação de Guimarães

ÁREAS	RECURSOS	DESCRIÇÃO	LOCAL
	Because I Care	Psicoterapia de Cuidadores; Grupos de Partilha	Urgezes
Recursos de Apoio	Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas	Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade.	ADCL; Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro; Centro Social Paroquial de Ronfe; Centro Social Paroquial Nespereira; Fraterna; Casa do Povo de Fermentões; Santa Casa da Misericórdia de Riba d'Ave; Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa
	Cantinas Sociais	Programa que disponibiliza o acesso diário a refeições gratuitas	Lar de Santa Estefânia; Santa Casa da Misericórdia de Guimarães; Casa do Povo de Briteiros; Centro Social Paroquial de Ronfe; Santa Casa da Misericórdia de Riba d'Ave; Lar de Santo António
	Refood	Distribuição de géneros alimentares através do combate ao desperdício	Azurém
	Bancos Sociais	Apoio em géneros alimentícios; Cedência de vestuário, têxteis, mobiliário, equipamento doméstico	Cruz Vermelha Portuguesa; Delegação de Guimarães; Banco de Partilha; Urgezes Solidário; Fraterna; CASFIG, EM; Casa da Juventude
	Regulamento Municipal de Ação Social Integrada;	Atribuição de subsídios de apoio	Câmara Municipal de Guimarães
	Medidas de Apoio Social	Apoios à Maternidade e Paternidade; apoios ao Cuidador Informal; apoios à dependência; apoios à doença;	Segurança Social, Delegação de Guimarães

Tabela 47. Mapeamento de Projetos existentes - Área da Pobreza e Exclusão Social – Disfuncionalidades e Desestruturação Individual e Familiar

PROJETOS	PROMOTOR	DATA DE REALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	LOCAL
Estação Emprego 1 / Estação Emprego 2 /CLDS5G	Fraterna/Sol do Ave/	2025 - 2028	Emprego, formação e qualificação; Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil.	Concelho
Family First Portugal Inovação Social	Centro Juvenil de S. José	-	Espaço encenado, onde as famílias são convidadas a representar várias situações-problema do quotidiano do sistema familiar.	Centro Juvenil de S. José
Portas Abertas	Câmara Municipal de Guimarães	-	Equipa SOS Sem Abrigo; Sessões de Informação/sensibilização e capacitação; requalificação dos serviços prestados na Cantina Social do Lar de Santo António e apartamentos de autonomização, comunidade de inserção e/ou centro de acolhimento temporário.	Guimarães





4

Área da Exclusão Estrutural

Desemprego
Habitação

Desemprego

Enquadramento

A taxa de desemprego em Portugal em 2024 era de 6,4%, tendo-se mantido relativamente equiparada a 2021, com taxa de 6,6% (INE, 2023).

Esta assume expressões diferentes consoante os grupos etários, 21,6% no grupo etário dos jovens com menos de 25 anos e 21,9% no grupo etário dos 25 aos 74 anos (INE, Pordata).

Comparativamente a 2021 ambos os grupos viram diminuídas as taxas de desemprego. O primeiro grupo diminuiu (16 – 24) diminui 1,8%. No segundo grupo a taxa de desemprego diminui 1,4%. A taxa de desemprego é maior nas mulheres (6,8%).

No concelho, em 31 de dezembro de 2024 estavam registadas no Centro de Emprego de Guimarães, 6 564 pessoas desempregadas, mais 72 do que o registado no mesmo mês, em 2023, altura em que estavam registadas 6 493 pessoas desempregadas. Dos inscritos em dezembro de 2024, 58,2% eram mulheres e 41.8% eram homens.

Desemprego Jovem

A Rede Social identifica um aumento do desemprego jovem até aos 34 anos, referindo a existência de novos perfis de desempregados desde março de 2020, normalmente, jovens qualificados para quem as ofertas de trabalho existentes são geralmente pouco atrativas pela precariedade e baixas remunerações oferecidas. As estatísticas do IEFP, registam no concelho, uma diminuição de 2,8% do desemprego de pessoas até aos 34 anos.

Verificou-se um aumento de inscritos no Centro de Emprego de desempregados com ensino superior, mais 5,7% relativamente a 2023. Sendo a taxa de desemprego jovem (16-24 anos), em Portugal, nesse mesmo ano, de 24,2%.

A situação de baixos salários e precariedade laboral em que são disponibilizadas muitas das ofertas existentes para os jovens, torna pouco

atrativo o investimento numa carreira profissional estável e sustentada como suporte do percurso de vida e autonomia pessoal e familiar.

Para os jovens que vivenciam esta situação, a perda de autonomia e a incapacidade de formular projetos de vida e de realização pessoal e profissional representa, a prazo, uma grave situação de risco de exclusão social.

Existe o risco da interiorização do fracasso das expectativas de vida no período formativo e pelos estados de desorientação que as impossibilidades de estabilização numa carreira profissional no mercado de trabalho originam.

Perfil de risco:

- Isolamento social agravado;
- Afastamento do mercado de trabalho e impossibilidade de obter experiência profissional curricular;
- Baixa autoestima, estados depressivos, autoconceito negativo com comportamentos de risco autodestrutivos nomeadamente a dependência crescente do “mundo virtual”;
- Dependência parental prolongada;
- Desorientação e incapacidade de procura e pesquisa ativa de oportunidades;
- Défice de competências relacionais e de atitudes profissionais organizadas;
- Desemprego de longa duração em grupos etários progressivamente mais jovens com perfil de risco mais acentuado;
- Fragilidade do currículo profissional pela precariedade laboral continuada nos jovens;
- Aumento do risco de exclusão pela intermitência do rendimento e da impossibilidade de investimento pessoal na requalificação;
- Incapacidade ou impossibilidade de planear a qualificação profissional de forma continuada e estável;

- Incapacidade de acesso ao mercado de trabalho dos DLD (desempregado de longa duração) jovens por falta de oportunidades de emprego associadas à experiência profissional como requisito de admissão.

Jovens NEET

A União Europeia definiu como área prioritária da política social a intervenção nos designados jovens NEET pelo risco imediato de exclusão e marginalidade social. São jovens com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos que não estudam, não trabalham, nem frequentam formação profissional. A publicação do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, abril 2022, refere que em 2020, a taxa de jovens NEET era de 11,0% em Portugal e de 13,7% na média da UE27.

Segundo o INE, em 2024, foram registados 188.400 jovens NEET, o que reflete uma redução para metade do valor referente a este indicador nos últimos 10 anos. Em 2023, a queda foi de 1,1%, o que corresponde a menos 2.000 jovens. A taxa de jovens NEET em Portugal é inferior à da média europeia, de 11%, face à do país, 9%. Mais de metade destes jovens encontra-se em situação de desemprego e 47% são inativos, não estando, portanto, à procura de trabalho. 58% têm uma idade superior a 25 anos e 53% são mulheres. 84% destes jovens não têm o ensino superior e 39% têm, apenas, o ensino básico. É na região Norte onde residem mais pessoas nesta situação.

Enquanto realidade social recente, embora com grande impacto, não existem ainda mecanismos de referenciação, sinalização e identificação sistemática destes jovens pelo que esta realidade não está expressa na estatística concelhia disponível. Apenas o conhecimento dos técnicos e instituições no terreno permite estimar esta população como significativa no concelho de Guimarães.

Parte destes jovens são qualificados e concluíram o ensino superior e estão em situação de procura do primeiro emprego. Estão, em parte, numa situação de

apatia e desistência com percursos de vida progressivamente distanciados do mercado de trabalho e até da procura ativa de emprego sem expectativas nem horizonte de futuro pessoal ou profissional.

Uma parte destes jovens NEET está em situação de desistência escolar sem concluir a escolaridade obrigatória, com baixa escolaridade, sem qualificação profissional, sem motivação para a procura ativa de trabalho estável ou retorno à escolarização.

Os jovens NEET, em geral, apresentam um risco potencial de exclusão severa, social e profissional. A ausência de expectativas pessoais, sociais e profissionais define um perfil de apatia e desafeição social. Estes jovens resistem ao envolvimento e compromisso pessoal ou institucional pelo que as experiências de intervenção com este grupo são normalmente de muito difícil concretização e de reduzido sucesso. Encontram-se em crescente isolamento social e têm acesso a um leque cada vez mais reduzido de oportunidades de romper o ciclo de dependência parental ou dos serviços de apoio social, correndo o risco de não ingressarem no mercado de trabalho.

Perfil de Risco

- Carência de percursos de escolarização motivadores da aprendizagem e da aquisição de competências pessoais e sociais;
- Ausência de oportunidades de descoberta de potencialidades e recursos próprios;
- Isolamento social e estigmatização pelo comportamento desviante;
- Desmotivação e desinteresse na formulação de horizonte pessoal de inserção profissional e escolar;
- Alheamento da rede de proteção e apoio social sobretudo a vocacionada para a inserção profissional e a qualificação.

Desemprego de Longa Duração

A taxa de desemprego de longa duração em Portugal, em 2024 era 2,4% (INE, 2021). Dos inscritos em dezembro de 2024 no Centro de Emprego de Guimarães, 58,8% encontravam-se inscritos há mais de 1 ano e o grupo etário dos 55 anos e mais era predominante (38,8%).

O desemprego de longa duração é um dos fatores determinantes do risco de exclusão social. O afastamento continuado do mercado de trabalho ou o não acesso a oportunidades gera uma situação de desvalorização pessoal, ausência de experiência atualizada, desfasamento das qualificações das necessidades do mercado ou ainda a dificuldade de adaptação e adequação às novas solicitações do mercado.

A reconversão do desemprego estrutural é um processo complexo de inclusão social económica e psicológica. Na ausência de situações facilitadoras deste processo no mercado de trabalho, como o pleno emprego que cria oportunidades adicionais, só a concertação e integração de estratégias de empregabilidade orientadas e diferenciadas poderá criar oportunidades de acesso ao emprego para os DLD (desempregado de longa duração).

Muitos destes desempregados possuem competências práticas adquiridas na experiência profissional que poderiam utilizar na sua reconversão profissional ou na sua requalificação. No contexto atual o autoemprego poderá ser encarado como estratégia complementar de inserção profissional.

O estímulo à iniciativa empreendedora na área de micro serviços e a sua incubação orientada poderiam gerar o quadro positivo motivacional para muitos destes DLD (desempregados de longa duração) encararem outros processos de adaptação e adequação das suas competências e capacidades pessoais e profissionais.

Perfil de Risco:

- Desemprego de Longa Duração em situação de isolamento e apatia social;
- Saúde mental fragilizada (estados e situações depressivas);
- Perfil dominante de baixas qualificações e escolarização;
- Competências desajustadas ao mercado de trabalho;
- Incapacidade de acesso ao mercado de trabalho dos DLD (desempregados de longa duração) por falta de oportunidades de emprego associada à idade como requisito de admissão;
- Percurso profissional de baixos salários sem recursos acumulados de apoio à subsistência ou à procura ativa de trabalho.

INTERVENÇÃO

A Constituição Portuguesa refere que todos os cidadãos têm a mesma dignidade, direito ao trabalho e à sua retribuição. Reitera-se a importância de garantir uma atividade profissional a todos aqueles que estão em idade ativa, salientando-se o papel social do trabalho nos processos de inclusão e integração social e de como é importante a promoção deste papel junto das entidades empregadoras para que se consigam cada vez mais oportunidades de emprego para a população em situação de maior risco e vulnerabilidade social.

O poder central através do IEFP tem vindo a implementar um conjunto alargado de medidas de apoio à formação e ao emprego, que têm procurado responder às necessidades formativas e combater o desemprego, o desemprego jovem e o desemprego de longa duração que, localmente, através da cooperação com o tecido empresarial e institucional, têm procurado implementar.

Destaca-se ainda no concelho o Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas de Francisco de Holanda, da Escola Secundária das Taipas e o Centro Qualifica TRIFORMIS no processo de Reconhecimento e Validação de Competências de adultos; as escolas profissionais na oferta de percursos profissionais e o papel dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS5G) através dos projetos Estação Emprego I e Estação Emprego II na oferta de ações diversificadas no âmbito da promoção da empregabilidade e da integração social e profissional.

Projeta-se, ainda, como importante que a intervenção se oriente prioritariamente no âmbito do desemprego jovem, jovens NEET e desempregados de longa duração, para o desenvolvimento das ações que se passam a identificar:

Desemprego Jovem:

- Requalificação e reorganização das competências e percursos formativos;
- Treino e desenvolvimento da capacidade de procura ativa;
- Ressocialização em grupos de pares em situação semelhante;
- Desenvolvimento de competências relacionais, de auto-organização, de comunicação e formulação de ideias e propostas (*soft skills*);
- Empreendedorismo orientado especificamente para jovens de baixas qualificações e escolarização;
- Programas de empreendedorismo para jovens qualificados com enquadramento institucional adequado;
- Programas de investigação e desenvolvimento aplicado entre empresas e universidades com a mobilização de jovens qualificados no desemprego;
- Reforço da incubação e aceleração de ideias e projetos empreendedores de jovens qualificados;
- Orientação e contacto próximo com as empresas para a criação de micro oportunidades de estágio ou teste de competências;
- Possibilidade de acesso a estágios formais ou informais e experiências de transição da escolarização para o trabalho;
- Acesso a oportunidades de desenvolvimento de ideias e projetos empreendedores qualificados.

Jovens NEET:

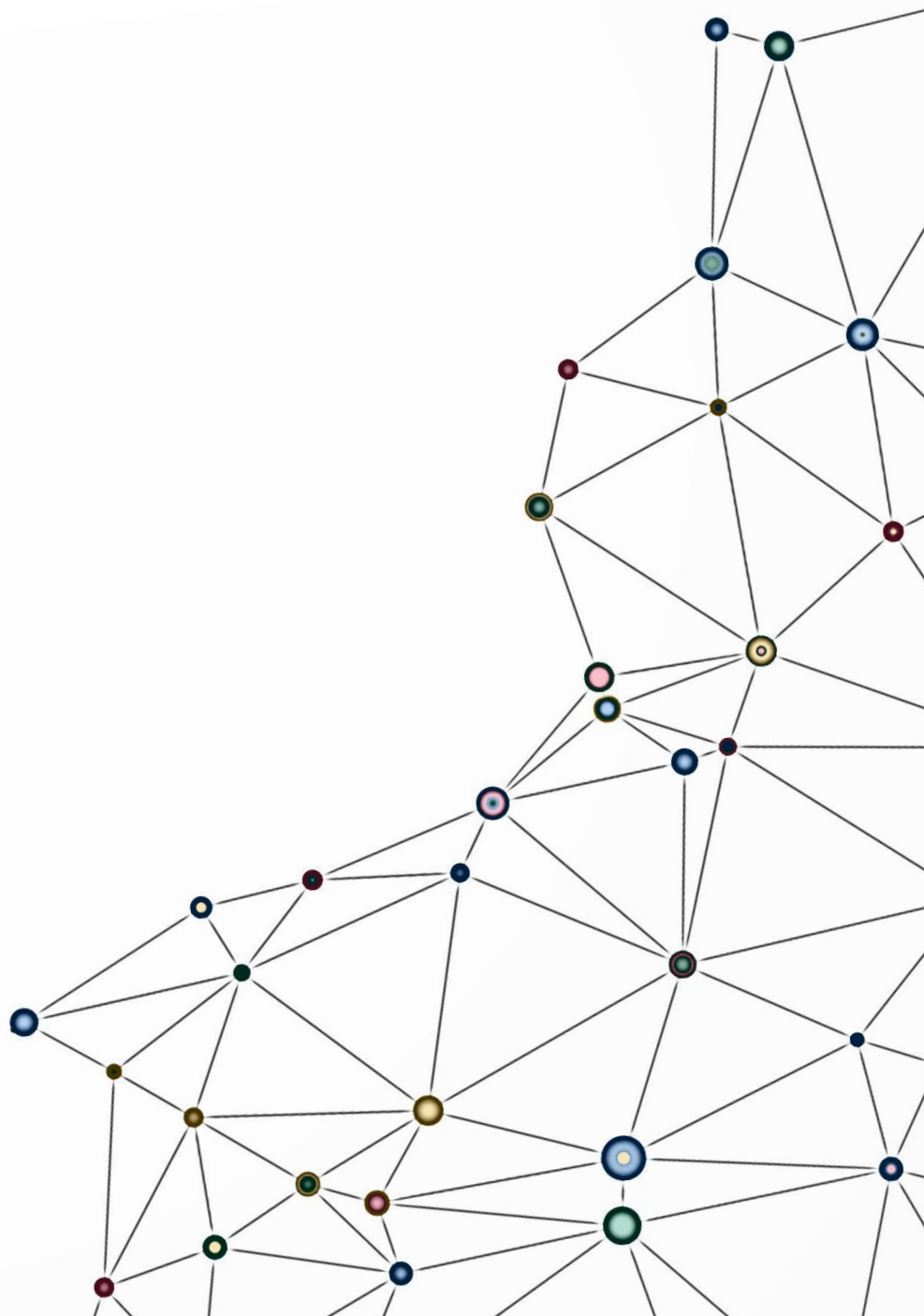
- Criação de oportunidades de desenvolvimento de competências pessoais e profissionais com metodologias de inclusão pela arte e cidadania ativa;
- Promoção da capacidade de iniciativa empreendedora e social (dos jovens NEET) que estimule e oriente para a inclusão profissional;

- Necessidade de respostas ao nível da orientação e contacto com a formação profissional em contexto experimental dos jovens em risco referenciados na fase de transição para a vida adulta;
- Intervenção comunitária pela ocupação de tempos livres de forma estruturada, pela criação de clubes e grupos informais pelos próprios jovens centrados nos seus interesses;
- “Incubadora” de empreendedorismo qualificado para jovens NEET com formação superior;
- Academia das profissões para jovens NEET com desenvolvimento de projetos e atividades experimentais e motivacionais no campo profissional;
- Programa informal de acesso à experiência profissional – Passaporte NEET para o Emprego;
- Programas de ocupação profissional com cariz experimental e de contacto breve com as profissões como ferramenta e motivação e orientação vocacional e profissional;
- Ativação de recursos criativos, artísticos e culturais dos jovens NEET como ferramenta de motivação;
- Projetos de intervenção e envolvimento comunitário/inclusão pela arte e cidadania ativa;
- Projeto integrado para a requalificação e reconversão das competências dos jovens NEET qualificados.

Desemprego de Longa Duração:

- Programa integrado de reconversão de qualificações e competências profissionais em contexto real e com metodologias ativas e próximas da realidade empresarial;
- Valorização das competências, conhecimento e experiência profissional adquirida em oportunidades reais de treino e reforço das competências de profissionalização;

- Enquadramento e orientação profissional adequada às necessidades específicas deste grupo;
- Acesso a experiências motivacionais e de desenvolvimento de interesses pessoais e profissionais;
- Reorganização das redes de sociabilidade positiva e orientadora para a definição de futuro profissional;
- Intervenção formativa para a requalificação das competências sociais e profissionais dos DLD (desempregados de longa duração);
- Reforço da escolarização para adultos;
- Empreendedorismo inclusivo orientado para as qualificações práticas e da experiência adquirida.



Projetos Estruturantes recomendados pela Rede Social:

Diagnóstico de Necessidades de Formação

Diagnóstico de Necessidades de Formação em colaboração com as empresas e entidades públicas e privadas de forma a conseguir-se obter uma maior convergência entre a oferta de formação e a procura de emprego.

Disseminação do modelo de formação Dual

Promover uma forte cooperação entre as empresas e os centros de formação, permitindo aos formandos adquirir conhecimentos técnicos e aplicar os mesmo de forma prática dentro das empresas.

Feira de Oportunidades Formativas e de Emprego

Realização de uma feira bianual que mobilize as empresas, as escolas e entidades formadoras para exporem as suas ofertas educativas, formativas e de emprego.

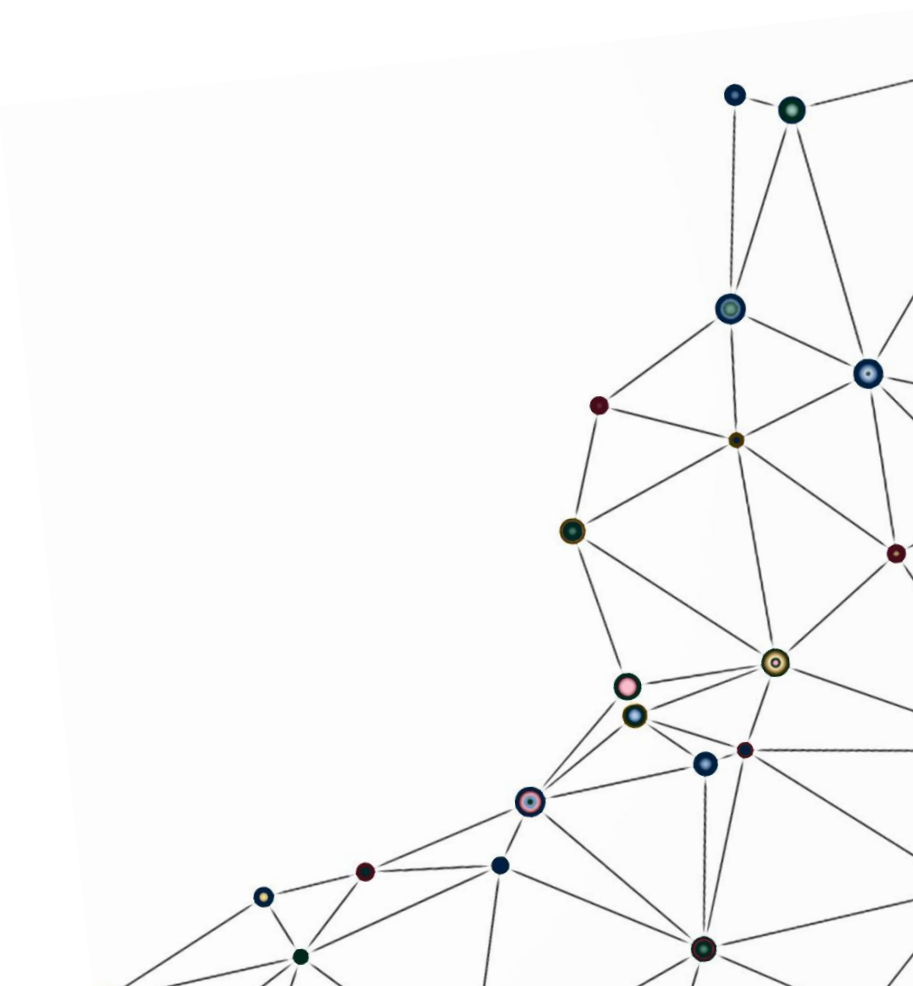


Tabela 48. Identificação de problemas e propostas de ação – Área da Exclusão Social – Desemprego
Sistematização dos Resultados do Workshop Desemprego

Categorias de Intervenção	Problemas Identificados	Ações com Impacto no Desemprego	Ações de Articulação e Melhoria dos Serviços	Ações promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Diagnóstico	Aumento do desemprego dos jovens – até 34 anos Falta de um diagnóstico atualizado das necessidades de formação da população ativa empregada e desempregada e das necessidades de formação entidades empregadoras do concelho Surgimento de novos perfis de desemprego desde março de 2020 Dificuldade dos jovens em planear o acesso ao mercado de trabalho (necessidade de estruturar instrumentos de procura ativa) Ausência de expetativas pessoais dos jovens NEET em relação à vida profissional Falta de cultura de compromisso por parte dos jovens NEET Cultura da precariedade e da intermitência laboral por parte dos jovens NEET Jovens NEET sem projetos de vida estruturados em que o emprego seja valorizado	Atividades práticas, mobilizadoras de jovens, através de intervenções de âmbito mais informal Criação de oportunidades de desenvolvimento de competências pessoais e profissionais com metodologias de inclusão pela arte e cidadania ativa Ativação de recursos criativos, artísticos e culturais dos jovens NEET como ferramenta de motivação	-	Diagnostico Necessidades formativas Incubadora de empreendedorismo qualificado para jovens NEET com formação superior
Formação / Qualificação	Baixos níveis de qualificação da população ativa Pouca valorização dos níveis de certificação dos adultos para obtenção, manutenção ou progressão no emprego Desempregados de longa duração com baixos níveis de qualificação Baixa literacia digital da população ativa desempregada Pouca valorização e adesão à formação profissional na área do desenvolvimento de competências técnicas e soft skills Pouca abertura por parte das pequenas e médias empresas para desenvolverem processos formativos internos Necessidade de adaptar a formação profissional aos novos contextos empresariais Necessidade de aprofundar e valorizar o trabalho em contexto real, nos currículos da formação profissional	Empreendedorismo orientado para jovens com baixas qualificações e escolarização Desenvolvimento de competências relacionais, de auto-organização, de comunicação e de formulação de ideias e propostas (soft skills)	Envolvimento das empresas e entidades sem fins lucrativos nos processos formativos e educativos	Promoção de estágios de verão para jovens nas empresas e entidades sem fins lucrativos

Categorias de Intervenção	Problemas Identificados	Ações com Impacto no Desemprego	Ações de Articulação e Melhoria dos Serviços	Ações promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Mercado de Trabalho	Reduzidas ofertas de trabalho e pouco atrativas para jovens qualificados pela precariedade ou baixas remunerações	Promoção de experiências reais de trabalho que promovam oportunidades de emprego	Ações de parceria com as empresas e nichos de mercado com potencial de empregabilidade no território.	Criação de bolsa de DLD (Desempregado de Longa Duração) para integração em projetos de formação, empreendedorismo e criação do próprio emprego Reforço da escolarização para adultos
	Ofertas de emprego desajustadas face aos novos inscritos/nova tipologia de desempregado/Jovens mais qualificados Pouca valorização dos níveis de certificação dos adultos para obtenção, manutenção ou progressão no emprego	Reforço da incubação e aceleração de ideias e projetos empreendedores de jovens qualificados		
Públicos Vulneráveis	Desvalorização do papel social do trabalho nos processos de inclusão e integração social	Desenvolvimento de programas de capacitação e de contacto com experiências profissionais facilitadoras da sua integração no mercado de trabalho.	-	-
	Falta de oportunidades de emprego para a população com deficiência e para outros grupos socialmente estigmatizados ou com particulares dificuldades de inserção (por exemplo: beneficiários de RSI; comunidade cigana) Falta de adesão e motivação às oportunidades de reconversão de competências profissionais, competências pessoais para a procura ativa de emprego ou criação de autoemprego	Desenvolvimento de programas de capacitação (pessoal, social e profissional).		

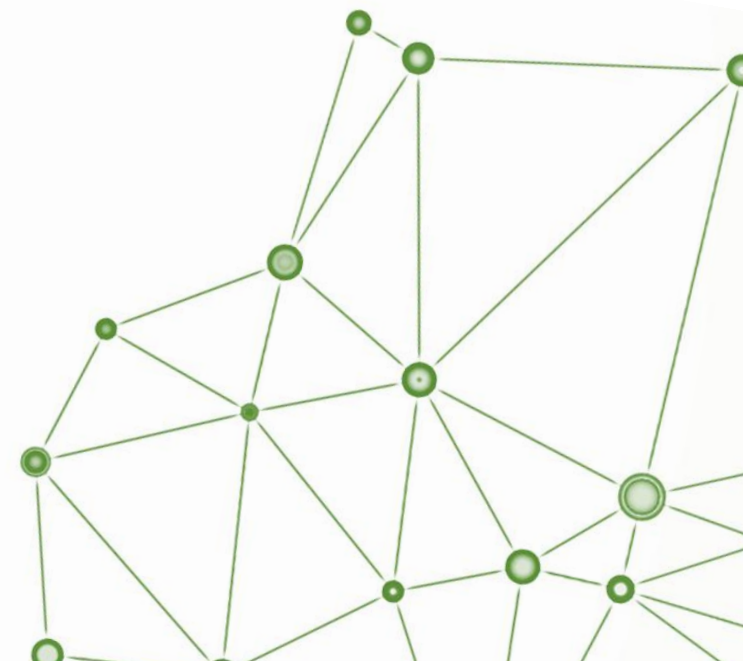


Tabela 49. Mapeamento de Recursos existentes- Área da Exclusão Social – Desemprego

ÁREAS	RECURSOS	DESCRIÇÃO	LOCAL
Emprego	Centro de Emprego de Guimarães	Promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução de políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional; Apoios à contratação; Estágios; Emprego Jovem Ativo; Emprego-Inserção; Incentivo à aceitação de ofertas de emprego para desempregados	UF Oliveira, S. Paio e S. Sebastião
	GIP - Gabinetes de Inserção Profissional	Prestar apoio a jovens e adultos desempregados no seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho	Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa; Junta de freguesia de Moreira de Cónegos; Junta de Freguesia de S. Torcato e Junta de Freguesia de Selho S. Jorge
Educação/ Formação	Centros Qualifica	Reconhecimento, validação e certificação de competências de adultos	Escola Secundária Francisco d'Holanda; Escola Secundária das Taipas
	Formação Profissional	Aprendizagem; Cursos de aprendizagem; Cursos EFA; Especialização tecnológica; formações modulares certificadas; Vida ativa; Português Língua de Acolhimento	Centro de Emprego e Formação Profissional de Guimarães; Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais; Sol do Ave
	Escolas Profissionais	Oferta diversificada de cursos nível IV em diversas áreas profissionais	Cenatex; Cisave; Profitecla; Escola Profissional D. Afonso Henriques
Empreendedorismo	Centro de Emprego de Guimarães	Programa de Apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego; Investe Jovem; Apoio à Mobilidade Geográfica no Mercado de Trabalho e Emprego Interior MAIS; Social Investe; ATIVAR.pt; Emprego-Inserção	UF Oliveira, S. Paio e S. Sebastião



Tabela 50. Mapeamento de Projetos existentes - Área da Exclusão Estrutural - Desemprego

PROJETOS	PROMOTOR	DATA DE REALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	LOCAL
Estação Emprego I e Estação Emprego II - CLDS5G	Sol do Ave / Fraterna	2025-2028	Ação centrada fundamentalmente na promoção da empregabilidade., com o objetivo de capacitar e apoiar os grupos sociais mais vulneráveis no acesso e integração no mercado de trabalho e, assim, contribuir para uma maior coesão social	Concelho de Guimarães
Job Shadowing	Escola Secundária das Taipas	-	Ações de acompanhamento pessoal, social e profissional que constituam alavancas para a sua plena inclusão, com vista à sua ocupação num ambiente protegido ao desenvolver uma atividade ocupacional/ produtiva, geradora de plena inclusão e/ou integração profissional	CSIF Solidave

Habitação

Enquadramento

A NGPH - Nova Geração de Políticas de Habitação criada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio, tem como missão, garantir o acesso de todos a uma habitação adequada, passando por um alargamento significativo do âmbito de beneficiários e da dimensão do parque habitacional com apoio público e criar as condições para que tanto a reabilitação do edificado como a reabilitação urbana passem de exceção a regra e se tornem nas formas de intervenção predominantes, tanto ao nível dos edifícios como das áreas urbanas.

A NGPH consubstancia-se em 4 objetivos:

- 1) Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional através dos Programas 1º Direito e Porta de Entrada;
- 2) Garantir o acesso à habitação a todos os que não têm resposta por via do mercado através dos Programas de Arrendamento Acessível, Porta 65 e Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado;
- 3) Criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano;
- 4) Promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacional.

Estes objetivos materializam-se em programas e em estratégias locais de habitação, a serem assumidas pelas autarquias locais, potenciando a sua proximidade com os cidadãos e com o território.

O município de Guimarães, assumindo a NGPH e reconhecendo o papel da



habitação na promoção dos direitos e dignidade das pessoas, traçou, em 2019, a sua Estratégia Local de Habitação, no âmbito do 1º Direito, que procura responder às situações de precariedade

(violência doméstica, insolvência e pessoas sem-abrigo); insalubridade (habitação em condições severas de habitabilidade ou sem segurança estrutural); sobrelotação (habitação insuficiente para a composição do agregado familiar que nela reside) e inadequação (habitação incompatível com as pessoas que nela residem).

A ELH do concelho identificou, à data de 2019, 726 agregados familiares a residir indignamente, dos quais, 54,41% em situação de insalubridade; 26,86% em situação de precariedade; 10,46% em situação de inadequação e 8,27% em sobrelotação.

A ELH, no âmbito 1º Direito, tem como principais linhas de ação, privilegiar a reabilitação da habitação tornando possível a continuidade da ocupação do espaço habitado sem a perda de referências ao habitat de origem e sempre que não seja possível, a construção de novas habitações e/ou a aquisição por parte do município de fogos/habitações, para enquadramento nos regimes de arrendamento apoiado e/ou de renda acessível. Perspetiva ainda e sempre que se justifique a modalidade de residência partilhada e a adequação de tipologia, sobretudo para os agregados que residem em habitação social e cuja tipologia não está em sintonia com o número de elementos que compõem o agregado familiar.

O parque de habitação social do Município de Guimarães é constituído por 493 habitações, distribuídas por 8 empreendimentos (365 frações), 2 bairros antigos (87 frações) e um conjunto de casas dispersas pelo Concelho (41 frações). A empresa municipal CASFIG - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães é a entidade responsável pela gestão social, financeira e patrimonial das habitações sociais municipais.

Por via da delegação de competências do Município, a CASFIG é igualmente responsável pela operacionalização e cumprimento do regulamento municipal de atribuição de habitação pública municipal, nomeadamente pela tramitação e gestão das candidaturas, bem como pela respetiva proposta de atribuição de

habitação social através de concursos por inscrição. Acresce ainda a responsabilidade de implementar medidas de apoio à habitação que não passam necessariamente pelo realojamento convencional, nomeadamente a criação de residências partilhadas, a atribuição do subsídio municipal ao arrendamento (SMA) e a submissão de candidaturas a programas de apoio estatais como o Porta 65 Jovem, o Porta 65+ e os pedidos de habitação na Plataforma eAA do IHRU.

O concelho detém ainda mais 1150 habitações sociais, distribuídas por 17 edifícios, situados no Plano Integrado de Guimarães (Nossa Senhora da Conceição e Atouguia) e na freguesia de Gondar (Emboladoura), que são propriedade do IHRU – Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, que, no conjunto, albergam cerca de 6 000 pessoas.

Intervenção

A Rede Social identifica como problema transversal a todo o concelho, a falta de oferta de habitação no mercado de arrendamento a preços controlados e em acordo com os rendimentos das pessoas, constatando um grande diferencial entre os preços praticados no mercado de arrendamento e os rendimentos da população. É especificada a carência de tipologias de arrendamento para grupos específicos e famílias unipessoais, como pessoas isoladas; estudantes; famílias monoparentais; jovens casais; jovens isolados; seniores e migrantes, o que é corroborado pelos dados da ELH que referem que no total de 726 agregados identificados como estando a residir em habitações indignas, 32,51% eram famílias unipessoais e 23, 14%, famílias com 2 elementos.

Para além dos grupos sociais referidos, o impacto da subida de preços e da mobilização do parque habitacional existente para fins não residenciais, como o alojamento turístico que incide sobretudo na zona histórica da cidade, mas que se alarga já às freguesias circundantes, acresce uma nova problemática social que afeta a globalidade dos munícipes, mas que incide sobretudo nos casais jovens da designada “classe média”.

O rendimento do trabalho já não permite aceder ao custo da habitação

disponível o que prefigura riscos de rutura no acesso ao direito à habitação para uma parcela significativa dos habitantes de Guimarães.

O processo em curso de “gentrificação²” enquanto fixação e aquisição da habitação de maior qualidade e melhor situada em relação ao centro histórico por parte de uma população com grande poder aquisitivo, inflaciona os custos e ocupa o mercado disponível de habitação para compra ou arrendamento em Guimarães.

A curto prazo as consequências desta situação traduzem-se na crise socialmente agudizada de acesso à habitação, generalizada à população do concelho, mas com maior incidência nos grupos sociais com rendimentos médio baixos e nos jovens.

A médio e longo prazo esta situação tornará mais difícil a atração de jovens famílias dos mais diversos níveis de qualificação e rendimentos tornando a cidade de Guimarães menos atrativa e competitiva neste domínio.

Existe uma forte conexão entre o acesso à habitação e a sustentabilidade pelo rejuvenescimento demográfico. Se a situação atual não for corrigida a crise de acesso à habitação acentuará num futuro próximo a tendência verificada de acentuado envelhecimento populacional com as consequências no desenvolvimento social e económico já conhecidas.

Se antes, os despejos eram ditados em grande parte por incumprimento de pagamento das rendas, atualmente, são-no também pela caducidade dos contratos e pela vontade dos senhorios quererem requalificar as suas habitações para poderem aumentar substancialmente as rendas ou alterarem a sua função. Esta situação tem vindo a lesar sobretudo as pessoas mais vulneráveis, como, pessoas idosas e famílias de baixos recursos, muitas das vezes com crianças a cargo.

A falta de habitação contribui, igualmente, para o arrendamento ilegal de

² Processo de valorização imobiliária de uma zona urbana, geralmente acompanhada da deslocação dos residentes com menor poder económico para outro local e da entrada de residentes com maior poder económico.

habitações sem condição de dignidade sobretudo junto de pessoas em situação de maior fragilidade social e dificulta a resposta a situações de emergência social. É igualmente problematizado a falta de acessibilidades no interior e exterior das habitações dificultando os processos de inclusão das pessoas com deficiência e/ou incapacidade. A nova geração de políticas de habitação prevê alguns programas de financiamento de apoio ao alojamento urgente, como por exemplo, a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, o Porta de Entrada e o Acessibilidades 360° estando o município a agilizar procedimentos no sentido de captar os recursos disponibilizados por aqueles programas e responder assim àquelas necessidades.

Projetos Estruturantes recomendados pela Rede Social:

Estratégia Local de Habitação

Dar continuidade aos desígnios, objetivos e plano de ação inscritos na ELH, e em simultâneo desenvolver um programa que afirme Guimarães, como uma Cidade de Habitação para Todos, com a criação à escala municipal de oferta habitacional (pela reabilitação e pela construção de nova habitação) nas vilas satélite com maior densidade populacional. Este programa deverá incorporar as questões da mobilidade e transportes na acessibilidade rápida ao núcleo urbano de Guimarães criando condições para a pendularidade funcional entre o centro e a periferia urbana. O Programa poderia diversificar as medidas de incentivo e apoio à construção de raiz e de reabilitação através do:

- **Apoio às cooperativas de Habitação** – Mecanismo que renasce em muitas cidades pela possibilidade de criar acesso através da poupança e o coinvestimento municipal;
- **Contrato para a Habitação** – Incentivo à criação de mecanismos de coinvestimento público privado para o desenvolvimento urbanístico para o mercado, quotizando, simultaneamente, a habitação socialmente acessível a partir do investimento privado em colaboração com o licenciamento e incentivos públicos;

- **Fundo municipal para a habitação** – Constituído a partir das contrapartidas financeiras da transformação da habitação urbana em bem de mercado que se traduz na conversão da habitação em alojamento turístico ou em bem de luxo;

E integrar as seguintes intervenções estratégicas:

Medidas de resposta à crise habitacional no curto prazo – Apoios e incentivos à criação de novas tipologias habitacionais destinadas a nichos sociais específicos:

- Casais jovens;
- Famílias monoparentais;
- Isolados;
- Seniores.

As novas tipologias a criar terão como função social amortecer a situação de crise e risco social em que muitos destes agregados se encontram criando alternativas temporárias e de transição para outras formas de habitação com grande redução de custos:

- **Tipologia de habitação em espaços comuns** – criação de um mix de zonas comuns e privadas, especialmente adaptadas às famílias monoparentais e seniores;
- **Habitação em Loft social** – habitação de espaços e serviços mínimos, especialmente adaptados para jovens e isolados.

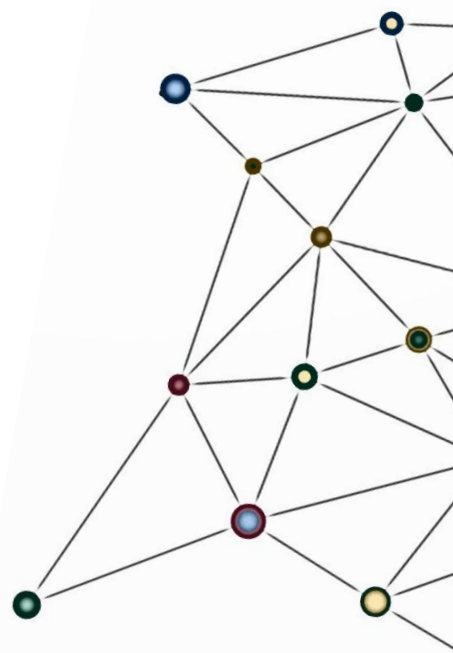


Tabela 51. Identificação de problemas e propostas de ação - Área da Exclusão Estrutural – Habitação

Sistematização dos Resultados do Workshop Habitação

Categorias de Intervenção	de Problemas Identificados	Ações Impacto com na Habitação	Ações de Articulação e Melhoria dos Serviços	Ações promotoras de um território mais inclusivo e com mais igualdade de oportunidades
Arrendamento	Carência de oferta de habitação no mercado de arrendamento ou a preços incompatíveis para a classe média, jovens e ativos em geral Diferencial entre os preços de mercado praticados e os rendimentos das pessoas Arrendamento ilegal a pessoas em situação de fragilidade Carência de tipologias de arrendamento para grupos específicos e famílias unipessoais: estudantes; isolados; famílias monoparentais; jovens casais; jovens isolados (a residir em casa dos pais); seniores; migrantes	-	-	Soluções habitacionais para pessoas que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada Apoios e incentivos à criação de novas tipologias habitacionais destinadas a nichos sociais específicos: casas jovens, famílias monoparentais, isolados seniores
Risco Social	Idosos em risco de despejo pela caducidade dos contratos Maior frequência de despejos habitacionais de famílias com crianças a cargo Risco de insolvência das famílias abrangidas pelas moratórias em risco de despejo	-	-	-
Emergência	Falta de bolsa de habitação para situações de emergência e catástrofe	-	-	Bolsa de alojamento para situações de emergência social

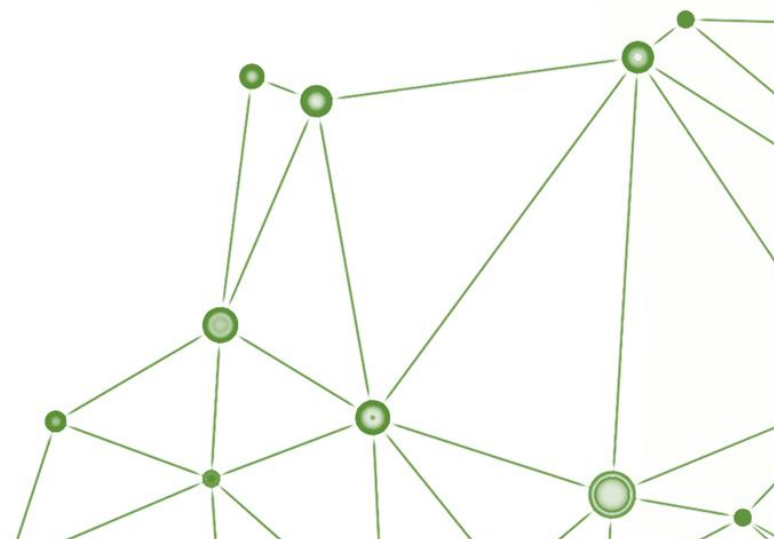


Tabela 52. Mapeamento de Recursos existentes – Área da Exclusão Estrutural – Habitação

ÁREAS	RECURSOS	DESCRIÇÃO	LOCAL
Habitação Social	Habitação Social Municipal	Gestão do património imobiliário municipal – habitações municipais	CASFIG
	IRHU- Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana	Entidade pública promotora da política nacional de habitação	-
	Subsídio Municipal de Arrendamento Município	Atribuição de uma subvenção mensal, que se destina em exclusivo a auxiliar as famílias de baixos rendimentos a pagar a renda da habitação em que residem	Município CASFIG, EM
	Atribuição de Habitação Pública Municipal	Atribuição de habitação pública municipal através de concurso por inscrição	CASFIG, EM
	Residências Partilhadas	Habitações partilhadas por duas, três ou quatro pessoas, dependendo da tipologia, que de forma autónoma ocupam o mesmo espaço habitacional. Cada residente dispõe de um quarto e instalação sanitária privados e partilha a cozinha e sala de estar	CASFIG, EM
	Porta 65 Jovem	Apoio financeiro ao arrendamento, dirigido a jovens com idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 30 anos (nos casais um dos elementos pode ter até 32 anos), de acordo com critérios definidos em Regulamento	IRHU CASFIG, EM
	Porta 65+	Apoio financeiro ao arrendamento. Distingue-se do Porta 65 por não impor limite de idade. Destinado aos agregados familiares que apresentam quebras de rendimento superior a 20%, relativamente ao período homólogo anterior ou face aos rendimentos dos últimos 3 meses; ou agregados familiares monoparentais.	
	Arrendamento acessível	Promove a oferta de arrendamento habitacional a preços inferiores aos de mercado, com estabilidade e segurança	IRHU
	Arrendamento apoiado	Arrendamento de habitações financiadas com apoio do Estado	IRHU
	1º Direito	Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, visa apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada	CASFIG, EM IRHU
	Porta de Entrada	Alojamento urgente de pessoas que se vejam privadas, de forma temporária ou definitiva, da habitação ou do local onde mantinham a sua residência permanente ou que estejam em risco iminente de ficar nessa situação, em resultado de acontecimento imprevisível ou excecional	IRHU
	Acessibilidades 360.º - Intervenção em Habitações (PIH)	Promove a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada ou dificuldade no acesso e na fruição das suas habitações, com deficiência igual ou superior a 60% atestada. As intervenções nas habitações são feitas em respeito às Normas Técnicas de Acessibilidade previstas no anexo do DL n.º 163/2006, de 8 de agosto, na sua redação atual.	

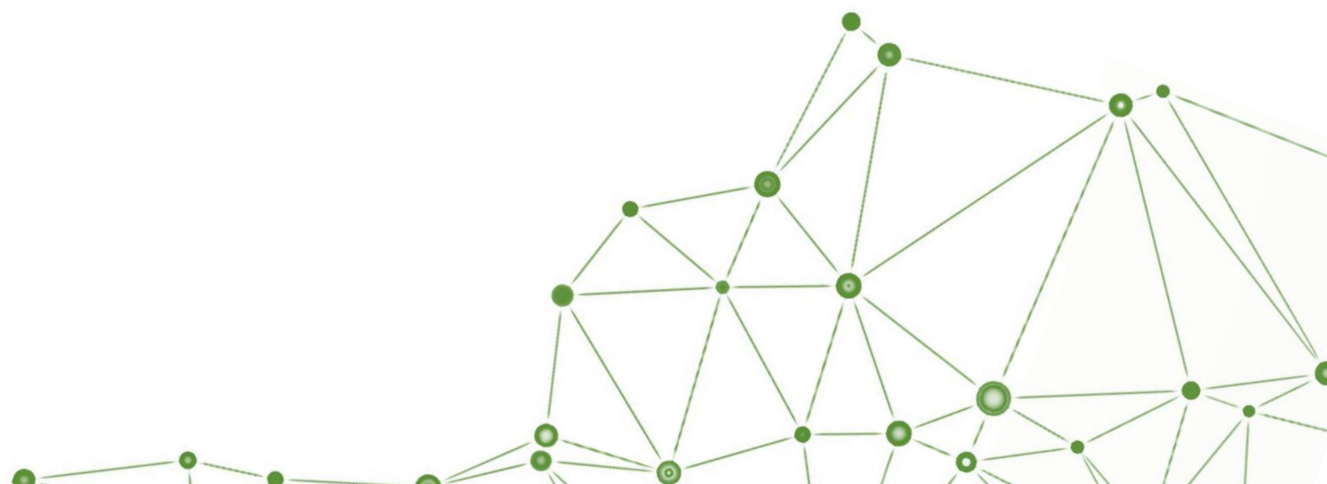
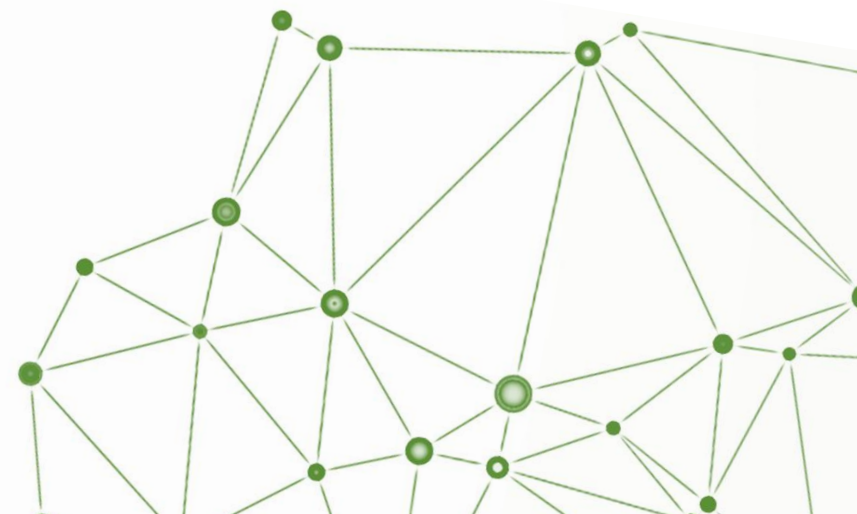


Tabela 53. Mapeamento de Projetos existentes – Área da Exclusão Estrutural – Habitação

PROJETOS	PROMOTOR	DATA DE REALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	LOCAL
Urge! Práticas Artísticas na Comunidade	CASFIG, EM.	Até dezembro de 2025	Tem como objetivo fortalecer a solidariedade social, com vista à facilitação de processos de integração e bem-estar dos moradores, em especial os de idade superior a 50 anos. Para além de inúmeras ações e práticas artísticas, o projeto promove a criação e produção de vários conteúdos digitais.	Urgezes
Tecer – transformar, empoderar, concretizar, envolver, realizar	CASFIG, EM	Até outubro de 2025	Dirigido a jovens e adultos residentes nas habitações públicas municipais. Tem como objetivo reduzir o isolamento social, incentivando a formação de redes de apoio comunitário. Através de uma abordagem multidisciplinar, combina atividades de desenvolvimento pessoal, recreativas e de capacitação social.	Mataduços, Coradeiras e Monte S. Pedro
Hortas Pedagógicas	CASFIG, EM	Em permanência	Projeto desenvolvido nos empreendimentos de Mataduços, Urgezes e Monte S. Pedro. Cedência de parcela de terreno existentes nas áreas envolventes dos empreendimentos para cultivo de horta agrícola e/ou jardim.	
Programas de Ocupação dos Tempos Livres nas Férias letivas	CASFIG, EM	Férias letivas	Dirigido a crianças e jovens residentes nos empreendimentos de habitação pública municipal. Programação de atividades de carácter lúdico, cultural e pedagógico, dando especial atenção à cultura e tradições vimaranenses.	
Gabinetes de atendimento de psicologia e acompanhamento escolar	CASFIG, EM	Em permanência	Projeto implementado em todos os empreendimentos de habitação municipal. Dirigido a todos os inquilinos, independentemente da idade. O atendimento e acompanhamento é realizado na modalidade individual e familiar.	



Modelo de Governação

O PDS deverá contribuir para a decisão fundamentada na informação atualizada e convergente retratada na ação dos seus múltiplos atores e agentes institucionais, assumindo como função institucional a coordenação e orientação estratégica da intervenção social no município de Guimarães.

O modelo de governação subjacente a esta função de coordenação e orientação estratégica apoia-se nos diferentes níveis de decisão e participação da Rede Social. Os diferentes níveis de decisão e mediação constituem a estrutura de governação na qual o PDS se insere e se operacionaliza.

O nível estratégico do CLAS - Conselho Local de Ação Social para o qual o PDS contribui com um conjunto de orientações estratégicas globais, definindo as prioridades coletivas da Rede Social no âmbito dos diferentes territórios que constituem o concelho de Guimarães. A este nível são, sobretudo, relevantes os projetos estratégicos propostos que definem as apostas coletivas no desenvolvimento social do concelho.

A nível operacional o PDS contribui para a coerência e consistência da intervenção social no concelho com um mapeamento de necessidades e de propostas orientadoras de futuras ações e intervenções. Esse processo de identificação de necessidades e oportunidades de intervenção servirá de plataforma de referenciação comum em projetos a construir apoiados no âmbito da Rede Social ou alvo de candidaturas e financiamentos externos.

A governação em rede do PDS orienta-se por um conjunto de princípios técnicos e institucionais que garantem a coerência e intencionalidade da incorporação do PDS como instrumento estratégico na rede.

Princípios orientadores da governação do PDS

Os princípios orientadores da governação do PDS baseiam-se nos seguintes pressupostos técnicos e funções estratégicas:

1 - Integração e transversalidade da intervenção

A função estratégica do PDS, representando a missão integradora da Rede Social, consiste em identificar as possibilidades de integração em rede das intervenções, respostas sociais e projetos, articulando os recursos e potenciando os impactos sociais.

A visão da transversalidade das problemáticas sociais, no território e nos grupos sociais, que enquadrou na etapa de planeamento do PDS, é determinante na governação integrada e articulada da intervenção e das instituições que a suportam.

2 -Governação Inter plataformas estratégicas

O PDS posiciona-se como um documento de aglutinação estratégica e específico da área social, que reflete e integra os restantes documentos e estratégias setoriais que coexistem no concelho de Guimarães. Por um lado, reforça as apostas estratégicas já definidas no território nesses documentos e, por outro, acrescenta a especificidade da área social com as suas temáticas próprias numa lógica integradora em relação às diferentes áreas de planeamento em que a área social se insere.

3 - Planeamento orientado para impactos sociais

O PDS propõe a implementação de um conjunto de projetos âncora estruturantes focalizados em impactos sociais relevantes. Pela natureza da ancoragem multidimensional e multi institucional da intervenção prevista nestes projetos, será necessária a ativação da Rede Social, no núcleo executivo, nos grupos temáticos ou nas plataformas com coordenação das problemáticas específicas de forma a apoiar a governação integrada que garanta a coordenação das equipas dos projetos, na articulação com outros projetos no terreno e com a estrutura de parceria da Rede Social.

4 - Territorialização da intervenção

A diversidade de organizações aglutinadas na Rede Social que agrupa IPSS, serviços públicos locais da administração central, autarquias e associações temáticas diversas, implica a coerência da leitura do território e a focagem em pontos críticos e prioritários de intervenção resultantes de escolhas partilhadas e negociação colaborativa na comunidade, com o suporte institucional das CSIF.

5 - Cooperação em rede e projetos estruturantes e estratégicos

Os projetos âncora propostos deverão ser agregados em áreas temáticas comuns, com gestão integrada no modelo de governação através da criação de um grupo de trabalho interinstitucional com esse propósito.

A atribuição funcional deste grupo seria a partilha da informação relevante, a avaliação e replaneamento dos projetos, a articulação das intervenções na respetiva área temática para partilha de recursos, a reflexão técnica e metodológica, a coordenação das diferentes intervenções nas CSIF e a sua programação no terreno em articulação com o núcleo executivo da Rede Social.

Estrutura de Governação do PDS

Quadro global do Modelo de Governação do PDS

A gestão da decisão em rede deverá constituir a arquitetura do Modelo de Governação do PDS de modo a garantir os espaços de integração na decisão dos diferentes níveis e tipologias institucionais coordenando horizontalmente a sua participação e colaboração.

O modelo de governação constitui-se em diferentes níveis de organização colaborativa da rede de instituições parceiras de acordo com as suas funções específicas na estrutura de intervenção do PDS:

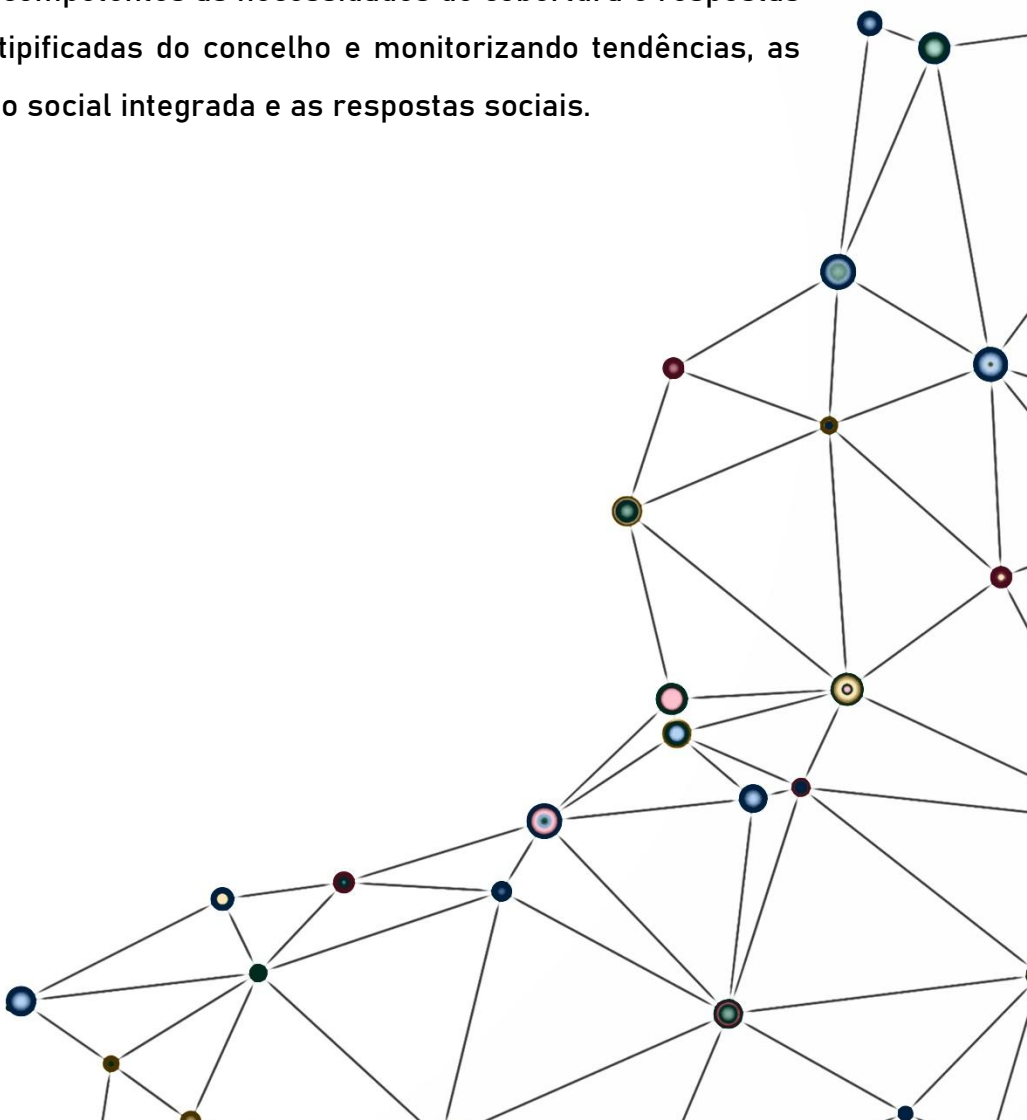
1-Coordenação e Orientação Estratégica – CLAS e Núcleo Executivo

No contexto da estratégia local e da região envolvente, o PDS assume uma função complementar de especialização nos fatores de contexto do desenvolvimento social.

A função de coordenação e orientação estratégica do PDS deverá ocorrer nos níveis de decisão desenhados para este efeito na estrutura orgânica da Rede Social: o Núcleo Executivo e o CLAS.

Ao Conselho Local de Ação Social cabe a implementação do processo de monitorização e avaliação estratégica das ações previstas e implementadas no PDS com o objetivo de potenciar o seu impacto. O CLAS valida e assume institucionalmente o Plano de Ação anual, decorrente do PDS, criando as condições para a sua efetiva operacionalização realizando, simultaneamente a coordenação, articulação e planeamento dos diferentes planos e programas locais.

O CLAS e o Núcleo Executivo da Rede Social assumem a função de gestão das candidaturas e projetos e da rede de equipamentos e respostas sociais, definida no documento complementar (Carta Social), propondo e validando candidaturas, negociando nos fóruns competentes as necessidades de cobertura e respostas sociais inovadoras ou tipificadas do concelho e monitorizando tendências, as novas tipologias de ação social integrada e as respostas sociais.



2-Integração Territorial – CSIF

A forte dinâmica local ao nível das freguesias do concelho que se verifica nas Comissões Sociais Interfreguesia (CSIF) com os seus planos de ação e o planeamento focado nas necessidades particulares e capacidade específica dos microterritórios coloca um desafio à governação da intervenção e ação concertada em rede.

Os Planos de Ação das CSIF respondem a necessidades específicas das freguesias envolvendo de modo participativo as IPSS locais e todas as entidades e serviços com intervenção local.

O PDS, na vertente da intervenção concertada em temáticas de risco social, funciona como instrumento de qualificação técnica e aglutinação das micro ações orientando-as para uma dimensão e escala territorial superior.



Avaliação

A avaliação do Desenvolvimento Social requer a capacidade de observação, registo e verificação dos indicadores estruturais de desenvolvimento no domínio socioeconómico, educacional, da saúde, do emprego, da cobertura de respostas e equipamentos sociais, entre outros.

O PDS disponibiliza uma atualização crítica dos indicadores disponíveis nos domínios considerados representativos do desenvolvimento social do concelho. A atualização, em relação ao anterior PDS, está focada no período intercensitário permitindo a verificação num intervalo suficientemente alargado para se identificarem as mudanças e alterações estruturais representativas do desenvolvimento social.

São, igualmente, disponibilizados indicadores referentes à intervenção social nos diferentes domínios: problemáticas de risco; exclusão e vulnerabilidade, caracterizando os respetivos grupos alvo e a dinâmica das respostas e intervenções sociais.

A análise destes indicadores permite verificar as alterações, verificadas nas problemáticas sociais do concelho após a intervenção proposta, nos projetos, candidaturas e na ação dos serviços, nomeadamente na Ação Social Integrada enquanto instrumento unificador da intervenção social no concelho.

A avaliação do PDS concretizar-se-á com a utilização destes indicadores ao nível estrutural e operacional. A metodologia de avaliação proposta deverá adequar-se à natureza do trabalho de elaboração do PDS realizado nas redes multi institucionais, em parcerias temáticas, nos projetos ou no âmbito territorial mais restrito das CSIF.

Metodologia de avaliação

Em termos gerais, a avaliação do PDS deverá acompanhar os processos em curso da intervenção social no concelho. Neste contexto, a avaliação não constituirá um processo internamente direcionado, mas sim uma prática qualificante associada à dinâmica da ação dos parceiros e da Rede Social em geral.

A avaliação do PDS baseia-se na monitorização e atualização contínuas dos indicadores disponibilizados, na informação produzida pelos parceiros da Rede Social, através do acompanhamento da ação e pela disponibilização da informação mais recente sobre as problemáticas sociais estrategicamente identificadas no processo de planeamento.

A capacitação para a avaliação de impacto e, complementarmente, para a avaliação da intervenção constituirá outra estratégia de avaliação do PDS. A informação produzida no âmbito da intervenção deverá ser partilhada e incorporada na Rede Social como ferramenta de operacionalização do PDS.

A reflexão e aprendizagem contínuas constituem, por excelência, o processo qualificante do PDS, materializando metodologicamente o processo de avaliação das suas propostas, projetos e estratégias.

Desta prática resultará a produção de conhecimento sobre as problemáticas sociais priorizadas no PDS e sobre a intervenção realizada e os seus resultados, permitindo o replaneamento contínuo da ação e determinando o PDS como um instrumento dinâmico em contínua reorientação estratégica e operacional.

No âmbito do trabalho da Rede Social será privilegiada como metodologia de avaliação do PDS, a demonstração das boas práticas e experiências de sucesso concretizadas no concelho pelas intervenções e projetos em curso.



A avaliação do PDS poderá concretizar-se como um sistema de partilha e reflexão do conhecimento e aprendizagens decorrentes da ação das instituições parceiras da Rede Social do concelho.

As linhas de operacionalização da avaliação propostas como orientação metodológica serão as seguintes:

1 -Monitorização dos indicadores chave do PDS

Operacionalização da avaliação e monitorização do PDS de acordo com o tratamento e sistematização dos seus indicadores e das restantes fontes de informação estatística, em construção nos projetos e intervenções sociais.

Neste âmbito, o Centro de Conhecimento da autarquia desempenhará um papel fundamental no processo de sistematização e devolução da informação estatística atualizada que permitirá aos parceiros da Rede Social direcionar com maior rigor os seus projetos, candidaturas e ações.

Através da análise da flutuação dos indicadores será possível, igualmente, identificar as áreas críticas na intervenção e as novas problemáticas emergentes, a descoberto no dispositivo de intervenção social existente.

Este trabalho de avaliação será complementado pela análise dos indicadores de gestão da rede de equipamentos e respostas sociais, com a avaliação e monitorização contínua como processo de atualização e revisão permanente.

Na perspetiva da necessidade de impulsionar a rede de equipamentos e respostas sociais, em tipologias ou áreas ainda deficitárias em termos de cobertura, será relevante a atualização e observação prospetiva sobre as necessidades do concelho neste domínio, sendo esta tarefa realizada em conjunto com a avaliação do PDS e das suas problemáticas sociais.

2- Qualificação institucional

A qualificação da intervenção social em rede tem como requisito a possibilidade de análise de práticas dos técnicos, das instituições, dos projetos e ações numa lógica de aprendizagem contínua e produção de conhecimento com o objetivo de redefinir estratégias, processos e procedimentos de atuação nas problemáticas sociais.

A avaliação participada e colaborativa da intervenção deverá ser, igualmente, uma ferramenta de melhoria potenciadora da eficácia para o impacto, implicando a criação de dispositivos de trabalho colaborativo (Grupos de trabalho temáticos) em rede com vista à criação de práticas de reflexão e incorporação do conhecimento na prática técnica e institucional.

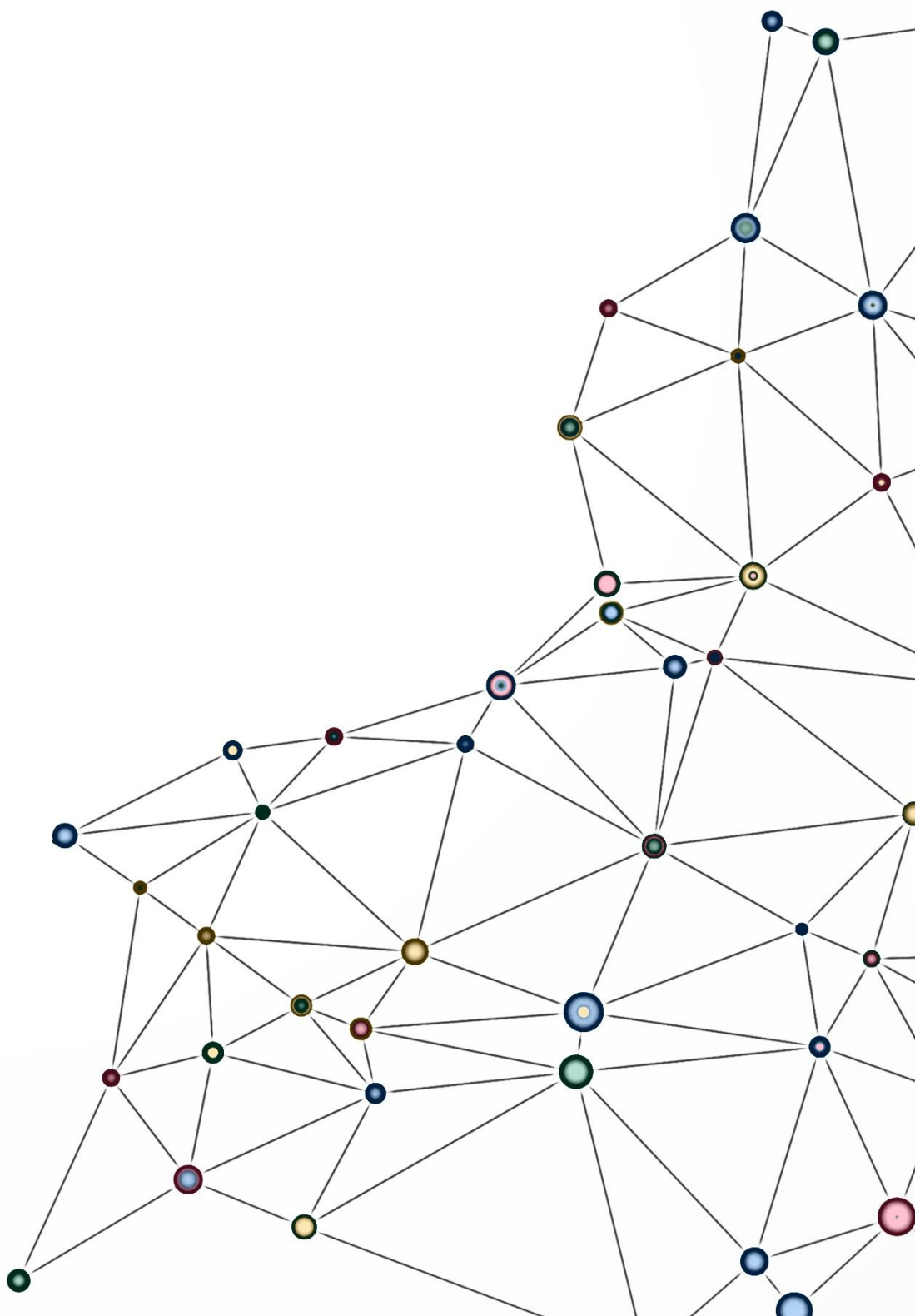
3- Disseminação e transferência de práticas e resultados - Conhecimento para a inovação

A disseminação e transferência das boas práticas e resultados para o conjunto do concelho, a partir de projetos e ações de cariz mais localizado ou experimental, é outro dos princípios de planeamento incorporados no PDS que pressupõe uma avaliação ativa com partilha das aprendizagens realizadas.

A matriz de inovação que o PDS propõe, resultará na capacidade da rede concretizar uma estratégia avaliativa que potencie os pontos fortes e oportunidades do concelho e da sua macro - envolvente (CIM do AVE), baseada no conhecimento para a inovação na ação.

A inovação na área social, no sentido da criação de projetos, ações e respostas sociais especializadas e direcionadas, é um desafio necessário para a obtenção de melhores resultados e impactos sociais, mas, também, de adaptação do território às novas realidades e problemáticas emergentes.

Em síntese a avaliação do PDS deverá decorrer na prática institucional da Rede Social, de acordo com os instrumentos de reflexão e aprendizagem colaborativa já instituídos. Para maior eficácia do sistema de interação institucional será integrado no processo o Centro de Conhecimento, com o trabalho de criação de suportes de análise da informação estatística e outro, qualificando e potenciando as ações previstas no PDS, integrando-as no contexto mais global da ação e intervenção que os parceiros da rede desenvolvem no concelho.



Referências Documentais

Fonte	Ano	Documento
INE e PORDATA	-	Vários dados estatísticos
IEFP - Instituto Do Emprego e Formação Profissional, I.P.	-	Estatísticas do IEPF
Unicef	1990	Convenção Sobre os Direitos da Criança
Município de Guimarães e Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;	2001	Protocolo Firmado em 2001 com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;
Governo Constitucional	2005	Constituição Portuguesa
Conselho da Europa	2007	Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças Contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais
Governo Constitucional	2014	Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género
Instituto Nacional de Estatística em Colaboração com o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge	2014	Inquérito Nacional de Saúde
Organização Mundial de Saúde	2015	Relatório da OMS - Organização Mundial de Saúde Sobre Envelhecimento e Saúde
União Europeia	2015	Rahra Reducing Alcohol Related Harm - Standardised European Alcohol Survey - Rarha, 2015 (18-64 Anos)).
Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD)	2016	IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2016/17. Relatório Final
Governo Constitucional	2017	Resolução do Conselho de Ministros N.º 107/2017, de 25 de Julho - Aprova a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção E Acompanhamento, 2017-2023
Município de Guimarães e Comité Português para a UNICEF	2018	Programa Cidade Amiga das Crianças; Plano de Ação Cidade Amiga Das Crianças
Governo Constitucional	2018	Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação de 2018-2030, D. R., 1.ª Série — N.º 97 — 21 de Maio de 2018

Governo Constitucional	2018	Decreto-Lei N.º 54/2018, de 6 de Julho - estabelece o Regime Jurídico da Educação Inclusiva
Município de Guimarães	2018	Plano de Mobilidade Urbana Sustentável
Governo Constitucional	2018	Ngph - Nova Geração de Políticas de Habitação Criada pela Resolução de Conselho de Ministros N.º 50 A/2018, De 2 De Maio;
ISCSPUL- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa	2019	Pessoas com Deficiência em Portugal- Direitos Humanos
Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD)	2019	Estudo Sobre o Consumo de Álcool, Tabaco, Drogas e Outros Comportamentos Aditivos e Dependências
Município de Guimarães	2019	Estratégia Local de Habitação - ELH
Estratégia Portugal 2030	2020	Estratégia 2030 - Aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros N.º 98/2020, de 13 de Novembro;
Governo Constitucional	2020	Estratégia Nacional Para os Direitos da Criança para o Período 2021-2024.
Governo Constitucional	2020	Plano Estratégico do SICAD, 2020-2022
INE	2020	INE (Rendimento e Condições De Vida 2020 - Dados Provisórios)
Governo Constitucional	2021	Plano de Recuperação e Resiliência
Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens	2021	Relatório Anual da Atividade das CPCJ
INE	2021	Condições de Vida das Crianças: Módulos "Saúde e Privação Material das Crianças" e "Famílias Separadas ou Reconstituídas" Rendimento e Condições de Vida
Ministério da Administração Interna - MAI	2021	Relatório Anual da Segurança Interna do MAI
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	2021	Observatório Nacional de Emergência Social
Consórcio Guimarães, Concelho Cuidador	2021	Plano de Intervenção Integrado nas Áreas do Conhecimento, Apoio Jurídico, Identificação de Recursos; Capacitação e Comunicação e Divulgação
SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	2021	Relatório de Imigração, Asilo e Refugiados do SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras 2021

Finanças, Modernização do Estado e da Administração Pública e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	2021	Portarias N.º 65/2021 - Estabelece os termos de Operacionalização da Transição de Competências em Matéria de Celebração e Acompanhamento dos Contratos de Inserção dos Beneficiários do RSI para as Câmaras Municipais, tendo em consideração o Disposto na Alínea F) do N.º 1 do Artigo 3.º e no Artigo 11.º do Decreto-Lei N.º 55/2020, de 12 de Agosto
Finanças, Modernização do Estado e da Administração Pública e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	2021	Portarias N.º 63/2021 - Regula o Disposto nas Alíneas A) e) do N.º 1 do Artigo 3.º e do Artigo 10.º do Decreto-Lei N.º 55/2020, de 12 De Agosto, nomeadamente os termos de Operacionalização da Transferência de Competências, em Matéria de Serviço de Atendimento e de Acompanhamento Social (SAAS) de Pessoas e Famílias em Situação de Vulnerabilidade e Exclusão Social, para as Câmaras Municipais
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	2022	Decreto Regulamentar N.º 1/2022, de 10 De Janeiro - Estabelece os termos e as Condições do Reconhecimento do Estatuto de Cuidador Informal bem como as Medidas de Apoio aos Cuidadores Informais e às Pessoas Cuidadas
Eurostat	2022	Eurostat, Labour Force Survey/GEP, Fevereiro 2022
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	2022	Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Abril 2022

Lista de Participantes

Área do Risco

Crianças e Jovens em Risco

- Agrupamento Escolas Francisco de Holanda, Departamento Psicologia - Olga Santos
- Agrupamento Escolas Gil Vicente - Manuel Silva
- Associação de Apoio à Criança de Guimarães - Arminda Timóteo
- Associação de Solidariedade Social de Professores - Virgínia Martins
- Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais - Gabriela Nunes
- Casa da Juventude de Guimarães - Alexandre Simões
- Centro Juvenil de S. José - Tiago Borges
- Comissão Proteção de Crianças e Jovens - Marta Pinto
- Equipa Local de Intervenção Precoce - Marília Silva
- Hospital Nossa Senhora da Oliveira, Serviço Social - Isaltina Vitorino
- Hospital Nossa Senhora da Oliveira, Unidade de Pedopsiquiatria - Virgínia Rocha
- Polícia de Segurança Pública - Agentes José Nunes e José Costa
- ProChild Colab - Gabriela Trevisan
- Programa Cidade Amiga das Crianças - Daniela Miranda
- Projeto Porta 7 / Escolhas - Rita Magalhães
- Instituto da Segurança Social - Delegação Guimarães - Manuela Silva

Violência Doméstica

- ACES Alto Ave - Leonor Marinho
- Associação Defesa dos Direitos Humanos de Guimarães - Tânia Salgado
- Espaço Municipal para a Igualdade
- Guarda Nacional Republicana, Equipa de Combate à Violência Doméstica - Tenente Marco Amorim
- Hospital Senhora da Oliveira, Serviço Social - Isaltina Vitorino
- Polícia de Segurança Pública, Equipa de Proximidade - Agentes José Barros e Teresa Ribeiro

- Instituto Segurança Social, Delegação Guimarães - Manuela Silva

Emergência Social

- Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais - Elisabete Ribeiro e Gabriela Nunes
- Santa Casa da Misericórdia de Riba D'Ave - Patrícia Machado, Paulo Silva e Sara Lima
- Centro Social da Paróquia de Nespereira - Rita Lopes
- Centro Social das Taipas - Zara Pontes
- Centro Social e Paroquial de Ronfe, Gabinete RSI - Nuno Silva
- Casa do Povo de Fermentões - Lúcia Macedo
- Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação de Guimarães - Armando Guimarães
- Fraterna, Banco Social - Martine Silveiras
- Fraterna, Gabinete RSI - Isabel Fernandes
- ReFood, Combate ao Desperdício Alimentar - Isabel Fernandes
- Instituto Segurança Social, Delegação Guimarães - Manuela Silva
- União Freguesias Oliveira, São Paio e São Sebastião, Gabinete Serviço Social - Margarida Silva
- Unidade de Apoios Sociais da Câmara Municipal de Guimarães - Elisabete Gonçalves
- Urgezes Solidário - Andreia Mendes e Miguel Oliveira
- Câmara Municipal de Guimarães - Unidade de Apoios Sociais - Elisabete Gonçalves
- Câmara Municipal de Guimarães, Projetos Sociais - Elisabete Mendes

Vulnerabilidade Social

Seniores e Idosos

- Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais - Gabriela Nunes
- Câmara Municipal de Guimarães, Projetos Sociais - Elisabete Mendes
- Câmara Municipal de Guimarães, Animação Social - Irene Malheiro
- CAISA, Cooperativa de Artes Intervenção Social e Animação - Silvia Oliveira

- Centro Social da Irmandade de São Torcato - Catarina Vieira
- Centro Social e Paroquial de Mascotelos - Alexandra Andrade
- Centro Social Nossa Senhora do Carmo - Rita Novais
- Cooperativa Tempo Livre - Pedro Ferreira
- Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação de Guimarães - Armando Guimarães, Telma Cerqueira
- Fraterna - Manuela Silva
- Polícia de Segurança Pública - Agente José Silva
- Projeto Consigo - Ângela Rodrigues e Cláudia Vieira
- Projeto Raízes - Rita Gonçalves e Joana
- Provedor do Idoso - José Lopes
- UNAGUI, Universidade do Autodidata e da Terceira Idade de Guimarães - Maria Luísa Fernandes

Pessoas com Deficiência

- Agrupamento de Escolas João de Meira - Ana Rita Gomes
- Associação de Paralisia Cerebral de Guimarães- Isabel Castro
- Associação Portuguesa de Deficientes - Rosa Guimarães
- Câmara Municipal de Guimarães, Divisão do Centro Histórico - Diana Moita
- Câmara Municipal de Guimarães, Turismo - Paulo Menezes
- Cercigui - Clara Paredes Castro, Carla França e Paulo Miranda
- Delegação da Cruz Vermelha de Guimarães - Ana Catarina Almeida e Telma Cerqueira
- Plural e Singular - Sofia Pires
- Ana Luísa Lage

Migrantes e Refugiados

- ACES do Alto Ave, Serviço Social - Leonor Marinho
- Associação de Apoio à Criança de Guimarães - Arminda Timóteo
- Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais - Elisabete Ribeiro
- CASFIG - Cristina Dias

- Centro Qualifica - Maria Manuel Pinto
- Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação de Guimarães - Armando Guimarães
- Fraterna - Manuela Silva
- Projeto Raízes - Rita Gonçalves
- Projeto TDI - Integração de Minorias étnicas - Elisabete Mendes
- Santa Casa da Misericórdia de Guimarães - Ana Paula Oliveira
- Instituto Segurança Social, Delegação Guimarães - Manuela Silva
- CLAIM - Graça Carvalho

Pobreza e Exclusão Social

Sem-Abrigo/ Dependências/ Saúde Mental

- Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais - Elisabete Ribeiro
- ACES do Alto Ave, Serviço Social - Leonor Marinho
- Centro Juvenil de São José - Tiago Borges
- Centro de Resposta Integradas - Delegação de Guimarães - Maria José
- Cercigui - I9 com a Diferença - Clara Castro e Carla França
- Delegação da Cruz Vermelha de Guimarães - Armando Guimarães
- Fraterna - Protocolo RSI - Isabel Fernandes
- Hospital Senhora da Oliveira - Serviço Social - Isaltina Vitorino
- UF Oliveira São Paio e São Sebastião - Gabinete Serviço Social - Margarida Sousa
- Projeto Criativamente - Dulce Filipa
- Sol do Ave - Projeto IN-Ruas - Sara Freitas e Maria José Afonso

Disfuncionalidade e Desestruturação Individual e Familiar

- Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais - Aldara Rodrigues, Vera Silva, Elisabete Ribeiro; Vítor Araújo, Olga Rodrigues, Adélia Novais
- Centro de Resposta Integradas - Delegação de Guimarães - Maria José Silva
- Centro Juvenil de São José - CAFAP - Elisabete Costa
- Centro Juvenil de S. José - Family First - Joana Martins

- Comissão de Proteção de Crianças Jovens – Marta Pinto
- Espaço Municipal Igualdade
- Fraterna – Protocolo RSI – Isabel Fernandes

Exclusão Estrutural

Desemprego

- Centro de Emprego de Guimarães – Helena Chaves
- Escola Profissional Profitecla – Orlando Lima
- Escola Secundária das Taipas – Raquel Pereira
- Fraterna, Estação Norte/CLDS 5G – Rita Miranda, Ana Sofia Machado
- Laboratório da Paisagem – Carlos Oliveira
- Sol do Ave, Estação Sul/CLDS 5G – Maria José Afonso, Luísa Guimarães e Magda Cunha

Habitação

- Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais – Elisabete Ribeiro
- Câmara Municipal de Guimarães – Estratégia Municipal de Habitação – Filipe Fontes e Cristina Dias
- CASFIG – Cristina Dias
- Centro Social Padre Manuel Joaquim de Sousa – Zara Pontes
- Instituto da Segurança Social – Manuela Silva